

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

KARINA STANGE CALANDRIN

Processo decisório de política externa e *groupthink*: a operação “Paz para a Galileia” na
Guerra do Líbano de 1982

São Paulo

2021

KARINA STANGE CALANDRIN

Processo decisório de política externa e *groupthink*: a operação “Paz para a Galileia” na
Guerra do Líbano de 1982

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estratégia, Defesa e Política Externa”.
Orientador: Prof. Dr. Tullo Vigevani.

São Paulo

2021

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Calandrin, Karina Stange.

C142 Processo decisório de política externa e *groupthink*: a operação
"Paz para a Galileia" na Guerra do Líbano de 1982 / Karina Stange
Calandrin. – São Paulo, 2021.

175 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Tullo Vigevani.

Tese (Doutorado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em
Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2021.

1. Conflito árabe-israelense – 1973-1993. 2. Líbano – História –
Intervenção israelense, 1982-1985. 3. Ciência política – Processo
decisório. 4. Psicologia política. 5. Israel – Relações exteriores – Séc.
XX. I. Título.

CDD 327.56052

KARINA STANGE CALANDRIN

Processo decisório de política externa e *groupthink*: a operação “Paz para a Galileia” na
Guerra do Líbano de 1982

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estratégia, Defesa e Política Externa”.

Orientador: Prof. Dr. Tullo Vigevani

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Tullo Vigevani (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp))

Profa. Dra. Cristina Soreanu Pecequilo (Universidade Federal de São Paulo (Unifesp))

Prof. Dr. Michel Gherman (Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ))

Prof. Dr. Marcelo Passini Mariano (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp))

Prof. Dr. Fabrício Chagas-Bastos (University of Melbourne)

São Paulo, 05 de março de 2021.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão das instituições que apoiaram esta pesquisa. Bolsa PDSE - Nº processo: 88881.188422/2018-01 – na Universidade de Haifa em Israel.

Para continuar resiliente nesta jornada tenho que agradecer imensamente às pessoas que me apoiaram e me deram a estrutura que eu precisei para concluir mais um capítulo da minha vida. Agradeço minha mãe, Sandra Stange, que me deu toda a estrutura emocional e financeira para que eu sempre perseguisse meus sonhos.

Agradeço o meu orientador, Prof. Dr. Tullo Vigevani, pela ajuda em todo o processo de redação da tese, sempre me apoiando e fornecendo a base acadêmica necessária para a realização deste trabalho.

Agradeço meu co-orientador durante o estágio de pesquisa na Universidade de Haifa, Prof. Dr. Edy Kaufman, que apesar do curto período em que estivemos juntos me incentivou e proporcionou debates e situações de grande aprendizado.

Agradeço os professores Dr. Guilherme Casarões e Dr. Michel Gherman que desde o início da pesquisa me ajudaram com a pesquisa bibliográfica e com questionamentos que direcionaram a pesquisa ao que ela é hoje. Agradeço também ao Prof. Dr. Fabrício Chagas Bastos pela ajuda e todas as sugestões e questionamentos que me ajudaram a refletir sobre o texto e sempre melhorá-lo.

Agradeço a todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP) que sempre foram solícitos e acessíveis às minhas dúvidas.

Agradeço ao Unisagrado por todo apoio durante a jornada de escrita desta tese de doutorado.

Aos meus grandes amigos Sidney Ortiz, Raphael Azevedo, Peter Sturken, Alfredo Guevara, Carolina Pedroso, Larissa Zaqueo, Gabriel Monzani, Danieli Fortes, Richtier Gonçalves, André Liberman, Rabino Uri Lam, Tamires Souza, Lívia Milani, entre muitos outros que tornaram a caminhada menos árdua, trocando experiências e risadas. Agradeço também aos amigos do GEDES, Instituto Brasil-Israel, Beiachad e do Unisagrado que também me ajudaram muito durante a pesquisa, desde auxílio acadêmico quanto emocional.

Precisamos de um senso de justiça, mas precisamos também de senso comum, de imaginação, de uma capacidade profunda de imaginar o outro, às vezes de nos colocarmos na pele do outro. Precisamos da capacidade racional de nos comprometer e, às vezes, de fazer sacrifícios e concessões.

Amós Oz

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo a análise do processo decisório de pequenos grupos em política externa a partir do fenômeno *groupthink*. Essencialmente, *groupthink* é a tendência de grupos coesos em alcançar um consenso sobre questões sem oferecer, procurar ou considerar pontos de vista alternativos. Em consequência, o *groupthink* foi responsabilizado por resultados adversos em processos de tomada de decisão política. Nossa escolha teórica recai na discussão sobre a influência de aspectos psicológicos na tomada de decisão, uma vez que os decisores estão propensos a estes elementos, como as emoções. Nesta pesquisa, propomos uma análise do processo decisório israelense sobre a operação “Paz para a Galileia” sob a hipótese de que os resultados não foram atingidos com a operação militar graças ao *groupthink*. Para tanto, analisaremos o processo decisório que definiu a operação e as formas de execução. A metodologia adotada é histórica, do tipo de observação indireta, com utilização de fontes primárias e secundárias.

Palavras-chave: Israel. Guerra do Líbano de 1982. *Groupthink*. Processo Decisório.

ABSTRACT

The research aims to analyze the small groups' foreign policy decision-making process based on the groupthink phenomenon. Essentially, groupthink is the tendency of cohesive groups to reach consensus on issues without offering, seeking or considering alternative points of view. As a result, groupthink was held responsible for adverse results in political decision-making processes. Our theoretical choice lies in the discussion about the influence of psychological aspects in decision-making, since decision makers are prone to these elements, such as emotions. In this research, we propose an analysis of the Israeli decision-making process on the "Peace for Galilee" operation under the assumption that the results were not achieved with the military operation thanks to Groupthink. For this, we will analyze the decision-making process that defined the operation and the forms of execution. The methodology adopted is historical, of the type of indirect observation, using primary and secondary sources.

Keywords: Israel. 1982 Lebanon War. Groupthink. Decision-making process.

RESUMEN

La investigación tiene como objetivo analizar el proceso de toma de decisiones de pequeños grupos en política exterior a partir del fenómeno *groupthink*. Esencialmente, *groupthink* es la tendencia de grupos cohesionados a llegar a un consenso sobre temas sin ofrecer, buscar o considerar puntos de vista alternativos. Como resultado, *groupthink* se hizo responsable de los resultados adversos en los procesos de toma de decisiones políticas. Nuestra elección teórica radica en la discusión sobre la influencia de los aspectos psicológicos en la toma de decisiones, ya que los tomadores de decisiones son propensos a estos elementos, como las emociones. En esta investigación, proponemos un análisis del proceso de toma de decisiones israelí sobre la operación “Paz para Galilea” bajo el supuesto de que los resultados no se lograron con la operación militar gracias al pensamiento grupal. Para ello, analizaremos el proceso de toma de decisiones que definió la operación y las formas de ejecución. La metodología adoptada es histórica, del tipo de observación indirecta, utilizando fuentes primarias y secundarias.

Palabras clave: Israel. Guerra del Líbano 1982. *Groupthink*. Proceso de toma de decisiones.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	Tipos de abordagens cognitivas sobre processo decisório.....	30
Quadro 2 –	Tipos de processamento cognitivo humano.....	31
Quadro 3 –	Exemplo de tomada de decisão sob incerteza.....	33
Quadro 4 –	Tipos de análise de decisões.....	36
Quadro 5 –	Tipos de avaliação da qualidade de uma decisão.....	37
Quadro 6 -	Orientações de pesquisa sobre processo decisório em psicologia..	41
Quadro 7 -	Elementos do pensamento de grupo.....	47
Quadro 8 -	Elementos que aumentam a probabilidade de acontecer o pensamen- to de grupo.....	48
Quadro 9 -	Visões de grupo da sociedade judaica israelense.....	62
Quadro 10-	Temas que favorecem o <i>ethos</i> do conflito e <i>groupthink</i>	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BBC	British Broadcasting Corporation
CLA	Conselho da Liga Árabe
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DNA	Ácido Desoxirribonucleico
EUA	Estados Unidos da América
FAI	Força Aérea Israelense
FL	Frente Libanesa
IDF	Israel Defense Forces - Forças de Defesa de Israel
NASA	National Aeronautics and Space Administration
OLP	Organização para a Libertação da Palestina
ONU	Organização das Nações Unidas
PM	Primeiro-ministro
PNR	Partido Nacional Religioso
RAU	República Árabe Unida
RI	Relações Internacionais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	ELEMENTOS PSICOSSOCIAIS NA TOMADA DE DECISÃO.....	23
2.1	Processo de Tomada de Decisão.....	28
2.2	<i>Groupthink</i>.....	39
3	TOMADA DE DECISÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS INTRATÁVEIS.....	49
3.1	O Ethos do Conflito.....	53
3.2	A memória coletiva e a vitimização do coletivo judaico israelense...	63
4	ANTECEDENTES DE INVASÃO ISRAELENSE AO LÍBANO....	80
4.1	As Causas da Guerra Civil Libanesa (1975-1994).....	82
4.2	A formação da Organização para Libertação da Palestina (OLP)...	88
4.3	Tensões prévias entre Israel e Palestina.....	95
4.3.1	A importância da confiança.....	99
5	A OPERAÇÃO PAZ PARA A GALILEIA (1982).....	113
5.1	A criação de uma aliança: Israel e Maronitas.....	116
5.2	O processo de tomada de decisão israelense sobre a operação “Paz para a Galileia”.....	125
5.3	Consequências da operação “Paz para a Galileia”.....	132
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
	REFERÊNCIAS.....	147

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é analisar o impacto da estrutura do processo decisório sobre o desempenho da invasão do Líbano por Israel, de forma a estabelecer qual foi a dinâmica da barganha entre estes atores no período precedente ao qual culminou na decisão da invasão e do plano de ação. A fim de entender como ocorreu o processo decisório no gabinete do Primeiro-ministro (PM) israelense na Guerra do Líbano de 1982, e considerando a revisão bibliográfica relativa ao tema, a hipótese central defende que os responsáveis pela tomada de decisão teriam vivenciado o fenômeno *groupthink* (JANIS, 1982), causando falhas na execução da operação militar. A hipótese secundária propõe que o fenômeno teria ocorrido como consequência da construção da narrativa israelense derivada da perseguição dos judeus no século XX e da formação do Estado israelense.

A causa da derrota militar na empreitada de 1982 não teria acontecido apenas por motivos táticos no campo de batalha ou pela vontade de um único tomador de decisão, mas, pela conjuntura do processo decisório e as escolhas dos planos de ação. A teoria que sustenta a pesquisa feita sobre *groupthink* estabelece um modelo de perguntas sobre a estrutura do grupo tomador de decisão, de modo a responder se este grupo está mais sujeito ou não a sofrer os efeitos do fenômeno, e é o que analisamos durante a execução da tese.

A pressão para o consenso e o medo de ser excluído acabaria por subverter o propósito fundamental das reuniões do grupo. Em vez de produzir um amplo fórum para explorar todas as vias possíveis, o grupo rapidamente se move para reforçar o plano que recebeu maior apoio. Ainda, a tendência que se desenvolveu desde cedo dentro dos grupos interferiu no pensamento crítico. Objeções e desafios para o “grande plano” foram ignorados e os planos de contingência não foram seriamente considerados. Consequentemente, os decisores estavam mal preparados quando a operação começou a evidenciar erros a partir da primeira semana de ação.

A tese está dividida em quatro capítulos: no primeiro, analisamos a literatura em Psicologia Social e Política a respeito da tomada de decisões políticas e a relação destas teorias com a proposta racionalista-realista de análise nas Relações Internacionais (RI), a racionalista-realista, justificando o nosso marco teórico. No segundo capítulo, discutimos os conflitos intratáveis e os elementos psicossociais do conflito Israel-Palestina, sob uma perspectiva do *ethos* do conflito para os israelenses. No terceiro capítulo, realizamos uma contextualização histórica da situação interna no Líbano pré-invasão e do conflito entre Israel e a Organização para Libertação da Palestina (OLP), mais especificamente. Por fim, no quarto capítulo anali-

samos o processo decisório do gabinete do Primeiro-Ministro Menachem Begin para a operação “Paz para a Galileia” de 1982.

A escolha do tema, bem como nosso recorte temporal, se deu pela importância da Guerra do Líbano, em 1982, como uma das experiências mais traumáticas para o Estado de Israel. Muitos estudos foram conduzidos sobre os eventos imediatos em torno da guerra em uma tentativa de explicar os resultados obtidos por Israel com a operação militar. Embora muitas dessas explicações sejam válidas, aqui destacamos o aspecto da tomada de decisão no Gabinete do PM Menachem Begin. Como dito anteriormente, partimos da hipótese de que o fenômeno *groupthink* ocorreu e com o objetivo de estudar o processo decisório de pequenos grupos a partir desta teoria.

A análise da tomada de decisão em política externa tem sido dominada nas RI por perspectivas racionalistas (HUDSON, 2014). Na visão racional, as decisões políticas podem ser entendidas empiricamente como a resolução de problemas por atores-chave que perseguem interesses bem especificados como, por exemplo, maximização de poder.

Nesta pesquisa analisaremos aspectos estruturais da tomada de decisão no alto escalão israelense, com destaque para o Gabinete do PM Menachem Begin. Tomamos por base os oito elementos essenciais identificados por Janis (1982) para a ocorrência do fenômeno *groupthink*: a) Invulnerabilidade; b) Racionalização; c) Moralidade, d) Estereótipos; e) Pressão; f) Autocensura; g) Unanimidade e h) *Mindguards* e sua presença ou não no processo decisório israelense.

A orientação ideológica da tomada de decisão estaria centrada nas crenças sociais sobre a justiça, objetivos israelenses, segurança, vitimização e patriotismo. Essas crenças estariam ligadas a premissas principalmente tomadas da ideologia sionista, que serviu como principal base epistêmica para as decisões e ações da sociedade e as principais motivações para a elite e grandes porções da sociedade israelense durante o conflito intratável, como pode ser chamado o conflito entre Israel e a Palestina, na definição de Bar-Tal (2001).

Muitos tomadores de decisão padeceriam de excesso de confiança (ROSS; STILINGER, 1991; KAHNEMAN; TVERSKY, 2000). Tomadores de decisão assumem que podem controlar e prever os resultados futuros de suas ações. Isto está frequentemente relacionado com a crença que sua visão e percepção irão prevalecer. Essa perspectiva baseada na confiança deve também ser considerada válida para o lado opositor. Todos assumem que estão corretos em suas visões de mundo, o que é inerente ao ser humano mediano. Esta crença diminui a probabilidade de concessões de ambos os lados, mesmo quando é desejada e vista como pro-

vável por todos os envolvidos. Cada lado acredita que pode obter o que quer, sem ter que desistir de muito para fazê-lo (MCDERMOTT, 2004).

A resistência em oferecer concessões pode ser bastante contraproducente. Por exemplo, quando Israel destruiu prédios palestinos na Faixa de Gaza no início de 2001 (ISRAEL destrói [...], 2001), foi fornecido um incentivo para ataques terroristas palestinos em represália. No entanto, o governo israelense da época continuou convencido que apenas uma política severa puniria os terroristas e os impediria de tomar novas medidas contra os israelenses. Houve mais ataques contra Israel, incluindo homens-bomba em locais altamente populosos (HAMAS promete [...], 2001), assim como a violência e a repressão aos palestinos têm também escalado (KUBOVICH; KHOURY, 2018). É importante ressaltar que este comentário não é feito para criticar um ou outro lado, mas sim para argumentar que, de acordo com as abordagens teóricas utilizadas nesta pesquisa, a confiança na justiça de sua própria causa, combinada com a recusa em oferecer concessões, pode reduzir as perspectivas de paz e o fim dos conflitos para todos (BAR-TAL, 2001).

Excesso de confiança significa que decisões que não são devidamente avaliadas, podem se tornar mais extremas e são consideradas mais positivas do que deveriam ser. Caso o pragmatismo estivesse tão presente quanto teorias racionalistas-realistas de Relações Internacionais sugerem, esse não seria o caso. Em outras palavras, pessoas são mais confiantes do que deveriam e acabam por priorizar informações que corroborem seu ponto de vista (MCDERMOTT, 2004). Ainda de acordo com a autora (2004), estudos a respeito de decisões de júri mostram que é mais provável que seja mais equilibrado, bem como menos confiante de sua decisão, um no qual haja indivíduos que se posicionam para ambos os lados. Isso significa que veredictos divididos são tipicamente mais precisos, enquanto os jurados permanecem menos confiantes do que o caso com veredictos unânimes.

A razão do excesso de confiança repousa na tendência dos indivíduos em subestimar os aspectos de situações a respeito das quais eles não conhecem (HEATH; TVERSKY, 1991). Da mesma forma, os líderes de Estados tendem a ser ativos em áreas nas quais eles confiam em suas habilidades. Isso pode ser parte da razão pela qual alguns preferem a política interna, enquanto outros são mais propensos a afirmar-se na arena internacional.

A tendência de subvalorizar aspectos de uma situação que um indivíduo desconhece leva a superestimar suas chances de sucesso na negociação. Além disso, esse tomador de decisão também pode superestimar sua capacidade de impor sua solução preferida ao oponente, resistindo às tentativas do adversário de impor sua escolha. Esta dinâmica resulta na falácia da iniciativa, segundo a qual cada tomador de decisão atribui menos iniciativa, vontade e criati-

vidade para o adversário do que para si mesmo. Tais tomadores de decisão tendem a ser menos dispostos a fazer concessões porque eles não acreditam que os oponentes têm o que é necessário para ter sucesso. Indivíduos com excesso de confiança também podem aceitar riscos porque eles negam que haja algum risco envolvido (MCDERMOTT, 2004).

A tendência em subestimar a força do oponente, muitas vezes, torna menos provável que um tomador de decisão faça concessões. Essa intransigência do tomador de decisão, especialmente se presente em ambos os lados do processo decisório, reduz a probabilidade de qualquer acordo ser alcançado. Tomadores de decisão fazem suas previsões e estimativas sobre qual lado será bem sucedido. Fazem isso com base em uma combinação de fatores. Levando em consideração as estatísticas de casos semelhantes quando se analisa o passado, fatos isolados a respeito de um caso particular podem ser especialmente vívidos, tornando-se emocionalmente envolventes. As estatísticas e informações a respeito de eventos passados raramente o são. Isso significa que muitas vezes as previsões tornam-se tendenciosas em favor da informação individual de um tomador de decisão, os dados e as estatísticas anteriores perdem a sua importância. Enquanto tomadores de decisão devem basear suas previsões em resultados passados de um ponto de vista, eles frequentemente são vítimas de toda uma série de heurísticas de julgamento (BORGIDA; NISBETT, 1977; KAHNEMAN; SLOVIC; TVERSKY, 1982).

As previsões chegam a ser baseadas em planos que residam na ancoragem do melhor cenário. Cada tomador de decisão acredita que sua escolha pode prevalecer com poucas concessões. Além do que, estimativas são facilmente influenciadas pelas avaliações dos tomadores de decisão e as intenções de várias partes. Enquanto os tomadores de decisão podem estar seguros de suas avaliações sobre suas próprias intenções, é fácil ser mal orientado sobre as intenções dos outros, que podem esconder verdadeiras preferências a fim de alcançar um melhor resultado.

Todavia, o excesso de confiança nem sempre é ruim, ele pode carregar algumas vantagens. De acordo com McDermott (2004), primeiro, o excesso de confiança pode aumentar a capacidade de um tomador de decisão de ser persistente e comprometido em relação a um tema. Se o tomador de decisão realmente acredita que sua decisão pode ser bem sucedida, é mais provável que continue tentando chegar a um acordo. Em segundo lugar, o excesso de confiança pode aumentar a capacidade do tomador de decisão de tolerar a adversidade. Mais uma vez, se um tomador de decisão está convencido de que a vitória é possível, em curto prazo contratempos não são vistos como prejudiciais para o processo em si como um todo. Desta forma, o excesso de confiança promove um sentimento de que sua opinião acabará por preva-

lecer e, assim, aumenta o compromisso e persistência no processo de negociação em face a contratempos. Os conflitos podem, por vezes, ser resolvidos por causa desse tipo de tenacidade do tomador de decisão.

Outro obstáculo à resolução de conflitos é a incerteza. Preferência pela certeza é reforçada quando altos graus de imprecisão ou ambiguidade existem em uma dada situação. Essa dinâmica pode levar a tomadores de decisão subestimarem o valor ou a probabilidade de características significativas da política, como boa-fé, que não pode ser mensurada tão precisamente quanto a quantidade de munição, por exemplo. Nas negociações, as pessoas geralmente têm dúvidas sobre o resultado e sobre os fatos da situação. Elas podem ter dúvidas não só sobre os objetivos do outro, mas também sobre seus próprios objetivos e quais concessões podem estar dispostas a oferecer ou aceitar. Isso acontece quando o processo de negociação em si começa a mudar, tanto em relação às metas quanto às estratégias gerais e individuais (MCDERMOTT, 2004).

Em particular, certos resultados são psicologicamente considerados de forma desproporcional à sua probabilidade real de acontecer. Uma demonstração disso pode ser observada em um experimento conduzido por Richard Zeckhauser, sobre quanto indivíduos pagariam para eliminar balas de uma arma em um jogo hipotético de roleta russa de seis tiros. Objetivamente, as pessoas deveriam pagar a mesma quantia, pois cada bala reduz a probabilidade de morte em uma mesma proporção, um pouco mais de 16 por cento. No entanto, eles estariam dispostos a pagar muito mais para remover a primeira ou última bala do que qualquer uma entre elas (MCDERMOTT, 2004). A razão para este viés está relacionada ao efeito da certeza: tornar a morte menos incerta, removendo a primeira bala, ou tornando impossível, removendo a última, carrega muito mais o peso psicológico do que remover quaisquer balas no meio.

Desta forma, os tomadores de decisão tendem a se concentrar no que podem ver e mensurar um processo que Jervis (1993) chamou de "o bêbado procura"¹. Outros efeitos dos resultados podem se mostrar ainda mais valiosos em longo prazo, como geração de boa vontade ou confiança, não permanecem como foco da negociação porque são mais difíceis de verificar ou medir. De acordo com McDermott (2004), em negociações sobre controle de armas, mesmo quando não foram obtidas grandes reduções entre Estados Unidos e União Soviética, o processo em si ajudou a gerar algum elemento de confiança e boa vontade, o que não necessariamente levou à resolução do conflito, mas levantou a possibilidade de novas estratégias de

¹ O bêbado procura suas chaves sob a lâmpada porque é onde a luz está, e não necessariamente onde ele perdeu as chaves (JERVIS, 1993).

gerenciamento dele. A crise dos mísseis de Cuba, por exemplo, levou ao estabelecimento de uma linha direta entre Washington e Moscou para que os líderes pudessem se comunicar diretamente durante a crise (ALLISON; ZELIKOW, 1999).

Os Estados geralmente usam vários tipos de sinais para diminuir a incerteza, reconhecendo que ela pode levar a conflitos indesejados. As nações podem emitir garantias que seriam baseadas em certeza contingente. Por exemplo, as sanções impostas pelos Estados Unidos sobre o Iraque após a Guerra do Golfo foram ligadas ao desarmamento verificável de armas de destruição em massa. Se o Iraque permitisse à Organização das Nações Unidas (ONU) inspecionar essas armas, as sanções poderiam ser suspensas. Desta forma, a certeza de que as sanções seriam suspensas era contingente ao permitir inspeções. Sem essa inspeção, a aplicação de sanções era certa (MCDERMOTT, 2004). Outra parte do dilema da incerteza surge porque os aspectos de uma determinada situação que são incertos tendem a ser subestimados pelos decisores. Como resultado, cada lado acredita que será capaz de obter o resultado desejado. Em tais casos de pseudo dominância, cada lado está confiante sobre o curso de ação que se comprometeu, mas pode não considerar outros fatores que impedem o resultado desejado. Podemos observar esta dinâmica no conhecido Dilema do Prisioneiro².

A aversão à perda, também decorrente da teoria prospectiva, postula que há uma avaliação assimétrica da perda e ganho, de modo que as pessoas tendem a supervalorizar o que eles têm em relação ao que eles não têm (KAHNEMAN; TVERSKY, 1984). De acordo com os autores, a maioria das pessoas tende a colocar diferentes pesos nos resultados positivo ou negativo, de tal forma que os negativos carregam muito mais peso psicológico, sendo supervalorizados.

A aversão à concessão, por outro lado, em que diferentes avaliações são feitas dependendo se uma concessão é oferecida ou recebida, é também comum. Tomadores de decisão não tratam o que o outro lado oferece para desistir como sendo tão importante quanto o que eles ofereceram para desistir. Desta forma, cada lado valoriza mais o que teve de abrir mão do que o outro lado oferece para desistir de uma negociação. Em outras palavras, uma troca igual não é sentida igualmente a ambos os lados; cada lado só se sente confortável com uma troca desigual na qual tenha se beneficiado (MCDERMOTT, 2004).

Tal troca é difícil de conseguir, pelas seguintes razões: cada lado pode facilmente acabar sentindo que o outro lado tem a melhor parte do acordo, simplesmente porque eles valorizam o que tinham a mais do que o outro lado se ofereceu para desistir. Fazer concessões leva

² O Dilema do Prisioneiro é um problema apresentado dentro da Teoria dos Jogos e supõe que cada jogador quer aumentar ao máximo a sua própria vantagem sem considerar o resultado do outro jogador.

os negociadores a se sentirem piores. Por estas razões estruturais, ambos os lados acabam avessos ao risco de concessões. Os tomadores de decisão devem perceber que os acordos são mais prováveis quando a aversão à concessão pode ser superada.

O *status quo* pode facilmente ser visto como uma alternativa aceitável ao invés de ter que fazer concessões. Às vezes concessões são menos valorizadas simplesmente porque são oferecidas pelo oponente. A lógica por trás dessa suposição é que, se o adversário parece disposto a desistir de algo, não deve ser valioso, porque o adversário nunca desistiria de nada importante sem ser forçado a fazê-lo. Para superar a tendência de desvalorizar o que o outro lado desiste ("desvalorização reativa"), os tomadores de decisão oferecem uma lista de concessões e pedem ao adversário que escolha entre elas (ROSS; STILINGER, 1991). Desta forma, o adversário é forçado a escolher a concessão que mais valoriza e, em seguida, ter maior dificuldade em manter a consistência em um argumento que afirma que a concessão foi sem valor. Por outro lado, o tomador de decisão pode oferecer um conjunto de demandas e deixar que o opositor escolha a concessão. O objetivo, do ponto de vista da resolução de conflitos, é de cada lado encontrar formas de reduzir os custos das concessões do outro.

Pontos de referência relativos frequentemente influenciam o senso de justiça, ou injustiça, em um determinado resultado. Por exemplo, jogos de barganha mostram que, especialmente para grupos que enfrentam discriminação, a justiça do resultado em si se torna um fator importante na aprovação de um acordo, independentemente da quantidade real de dinheiro ganho ou perdido (EAVEY; MILLER, 1984). Embora alguns tomadores de decisão estejam preocupados apenas com ganhos absolutos para o seu próprio lado, outros se preocupam com ganhos relativos em termos de quanto eles se beneficiam em relação aos outros. Tais diferenças ocorrem nas relações internacionais, em que muitas vezes se argumenta que os Estados buscam ganhos absolutos em algumas agendas como comércio e finanças, enquanto buscam ganhos relativos em segurança, por exemplo. Assim, a área específica de negociação será importante ao determinar qual estilo de barganha um participante escolherá, bem como a probabilidade de oferecer concessões ou chegar a acordos.

A sociedade judaica israelense desenvolveu um espírito de conflito como resultado da experiência de guerras constantes e aparentemente intermináveis (BAR-TAL, 2001). Considerando especificamente o conflito com a Palestina, caracterizado como prolongado, violento, aparentemente irreconciliável, de natureza de soma zero, total³, central e com as partes inte-

³ O conceito de guerra total utilizado nesta tese se refere ao conflito que inclui todos e quaisquer recursos e infraestruturas associados a civis como alvos militares legítimos, mobilizando também todos os recursos da sociedade para lutar na guerra e dá prioridade à guerra sobre as necessidades dos não combatentes.

ressadas na sua continuação (AZAR; JUREIDINI; MCLAURIN, 1978; BAR-TAL, 1998a; GOERTZ; DIEHL, 1993; KRIESBERG, 1993), desenvolvido em território contestado que dois movimentos nacionais reivindicam como pátria. Por muitas décadas, o movimento nacional judaico e o nacionalismo palestino colidiram repetidamente sobre os direitos à autodeterminação, ao Estado e justiça. O conflito, no entanto, não era apenas territorial e político, mas total, isto é, também se referia a choques profundos de interesses religiosos, culturais e sociais.

O conflito árabe-israelense começou como um conflito comunal entre judeus e palestinos que viviam na Palestina, governada pelos britânicos, e evoluiu para um conflito interestatal entre Israel e os países árabes durante os anos 1948-1949 e manutenção de uma guerra assimétrica com os palestinos em paralelo. Desde 1967, com a ocupação israelense da Cisjordânia e da Faixa de Gaza durante a Guerra dos Seis Dias, o conflito envolveu tanto os níveis interestatais quanto comunais. De acordo com Sandler (1988), essa expansão explica o aumento da intratabilidade no conflito. Cada nova fase envolveu violência intensiva e foi seguida pela entrada de novas partes no conflito e no desenvolvimento de novos padrões de interação hostil. No curso do mesmo, milhares de vidas foram perdidas, incluindo civis, muitos milhares ficaram feridos e centenas de milhares de palestinos tornaram-se refugiados. De 1930 até o início dos anos 1970, o conflito teve todas as características de intratabilidade (BAR-TAL, 1998a).

Em vista da natureza intratável do conflito árabe-israelense, os judeus israelenses se viram permeados por um *ethos*⁴ de conflito que foi funcional para a estressante situação dispendiosa e prolongada do conflito. Esse *ethos* possibilitou a adaptação e o sucesso em lidar com as dolorosas consequências do conflito. Tem sido sugerido que este *ethos* consiste em oito temas de crença social (BAR-TAL, 1998a) que vamos tratar a seguir.

O primeiro tema diz respeito aos objetivos que levaram ao confronto, e particularmente a justificativa desses objetivos em termos de sua importância. A volta dos judeus ao território

⁴ Reconhecemos que o conceito de *Ethos* é amplamente discutido nas Ciências Sociais, principalmente nas obras de Pierre Bourdieu e Norbert Elias, com conceitos correlatos de Capital Cultural, *ethos* e *habitus*. Sendo que Capital Cultural, para Bourdieu, pode ser entendido como uma relação social dentro de uma economia de práticas (sistema de troca) e compreende todos os bens materiais e simbólicos, sem distinção, que a sociedade considera importante. Como uma relação social dentro de um sistema de troca, o capital cultural inclui o conhecimento cultural acumulado que confere status e poder sociais. Já *habitus* compreende hábitos, habilidades e disposições socialmente arraigados. É assim que os indivíduos percebem o mundo social ao seu redor e reagem a ele. Essas disposições são geralmente compartilhadas por pessoas com formação semelhante (como classe social, religião, nacionalidade, etnia, educação e profissão). O *habitus* é adquirido por imitação (mímese) e é a realidade na qual os indivíduos são socializados, o que inclui sua experiência e oportunidades individuais. Assim, o *habitus* representa o modo como a cultura de grupo e a história pessoal moldam o corpo e a mente; como resultado, molda as ações sociais atuais de um indivíduo.

rio conhecido nos últimos séculos como a Palestina, com o objetivo de estabelecer seu próprio Estado após dois mil anos de exílio, foi inspirado pela ideologia nacionalista do sionismo. Essa ideologia forneceu aos judeus seus objetivos e justificativas (AVINERI, 1981; VITAL, 1982). Os objetivos centraram-se, antes de tudo, no estabelecimento de um Estado judeu na antiga terra natal de *Eretz Yisrael*⁵. No entanto, desde o início do sionismo, a questão da dimensão territorial tornou-se uma controvérsia (HOROWITZ; LISSAK, 1978). Histórica, teológica, nacional, existencial, política, societal e cultural, foram algumas das justificativas utilizadas para essas metas de estabelecimento de um Estado judeu em *Eretz Yisrael*. Apesar das divergências dentro do próprio movimento sionista, alguns motivos comuns são que a nação judaica foi fundada na antiga terra de Israel; que durante muitos anos de história judaica a antiga Terra de Israel era a pátria dos judeus; que durante o seu exílio os judeus mantiveram laços espirituais e físicos com o território, aspirando continuamente retornar a ele; e que a persistente experiência do antissemitismo na diáspora destacou a necessidade do povo judeu de uma existência segura em sua antiga pátria.

A conquista do Sinai, da Faixa de Gaza, da Cisjordânia e das Colinas de Golã na Guerra de 1967 aumentaram muito a dimensão territorial dos objetivos israelenses. No rescaldo da guerra, muitos judeus israelenses acreditavam que Israel tinha o direito de manter esses territórios. Suas crenças compartilhadas pertenciam ao direito exclusivo do povo judeu para a Cisjordânia e Gaza e para a segurança, justificando a importância das Colinas de Golã e do Sinai (HOROWITZ; LISSAK, 1978). No contexto de justificar os objetivos israelenses, tentativas de refutar as reivindicações palestinas foram feitas. O território contestado foi frequentemente descrito como sendo escassamente povoado por árabes, que ali haviam imigrado nos últimos séculos. A definição nacional desses árabes como palestinos também foi negada por Israel, sendo alegado que eles eram parte da nação árabe, que já possuía seu direito a autodeterminação em diversos países. Finalmente, o apego à terra foi questionado pela caracterização do país, até o retorno dos judeus, como “desolado”, “negligenciado”, “desértico” e “primitivo” (RAM, 2007).

Essas crenças sociais motivaram os membros da sociedade judaica israelense a lutar por seus objetivos e suportar as tensões e custos do conflito intratável. As crenças sociais sobre segurança enfatizam a importância tanto da sobrevivência nacional quanto da segurança pessoal. Eles destacam os perigos potenciais e postulam as condições que fomentem a segurança da sociedade. Durante o conflito intratável, os judeus israelenses acreditavam que a segurança do país e de seus cidadãos judeus estava sob séria ameaça (ARIAN, 1995; BRE-

⁵ Área que se estende a toda a Terra de Israel bíblica, incorporando os territórios hoje de Israel e Palestina.

CHER, 1972). Portanto, a conquista da segurança, que originalmente serviu de base às aspirações sionistas de retornar a Israel e estabelecer um Estado judeu, tornou-se a necessidade e o valor central, adquirindo o status de um símbolo cultural no *ethos* judaico israelense (HOROWITZ, 1984; LIEBMAN; DON YEHIYA, 1983). A sociedade israelense tornou-se uma "nação em armas", vivendo em uma situação que tem sido chamada de "guerra dormente" (HOROWITZ, 1984).

As considerações de segurança tiveram um papel crucial em muitas das principais decisões, sendo constantemente preferida em relação a outros temas. A segurança tornou-se decisiva para muitos tipos de leis, políticas e ações, indo além das esferas militar e política, mas também para os âmbitos econômico, legal, social, educacional, e até mesmo os domínios culturais (BAR-TAL; JACOBSON, 1998; KIMMERLING, 1993; PERLMUTTER, 1969). Além disso, durante o conflito intratável a sociedade aceitou sem críticas todas as decisões que foram justificadas por preocupações de segurança; consentiu na censura rigorosa da informação, evitou o debate público sobre certas questões; e evitou procurar ou mesmo apresentar informações sendo alegado que seria uma ameaça à segurança (BARZILAI, 1996).

Atribuindo a mais alta prioridade ao valor da segurança, a sociedade fez tudo o que poderia para induzir seus cidadãos a servir nas forças armadas e motivar os qualificados para serem voluntários nas instituições e unidades mais importantes (por exemplo, a força aérea, as unidades de comando, o Mossad, os Serviços Gerais de Segurança). O serviço nas Forças de Defesa de Israel (IDF) foi visto como um ingresso para a sociedade israelense, e qualquer tipo de recusa ou evasão foi severamente punida. Indivíduos que não serviram ou foram liberados do serviço antes de concluí-lo, mesmo sob justificativa de serem psicologicamente inadequados, encontraram desaprovação e dificuldades em encontrar trabalho na vida civil (BARZILAI, 1996).

Todos os canais de comunicação e agentes de socialização prestaram homenagem para as forças de segurança, que eram altamente confiáveis (LISSAK, 1984). Aqueles que se voluntariaram para servir em instituições ou unidades especiais receberam alto prestígio, para os altos funcionários foram atribuídos um estatuto especial que lhes permitiu não apenas atuar como autoridades epistêmicas em uma ampla gama de questões, mas também serem aceitos em qualquer campo após a aposentadoria, incluindo a política, indústria, negócios, serviço civil e até instituições culturais e educacionais (BAR-TAL, 1998a).

Ao mesmo tempo, uma herança de guerras e batalhas ajudou a desenvolver o heroísmo que, por sua vez, foi glorificado. Heróis militares receberam honras especiais e a sociedade demonstrou apreço por aqueles que haviam morrido no serviço militar, apoio a suas famílias e

ajuda para aqueles que foram feridos no cumprimento do dever. As crenças sociais fundamentais do *ethos* também se referiam às condições para garantir a segurança. Primeiro, foi enfatizado que Israel tinha o direito e dever de enfrentar as ameaças por meio de seu próprio poder armado, sem contar com a ajuda de forças militares estrangeiras e muitas vezes desconsiderando a opinião pública ou os pontos de vista de líderes estrangeiros e organizações internacionais (por exemplo, a Organização das Nações Unidas; ONU). Em segundo lugar, a terra era considerada o mais importante ativo do país na manutenção da segurança (BAR-TAL, 1998a).

Em suma, as crenças sociais sobre segurança eram funcionais para os confrontos violentos no conflito, uma vez que atribuíam alta prioridade ao tema na agenda estatal, desde uma justificativa para as decisões e ações da sociedade, e motivou os cidadãos à participação do conflito e a lidar com condições estressantes. Crenças desse tipo incluem a negação da humanidade do grupo adversário, por exemplo (BAR-TAL, 1989).

De fato, a deslegitimação mútua tem sido uma das manifestações dos longos anos de conflito entre os judeus israelenses e os árabes em geral, palestinos em particular (BAR-TAL, 1989). Desde cedo, o encontro entre judeus, principalmente vindos da Europa, e árabes que viviam na Palestina promoveu resultados negativos relacionados a estereótipos (LUSTICK, 1982). Aos árabes foram atribuídos rótulos como “primitivos”, “incivilizados”, “selvagens” e “atrasados”. Com o tempo, como o conflito se aprofundou e tornou-se violento, os árabes passaram a ser vistos como “assassinos”, “traíçoeiros”, “covardes”, “cruéis” e “perversos”, após o estabelecimento do Estado de Israel, estas deslegitimações sobre os árabes ainda prevaleciam e eram transmitidas através de canais institucionais (COHEN, 1984; DOMB, 1982), eles, como um grupo, não foram diferenciados e foram vistos de forma homogênea. Além do mais, foram culpados pela continuação do conflito, pela erupção de todas as guerras e confrontos militares, e por intransigentemente rejeitar uma resolução pacífica (HARKABI, 1977; LANDAU, 1971).

Essas crenças, embora pretendam explicar as causas do conflito e a violência dos árabes, também fornecem uma justificativa para o próprio comportamento hostil e das ações violentas por parte dos israelenses. As crenças sociais de auto-imagem positiva envolvem a atribuição de traços, valores, intenções e comportamentos para a própria sociedade, essas crenças permaneceram em absoluto contraste com aquelas que buscavam deslegitimar os árabes. Os judeus israelenses se viam como "pessoas novas", renascendo na Terra de Israel (HOFMAN, 1970; RAM, 2007). Os estereótipos positivos os retrataram como “tenazes”, “trabalhadores”,

“corajosos”, “modernos” e “inteligentes”, até o apelido de *sabra*⁶ foi cunhado. Com relação ao primeiro conjunto de traços, várias histórias e mitos foram acumulados sobre o comportamento dos judeus em tempos de paz e guerra, enquanto os últimos traços se referiam aos comportamentos dos judeus israelenses em relação aos árabes (BAR-TAL, 1998a).

A autorrepresentação positiva também invocou a herança judaica. A cultura judaica, a religião e a tradição eram consideradas raízes da civilização do Ocidente e moralmente superiores. Os judeus israelenses pensavam sobre si mesmos como o “povo escolhido” e como “luz para as nações”, essas crenças proporcionavam força moral e sentimentos de autoestima positiva durante o conflito (BAR-TAL, 1998a).

As mudanças nas crenças sociais do *ethos* têm influenciado a orientação da sociedade judaica de Israel, alterando o significado de identidade. As implicações cognitivas, afetivas e comportamentais dos judeus israelenses são diferentes do passado, no clímax do conflito intratável. Ser um judeu israelense nas últimas décadas implica ter crenças e atitudes, assim como padrões de comportamento, que correspondem à transição do conflito de intratável ao conflito tratável. A nova orientação emergente, no entanto, não caracteriza toda a sociedade judaica de Israel, alguns grupos se opõem explicitamente às novas tendências ou aspectos delas (OREN; BAR-TAL, 2007).

O que pudemos observar, de forma introdutória, são as formas como a psicologia pode auxiliar na análise de processo decisório em política externa dentro das pesquisas em Relações Internacionais, e mais especificamente, como essas análises auxiliam no estudo deste processo em Israel. Nos próximos capítulos analisamos a evolução dos elementos discutidos na sociedade israelense e como estes elementos se mostram no processo decisório.

⁶ Apelido dado aos primeiros judeus sionistas que imigraram para Israel. Sabra é uma fruta típica da região do Levante, por fora tem uma casca dura e composta por espinhos, mas por dentro o fruto é doce e de gosto agradável. O apelido representaria a força dos judeus que imigrariam para Israel, mas que seriam “doços” por dentro.

2 ELEMENTOS PSICOSSOCIAIS NA TOMADA DE DECISÃO

O objetivo principal deste capítulo é apresentar nossa abordagem teórica baseada na literatura de decisões comportamentais e suas contribuições à compreensão do processo decisório em política externa. Desde suas origens, os estudos sobre a tomada de decisões em política externa têm sido dominados por perspectivas racionalistas (HUDSON, 2014). Esta abordagem predominante assume que as decisões políticas são parte de um processo de resolução de problemas por atores-chave que perseguem interesses bem delimitados, com informação suficientemente completa, e maximizando racionalmente ganhos, ignorando o fato de que a tomada de decisão é realizada por seres humanos, que, por sua vez, são propensos à influência de aspectos emocionais inerentes aos processos sócio-cognitivos.

Desenvolvemos neste capítulo, portanto, uma revisão bibliográfica sobre o processo decisório em Psicologia Política e Social, que desafia as premissas básicas das teorias tradicionais das RI, como racionalidade e pragmatismo; interesse nacional; balança de poder; interdependência; entre outros.

O capítulo está organizado da seguinte maneira: em primeiro lugar, descreveremos brevemente os nossos pressupostos teóricos e usamos estes para desenvolver análises sobre a natureza da escolha estratégica. Então, apresentaremos especificamente a teoria do fenômeno *groupthink* e discutiremos as descobertas em termos de suas implicações para a compreensão da tomada de decisão estratégica e a pesquisa de decisões comportamentais em geral e para o caso aqui escolhido.

A análise da tomada de decisão em política externa tem sido dominada nas Relações Internacionais por perspectivas racionalistas. A perspectiva racional produziu elaborados modelos de formulação de políticas em vários estágios - estabelecendo tarefas específicas - incluindo diagnóstico de problemas, coleta de informações, concepção de alternativas, avaliação das consequências e implementação de alternativas escolhidas. Por outro lado, a perspectiva racional tem sido amplamente criticada. Estudos de tomada de decisão política, como os trabalhos de Graham Allison e Philip Zelikow (1971, 1999) sobre a Crise dos Mísseis de Cuba, forneceram evidências que põem em dúvida a validade empírica de modelos racionalistas e começaram a formular e a testar alternativas dentro dessa vertente teórica. Além disso, tem-se argumentado que pressupostos racionalistas de informação, preferências bem ordenadas e dominância de um único ator estão longe da realidade da política. Isso também obstruía a utilidade da perspectiva racional como diretriz normativa para a formulação de decisões de alta qualidade (HART, 1991).

Além dos modelos organizacionais desenvolvidos de forma a contrapor as abordagens racionalistas, os psicólogos que estudavam a tomada de decisões políticas forneceram uma crítica diferente da perspectiva da escolha racional e começaram a formular modelos analíticos diversos. Os estudos psicológicos colocaram o homem no centro da tomada de decisão, em contraste com os paradigmas organizacionais e políticos que enfatizam os processos de nível médio (Estado). Esta análise focaliza o nível micro, que diz respeito a tomadores de decisão individuais solitários e em interação. O trabalho de Janis (1982) sobre *groupthink* faz parte dessa contribuição psicológica emergente no campo da tomada de decisão política.

A habilidade de tomada de decisão do homem, fruto do processo de evolução biológica dos seres humanos, é capaz de transcender as limitações naturais e de transformar o mundo em sua própria imagem. Nas mãos humanas, nossa inteligência nos permitiu superar as restrições do patrimônio biológico e possibilitar a adaptação no processo. A história da inteligência humana e da capacidade de tomada de decisão começa com um universo que é capaz de codificar a informação. Esse foi o fator habilitador que permitiu que a evolução ocorresse (DARWIN, 2003) a uma taxa cada vez mais rápida.

Dessa forma, os organismos desenvolveram redes de comunicação e decisão chamadas sistemas nervosos, que poderiam coordenar as partes cada vez mais complexas de seus corpos, bem como os comportamentos que facilitaram sua sobrevivência. Assim, a biologia deu origem a neurologia, já que os cérebros se tornaram a vanguarda do armazenamento e manipulação de informações (KURZWEIL, 2013). O próximo passo foi exclusivamente humano.

O cérebro de um mamífero tem uma aptidão distinta que não foi encontrada em nenhuma outra classe de animal. Somos capazes de pensar hierarquicamente, de compreender uma estrutura composta por diversos elementos dispostos em um padrão, representando esse arranjo com um símbolo e, em seguida, usando esse símbolo como um elemento em uma configuração ainda mais elaborada. Essa capacidade ocorre em uma estrutura cerebral chamada neocórtex, que nos seres humanos alcançou um limiar de sofisticação e capacidade, de modo que possamos chamar essas ideias de padrões. Através de um processo recursivo interminável, somos capazes de construir ideias cada vez mais complexas, chamamos essa vasta gama de conhecimento de ideias recursivamente ligadas. Somente o *Homo Sapiens* possui uma base de conhecimentos que ele próprio evoluiu, cresce exponencialmente e é transmitida de uma geração para outra (HARDMAN; MACCHI, 2010).

Nossos cérebros deram origem a outro nível de abstração, na medida em que usamos nossa inteligência em conjunto com outro fator habilitador, o polegar opositor, para manipular

o meio ambiente e construir ferramentas. Essas ferramentas representaram uma nova forma de evolução, já que a neurologia deu origem à tecnologia.

A primeira invenção foi a história: linguagem falada que nos permitiu representar ideias com enunciados distintos. Com a invenção subsequente da linguagem escrita, desenvolvemos formas distintas para simbolizar nossas ideias. Bibliotecas de linguagem escrita ampliaram a capacidade de nossos cérebros sem ajuda para reter e expandir nossa base de conhecimento de ideias recursivamente estruturadas (KURZWEIL, 2013).

Na teoria de reconhecimento de padrões, Kurzweil (2005) descreve um modelo de como o cérebro humano consegue essa capacidade crítica usando uma estrutura muito inteligente projetada pela evolução biológica. Há detalhes neste mecanismo cortical que ainda não entendemos completamente, mas sabemos o suficiente sobre as funções que ele precisa realizar, que, no entanto, podem projetar algoritmos que tenham o mesmo propósito. Ao começar a entender o neocórtex, estamos agora em posição de amplificar seus poderes e entender melhor como o processo decisório ocorre dentro do cérebro humano. O princípio de funcionamento do neocórtex representa todos os conhecimentos e habilidades, bem como a criação de novos conhecimentos. É o neocórtex, afinal, responsável por cada decisão política, cada música, cada pintura, toda descoberta científica e os vários outros produtos do pensamento humano.

Para avaliar em que medida nosso cérebro é semelhante aos programas de computador, podemos pensar sobre o que o cérebro deve fazer enquanto processa informações. Fundamentalmente, o cérebro armazena e processa informações e, por causa da universalidade da computação, há mais um paralelo entre cérebros e computadores do que pode ser aparente (KURZWEIL, 2013).

Cada vez que fazemos algo, ou pensamos em algo, seja escovar os dentes, caminhar pela cozinha, contemplar um problema político, ou criar uma ideia, refletimos sobre como conseguir realizá-lo. Pensamos ainda mais em todas as coisas que não conseguimos fazer, já que as limitações do pensamento humano fornecem um conjunto igualmente importante de pistas (KURZWEIL, 2005). Pensar tanto em pensar pode muito bem estar retardando o processo, mas achamos que tais exercícios de autorreflexão nos permitem refinar os métodos mentais.

Também temos dificuldade em iniciar uma memória no meio de uma sequência. Se aprender a tocar um pedaço de música no piano, geralmente não se pode simplesmente começar com um ponto arbitrário em seu meio. Há alguns pontos em que se pode pular, porque a memória sequencial da peça é organizada em segmentos. Se tentar começar no meio de um

segmento, porém, é preciso reverter para a leitura até a memória sequencial entrar no próximo segmento (KURZWEIL, 2013).

Somos capazes de reconhecer rostos de pessoas familiares, mesmo sendo parcialmente cobertas ou distorcidas. Isso representa a chave da percepção humana: podemos reconhecer um padrão, mesmo que apenas uma parte dele seja percebida (vista, ouvida, sentida) e mesmo que contenha alterações. Nossa capacidade de reconhecimento aparentemente é capaz de detectar características invariantes de um padrão de características que sobrevivem ao mundo real das variações. As aparentes distorções em uma caricatura ou em certas formas de arte como o impressionismo enfatizam os padrões de uma imagem (pessoa, objeto) que reconhecemos ao mudar outros detalhes. O mundo da arte está realmente à frente do mundo da ciência ao apreciar o poder do sistema de percepção humana. Usamos a mesma abordagem quando reconhecemos uma melodia a partir de apenas algumas notas (KURZWEIL, 2013).

Ainda de acordo com o autor (2013), considere uma experiência que todos nós temos em uma base regular: uma memória de anos atrás inexplicavelmente aparece em sua cabeça. Muitas vezes será uma lembrança de uma pessoa ou um evento que você não pensou há muito tempo. É evidente que algo desencadeou a memória. O trem de pensamentos que fez essa memória aparecer pode ser aparente e algo capaz de articular. Em outras ocasiões, você pode estar ciente da sequência de pensamentos que levaram à memória, mas teria dificuldade em expressá-la. Muitas vezes, o gatilho é rapidamente perdido, então a memória parece que veio sem conexões com fatos correntes, mas o cérebro possui uma teia de pensamentos praticamente automáticos que formam conexões que às vezes não conseguimos mapear, todavia estão lá e, tem uma força poderosa sobre como tomamos decisões.

O que unifica a psicologia política e a torna distinta de outras formas de análise política é a busca de explicação, descrição e previsão no nível individual de análise (JERVIS, 1976). Este nível informa e afeta os tipos de perguntas que são feitas, os meios de prova que são procurados e as naturezas de inferências sobre a causalidade que são feitas por psicólogos políticos (CALANDRIN, 2017). Esse viés de atenção não é apenas limitado à pessoa, por vezes incorpora o indivíduo agindo em conjunto com outros indivíduos em configurações de grupo, no entanto, privilegia a pessoa sobre organizações ou outros níveis de análise que diminuem a importância do indivíduo. A este respeito, a psicologia política fornece uma inclinação particularmente humanista sobre política, afirmando a importância dos processos psicológicos individuais para os resultados políticos (MCDERMOTT, 2004; CALANDRIN, 2017).

No que tange ao episódio escolhido, a invasão foi instigada para fins que se estendiam muito além das ameaças de segurança imediatas. As verdadeiras intenções dos tomadores de

decisão estavam na mudança dos regimes governantes do Líbano a fim de derrubar as escalas políticas regionais a seu favor. O objetivo final israelense era remover a ameaça de movimentos políticos não estatais de outros Estados-nação, mais especificamente a Organização de Libertação da Palestina (OLP), mas os tomadores de decisão no alto escalão do governo israelense não teriam discutido todas as possíveis formas de abordagem e resolução de problemas como uma consequência da existência do fenômeno *Groupthink* no processo decisório, que discutiremos mais profundamente adiante no texto.

A utilização da psicologia para explicar a tomada de decisão em um Estado tem se tornado mais frequente, mesmo que ainda pouco utilizada na análise de política externa no Brasil. O que propomos nesta tese é a união de teorias mais tradicionais de análise de política externa em Relações Internacionais (ALLISON; ZELIKOW, 1999; HERMANN, 1980; JERVIS, 1976) com outras abordagens, como a psicologia política (JANIS, 1982).

A teoria sobre *groupthink* é relevante para a compreensão de como os atores interagem em determinados contextos, temática explorada também nas Relações Internacionais, sob uma perspectiva um pouco distinta, por Graham Allison e Philip Zelikow (1999). Podemos observar que uma negociação combina circuitos regulares entre os atores posicionados hierarquicamente dentro do governo. O comportamento do governo israelense pode ser entendido de acordo com o modelo de política burocrática desenvolvido por Allison e Zelikow (1999), não como resultado das organizações, mas como resultado de um jogo de negociações. Os resultados são formados pela interação dos grupos formadores do Estado. Em contraste à análise cognitiva, o modelo de política burocrática não vê o ator unitário sozinho, mas muitos atores unitários: atores que não se concentram em uma única questão estratégica, mas em muitos problemas intranacionais que podem se desdobrar em problemas internacionais. Assim, os atores que operam em termos de vetorizar as ações políticas baseadas numa estratégia consistente - de acordo com várias concepções de objetivos nacionais, organizacionais e pessoais - tomam decisões de governo não por uma única escolha, racional, mas pela política (ALLISON; ZELIKOW, 1999).

A política externa tem sido definida como um sistema de ação. Suas decisões, que constituem o comportamento do Estado, são o produto da interação entre dois ambientes: operacional e psicológico (ou percebido). Uma tarefa importante na análise de política externa é dissecar ambas as configurações, para explorar as suas partes componentes, e descobrir seus pontos de convergência e divergência (BRECHER, 1972).

Um postulado básico de nossa investigação é que as escolhas políticas e as consequências das decisões serão bem-sucedidas na medida em que os dois ambientes são congruentes

(BRECHER, 1972). Assim, é necessário examinar com cuidado os ambientes operacional e psicológico. É também essencial designar o alto escalão da tomada de decisão ou decisores de nível estratégico, cujo prisma de atitude e imagens específicas fornece a chave para compreender a força motora do comportamento do Estado, traduzido pelo ambiente psicológico.

Usando técnicas de mapeamento cognitivo, analisaremos a partir de estudos psicológicos problemas complexos de escolha estratégica para investigar vários fenômenos inter-relacionados: a inércia cognitiva, a tendência de mudanças nos modelos mentais dos atores de questões estratégicas e problemas de tomada de decisão (PORAC; THOMAS, 1990; REGER; PALMER, 1996), o viés de enquadramento documentado (KAHNEMAN; TVERSKY, 1984; HODGKINSON *et. al.*, 1999) e escalada de compromisso para um curso de falha de ação (STAW, 1997).

2.1 Processo de Tomada de Decisão

A análise da tomada de decisão política em Relações Internacionais tem sido dominada por estudos que pressupõem, automaticamente, a racionalidade das unidades de decisão, como os Estados e governos. Na visão racional, muito presente nas teorias do campo, as decisões políticas podem ser entendidas empiricamente como a solução de problemas calculada por atores-chave que buscam interesses bem especificados (por exemplo, maximização de poder, realização de objetivos políticos formalmente declarados). Normativamente, a perspectiva racional produziu elaborados modelos multiestágio de formulação de políticas, analisando tarefas específicas, incluindo diagnóstico de problemas, coleta de informações, formulação de alternativas, avaliação das consequências de alternativas, escolha, implementação de alternativas escolhidas, *feedback* e aprendizado (MAULE; HODGKINSON; BOWN, 2005).

As decisões estratégicas são a base sobre a qual as organizações identificam, esclarecem e atuam em relação aos seus objetivos de médio e longo prazo. Nas últimas décadas, houve um aumento de interesse na aplicação de conceitos, teorias e métodos das ciências cognitivas à análise de tais decisões, com o objetivo de obter uma melhor compreensão dos processos de formulação e implementação de estratégias, desenvolvendo intervenções para facilitar esses processos (HARDMAN; MACCHI, 2005; HUFF, 2002; EDEN; SPENDER, 1998; HODGKINSON, 2001; HODGKINSON; SPARROW, 2002).

Os pesquisadores que investigam a tomada de decisões estratégicas a partir de uma perspectiva cognitiva geralmente adotaram uma das duas abordagens complementares. A primeira implica na aplicação de conceitos de decisões comportamentais na tentativa de esclare-

cer as maneiras pelas quais os estrategistas individuais pensam e argumentam ao fazer escolhas estratégicas (BARNES, 1984; SCHWENK, 1984; 1985; 1988; DAS; TENG, 1999). Uma grande parte destes trabalhos tem traçado a noção de heurísticas e tendências (KAHNEMAN; SLOVIC; TVERSKY, 1982). Nesta abordagem, os estrategistas podem incorrer em uma série de erros ao simplificar seus raciocínios em um esforço para reduzir o ônus do processamento de informações, o que leva a uma tomada de decisão deficiente (SCHWENK, 1995; DAS; TENG, 1999; HODGKINSON, 2001; MAULE; HODGKINSON, 2002). Além de explicar os aspectos do pensamento estratégico, esse conjunto de pesquisas forneceu uma refutação parcial da crítica de que as heurísticas⁷ e tendências não podem ser generalizadas e testadas fora do laboratório (MAULE; HODGKINSON, 2002).

A segunda abordagem implica o uso de várias técnicas de mapeamento cognitivo (AXELROD, 1976; HUFF, 2002) para explorar a estrutura mental dos atores e representações de problemas estratégicos, de forma relativamente direta. Esta linha de trabalho baseia-se no pressuposto de que os atores constroem representações mentais simplificadas da realidade e que as escolhas estratégicas são, em última instância, influenciadas por essas representações. Com base no trabalho de Bartlett (1932), Tolman (1932) e Johnson-Laird (1983), os pesquisadores que adotam essa abordagem se referem várias vezes a essas representações mentais como esquemas, mapas cognitivos e modelos mentais (HUFF, 2002). Hodgkinson e Sparrow (2002) observam que, apesar de serem desenvolvidos para diferentes propósitos, esses termos foram usados indistintamente para transmitir a noção geral de que os atores desenvolvem representações internas de seus mundos, o que, por sua vez, está vinculado à ação organizacional⁸.

⁷ O termo se refere ao processo cognitivo empregado em decisões não pragmáticas, sendo definida como estratégias que ignoram parte da informação com o objetivo de tornar a escolha mais simples e ágil.

⁸ Não obstante suas diferentes origens, esses termos são suficientemente semelhantes para significar esse uso geral. Nesta tese, portanto, usaremos estes termos de forma intercambiável, para capturar a ideia global de que os indivíduos internalizam seu conhecimento e compreensão de questões estratégicas e problemas sob a forma de uma representação simplificada da realidade.

Quadro 1 – Tipos de abordagens cognitivas sobre processo decisório

1ª Abordagem	A partir da decisão tomada tentar compreender como os decisores pensaram.
2ª Abordagem	Procura compreender as representações cognitivas, visões de mundo, dos decisores que influenciaram no processo decisório.

Fonte: Criação nossa, baseada em dados de Barnes (1984), Schewenk (1984, 1985, 1988), Das e Teng (1999), Axelrod (1976), Huff (2002).

Reconhecemos que o ato de elaborar estratégias em organizações ocorre em uma arena sociopolítica e que as estratégias são o produto de uma ordem negociada, cuja consequência é que as cognições conflitantes de diferentes partes interessadas devem de alguma forma ser reconciliadas (ALLISON; ZELIKOW, 1999). Utilizamos o termo "processamento tipo heurístico" para denotar um processo amplamente automático/semiconsciente no qual a informação estratégica é avaliada com base nas suas características de nível superficial. Há um grande volume de evidências que mostram que os indivíduos se envolvem em estratégias de processamento heurístico durante o processo de tomada de decisão estratégica (SCHWENK, 1995). Embora o processamento heurístico torne o mundo gerenciável (reduzindo os requisitos de processamento de informações do tomador de decisão), isso pode, em algumas ocasiões, gerar erros, reduzindo a eficácia da tomada de decisão estratégica. O processamento de tipo II (elaborativo), em contraste, implica um nível mais profundo de análise de estímulo que ocorre sob controle consciente. O processamento de tipo II envolve um pensamento analítico denso e é menos provável que leve a erros e viés, embora possa às vezes também se revelar disfuncional devido a efeitos como "paralisia por análise", a tendência de ficar sobrecarregado por muita informação.

Assim, o modelo clássico segrega a crença (probabilidade) do valor (utilidade). A teoria de utilidade esperada subjetiva (SAVAGE, 1954) articula um conjunto de axiomas que são necessários e suficientes para a representação acima, permitindo que a probabilidade subjetiva e a utilidade sejam medidas simultaneamente pelas preferências observadas. Por exemplo, se Alan é indiferente entre receber 100 reais se chover amanhã (e nada de outra forma) ou 100 reais se uma moeda atingir sua cabeça (e nada de outra forma), então inferimos que ele considera que esses eventos são igualmente prováveis (isto é, $p(\text{chuva}) = p(\text{moedas}) = 1/2$). É importante enfatizar que Savage (1954), seguindo a tradição de teóricos anteriores (BOREL,

1924; RAMSEY, 1931; DE FINETTI, 1937 *apud* SAVAGE, 1954), rejeitou julgamentos diretos de probabilidade a favor de uma medida derivada das preferências observadas.

Em contraste, os psicólogos (KAHNEMAN; SLOVIC; TVERSKY, 1982) dão credibilidade a expressões diretas de crença e assumem que estas podem ser usadas para prever a disposição de agir sob incerteza dos atores. Por exemplo, uma perspectiva que oferece uma chance de receber 100 reais e uma chance igual de receber nada é mais arriscada do que uma perspectiva que oferece 50 reais com certeza, mesmo que a perspectiva "arriscada" não implique na possibilidade de perder dinheiro. A aversão ao risco é definida pelos teóricos da decisão como uma preferência por um resultado seguro sobre um prospecto casual com igual ou maior valor esperado (HODGKINSON; MAULE; BOWN, 2005). Assim, a preferência de 50 reais com certeza sobre uma chance de 50-50 de receber 100 reais ou nada representa aversão ao risco.

A procura de riscos, em contraste, é definida como uma preferência por uma chance de perspectiva com um resultado seguro de igual ou maior valor esperado. Tal forma implica, por exemplo, que a utilidade obtida por receber 50 é mais de metade do utilitário obtido por receber 100; portanto, receber 50 com certeza é mais atraente do que uma chance de 50-50 de receber 100 ou nada.

Quadro 2 – Tipos de processamento cognitivo humano

Tipo I – Heurístico	Análise superficial e “automática” das informações recebidas.
Tipo II – Elaborativo	Análise mais profunda, envolvendo um pensamento analítico denso.

Fonte: Criação nossa, baseada em dados de Schwenk (1995).

Na medida em que a nossa distinção entre sistema do tipo I e tipo II é significativa, esperamos encontrar que essas diferentes estratégias de processamento estejam associadas a diferenças na estrutura e no conteúdo das representações mentais dos decisores de questões e problemas estratégicos. Especificamente, a complexidade da representação mental de um ator varia de acordo com as quantidades relativas de processamento tipo I e tipo II implantados.

Schwenk (1988) argumenta que essas suposições informam os "quadros de referência" dos estrategistas ou "visões de mundo" que, por sua vez, são codificados como mapas cognitivos ou imagens, isto é, estruturas cognitivas que encapsulam o significado do ambiente de

decisão. Conseqüentemente, também esperamos observar que os atores que escolhem diferentes opções estratégicas mantêm diferentes representações mentais da situação.

Neste capítulo, apresentamos uma revisão da experiência em testar essas previsões, usando a pressão e limitação do tempo como formas de manipular as quantidades relativas de cada tipo de estratégia de processamento. Vários pesquisadores sugeriram que a introdução de pressão de tempo aumenta a quantidade de tipo I à custa do processamento de tipo II (FISKE, 1993; KRUGLANSKI; WEBSTER, 1996). Evidências mostram que a pressão do tempo reduz a complexidade das estratégias cognitivas subjacentes à tomada de decisão (MAULE; EDLAND, 1997).

Maule e Hockey (1993) sugerem que as reduções induzidas pela pressão da limitação do tempo na complexidade das estratégias cognitivas podem ser relativamente menores (por exemplo, "filtração", envolvendo pequenas mudanças na quantidade de informações relacionadas ao problema que são processadas) ou relativamente maiores (por exemplo, uma alteração na regra de decisão subjacente que leva a mudanças relativamente grandes na quantidade de informações relacionadas ao problema que são processadas).

Maule, Hodgkinson e Bown (2005) empregaram a pressão de tempo na tentativa de aumentar a quantidade de tipo I em relação ao processamento de tipo II, prevendo que isso, por sua vez, reduziria a complexidade das representações mentais dos tomadores de decisão. Além disso, investigaram a forma que essa redução de complexidade pode afetar o processo decisório. Há várias maneiras pelas quais a pressão do tempo pode reduzir a complexidade do raciocínio causal. Por exemplo, os participantes podem pensar em menos fatores (ou seja, menos nós conceituais em um mapa cognitivo), podem fazer menos conexões causais entre fatores (ou seja, menos ligações entre nós conceituais em um mapa) ou ambos. As atuais abordagens de processo duplo têm pouco a dizer sobre como os aumentos no processamento de tipo I afetam a representação de um ator sobre um problema. Por isso, investigamos esta questão no presente estudo.

A pesquisa anterior dos autores investigou a distinção entre as regiões focal e periférica dos mapas cognitivos (HODGKINSON; MAULE; BOWN, 2005). A região focal inclui os nós de escolha e aqueles nós conceituais e links que são adjacentes aos nós de escolha. A região periférica, pelo contrário, envolve links e nós que não estão diretamente conectados aos nós de escolha. Maule *et. al.* (2000) mostraram que a estrutura do raciocínio causal é mais importante do que seu conteúdo distinguindo entre participantes que escolhem diferentes opções. Em particular, eles descobriram que todos os participantes incluíam nós de conceito semelhantes em seus mapas, independentemente da opção que escolheram. No entanto, houve

diferenças importantes na estrutura da região focal de seus mapas, com mais raciocínio causal em torno da opção que escolheram do que a opção que rejeitaram. Esta descoberta também é consistente com sugestões de Svenson (1999), desenvolvidas no contexto da teoria da diferenciação e consolidação.

O centro desta teoria é a sugestão de que os indivíduos identificam uma alternativa promissora no início de um processo de decisão e, em seguida, participam de uma série de atividades cognitivas destinadas a diferenciar esta alternativa das demais. Isso sugere uma maior prioridade dada ao processamento de informações relativas à alternativa escolhida, que em nossa situação experimental, com base no mapeamento cognitivo, deve levar a uma rede mais elaborada de raciocínio causal em torno desta alternativa.

A priori, Hodgkinson, Maule e Bown (2005) identificaram três formas pelas quais o aumento do processamento de tipo I pode reduzir a complexidade dos mapas cognitivos dos participantes. Em primeiro lugar, é possível uma redução do raciocínio causal restrito à região focal do mapa. Sob este cenário, os efeitos seriam semelhantes em relação às alternativas escolhidas e rejeitadas. Em segundo lugar, é possível uma redução do raciocínio causal dentro da região focal, de modo que seus efeitos sejam mais fortes em relação à alternativa rejeitada, dada a menor prioridade concedida a essa alternativa. Finalmente, os anteriores podem levar a uma redução no raciocínio causal na região periférica do mapa.

Por exemplo, supondo que esteja pensando se deve ou não levar um guarda-chuva para o trabalho; dois atos possíveis estão disponíveis: carregar ou não um guarda-chuva. Por sua vez, dois estados são possíveis: chover ou não chover. A consequência da opção escolhida é uma função tanto do ato escolhido (estar em posse ou não de um guarda-chuva) e o estado das coisas (o que influencia se irá molhar-se ou não). No modelo normativo clássico de decisão sob incerteza, os tomadores de decisão pesam a atratividade percebida (utilidade) de cada consequência potencial por sua probabilidade percebida (probabilidade subjetiva) (HODGKINSON; MAULE; BOWN, 2005).

Quadro 3 – Exemplo de tomada de decisão sob incerteza

Ato	Estado	Consequência
Levar Guarda-Chuva	Chover	Não se molhar
Não levar Guarda-Chuva	Chover	Molhar-se
Levar Guarda-Chuva	Não Chover	Não se molhar
Não levar Guarda-Chuva	Não Chover	Não se molhar

Fonte: Criação nossa, com base em dados de Hodgkinson, Maule e Bown (2005).

Conforme mencionado anteriormente, Savage (1954) identificou um conjunto de condições de preferência que são ambas necessárias e suficientes para representar as escolhas de um tomador de decisão pela maximização da utilidade esperada subjetiva. Central para a representação, um axioma conhecido como "princípio seguro" (também às vezes referido como "independência fraca") coloca que: se duas ações produzem a mesma consequência, então a escolha sobre qual ação tomar não depende da consequência.

Durante o curso de suas vidas, as pessoas tomam muitas decisões, abrangendo uma ampla variedade de contextos e importâncias. Os tópicos de tomada de decisão comuns incluem opções de carreira, seja para se casar (e, em caso afirmativo, com quem e quando), que casa alugar (ou comprar), onde fazer compras e o que cozinhar para o jantar. A necessidade de uma boa decisão cresce à medida que a importância do contexto aumenta. Infelizmente, muitas vezes não é claro o que constitui uma boa decisão (HODGKINSON; MAULE; BOWN, 2005).

No entanto, com poucas exceções, esse tópico recebeu relativamente pouca atenção na literatura de Relações Internacionais (EDWARDS *et. al.*, 1996; LIPSHITZ, 1989; 1995; HERSHEY; BARON, 1992; FRISCH; JONES, 1993; FRISCH; CLEMEN, 1994). Vários motivos podem explicar a relutância em tratá-lo diretamente. Primeiro, o tópico pode ser visto como muito amplo e mal definido, tornando praticamente impossível ser tratado de forma sistemática e concisa. Um segundo motivo, relacionado, pode ser que várias classes de decisões podem ser definidas, cada uma exigindo diferentes critérios de julgamento. Em terceiro lugar, a discussão de "decisões sobre decisões" introduz o conceito de tomada de decisão de segunda ordem. Finalmente, alguns podem afirmar que uma resposta satisfatória à questão ainda não existe (HODGKINSON; MAULE; BROWN, 2005).

Apesar das dificuldades associadas à avaliação da qualidade da decisão, alguns pesquisadores tentaram resolver o problema. Talvez a questão mais fundamental tenha sido o debate acerca das decisões que devem ser julgadas pelo processo (pelo qual elas foram derivadas) ou pelo resultado (e as consequências associadas). A maioria tomou uma abordagem orientada para o processo, baseando-se geralmente em uma versão da teoria da utilidade (SAVAGE, 1954; LUCE; RAIFFA, 1957) e discute como uma boa decisão deve ser estruturada e modelada (EDWARDS *et. al.*, 1984; LIPSHITZ, 1989). O principal argumento para esta abordagem baseada em processo é que a maioria das decisões são tomadas sob incerteza.

Dada a estrutura e os números que entram em uma tomada de decisão, a tarefa do processo decisório deve, em princípio, ser trivial. A dificuldade reside na obtenção da estrutura e

do espaço apropriados, refletindo todos os resultados possíveis, o grau em que cumprem os objetivos de cada um, as contingências entre a decisão e o resultado e a probabilidade de ocorrência de diferentes resultados. A decisão "certa", então, é escolher a opção com a maior chance de atingir os objetivos do tomador de decisão (HODGKINSON; MAULE; BOWN, 2005). O pressuposto subjacente é que, em longo prazo, bons processos de decisão são mais propensos a gerar bons resultados.

Assim, a abordagem orientada em processos avalia a qualidade de uma decisão por sua estrutura, incluindo quão bem ela representa os objetivos do tomador de decisão. Como resultado, é mais fácil avaliar a qualidade e definição da matéria sobre a qual uma decisão deve ser tomada (SIMON, 1973). Ao julgar problemas mal definidos, o foco geralmente permanece na formulação do problema inadequado e não na própria decisão.

A maioria das decisões da vida real são vagas e mal definidas (FISCHHOFF, 1996). Tomadores de decisão podem, por exemplo, realizar múltiplos e ambíguos objetivos, tornando difícil julgar qual seria a melhor decisão. No entanto, pesquisadores orientados a processos de tomada de decisão argumentariam que a metade da solução envolve a estruturação apropriada do problema.

Baron (1994) observa que as pessoas têm dificuldade em seguir essa abordagem orientada no processo. Normativamente, a estrutura de decisão deve incorporar resultados potenciais, porque somente isso afetaria o cumprimento dos objetivos do tomador de decisão, um requisito conhecido como "consequencialismo". Mesmo que não afete as consequências de uma decisão (em termos de seus objetivos), as pessoas são sensíveis à forma como um resultado foi obtido. Baron, Spranca e Minsk (1991) mostraram que decisões com resultados idênticos são determinadas como resultantes de atos de ação, ao invés de atos de omissão.

Alguns argumentam que as respostas emocionais fortes devem ser consideradas como parte do resultado da decisão (MCDERMOTT, 2004). Após o conhecimento de resultado de uma decisão, as pessoas são ainda menos propensas a seguir as diretrizes fornecidas pela literatura baseada em processos. Em vez disso, ao julgar a qualidade da decisão, elas tendem a se concentrar no resultado (BARON; HERSHEY, 1988; JONES; YURAK; FRISCH, 1997). A razão simples subjacente a essa ênfase é que, no final do dia, as consequências de uma decisão são mais salientes do que o processo que as produziu.

Dessa forma, alguns pesquisadores de tomada de decisão em Psicologia Social defendem que o foco recaia sobre os resultados. Hershey e Baron (1992) salientam que, se um processo de decisão bom for mais suscetível a levar a um bom resultado, segue-se logicamente que os bons resultados são mais prováveis vindo de bons processos de decisão. Por sua vez,

Frisch e Clemen (1994) também abordam este argumento tratando a questão da qualidade da decisão, a partir de características do processo decisório que aumentem a probabilidade de obter um bom resultado, mesmo que violem a abordagem orientada para o processo.

No entanto, a maioria dos pesquisadores enfatiza que o processo, e não o resultado, deve ser objeto de avaliação. Suas teorias são consideradas "normativas", prescrevendo o que as pessoas devem fazer e como julgar decisões. A pesquisa "descritiva", que discorre como as decisões são realmente feitas, mostra que as pessoas se concentram nos resultados das decisões. As considerações normativas e descritivas estão profundamente inter-relacionadas, e existe uma interação contínua entre as duas perspectivas (COOMBS; DAWES; TVERSKY, 1970; KEREN, 1996). Para avaliar a qualidade da decisão, é importante examinar as facetas tanto normativas como descritivas das questões relevantes. Um procedimento comum é usar *benchmarks* normativos nos quais o processo real e o resultado são comparados.

Uma opção alternativa é o que Keeney e Raiffa (1976) denominaram de abordagem "prescritiva". Ela oferece diretrizes para os tomadores de decisão que procuram otimização, mas leva em consideração sua capacidade limitada de processamento de memória e informações que as torna vulneráveis a erros humanos, como tendências de raciocínio e emoções.

Quadro 4 – Tipos de análise de decisões

Focada no Processo	Descritiva	Descreve como as decisões são realmente feitas.
	Normativa	Diz o que as pessoas devem fazer e como julgar decisões.
	Prescritiva	Oferece diretrizes para os tomadores de decisão que procuram otimização.
Focada no Resultado	A estrutura de decisão deve incorporar resultados potenciais, porque somente isso afetaria o cumprimento dos objetivos do tomador de decisão, um requisito conhecido como "consequencialismo".	

Fonte: Criação nossa, com base em dados de Coombs, Dawes e Tversky (1970), Keren (1996), Keeney e Raiffa (1976).

As considerações específicas que prevalecem no processo de avaliação da qualidade da tomada de decisão dependem, em grande medida, do modelo de tomada de decisão adotado pelo ator. O problema da qualidade da decisão é examinado dentro de três abordagens dife-

rentes, amplamente definidas, para o estudo da tomada de decisões. O primeiro é o chamado paradigma do jogo, que tem sido a abordagem dominante no campo da tomada de decisão desde a sua criação. O principal pressuposto subjacente é que cada problema de decisão pode ser traduzido em uma escolha entre apostas, dependendo fortemente da teoria da utilidade (LUCE; RAIFFA, 1957; KEENEY; RAIFFA, 1976; SCHOEMAKER, 1982). A segunda abordagem é o modelo de conflito, que considera uma decisão ser a resolução de um conflito emocional, no qual escolher uma opção significa renunciar a outra (JANIS; MANN, 1977; COOMBS, 1987). A terceira, e última, abordagem é o modelo de responsabilidade (TETLOCK, 1991; LERNER; TETLOCK, 1999), que afirma como principal objetivo do decisor defender as decisões de forma convincente, se for responsabilizado.

As avaliações podem variar entre os atores que endossam diferentes perspectivas e modelos diferentes, por exemplo, pacientes e colegas podem ter uma abordagem diferente para julgar a qualidade da decisão de um médico. Enquanto os colegas podem enfatizar o processo de decisão, os pacientes provavelmente se concentrarão no resultado. Seja qual for a perspectiva tomada, um ator neutro raramente existe (HODGKINSON; MAULE; BOWN, 2005).

Quadro 5 – Tipos de avaliação da qualidade de uma decisão

Paradigma do Jogo	Processo decisório pragmático, somando prós e contras, influenciado pela teoria da utilidade, é a abordagem dominante no campo.
Modelo de Conflito	Um processo de perdas e ganhos, toda escolha é feita a partir da renúncia de outras possibilidades.
Modelo de Responsabilidade	Caso seja responsabilizado, o decisor deverá se defender, por isso escolhe a opção em que ele melhor se justifique.

Fonte: Criação nossa, com base em dados de Luce e Raiffa (1957), Keeney e Raiffa (1976), Schoemaker (1982), Janis e Mann (1977), Coombs (1987), Tetlock (1991) e Lerner e Tetlock (1999).

Como uma decisão é avaliada também depende se o ator se concentra na decisão ou no tomador de decisão, o produto ou o produtor. Por exemplo, um júri pode julgar o crime ou o criminoso, considerando, entre outras coisas, o número de infrações. Embora os dois estejam intimamente ligados, eles não são, de modo algum, o mesmo. O foco no tomador de decisão

pode envolver uma revisão do histórico de tomada de decisão dessa pessoa, que incorpora múltiplas e repetidas decisões (COOMBS; DAWES; TVERSKY, 1970).

Em ambos os casos, bons processos de decisão têm maior possibilidade de produzir bons resultados. No entanto, há evidências cada vez maiores que, na prática, os padrões de escolha do tomador de decisão (e, possivelmente, os julgamentos dessas decisões) sob condições de escolha únicas e repetidas não são necessariamente os mesmos (KEREN, 1996).

Se uma decisão é percebida como única ou repetida, esta é muitas vezes determinada pela forma como a decisão é enquadrada, e por quem é o decisor. Por exemplo, um paciente (ou um de seus parentes) que tem que julgar a qualidade de um tratamento médico, naturalmente, se concentrará exclusivamente nas particularidades de seu próprio caso, adotando assim uma perspectiva única. Em contrapartida, os médicos provavelmente tenderão a ter em conta a informação distributiva. A disputa sobre o julgamento estatístico em oposição ao clínico (DAWES; FAUST; MEEHL, 1989) sugere que, enquanto a abordagem anterior é normativamente superior, a maioria das pessoas se apega a esta última. Um desacordo fundamental entre os tomadores de decisão pode surgir quando um adota o procedimento clínico, enquanto o outro adota a abordagem estatística (ou vice-versa).

Em suma, o julgamento da qualidade da decisão depende da perspectiva tomada pelo ator, seja focando no resultado ou no processo, na decisão ou no tomador de decisão, um julgamento estatístico ou clínico.

A teoria que utilizaremos como base para o estudo explica um fenômeno que pode ocorrer em processos decisórios de pequenos grupos, sendo assim aplicável em Israel, e ao processo decisório da Guerra do Líbano de 1982. Este fenômeno, conhecido como *Groupthink* ou pensamento de grupo, foi cunhado por Irving L. Janis em seu artigo “*Victims of groupthink: A psychological study of foreign policy decisions and fiascoes*”, publicado pela primeira vez em 1972. De forma inédita, o autor aplicou uma análise da psicologia para decisões no nível de Estado, tentando explicar escolhas em processos decisórios. Fez plausível a hipótese de que cada um destes eventos pode, em grande parte, ser atribuído à ocorrência de um fenômeno muito específico e prejudicial dentro dos grupos de decisores envolvidos⁹.

Assim sendo, *groupthink* refere-se à tendência de grupos a chegarem a decisões sem avaliar com precisão as suas consequências, porque os membros desses grupos tendem a con-

⁹ O nome *groupthink* se origina na palavra *doublethink* da obra literária 1984, de George Orwell (HART, 1991).

cordar com a maioria e com as ideias que possuem maior apoio¹⁰. Na próxima sessão aprofundaremos a discussão sobre o fenômeno *groupthink* e seus elementos.

2.2 *Groupthink*

Nosso trabalho centra-se no tomador de decisão individual e no conjunto de tomadores de decisão individuais, como a principal unidade de análise, porque uma melhor compreensão dos processos de julgamento e dos sistemas de crença dos indivíduos é um pré-requisito vital para uma melhor compreensão das dinâmicas cognitivas e comportamentais do processo de estratégia em níveis mais altos de análise. Nosso trabalho é sustentado por uma abordagem de processo duplo para descrever os processos cognitivos através dos quais os atores individuais representam internamente problemas estratégicos e avaliam cursos alternativos de ação durante a elaboração de estratégias (HODGKINSON *et. al.*, 1999; HODGKINSON; MAULE, 2002).

Esta abordagem é baseada em teoria e pesquisa dentro da psicologia cognitiva e social sugerindo que existem dois tipos diferentes de estratégias de processamento de informação tipo I (heurística) e tipo II (elaborativo). Atualmente, os pesquisadores estão divididos em termos de extensão em que essas estratégias de processamento são mais apropriadamente vistas como funções paralelas, servidas por sistemas cognitivos independentes ou, alternativamente, como os extremos bipolares de um continuum unidimensional.

Apesar de perspectivas racionalistas serem dominantes no estudo da tomada de decisão em política externa, críticas frontais têm sido dirigidas ao modelo ao longo das últimas décadas. Estudos empíricos de decisão política, seguindo a liderança do estudo de Graham Allison e Philip Zelikow (1971; 1999) sobre a crise dos mísseis de Cuba, forneceram provas que duvidam da validade empírica dos modelos de atores racionais e começaram a formular e testar alternativas. Além disso, argumentou-se que os pressupostos racionalistas de informações perfeitas, preferências bem ordenadas e dominância de um único ator estão muito distantes da realidade política. Isso também obstrui a utilidade da perspectiva racional como uma diretriz normativa para a obtenção de decisões de alta qualidade (DROR, 1964; ETZIONI 1967; LINDBLOM, 1979).

¹⁰ Na obra de Goldstein e Pevehouse (2014), este fenômeno é ilustrado por um exemplo de psicologia: um grupo de seis pessoas é solicitado para comparar os comprimentos das duas linhas projetadas em uma superfície, cinco das seis pessoas estão secretamente instruídas a dizer que a linha A é a maior mesmo que seja evidente que a linha B seja a maior. O mais provável é que a sexta pessoa concorde com o resto do grupo ao invés de acreditar em suas próprias convicções.

Alternativas à perspectiva racional assumiram várias formas. Um importante conjunto de abordagens enfatizou as dimensões políticas do processo de tomada de decisão: muitos atores, interesses diversos, conflitos interagências e coalizões *ad hoc*. Nos modelos burocrático e organizacional de processo decisório, as decisões não são o produto de escolhas calculadas por um governo ou uma empresa como um ator unitário, mas sim o resultado de um processo de barganha entre os diferentes jogadores em uma arena política burocrática (ALLISON; ZELIKOW, 1971, 1999; HALPERIN, 1974; ROSENTHAL; HART; KOUZMIN, 1991).

O modelo implica uma ruptura definitiva com as perspectivas tradicionais de tomada de decisão, e uma separação rigorosa entre política e administração (MAULE; HODGKINSON; BOWN, 2005). A análise deve então tentar explicar por que algumas questões sociais recebem atenção dos decisores políticos, enquanto outras não. (BACHRACH; BARATZ 1970; COBB; ELDER, 1975; KINGDON, 1985).

Como os estudos de Allison e Zelikow (1971; 1999), Steinbruner (1974), Linstone (1984) mostraram, os diferentes paradigmas de tomada de decisão política não são mutuamente exclusivos. Em vez disso, eles são complementares: há diferentes tipos de atores e processos envolvidos na tomada de decisões. Dessa forma, explicar a tomada de decisões políticas requer, em outras palavras, uma técnica multiteórica de abordagem. O problema analítico seria desenvolver regras que especifiquem o potencial explicativo relativo de vários elementos e paradigmas em diferentes tipos de configurações de problemas, sistemas administrativos e arenas políticas.

Além dos paradigmas acima mencionados, os psicólogos que estudam processos políticos a tomada de decisões fornecem uma linha de críticas diferente daquelas baseada em uma perspectiva racionalista, levando à produção de modelos analíticos diferentes.

A pesquisa psicológica sobre a tomada de decisões políticas baseia-se no trabalho de pioneiros como Lasswell, Leites, George, Simon e March (*apud* HOLSTI, 1977). Enfatizam a importância que as diferenças individuais podem ter no curso e nos resultados da tomada de decisão política. Estudos psicológicos trouxeram "o homem de volta": em contraste com paradigmas organizacionais/institucionais que enfatizam diferentes níveis de análise, estudos psicológicos centram-se no nível micro (decisores individuais sozinhos e/ou em interação) (HOLSTI, 1977; HERMANN, 1980; KINDER; WEISS 1978; JERVIS, 1980; UNGSON; BRAUSTEIN, 1982).

Estudos psicológicos de decisão política refletem orientações diferentes e tradições de pesquisa dentro da psicologia. Eles têm focado, entre outros: (a) nas crenças e cognições dos decisores, moldando seus pontos de vista sobre o mundo, atores-chave e sua importância, a

natureza e o alcance dos problemas políticos, e as possibilidades de resolução (COTTAM, 1986); (b) nas capacidades e dinâmicas de processamento de informações, especificando diferentes formas pelas quais os indivíduos lidam com limitações nas habilidades cognitivas (AXELROD, 1976; NUTT, 1988); (c) nas emoções e motivações conscientes e inconscientes que afetam as atitudes e predisposições comportamentais dos decisores, incluindo muitos trabalhos sobre os efeitos do estresse psicológico e estratégias individuais de enfrentamento (COTTAM, 1986; ETHEREDGE, 1985; JANIS; MANN, 1977), (d) nos relatos psicobiográficos de socialização e desenvolvimento da pessoa, de políticos e burocratas chave (GEORGE; GEORGE, 1956); (e) na liderança e estilo interpessoal de proeminentes líderes políticos e burocráticos, especificando como os atores principais interagem com os outros em seus ambientes sociais e profissionais (DOIG; HARGROVE, 1987); e por fim (f) nos grupos e processos, concentrando-se na formação e na dinâmica de pequenos grupos (GOLEMBIEWSKI, 2008).

Quadro 6 – Orientações de pesquisa sobre processo decisório em psicologia

(a) Crenças e cognições realizadas pelos decisores	Como a visão de mundo dos decisores é formada e suas consequências nas decisões.
(b) Capacidades e dinâmicas de processamento de informações	Como os indivíduos lidam com limitações nas habilidades cognitivas.
(c) Emoções e motivações	Como emoções afetam as atitudes e predisposições comportamentais dos decisores.
(d) Relatos psicobiográficos	Como decisores se desenvolveram como sujeito e sua capacidade de socialização.
(e) Liderança e estilo interpessoal	Como os atores principais interagem uns com os outros em seus ambientes sociais e profissionais.
(f) Grupo e processos	Como se dá a formação e a dinâmica de pequenos grupos.

Fonte: Criação nossa, com base em dados de Sears (1986), Cottam (1986), Axelrod (1976), Nutt (1988), Cottam (1986), Etheredge (1985), Janis e Mann (1977), George e George (1956), Doig e Hargrove (1987) e Golembiewski (2008).

O trabalho de Janis, não só sobre pensamento de grupo (1982), mas também no seu estudo com Mann (1977), é pioneiro nessa contribuição emergente da psicologia para o campo da tomada de decisões políticas. No momento da sua publicação, era raro em sua ampla abordagem interdisciplinar (psicologia social, ciência política e história) o seu uso extensivo em estudos de caso comparáveis descrevendo o argumento, desenvolvendo e ilustrando a teoria. Esta metodologia tornou o modelo atrativo para um público amplo, incluindo a Ciência Política e as Relações Internacionais —que não eram inclinados a consultar estudos psicológicos empregando métodos estritamente experimentais¹¹.

Coesão, vista por Janis e a maioria dos outros teóricos de pequenos grupos como a extensão da "adesão" dos membros de um grupo, é um dos fatores cruciais no funcionamento deste. É também uma das mais intensamente pesquisadas variáveis na psicologia social de pequenos grupos, talvez em parte por causa de ser um dos aspectos mais esquivos e multifacetados de grupos: existem várias noções concorrentes de coesão; há diferentes técnicas de medir a coesão que nem sempre produzem resultados consistentes. A coesão afeta o comportamento do grupo de várias formas: permeia a estrutura e processo de grupo e fatores de coesão podem atuar como variáveis independentes, intermediárias ou dependentes. Essencialmente, muitos dos problemas não resolvidos na análise da coesão do grupo, relatados por Cartwright (1968), ainda existem hoje: como várias fontes de atração se combinam em uma medida composta de coesão, qual é a importância de diferentes fontes de atração e agrupamento de coletivos, seus efeitos subsequentes sobre o comportamento e qual a natureza dos vínculos causais envolvendo coesão do grupo e outros aspectos da estrutura e processo do grupo (CARTWRIGHT, 1968).

Logo após a Segunda Guerra Mundial, a pesquisa de coesão se moveu rapidamente através dos esforços sistêmicos de Festinger, Schachter, Back e seus associados. Muitos dos programas de pesquisa sobre comunicação social informal de Festinger e seus colegas foram dedicados a estudar efeitos do grupo em membros individuais. Os grupos exercem certas pressões em direção à uniformidade de seus membros. Como observou Shaw (1981),

[Grupos] caracterizados pela simpatia, cooperação, atração interpessoal e indicações semelhantes de coesão grupal exercem uma forte influência sobre os membros a se comportar de acordo com as expectativas do grupo. Membros de grupos coesos estão motivados em responder positivamente para os outros membros do grupo, e seu com-

¹¹ Ao mesmo tempo, essas mesmas qualidades tornaram seu trabalho vulnerável a várias críticas. Os historiadores criticaram o foco e as interpretações potencialmente superficiais (WELCH, 1989), e psicólogos com inclinação experimental apontaram ambiguidades empíricas e dificuldades em identificar a causalidade devido à natureza *post hoc* do estudo de caso (LONGLEY; PRUITT, 1980).

portamento deve refletir essa motivação (SHAW, 1981, p.218, tradução nossa).

Em grupos coesos, as normas explícitas ou implícitas e os padrões que fundamentam o funcionamento de qualquer coletividade, ganham importância. Considera-se que quanto mais coeso for o grupo, mais seus membros tendem a respeitar suas normas de conduta. Parece haver uma lógica convincente nesta proposição: quanto mais coeso o grupo, maior a satisfação dos membros com ele e maior sua vontade de permanecer parte dele, então maior os incentivos para pensar e agir como o grupo. No entanto, de acordo com os autores (HODGKINSON; MAULE; BOWN, 2005), este passo final é tomado com pressa demais. Se um membro do grupo se sente obrigado a acompanhá-lo, depende inteiramente do conteúdo das normas do grupo. As normas do grupo podem muito bem encorajar discussão e dissidência por minorias ou membros individuais. Normalmente, as normas de grupo tendem a enfatizar a importância do consenso e da ação conjunta, daí a tendência para a uniformidade. O ponto chave a lembrar, no entanto, é que a coesão aumenta o poder de normas do grupo, e estas podem ou não favorecer a uniformidade.

Na prática, a tendência para a conformidade em grupos coesos é generalizada. As pesquisas de Asch, Hare e McGrath (*apud* HODGKINSON; MAULE; BOWN, 2005) ilustraram isso em configurações laboratoriais e de campo. A coesão do grupo promove isso porque os membros do grupo enfaticamente querem permanecer no grupo como participantes respeitados. Em um nível geral, estudos de campo mostraram que grupos coesos são mais efetivos na realização de objetivos de grupo do que grupos não coesos. Similarmente, estudos de resolução de problemas de grupo mostram que os grupos coesos funcionam bem (SHAW, 1981).

Foi seguindo esta linha de pensamento que Janis (1982) trabalhou. Ele supôs que, em certo ponto, alta coesão torna-se prejudicial para a qualidade da tomada de decisões. Essa ideia era mais impressionante em sua contraintuição: a realização, dependendo do conteúdo de normas do grupo, entidades harmoniosas e cooperativas podem ser prejudiciais, ao invés de benéficas na produção de decisões de alta qualidade. No valor nominal, parece perfeitamente sensato em um grupo bem coeso, cujos membros gostam uns dos outros e cooperam, é provável que se produzam melhores decisões a custos mais baixos do que grupos em que os membros cooperam menos; grupos em que há poucas bases comuns entre membros; e grupos caracterizados por conflitos internos. A tese básica do fenômeno do pensamento de grupo argumenta exatamente o contrário: a própria coesão do grupo pode tornar-se um valor em si para cada um dos membros, na medida em que eles possam ser relutantes em dizer ou fazer

qualquer coisa que possa prejudicá-la, como expressar críticas contra as ideias e opiniões de outros membros ou a maioria do grupo.

Em circunstâncias de crise (alto estresse), a coesão do grupo geralmente aumentaria para Janis (1982), esta tese foi amplamente documentada nas configurações de campo. Os exemplos mais marcantes de laços de grupos sob estresse podem ser encontrados em grupos militares em situações de combate. A lealdade à pequena unidade de combate foi o que manteve muitos soldados durante a Segunda Guerra Mundial (em termos de eficácia de combate e resistência à propaganda inimiga), tanto no exército alemão quanto no dos EUA (HODGKINSON; MAULE; BOWN, 2005). Achados semelhantes foram obtidos em outros teatros de guerra (CHODOFF, 1983; GEORGE; GEORGE 1956; GRINKER; SPIEGEL, 1945; SHILS; JANOWITZ, 1948; STOUFFER *et. al.*, 1949).

Janis, como co-pesquisador no Projeto Soldado Americano, obteve neste período a maioria dos seus dados iniciais e *insights* sobre a coesão do grupo sob o estresse (JANIS, 1945; JANIS, 1949). Ao longo de sua carreira, ele permaneceu interessado nas respostas humanas ao estresse, em particular as formas em que as pessoas tomam decisões sob condições de ameaça externa. Esse interesse o levou ao trabalho sobre os efeitos da guerra aérea (JANIS, 1958) e advertências de desastres (JANIS, 1962), para a situação dos pacientes que decidem se submeter a uma cirurgia (JANIS, 1958, 1971) e decisões de parar de fumar (JANIS; MANN, 1977). A partir desses campos de estudos, ele desenvolveu uma teoria abrangente sobre questões individuais e coletivas (JANIS, 1971; JANIS; MANN, 1977; JANIS, 1989). Concentrando-se no desempenho de pequenos grupos sob estresse, Janis foi influenciado pela teoria psicodinâmica, enfatizando o papel individual e coletivo nos mecanismos de defesa para lidar com a ansiedade.

Esta visão basicamente psicanalítica sugere que, mesmo que um grupo não consiga alcançar objetivos formais ou objetivos oficiais declarados, sua coesão pode permanecer. Pode, até mesmo, crescer, à medida que os membros se veem como fonte de consolo emocional, independentemente de considerações relacionadas a tarefas e metas. Lott e Lott (1965) sinalizaram que, quando falhas são percebidas pelos membros do grupo por serem arbitrariamente "impostas" por fontes fora do controle do grupo, há uma boa chance de a atração pelo grupo aumentar. Isso é ainda mais significativo, quando os membros do grupo não têm opção de saída, ou seja, eles não podem se dissociar do coletivo (HART, 1991).

Em conclusão, pode-se argumentar que, embora sejam necessárias qualificações, o conceito de pensamento de grupo efetivamente gira em torno de algumas das ideias tradicio-

nais sobre os efeitos da "coesão" no desempenho do grupo. Em grande medida, a contribuição de Janis reside no desenvolvimento e na busca de uma linha de pensamento contra-intuitiva.

O fato de que, no momento, podemos apenas especular sobre tais questões nos alerta para um desenvolvimento importante nos estudos psicológicos de decisão política e em relações internacionais, nomeadamente a introdução de uma maior sofisticação política. A contribuição de Janis para a avaliação da qualidade da elaboração de políticas é indubitável, se apenas por sua distinção excepcionalmente clara entre qualidade do processo e qualidade do resultado. No entanto, é necessário ir além do seu trabalho e tentar integrar outros tipos de racionalidade e avaliação de políticas em nossos quadros analíticos (FARNHAM, 1990).

Irving Janis (1982) cunhou o termo "pensamento de grupo" (*groupthink*), fenômeno que acontece quando as pressões em um grupo levam a uma deterioração da eficiência mental, à noção da realidade e ao julgamento moral negligente. Isso tende a ocorrer em grupos altamente coesos em que o desejo de consenso dos membros do grupo é mais importante do que avaliar problemas e soluções de forma realista.

Janis observou que às vezes grupos de pessoas altamente qualificadas e experientes tomam decisões muito precárias (KOWERT, 2002). A decisão tomada pelo presidente John F. Kennedy e seus assessores de lançar a invasão em Cuba em 1960; a decisão tomada pelo presidente Lyndon B. Johnson e seus conselheiros entre 1964 e 1967 para escalar a guerra no Vietnã; a decisão tomada pelo presidente Richard M. Nixon e seus conselheiros para encobrir a invasão do Watergate em 1972; a decisão tomada pela NASA em 1986 para lançar o ônibus espacial Challenger (que explodiu após a decolagem, matando todos os sete membros da tripulação); a decisão tomada pela NASA em 2003 para lançar o ônibus espacial Columbia (que explodiu sobre o Texas depois de reentrar a atmosfera terrestre, matando todos os sete membros da tripulação) - todas essas decisões foram influenciadas pelo pensamento coletivo (ESSER; LINOERFER, 1989; HIROKAWA; GOURNAN; MARTIN, 1988).

As análises de Janis sobre o pensamento de grupo focaram principalmente nas decisões políticas e militares, mas o potencial deste fenômeno reside em grupos de qualquer organização (FINKELSTEIN, 2003; HOLSTEIN, J.A; MILLER, 1990; TASA; WHYTE, 2005).

Em sua pesquisa Janis (1982) identificou oito elementos de pensamento coletivo: a) Invulnerabilidade: a maioria ou todos os membros do grupo desenvolvem uma ilusão de invulnerabilidade, o que faz com que eles se tornem excessivamente otimistas e assumam riscos; b) Racionalização: os membros do grupo se ramificam coletivamente para reduzir os avisos que podem levá-los a conciliar seus pressupostos antes de se comprometerem com suas decisões políticas anteriores; c) Moralidade: os membros do grupo desenvolvem uma crença

inquestionável na moral inerente do grupo, inclinando os membros a ignorar as consequências éticas ou morais de suas decisões; d) Estereótipos: os membros do grupo desenvolvem visões estereotipadas dos líderes da oposição majoritariamente negativas de forma a justificar tentativas genuínas de negociação; e) Pressão: os membros do grupo aplicam pressão direta sobre qualquer membro que expresse fortes argumentos contra qualquer um dos estereótipos, ilusões ou compromissos do grupo, deixando claro que esse tipo de dissidência é contrário ao que se espera de todos os membros fiéis; f) Autocensura: os membros do grupo se censuram de qualquer desvio do aparente grupo de consenso, refletindo a inclinação de cada membro para minimizar a importância de suas dúvidas e contra-argumentos; g) Unanimidade: os membros do grupo percebem uma ilusão compartilhada de unanimidade em relação a julgamentos em conformidade com a visão da maioria (parcialmente resultante da autocensura de desvios, aumentada pela falsa suposição de que o silêncio significa consentimento); h) *Mindguards*: alguns membros do grupo se nomeiam para proteger o grupo de informações adversas que podem destruir sua complacência compartilhada sobre a eficácia e a moralidade de sua decisão.

Quadro 7 – Elementos do pensamento de grupo

a) Invulnerabilidade	Quando os membros do grupo têm a ilusão que são invulneráveis, o que faz com que eles se tornem excessivamente otimistas e assumam riscos.
b) Racionalização	Os membros do grupo se ramificam coletivamente para reduzir os avisos que podem levá-los a conciliar seus pressupostos.
c) Moralidade	Os membros do grupo acreditam que são moralmente superiores, levando os membros a ignorar as consequências éticas ou morais de suas decisões.
d) Estereótipos	O grupo desenvolve visões estereotipadas dos líderes opositores, de forma negativa.
e) Pressão	Os membros do grupo aplicam pressão direta sobre qualquer membro que expresse fortes argumentos contra qualquer ideia, projeto, apresentado.
f) Autocensura	Os membros do grupo se censuram de qualquer desvio do aparente grupo de consenso
g) Unanimidade	Os membros têm a ilusão de que todos pensam da mesma forma
h) <i>Mindguards</i>	Alguns membros do grupo se nomeiam para proteger o grupo de informações adversas

Fonte: Criação nossa, com base em dados de Janis (1982).

A probabilidade de surgir o pensamento de grupo é maior quando: (a) o grupo é coeso, (b) o grupo se torna isolado de membros externos qualificados e (c) o líder favorece a promoção de sua própria solução (JANIS, 1982). Ao sugerir formas de evitar o pensamento de grupo, Janis (1982) esperava reduzir a coesão e abrir o processo de tomada de decisão de várias maneiras. Uma forma seria selecionar grupos ad hoc para resolver problemas; desta forma, os membros não pertencem a um grupo coeso. Outra abordagem seria que os administradores de nível superior estabeleçam os parâmetros da decisão. Ainda outro método seria atribuir diferentes grupos para trabalhar no mesmo problema. E, finalmente, diferentes técnicas de decisão de grupo podem ser usadas para limitar os efeitos do pensamento de grupo e outros problemas inerentes à tomada de decisão compartilhada.

Quadro 8 – Elementos que aumentam a probabilidade de acontecer o pensamento de grupo

1) O grupo é coeso	Coesão é entendida como a extensão da "adesão" dos membros de um grupo.
2) O grupo se torna isolado de membros externos qualificados	Qualquer opinião contrária é descartada, mesmo de membros qualificados.
3) O líder favorece a promoção de sua própria solução	O líder concentra a tomada de decisão na sua opção preferida

Fonte: Criação nossa, com base em dados de Janis (1982).

Avisos contra os perigos do pensamento de grupo são lições padrão em escolas de negócios e no governo. A procura excessiva de concorrência nos grupos de formulação de políticas foi oferecida como a principal explicação para a tomada de decisões precárias que culminou em catástrofes que vão de Pearl Harbor e Watergate à missão do ônibus espacial Challenger. O pensamento de grupo é a teoria mais popular da forma como a decisão de grupo passou a ser considerada de forma crítica como principal suspeita em uma variedade de fiascos de formulação de políticas (KOWERT, 2002).

Apesar de sua popularidade, os cientistas sociais rotineiramente queixam-se de que o pensamento de grupo é uma teoria mal especificada. A formulação original de Janis (1982) combina aspectos da estrutura grupal, como coesão e homogeneidade com fatores situacionais que produzem estresse ou baixa autoestima, entre outras variáveis tais como os efeitos da liderança e das normas de grupo. Este complexo de condições antecedentes para o fenômeno pensamento de grupo geraria, de acordo com Janis (1982), um conjunto igualmente variado de consequências negativas, incluindo sentimentos compartilhados (dentro do grupo) de invulnerabilidade, estereótipos dos grupos adversários, autocensura e pressão sobre dissidentes internos. A maioria dos esforços para testar a teoria, de fato, totalizou pouco mais do que a apropriação da terminologia de Janis para recontar histórias bem conhecidas de processos de tomada de decisões. Nesses casos, é relativamente fácil encontrar evidências de muitos dos fenômenos que Janis discute, mas isso contribui pouco para a compreensão das pré-condições e consequências do pensamento de grupo.

3 TOMADA DE DECISÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS INTRATÁVEIS

Como tratado na sessão anterior, os impactos psicológicos em indivíduos e sociedades que experienciaram conflitos por longos períodos são muito importantes para a compreensão da tomada de decisão. Neste capítulo procuraremos compreender esses efeitos na sociedade israelense e como esses elementos podem ter influenciado no processo decisório político.

Conflitos armados acontecem todos os dias ao redor do mundo. Leitenberg (2006) documenta o impacto do conflito através de baixas ao longo do século XX: entre 1955 e 2000, 41 milhões de vidas foram perdidas devido a conflitos e violência política. Apesar disso, em quase todas as sociedades envolvidas em conflitos violentos, há pelo menos um segmento que apoia a continuação do conflito (BAR-TAL, 2013). As consequências políticas da exposição contínua de civis à violência e suas visões do conflito são um desafio para a sociedade.

Essa discussão se encaixa no debate de estudiosos sobre conflitos internacionais no que tange às instituições estatais e o controle exigido na sociedade em relação à obediência ou rebeldia (OLSON, 1971; OSTROM, 1998; MCFAUL, 2002; DIAMOND, 2002;). Outros postulam a relação linear oposta: a violência encoraja a revolta criando condições em que as pessoas acreditam que apenas a insurreição pode funcionar (LONGO; CANETTI; HITE-RUBIN, 2004; KALYVAS, 2006; FRANCISCO, 1996; TULLOCK, 1971; WOOD, 2003). Esse debate é relevante para conflitos intratáveis, entendidos aqui como confrontos persistentes com violência, intensidade e durabilidade (BAR-TAL, 2013; KRIESBERG, 1993). Na maioria dos conflitos, a constante exposição dos civis à violência e o risco resultante de morte ou ferimentos têm graves implicações psicológicas, econômicas, sociais e políticas. A perda de vidas e danos à propriedade leva a enormes custos econômicos à medida que a sociedade se torna responsável por compensar as vítimas e impedir a recorrência da violência física por meio de gastos militares maciços (LIFSHITZ, 1998).

Alguns estudiosos da teoria da escolha racional apresentam cálculos esperados de utilidade refletindo a abordagem de que, quando os custos do conflito são percebidos como suficientemente altos, as partes buscarão soluções políticas que prometam custos mais baixos do que continuar o conflito (ZARTMAN, 1989; ZARTMAN; TOUVAL, 1985), esta visão é atualmente dominante nas Relações Internacionais, como discutimos anteriormente. O conflito é "maduro" para a resolução quando as duas partes percebem um impasse e quando os custos de continuar o nível atual de violência são muito altos. Conflitos violentos de longa duração são resistentes a processos de intervenção, mediação e negociação (GRAF; KRAMER; NICOLESCOU, 2010; COLEMAN, 2003; AYRES, 2000;). Embora a posição das partes envolvidas

possa ser atribuída aos interesses racionais ou valores considerados cruciais para a sobrevivência, esta pode ser atribuída ao ciclo de violência que caracteriza conflitos intratáveis, com suas muitas implicações psicológicas (BAR-TAL, 2013).

Numerosos estudos examinaram o impacto psicológico da exposição pessoal com a violência política (GALEA *et. al.*, 2002; SHALEV; FREEDMAN, 2005; BLEICH; GELKOPF; SOLOMON; 2003), outros pesquisaram as consequências políticas do impacto psicológico (SKITKA; BAUMAN; MULLEN; 2004; HUDDY *et. al.* 2002;). Apenas alguns estudos abordaram as relações entre as consequências psicológicas da exposição pessoal aos resultados políticos (HOBFOLL; CANETTI-NISIM; JOHNSON, 2006; LAVI; CANETTI; SHARVIT; BAR-TAL; HOBFOLL, 2012; BONANNO; JOST; 2006; CANETTI-NISIM *et. al.*, 2009).

Ainda, outros estudos mostraram que a exposição à violência aumenta o apoio a políticas excludentes (CANETTI-NISIM *et. al.* 2009; HOBFOLL *et. al.* 2006), apoio a políticas beligerantes (ECHEBARRIA-ECHABE; FERNANDEZ-GUEDE, 2006; SKITKA *et. al.*, 2006; GORDON; ARIAN, 2001) e atitudes não comprometedoras (KIMHI; SHAMAI, 2006; SOLOMON; LEVI, 2005). Essa relação entre exposição à violência e atitudes intergrupais foi encontrada em várias zonas de conflito, o que será abordado com maior detalhe ao longo deste capítulo.

A pesquisa sobre resolução de conflitos e psicologia social sugere que a infraestrutura psicológica e sociocultural que evolui durante conflitos é importante para explicar por que os indivíduos raramente endossam a solução pacífica desses conflitos, independentemente dos custos. Estudos sugerem que as percepções de ameaças coletivas resultantes do sofrimento associado à exposição prolongada à violência criam privação de necessidades básicas e altos níveis de estresse (MILGRAM, 1986; STAUB, 2011; BURTON, 1990; DE JONG, 2002;). Para lidar com as consequências negativas da ameaça percebida, as sociedades adotam crenças de apoio a conflitos, dando-lhes uma importância significativa, reduzindo sua sensação de incerteza e estresse (BAR-TAL, 2013; HIRSCHBERGER; PYSZCZYNSKI, 2009). Essas crenças de “conflito de ameaças” fornecem uma visão tendenciosa do conflito e das sociedades envolvidas, tornando-se barreiras para uma solução pacífica do conflito (BAR-TAL; HALPERIN, 2011).

Conflitos intratáveis são definidos como conflitos que duram longos períodos e deixam sua marca distinta na vida coletiva das sociedades envolvidas. Os membros de sociedades que vivem sob experiências prolongadas de conflitos precisam de uma visão de mundo particular para fornecer-lhes uma base epistêmica significativa que lhes permita satisfazer su-

as necessidades psicológicas básicas e alcançar seus objetivos. Propusemos que, para cumprir essas funções, as sociedades englobadas por conflitos intratáveis desenvolvem um tipo particular de visão de mundo, que o autor define e utilizamos aqui como o *Ethos* do conflito (BAR-TAL, 1998a, 2000, 2007a, 2011).

Propomos uma abordagem sociopsicológica para entender os efeitos da exposição à violência no apoio ao compromisso político no conflito israelo-palestino. Israelenses e palestinos estão expostos a estressores (CANETTI-NISIM *et. al.*, 2009). Este estudo enfatiza a narrativa do conflito, uma vez que se reflete no *ethos* israelense, e foco deste trabalho em questão.

Argumentamos que a exposição prolongada à violência provoca sofrimento psicológico, aumentando as percepções crônicas da ameaça coletiva. A ameaça coletiva percebida invoca o uso de narrativas compartilhadas de apoio a conflitos, reduzindo o apoio ao comprometimento para acabar com o conflito (BAR-TAL, 2013). Nós entendemos o *ethos* do conflito como um conjunto de narrativas de apoio a conflitos compartilhados, com uma estrutura ideológica que diminui o apoio à resolução pacífica de conflitos intratáveis.

Envolvimento em conflitos intratáveis tem efeitos psicológicos negativos severos. Numerosos estudos mostram que a exposição prolongada à violência pode levar a sérios distúrbios psicológicos, manifestados como excitação emocional e fisiológica contínua, incluindo ansiedade elevada, sintomas de estresse pós-traumático e sensação de insegurança (CANETTI-NISIM; CANETTI-NISIM *et. al.*, 2009; GALLAGHER; HAMBER; JOY, 2012; SOLOMON; LAVI, 2005; BLEICH; GELKOPF; SOLOMON, 2003; RIEDER; ELBERT, 2013; ARIELY; HALPERIN, 2008). O sofrimento psicológico pode afetar espectadores, amigos das vítimas ou pessoas conscientes da violência potencial (SCHUSTER *et. al.*, 2001; BLEICH; GELKOPF; SOLOMON, 2003; HOBFOLL *et. al.*, 2006).

Alguns estudiosos acharam que o sofrimento estava associado a atitudes mais favoráveis em relação à paz (SOLOMON; LAVI, 2005); outros demonstraram que indivíduos podem adotar atitudes hostis em relação a grupos externos e apoiar a contra-argumentação como respostas ao sofrimento relacionado à violência (CANETTI-NISIM *et. al.*, 2009; HOBFOLL *et. al.* 2006; SULLIVAN; PIERESON; MARCUS, 1982).

Estudos mostram que o sofrimento psicológico também desempenha um papel importante na facilitação de percepções de ameaça (CANETTI-NISIM *et. al.*, 2009; SOLOMON; IANCU; TYANO, 1997; MAGWAZA, 1999; KUTZ; DEKEL, 2006; TAYLOR, 1983; ANTONOVSKY, 1987;). A abordagem das suposições destruídas (JANOFF-BULMAN, 1992) argumenta que os eventos traumáticos colocam grandes desafios aos pressupostos básicos dos

indivíduos sobre o mundo como significativos, previsíveis e benignos, Janoff-Bulman (1992) argumenta que o sofrimento psicológico resultante de eventos traumáticos está associado a uma percepção do mundo como mau e perigoso.

A ameaça percebida durante o conflito pode ser definida como a avaliação cognitiva do grau em que os membros do grupo externo interferem na realização dos objetivos individuais ou do grupo (CANETTI-NISIM *et. al.*, 2009). No entanto, a literatura sócio-psicológica enfatiza o caráter multidimensional da ameaça percebida, apontando para a natureza diferente das várias fontes de ameaça, como ameaça pessoal e coletiva. Embora a primeira se refira ao medo pessoal dos efeitos da violência, a segunda relaciona-se com o medo de que a violência representa um perigo para a legitimidade, recursos ou valores de uma nação (HUDDY *et. al.* 2002). Percepções de ameaça coletiva podem anular percepções de ameaça pessoal devido à construção de "nós" como vítimas e "eles" como objetos de medo e hostilidade pela mídia e governo (FISKE; GILBERT; LINDZEY, 2010; SCHLESINGER, 1991).

Esse contexto de ameaça promove atitudes favoráveis em relação ao grupo interno e aumenta a animosidade em relação aos rivais (GREENBERG; PYSZCZYNSKI; SOLOMON, 1986; HUDDY *et. al.*, 2005) e até mesmo em relação a grupos externos não relacionados à ameaça (RIEK; MANIA; GAERTNER, 2006; STEPHAN; RENFRO; DAVIS, 2008). As percepções de ameaça estão entre os elementos mais importantes de preconceito e hostilidade (ESSES *et. al.*, 2001; JACKSON *et. al.*, 2001), o exclusivismo (CANETTI-NISIM; ARIELY; HALPERIN, 2008; CANETTI-NISIM *et. al.*, 2009), intolerância política (QUILLIAN, 1995), xenofobia política (CANETTI-NISIM; PEDAHZUR, 2003), militarismo (BONANNO; JOST; 2006) e apoio a uma política de segurança nacional agressiva (HUDDY *et. al.*, 2005). Ameaças à nação têm maior influência nas atitudes sociopolíticas do que as ameaças aos indivíduos (HUDDY *et. al.*, 2002; JACOBSON; BAR-TAL, 1995). Estudos mostram que quando a vulnerabilidade pessoal aos danos relacionados a conflitos se torna perceptível, os indivíduos respondem à ameaça com o apoio diminuído à violência preventiva (HIRSCHBERGER; PYSZCZYNSKI, 2009).

Em relação ao conflito entre Israel e Palestina, diferentemente da ameaça aos indivíduos, à percepção da ameaça nacional foi encontrada como uma barreira para o compromisso pela paz (MAOZ; MCCAULEY, 2008). A ameaça pessoal pode explicar o elo proposto entre as teorias racionalistas entre os altos níveis de violência para gerar apoio ao compromisso entre as populações civis. A ameaça coletiva pode explicar a prevalência contraintuitiva do aumento do apoio social à militância após a exposição à violência política.

Por que a angústia, combinada com as percepções resultantes de ameaças, diminui o apoio a soluções pacíficas para conflitos intergrupais, mesmo com considerações racionais de interesse próprio econômico, social e psicológico? A pesquisa sobre psicologia social e resolução de conflitos sugere orientações conservadoras em relação ao conflito e o rival é um mecanismo de enfrentamento altamente eficaz que permite à sociedade sobreviver a esse período estressante e ameaçador (MITZEN, 2006; BROCKNER; RUBIN, 1985). Essa orientação aparentemente irracional pode ser particularmente funcional durante um conflito intratável, pois permite à sociedade lidar com seus constantes sentimentos de angústia (BAR-TAL, 2013).

Estudos em psicologia indicam que em tempos de estresse e ameaça há uma forte necessidade de reduzir a incerteza criando um ambiente compreensível e coerente. Os indivíduos se esforçam para construir uma visão de mundo coerente que forneça uma imagem significativa dos eventos traumáticos (DAVIS; NOLEN-HOEKSEMA; LARSON, 1998). Esse processo ajuda a facilitar o enfrentamento de suas implicações psicológicas adversas, particularmente quando a exposição a esses eventos é crônica ou prolongada (ANTONOVSKY; 1987; GREENBERG; SOLOMON; ARNDT, 2008; TAYLOR, 1983).

Nas próximas sessões deste capítulo abordaremos esses elementos especificamente na sociedade israelense e como eles influenciam o processo decisório.

3.1 O Ethos do Conflito

O *Ethos* do conflito é definido como uma configuração de crenças sociais compartilhadas que fornecem uma orientação dominante particular para uma sociedade e dão sentido à vida da mesma sob condição do conflito intratável (BAR-TAL, 2000). Nessa estrutura conceitual, as crenças sociais são definidas como cognições compartilhadas por membros da sociedade que abordam temas e questões com as quais estes são particularmente ocupados e que contribuem para o senso de singularidade, ou seja, de que são de certa forma excepcionais, o que contribui para que a sociedade reforce os elementos que definem o *Ethos*. (BAR-TAL, 2000). As crenças sociais centrais do *Ethos* do conflito podem ser vistas como um dogma ideológico que facilita uma visão abrangente da realidade; serve como um prisma através do qual os membros da sociedade avaliam suas experiências, eventos e novas informações; e fornece prescrições orientadoras para a ação social, tudo no complexo contexto de conflito.

O objetivo deste presente subcapítulo é conceituar o *Ethos* do conflito na sociedade israelense. Assim, procuramos descrever a construção de uma escala projetada para avaliar a adesão dos indivíduos ao *Ethos*, ou, em outras palavras, para medir a extensão em que os membros individuais da sociedade estão psicologicamente inseridos no conflito intratável.

Esta ferramenta pode ser adaptada a qualquer sociedade envolvida em conflitos intratáveis e, portanto, tem importância conceitual e empírica, todavia nesta pesquisa avaliamos apenas a sociedade de Israel, mais especificamente a judaica.

O *Ethos* do conflito fornece a base epistêmica para a consciência social hegemônica da sociedade e serve como um dos fundamentos da vida social em tempos de conflito intratável. Ele liga os membros da sociedade e conecta o presente às aspirações e objetivos que os impelem para o futuro. O *Ethos* do conflito é uma visão de mundo relativamente estável que cria uma estrutura conceitual, permitindo que os seres humanos organizem e compreendam o contexto prolongado de conflito no qual eles vivem e agem para a sua preservação ou alteração de acordo com este ponto de vista. Portanto, o *Ethos* do conflito pode ser visto como um tipo de ideologia (EAGLETON, 1991; JOST; FEDERICO; NAPIER, 2009; SHILS, 1968; VAN DIJK, 1998).

Como uma ideologia, o *Ethos* do conflito representa uma base de conhecimento coerente e sistemática que fornece uma razão principal para explicar o estado atual de temas, dirige as decisões dos líderes e serve como um guia para o comportamento coordenado dos membros da sociedade, desenvolvimento do sistema social e seu funcionamento. É uma ideologia conservadora, porque sua orientação se esforça para preservar a ordem existente de continuar o conflito, sem correr o risco de passar para a incerteza que a pacificação requer (JOST, GLASER; KRUGLANSKI; SULLOWAY, 2003). Como Tho'risdo'ttir e Jost (2011) observaram, a ideologia conservadora¹² expressa o medo da mudança: “O *status quo*, não importa quão aversivo seja, é uma condição conhecida e, portanto, mais fácil de prever e imaginar do que um estado de coisas potencialmente diferente que poderia ser melhor ou pior” (p. 789, tradução nossa).

Nesta linha, sugerimos que o *Ethos* do conflito possa mediar entre tendências conservadoras pessoais estáveis e avaliações de situações específicas relacionadas a conflitos. É importante enfatizar que o *Ethos* do conflito pode mudar com o tempo, pois as ideologias também são alteradas como resultado de mudanças de longo prazo nas condições sociais. Assim, a mudança do conflito intratável, ou a evolução de segmentos de membros da sociedade que começam a apoiar a resolução pacífica do conflito com ideias alternativas, pode enfraquecer a

¹² Não entraremos no debate sobre conservadorismo político neste trabalho, mas entendemos como conservadores aqueles que buscam preservar uma variedade de instituições como religião, governo e direitos de propriedade, com o objetivo de enfatizar a estabilidade e a continuidade social. Principal autor sobre o conservadorismo moderno, Edmund Burke, defendeu a ordem estabelecida, incluindo papéis-chave das instituições religiosas e da aristocracia no governo e foi um opositor veemente da Revolução Francesa.

adesão ao *Ethos* e até levar ao desenvolvimento de um espírito alternativo de paz que eventualmente pode se tornar um pilar da cultura da paz (NETS-ZEHNGUT; BAR-TAL, 2014). De fato, o estudo em larga escala de Oren (2005, 2009) mostrou claramente como o *Ethos* do Conflito muda em uma longa perspectiva de tempo, tendo em vista os principais eventos que transformam as condições de conflito intratável, levando-o à tratabilidade.

Em trabalhos anteriores de Nets-Zehngut e Bar-Tal, foi proposto que os desafios colocados pelos conflitos intratáveis levaram ao desenvolvimento dos oito temas inter-relacionados das crenças sociais que compõem o seguinte:

No *Ethos* do conflito (BAR-TAL, 1998a, 2000, 2007a; ROUHANA; BAR-TAL, 1998b) as crenças sociais sobre justiça delineiam as metas no conflito, indicam sua importância crucial e fornecem suas explicações e justificativas. Além disso, as crenças sociais negam e deslegitimam as metas do grupo rival. Essas crenças sociais desempenham um papel crucial de motivação porque apresentam os objetivos como existenciais. As crenças sociais sobre segurança dizem respeito à avaliação de ameaças e perigos e às dificuldades de enfrentá-las em situações de conflito intratável, bem como a importância de viver em segurança e as condições que facilitam sua realização (BAR-TAL; JACOBSON, 1998). Essas crenças são essenciais porque conflitos intratáveis envolvem violência que representa várias ameaças a indivíduos e coletivos. Sua função mais importante é satisfazer a necessidade humana básica de segurança, e podemos até relacionar com o medo hobbesiano, o medo da morte violenta. (BURTON, 1990; MASLOW, 1970; CALANDRIN, 2017).

A autoimagem coletiva positiva das crenças sociais diz respeito à tendência etnocêntrica de atribuir características positivas, valores, normas e padrões de comportamento ao grupo interno, em detrimento do grupo rival (BAUMEISTER; HASTINGS, 1997; SANDE *et al.*, 1989). Eles frequentemente se relacionam com coragem, heroísmo ou perseverança, bem como com a humanidade, a moral, a justiça, a confiabilidade e o progresso. Essas crenças permitem uma diferenciação clara entre o grupo e os rivais, e fornecem força moral e um senso de superioridade (SANDE *et al.*, 1989).

As crenças sociais da vitimização em grupo dizem respeito à apresentação do grupo interno como vítima de danos injustos, más ações e atrocidades perpetradas pelo adversário (BAR-TAL *et al.*, 2009; MACK, 1990; VOLKAN, 1997). Eles fornecem o incentivo moral para buscar justiça e se diferenciar do oponente, bem como para mobilizar apoio moral, político e material da comunidade internacional. Crenças sociais que deslegitimam o oponente dizem respeito a crenças que negam a humanidade do adversário (BAR-TAL; TEICHMAN; 2005; HOLT; SILVERSTEIN, 1989; OPOTOW, 1990; RIEBER, 1991). Especificamente,

eles indicam que o grupo rival deveria estar fora dos limites dos grupos comumente aceitos, e que deveria ser excluído da comunidade internacional como um membro legítimo digno de direitos civis e humanos básicos, e assim merece tratamento desumano (BAR-TAL, 1989, 1990). Essas crenças explicam as causas do surto do conflito, sua continuação e a violência do oponente, e tem uma função especial em justificar os próprios atos agressivos do grupo contra o grupo rival, o que argumentaremos com exemplo nos próximos capítulos (ELIZUR; YISHAY-KRIEN, 2009).

As crenças sociais do patriotismo geram apego ao país e à sociedade propagando lealdade, amor, cuidado e sacrifício (BAR-TAL; STAUB, 1997; SOMERVILLE, 1981). Crenças patrióticas aumentam a coesão social e a dedicação ao Estado. As crenças sociais de unidade referem-se à importância de se unir em face da ameaça externa. Essas crenças fortalecem a sociedade a partir de dentro, desenvolvem um consenso e um senso de pertencimento, aumentam a solidariedade e permitem que as forças e a energia da sociedade sejam direcionadas ao enfrentamento do inimigo.

Finalmente, as crenças sociais da paz referem-se à paz como objetivo final e desejo da sociedade, e aos membros da sociedade como amantes da paz. Tais crenças servem à função de inspirar esperança e otimismo. Eles fortalecem a autoimagem positiva e a autoapresentação positiva para o mundo exterior. É importante notar que alguns dos temas de crença que compõem o *Ethos* do conflito podem ser encontrados em outros tipos de grupos, não necessariamente apenas naqueles envolvidos em conflitos intratáveis. A tendência de deslegitimar e desumanizar os membros de fora de grupo, por exemplo, tem sido estudada em muitos contextos diferentes (ECHABE; CASTRO, 1996; HASLAM, 2006; LEYENS *et. al.*, 2001; STRUCH; SCHWARTZ, 1989).

O patriotismo, também, não é exclusivo das sociedades envolvidas em conflitos intratáveis (BAR-TAL; STAUB, 1997; KOSTERMAN; FESHBACH, 1989; MUMMENDEY; KLINK; BROWN, 2001). No entanto, propomos que nas sociedades envolvidas em conflitos intratáveis, os oito temas aqui apresentados estão inter-relacionados e se combinam para formar uma visão de mundo ideológica holística e coerente que distingue essas sociedades das demais. Os temas inter-relacionados da ideologia, tomados em conjunto, desempenham uma função importante na vida das sociedades envolvidas em conflitos intratáveis e seus membros. Como uma mentalidade, eles lançam uma luz imprimindo na realidade e moldam a maneira como ela é vista.

Em vista do importante papel que o *Ethos* do conflito desempenha nas vidas dos membros da sociedade envolvidos em conflitos intratáveis, não é de surpreender que as socie-

dades façam esforços especiais para transmiti-las e mantê-las (NETS-ZEHNGUT; BAR-TAL; 2014). Eles não apenas se utilizam de instituições e canais de comunicação para disseminar aos membros da sociedade suas visões de mundo e crenças, mas também empregam vários mecanismos sociais para preservá-las (por exemplo, censura ou sanções).

O conflito israelo-palestino já se arrasta há pelo menos 100 anos, pois o nacionalismo palestino e o sionismo, o movimento nacional judaico, entraram em colisão sobre a mesma terra e o direito à autodeterminação, à soberania e à justiça (CAPLAN, 2009; DOWTY, 2005; MORRIS, 2001; WASSERSTEIN, 2003). Por um longo tempo, o conflito foi um caso de um conflito intratável, mas entre 1977 e 2000, começou a se mover em direção à tratabilidade. O tratado de paz com o Egito em 1979 - e especialmente os Acordos de Oslo com os palestinos em 1993, e depois em 1995 - bem como o tratado de paz com a Jordânia em 1994 são marcas do processo de paz que mudou as relações entre judeus e árabes na região. Mas a pacificação regrediu com o reescalonamento do conflito como resultado do fracasso da cúpula de Camp David em julho de 2000 e da erupção da Segunda Intifada (BAR-SIMAN-TOV, 2007; DRUCKER, 2002; ENDERLIN, 2003; SWISHER, 2004).

Sob as condições do conflito intratável, a sociedade israelense judaica desenvolveu um *Ethos* do conflito. Durante os anos 1940, 1950, 1960 e a maior parte dos anos 70, quando o conflito árabe-israelense era totalmente intratável, o *Ethos* dominava a cultura da sociedade (BAR-TAL, 2007b). Durante esse período, as crenças sociais do *Ethos* eram amplamente compartilhadas pelos membros da sociedade, amplamente utilizadas no discurso público, apareciam predominantemente em canais de comunicação de massa e eram amplamente utilizadas para justificar e explicar decisões, políticas e cursos de ações tomadas (OREN, 2005, 2009). Eles também foram expressos em cerimônias institucionais, comemorações e memoriais (ARVIV ABROMOVICH, 2011), e desfrutaram de um status hegemônico em produtos culturais como literatura, filmes, teatro, artes visuais e assim por diante (BAR-TAL, 2007b; SHOBAT, 1989; URIAN, 1997).

Finalmente, essas crenças foram extensivamente apresentadas no sistema educacional através dos livros usados nas escolas, por meio de cerimônias e de outras formas (BAR-TAL, 1998a, 1998b; PODEH, 2002). No entanto, como os primeiros sinais de paz se manifestaram no final da década de 1970, a confiança no *Ethos* e sua centralidade começaram a diminuir nas décadas posteriores.

O conflito israelo-palestino é uma parte fundamental do conflito árabe-israelense e dura cerca de um século. Ele gira em torno do território que dois movimentos nacionais reivindicam como sua terra natal: o sionismo e o nacionalismo palestino. A partir de 1948, os países

árabes vizinhos de Israel também se envolveram no conflito, embora a partir de 1982 permaneça principalmente entre Israel e os palestinos (MORRIS, 2001).

Do ponto de vista israelense, o conflito representa um sério perigo para a existência do Estado e para a sua população (ARIAN, 1995; BAR-TAL, 2007a). Desde a fundação do Estado de Israel em 1948, a narrativa do conflito que foi quase exclusivamente adotada pelos israelenses foi a do conflito sionista. Em grande parte, foi uma narrativa típica de conflito, tendenciosa em favor dos israelenses, retratando-os de forma muito positiva e os árabes/palestinos de forma muito negativa (OREN; NETS-ZEHNGUT; BAR-TAL, 2014), em parte, um resultado da ampla autocensura praticada em Israel na época (NETS-ZEHNGUT, PLISKIN; BAR-TAL, 2015). Especificamente, por exemplo, essa narrativa culpou os árabes/palestinos pela eclosão do conflito e pela sua continuação, e os deslegitimou (BAR-TAL; TEICHMAN, 2005). Em contraste, os judeus/israelenses foram retratados positivamente como pacíficos e morais e como as únicas vítimas do conflito (BAR-TAL, 2007b; PODEH, 2002).

Desde os anos 1980, no entanto, houve uma mudança na abordagem israelense da história do conflito. Membros de várias instituições sociais israelenses começaram a apresentar uma narrativa crítica que contradizia a hegemônica, às vezes chamada de “pós-sionista” (NETS-ZEHNGUT, 2012, 2014). Esta narrativa apresentou principalmente os judeus/israelenses e os palestinos em um tom mais equilibrado. Especificamente, por exemplo, o estudioso Yehoshua Porat argumentou que a revolta palestina de 1936-39 foi dirigida principalmente contra os britânicos, mas é importante ressaltar que os judeus também eram vistos como colonizadores (PORAC, 1976); e muitos estudos acadêmicos (NETS-ZEHNGUT, 2011, 2013) e artigos de jornais diários (NETS-ZEHNGUT, 2012), bem como algumas memórias de veteranos de guerra judaicos de 1948 (NETS-ZEHNGUT, 2015), começaram a afirmar que, em 1948, alguns dos refugiados palestinos foram expulsos (em contraste com a narrativa sionista que afirmou que todos eles foram de bom grado). Essa mudança social intensificou-se no final da década de 1980 com o início de um período revisionista histórico comumente chamado de era dos "novos historiadores" (NETS-ZEHNGUT, 2016). Novos estudos históricos adicionais criticaram aspectos previamente contestados da narrativa sionista e forneceram novas evidências para o surgimento de uma nova narrativa crítica (NETS-ZEHNGUT, 2011).

Nossa análise procura descrever a forma como a memória coletiva de conflitos intratáveis serve como um importante fator mediador que influencia e é influenciado por vários determinantes psicológicos. Ele propõe um número de elementos psicológicos que têm influência mútua interativa e, portanto, pode ser descrito como um modelo de processo conceitual. O

modelo é aplicável aos níveis individual e coletivo de análise, porque os membros do grupo compartilham crenças, valores, atitudes e emoções (BAR-TAL, 2000). Nossa descrição do modelo se concentrará principalmente em suas partes que são relativamente originais, abordando apenas brevemente partes que já foram amplamente discutidas na literatura.

O modelo é construído de acordo com o princípio da convergência ao abordar os fatores psicológicos que interagem com a memória. Começamos com amplos fatores que não estão diretamente relacionados ao conflito e gradualmente nos movemos para fatores mais estreitos, relacionados cada vez mais diretamente aos conflitos. Especificamente, o modelo parte de uma perspectiva ampla com fatores independentes de visões de mundo que não estão diretamente relacionados ao conflito. Dois tipos de visões são discutidos: visões gerais da vida (por exemplo, valores como o universalismo) e visões do grupo interno (por exemplo, extensão da identificação com ele). O modelo também inclui fatores sociodemográficos independentes (novamente, não necessariamente relacionados diretamente ao conflito), como idade e religiosidade. Então o modelo se move para uma perspectiva mais estreita de fatores mediadores que estão diretamente relacionados ao conflito, mas apenas de uma maneira geral. Estas são visões gerais do conflito, que também pode ser chamado de repertório sócio-psicológico do conflito, ou seja, seu *ethos*, emoções e memória (NETS-ZEHNGUT; BAR-TAL, 2014).

a) Visão geral da vida: Essa subcategoria consiste em fatores que abordam as crenças sobre vários aspectos gerais da natureza do mundo, como deve ser, e como as pessoas reagem a ele. Estes não estão diretamente relacionados ao conflito nem ao grupo. Exemplos são ideologias gerais, como autoritarismo e conservadorismo (ADORNO; FRENKEL-BRUNSWICK; LEVINSON; SANFORD, 1950; ALTEMEYER, 1981; JOST, 2006); valores como universalismo, altruísmo, conformismo, tradicionalismo, responsabilização, realização, cooperação e falar a verdade; teorias implícitas sobre a rigidez ou flexibilidade da natureza humana (DWECK, 1999); e a necessidade de fechamento (KRUGLANSKI, 2004). Algumas dessas opiniões apoiam o preconceito e a deslegitimação do rival, impulsionam o etnocentrismo, reforçam a xenofobia, e, assim, apoiam a adesão dos membros da sociedade a crenças de apoio a conflitos. Dos muitos fatores possíveis nesta subcategoria, escolhemos quatro fatores que foram encontrados em estudos por desempenhar um papel significativo na forma como os conflitos são percebidos (HALPERIN; BAR-TAL, 2011). Esses quatro fatores estão divididos em dois subgrupos: 1) valores: três fatores de conformismo, tradicionalismo e universalismo; 2) teorias implícitas.

- b) Valores: Os valores são amplamente vistos como constituindo a característica mais central de uma cultura (HOFSTEDE, 1980; INGLEHART, 1997; WEBER, 1958). Expressam concepções de ideais culturais e, segundo valores são crenças sobre metas desejáveis, transcendem ações e situações específicas e são priorizadas por diretrizes de importância e comportamento. Selecionamos alguns valores pertinentes que parecem relevantes para o nosso estudo. a) Conformismo: Este valor promove ações que estão em conformidade com as expectativas ou normas sociais, inibindo inclinações para desviar-se dessas normas que podem perturbar o funcionamento do grupo e seu sistema (KOHN; SCHOOLER, 1983; PARSONS, 1951). Este valor fornece a base para agir de acordo com as crenças societárias institucionalizadas de apoio ao conflito. b) Tradicionalismo: Esse valor preza o respeito, o compromisso e a aceitação dos costumes e ideais que representam as experiências e o destino compartilhados pela sociedade. Simboliza a solidariedade do grupo, expressa seu valor único e contribui para sua sobrevivência (DURKHEIM, 1954; PARSONS, 1951). c) Universalismo: Este valor é diferente dos dois acima, centra-se na compreensão, apreciação, tolerância e proteção do bem-estar de todas as pessoas (não apenas do grupo interno), bem como da igualdade, justiça social, amplitude e paz mundial. Isso leva à aceitação de outros que são diferentes (incluindo rivais), seu tratamento justo e apoio à justiça e à paz. Relevantes para o modelo atual, estudos mostram que, enquanto o conformismo leva ao preconceito e à tendência a continuar o conflito, o universalismo está relacionado a atitudes relativamente positivas em relação ao outro (JUGERT; DUCKITT, 2009; SAGIV; SCHWARTZ, 1995).
- c) Teorias implícitas: As teorias abordam a maneira como as pessoas formam suas ideias sobre a extensão da maleabilidade entre os indivíduos (DWECK, 1999) e grupos (HALPERIN; BAR-TAL, 2011). As pessoas diferem em suas abordagens. Alguns sustentam a “teoria da entidade”, que postula que as qualidades do grupo são fixas e imutáveis, enquanto outras avançam a “teoria incremental”, sugerindo que as qualidades do grupo são maleáveis e podem ser desenvolvidas. Essa distinção influencia a forma como os membros da sociedade avaliam seus rivais - o que é tipicamente negativo. Assim, aqueles que detêm a teoria anterior veem seu rival como rigidamente, e permanentemente negativo, incapaz de mudar positivamente, conforme requerido nos processos de paz. Em contraste, aqueles que adotam a teoria incremental veem seus rivais como mais flexíveis, possivelmente capazes de mudar em uma direção positiva. Obviamente, aqueles que detêm a teoria incremental terão, assim, uma atitude mais favorável em relação ao rival (DWECK; EHRLINGER, 2006).

d) Visões do povo judeu: Esta subcategoria consiste em fatores que abordam as crenças sobre o coletivo ao qual ele/ela pertence, seu grupo. Existem muitas dessas crenças; por exemplo, a medida em que uma pessoa se identifica com seu coletivo (ROCCAS, KLAR, LIVIATAN, 2006), patriotismo e etnocentrismo (BIZUMIC *et. al.*, 2009), bem como a visão de uma pessoa sobre a perseguição passada pelo grupo interno por outras nações, e possível perseguição futura do seu grupo (WOHL; BRANSCOMBE, 2008). Também inclui as crenças das pessoas sobre a coesão do grupo, sua homogeneidade (WILDER, 1981), e sua conduta moral (SKITKA; BAUMAN; SARGIS, 2004). Algumas dessas crenças apoiam o preconceito e a deslegitimação, conforme descrito acima (BAR-TAL; HAMMACK, 2012), enquanto outras promovem a abertura e o pensamento reflexivo (MCCULLY, 2012). Dos vários fatores que abordam as visões de grupo, escolhemos quatro: etnocentrismo judaico, identidade, mentalidade de cerco (passado) e angústia (medo de extinção futura, como tentado durante o Holocausto), porque estes são mais relevantes entre os israelenses judeus (NETS-ZEHNGUT; BAR-TAL, 2014) no contexto do conflito e por isso determinantes no processo decisório na sociedade:

- ❖ Etnocentrismo: refere-se à tendência em atribuir características positivas, valores, normas e comportamento ao grupo interno (BAUMEISTER; HASTINGS, 1997; SANDE *et. al.*, 1989). No contexto de conflitos, isso muitas vezes se refere à coragem, heroísmo ou perseverança, bem como à humanidade, à moralidade, à justiça, à confiabilidade e ao progresso. Essas crenças permitem uma clara diferenciação entre o grupo positivo e seus rivais negativos, e fornecem força moral e um senso de superioridade (SANDE *et. al.*, 1989).
- ❖ Identidade: Como Tajfel e Turner (1986) descreveram, as pessoas têm uma necessidade inerente de pertencer a um coletivo. Eles se identificam com o grupo e desenvolvem a identidade social (ROCCAS; KLAR; LIVIATAN, 2006).
- ❖ Mentalidade de cerco: Isto se relaciona com a visão de que os judeus ao longo de sua história foram vítimas do antissemitismo, incluindo perseguições, difamações, tributação social, restrições, conversões forçadas, expulsões, pogroms¹³ e o clímax: o Holocausto (POLIAKOV, 1974; VOLLHARDT, 2009). Essa noção é prevalente entre os judeus israelenses (BAR-TAL *et. al.*, 2009; OFER, 2003; POLIAKOV, 1974; VOLLHARDT, 2009), e tem sido denominada mentalidade de cerco (BAR-TAL; ANTEBI, 1992); teve um efeito significativo em sua visão do conflito e em como eles agem dentro dele, incluindo a narra-

¹³ Os pogroms foram atos de violência, espontânea ou premeditada, contra judeus e outras minorias étnicas da Europa, perpetrados pelo governo russo no Séc. XIX.

tiva adotada (ZERTAL, 2005). Descobriu-se que esse ponto de vista está relacionado à rejeição de uma resolução pacífica do conflito por meio da solução de dois Estados (SCHORI; KLAR; ROCCAS, 2009).

- ❖ **Angústia:** Quando as pessoas estão muito preocupadas com a vitalidade futura do seu grupo interno, elas sentem angústia coletiva (WOHL; GIGUÈRE; BRANSCOMBE; MCVICAR, 2011). Conseqüentemente, eles podem se engajar em ações de proteção para seu grupo interno (WOHL; GIGUÈRE; BRANSCOMBE; MCVICAR, 2011). No contexto do conflito israelo-palestino, israelenses com altos níveis de angústia coletiva expressaram relutância em negociar com os palestinos, ou com menor probabilidade de descongelar cognitivamente sua opinião negativa sobre os palestinos e processar informações alternativas sobre uma solução pacífica do conflito (BAR-TAL; ANTEBI, 1992; BAR-TAL *et. al.*, 2009).

Quadro 9 – Visões de grupo da sociedade judaica israelense

Etnocentrismo	Tendência de atribuir características positivas, valores, normas e comportamento ao grupo interno, levando a uma visão positiva do grupo em detrimento do rival.
Identidade	Identificação com o grupo de forma a pertencer ao mesmo.
Mentalidade de Cerco	Visão de que os judeus ao longo de sua história foram vítimas do antissemitismo, incluindo perseguições e genocídio. O medo eminente de ser dizimado é presente na sociedade judia israelense.
Angústia	O conflito e a perseguição existente por um longo tempo leva à angústia social, fazendo com que os membros do grupo tentem proteger o mesmo.

Fonte: Criação nossa, com base na obra de Baumeister e Hastings (1997), Sande *et. al.* (1989), Roccas, Klar e Liviatan (2006), Poliakov (1974), Vollhardt (2009), Bar-Tal *et. al.* (2009), Ofer (2003), Poliakov (1974), Vollhardt (2009), Bar-Tal e Antebi (1992), Zertal (2005), Schori, Klar e Roccas (2009) e Wohl, Guiguère, Branscombe e Mcvicar (2011).

3.2 A memória coletiva e a vitimização do coletivo judaico israelense

Durante conflitos intratáveis, as partes rivais formam um repertório sócio-psicológico que inclui três componentes: *Ethos*, memória coletiva e orientação emocional coletiva, todos pertencentes ao conflito. Esse repertório fornece um prisma, amplamente endossado em tempos de conflitos, através do qual os membros dos grupos rivais veem o conflito como direcionador do seu comportamento (BAR-TAL, 2013). É especialmente prevalente e tem uma forte compreensão em uma sociedade durante os tempos difíceis dos conflitos, devido às muitas necessidades e desafios que situações como estas impõem àqueles que vivem nesta realidade (BURTON, 1996; JOST, 2006; STAUB, 1999). Este repertório tem sido amplamente pesquisado e tem um grande impacto na psicologia dos conflitos (BAR-TAL, 2013; KELMAN, 2007; KRIESBERG, 2007).

Dos oito temas presentes no *ethos* do conflito, os eventos/tópicos abordados sobre a memória do conflito e as várias emoções que surgem durante conflitos, examinamos três temas principais do *ethos*, eventos relevantes para as memórias do conflito, e quatro emoções principais para os judeus israelenses no contexto do conflito. Vamos elaborar posteriormente esses três componentes do repertório sócio-psicológico, que denominamos "visões gerais sobre o conflito", e os aspectos particulares desses componentes que examinamos no estudo (NETS-ZEHNGUT; BAR-TAL, 2014).

O *ethos* do conflito é definido como uma configuração de crenças sociais centrais que fornece uma orientação dominante particular para uma sociedade que vive um conflito intratável. Essas crenças giram em torno de oito temas que são tipicamente tendenciosos em favor do grupo: (a) deslegitimação do rival, (b) vitimização, (c) retrato positivo do grupo, (d) justiça de seus objetivos, (e) as ameaças ao grupo, bem como a (f) importância da unidade do grupo, (g) patriotismo e (h) seu anseio pela paz (BAR-TAL, 2000, 2007b, 2013; SHARVIT, 2008). Quanto ao impacto do *ethos*, Medjedovic e Petrovic (2011), por exemplo, descobriram que os sérvios que aderiram significativamente ao *ethos*, apoiaram atitudes de confrontação em relação ao Kosovo e partidos políticos nacionalistas que mantêm opiniões intransigentes sobre o conflito com o país. Achados semelhantes foram observados entre os palestinos em relação ao conflito israelo-palestino (GAYER, 2012) e aos judeus israelenses em relação aos palestinos (BAR-TAL, 2000). Importante pontuar que as características apresentadas sobre o *ethos* são muito parecidas com as características determinantes do fenômeno *groupthink*, apresentadas no capítulo anterior.

Quadro 10 – Temas que favorecem o *Ethos* do conflito e *Groupthink*

Ethos do Conflito	Groupthink
a) Deslegitimação do Rival	a) Estereótipos
b) Vitimização	b) <i>Mindguards</i>
c) Retrato positivo do grupo	c) Autocensura
d) Justiça de seus objetivos	d) Moralidade
e) Ameaças ao grupo	e) Invulnerabilidade
f) Importância da unidade do grupo	f) Unanimidade
g) Patriotismo	g) Pressão
h) Anseio pela paz	h) Racionalização

Fonte: Criação nossa, com base na obra de Janis (1982), Bar-Tal (2000, 2007b, 2013) e Sharvit (2008).

Dos oito temas do *ethos*, utilizamos três: deslegitimação, vitimização e justiça, porque seriam mais relevantes e poderosos em seu impacto sobre as pessoas (HALPERIN *et. al.*, 2008; MAOZ; MCCAULEY, 2008; SCHORI; KLAR; ROCCAS, 2009).

a) Deslegitimação: Este tema coloca o adversário em “[...] categorias sociais negativas extremas que são excluídas de grupos humanos considerados como agindo dentro dos limites de normas e/ou valores aceitáveis [...]” (BAR-TAL, 1989, p. 170, tradução nossa), a fim de negar sua humanidade e fornecer autorização psicológica para prejudicá-lo (BAR-TAL; TEICHMAN, 2005; HOLT; SILVERSTEIN, 1989; RIEBER, 1991). A deslegitimação descreve um processo explícito, aberto e normativo de categorização e diferenciação que se institucionaliza em conflitos. Especificamente, a deslegitimação de árabes, incluindo palestinos, tem sido amplamente praticada na sociedade israelense e tem servido como uma das principais barreiras para a condução dos processos de paz (BAR-TAL; TEICHMAN, 2005; OREN; BAR-TAL, 2007).

b) Vitimização: Este tema está enraizado na percepção de um “[...] coletivo sobre um dano intencional percebido com consequências severas e duradouras infligidas a um coletivo pelo rival em conflito, um dano que é visto como injusto, imoral e que o grupo não foi capaz de prevenir [...]” (BAR-TAL *et. al.*, 2009, p. 238, tradução nossa). Isso leva à redução de sentimentos como culpa e empatia, responsabilidade e prestação de contas entre os membros dos grupos em relação aos seus rivais (CEHAJIC; BROWN, 2008; WOHL, BRANSCOMBE, 2008).

c) Justiça: Este tema refere-se à crença nos objetivos do grupo no conflito, indicando sua importância crucial e fornecendo suas justificativas, assim como negando as metas do rival (BAR-TAL, 2013). De acordo com a teoria da justificativa do sistema, os membros da sociedade não podem aceitar objetivos de conflito como aleatórios e ilegítimos. Pesquisas descobriram que o sentimento de justiça dos objetivos do grupo em um conflito serve como uma grande força mobilizadora para seus membros participarem da luta e usarem a violência (GINGES; ATRAN, 2011; COHEN-CHEN; HALPERIN; CRISP; GROSS, 2013).

Em suma, esses três componentes do repertório sócio-psicológico interagem e influenciam-se constantemente (BAR-TAL, 2013). Por exemplo, a relação entre as emoções e as crenças de apoio a conflitos (que constituem o *Ethos* e a memória coletiva) é o componente de avaliação das emoções (LERNER; KELTNER, 2001; LERNER *et. al.*, 2003). Assim, por exemplo, o sentimento emocional do medo que está relacionado à avaliação da situação como ameaçadora e a avaliação das capacidades de baixo controle (LAZARUS, 1991), trará uma tendência a avaliar as ações na mesma direção (JARYMOWICZ; BAR-TAL, 2006). Por sua vez, essa avaliação reforçará a vitimização e a desconfiança existentes. Da mesma forma, o sentimento emocional de ódio, que envolve avaliações sobre a intencionalidade do dano causado pelo rival e seu caráter maligno estável (HALPERIN, 2008), amplia a deslegitimação extrema e permite a iniciação de ações agressivas extremas sem prejudicar a autoimagem positiva do grupo.

No que tange à memória coletiva, esta é formada, como descrito, em torno de grandes eventos e tópicos (NETS-ZEHNGUT, 2012). Assim, dos muitos tópicos/eventos que compõem a memória israelense do conflito, os autores (2014) escolheram o que eles consideraram como grandes tópicos históricos. Esses tópicos começam no final do século XIX (com a chegada dos pioneiros sionistas judeus a *Eretz Yisrael*¹⁴), até o início dos anos 2000. Eles se relacionam, por exemplo, com a natureza das relações entre judeus e palestinos no período anterior. O período, as causas da erupção de várias guerras e a sinceridade nas negociações de paz. Para identificar esses grandes temas, foram avaliadas as conclusões de um estudo que examinou quais tópicos sobre o conflito que os israelenses veem como centrais (NETS-ZEHNGUT; BAR-TAL, 2014).

Após a identificação dos temas centrais, realizou-se um exame da literatura e consultou-se a opinião dos especialistas para averiguar as principais narrativas sobre esses tópicos. Com base nesses dois exames, as questões de memória foram construídas, consistindo basi-

¹⁴Grande Israel, todo o território compreendido como Judeia e Samária ou atualmente como Israel e os Territórios Palestinos.

camente em uma questão por tópico. As respostas para cada pergunta compreendem as várias narrativas possíveis sobre ela. As narrativas estão situadas em um espectro em que um pólo compreende uma narrativa típica de conflito (altamente favorável a judeus israelenses e/ou altamente contra árabes palestinos), e o outro pólo é o inverso. As narrativas anteriores são denominadas “sionistas” e as últimas, “palestinas”. Também usamos uma narrativa crítica (ou também conhecida como pós-sionista) no meio termo entre os dois pólos (RAM, 2007).

As crenças de apoio a conflitos que as pessoas têm geralmente são ativadas automaticamente quando os sinais sobre o conflito se tornam evidentes (BARGH; CHEN; BURROWS, 1996). Nesse processo, as crenças de apoio a conflitos influenciam a forma como as pessoas processam informações sobre ele, motivando-as a processar essas informações de acordo com suas crenças de apoio a conflitos existentes (BAR-TAL *et. al.*, 2009, JOST, 2006). Kunda (1990), por exemplo, sugere que tal motivação pode levar a vieses no processo cognitivo, especificamente em estratégias de acesso, construção e avaliação de crenças. Da mesma forma, Iyengar e Ottati (1994) sugerem que as pessoas se expõem seletivamente à informação e a interpretam para confirmar as crenças que já possuem, o que é comumente chamado na literatura relativa ao tema como *confirmation bias* ou viés de confirmação em tradução livre (TABER, 2003; HAMILTON; SHERMAN; RUVOLO, 1990). Informações consistentes com a ideologia existente também recebem mais atenção (MACRAE; MILNE; BODENHAUSEN, 1994; STANGOR; MCMILLAN, 1992), e são mais procuradas (SCHULTZ-HARDT *et. al.*, 2000). Além disso, informações ambíguas são tipicamente construídas de acordo com as crenças de apoio a conflitos (VON HIPPEL; SEKAQUAPTEWA; VERGAS, 1995).

Conforme descrito, os três componentes do repertório sociopsicológico normalmente contêm conteúdo de apoio a conflitos e, como observado, as pessoas geralmente processam as informações de uma maneira tendenciosa que sustenta seus pontos de vista. Isto leva à conclusão de que é difícil para as pessoas tornar o seu repertório menos favorável ao conflito e mais favorável à paz. Assim, quanto mais as pessoas estiverem abertas a informações alternativas contraditórias sobre o conflito que possam mudar seu repertório, maiores serão as chances de que eles possam adotar visões que favoreçam a paz e promovam a paz (HALPERIN; BAR-TAL, 2011).

Descritivamente, em relação à distribuição da adoção das narrativas na população estudada, pode-se afirmar que cerca de 60% adotou as narrativas sionistas, 25% adotou a narrativa crítica/equilibrada e apenas cerca de 5% as narrativas palestinas, o restante não respondeu (NETS-ZEHNGUT; BAR-TAL, 2014). Esses achados mostram que, no período do estudo, de

agosto a setembro de 2008, a maioria dos judeus de Israel adotou a narrativa hegemônica propagada pelo Estado, especialmente durante as primeiras décadas da existência de Israel e depois do fracasso das negociações de Camp David e a eclosão da intifada em 2000.

Esta situação significa que neste segmento da sociedade (acima de 60%) podemos encontrar direitistas e provavelmente uma proporção dos centristas. Isso também significa que vários judeus israelenses continuam a manter narrativas unilaterais sobre vários tópicos históricos, narrativas que são simplistas, em preto e branco por natureza e que retratam os judeus de forma positiva e/ou os árabes palestinos negativamente. Tal estado das coisas inibe o progresso pela paz porque promove emoções negativas e desconfiança em relação aos árabes palestinos e deslegitima-os como parceiros para a paz, argumento amplamente utilizado politicamente ao longo da história, por diferentes partidos e espectros políticos, de que não haveria parceiros para o processo de paz do lado palestino.

De especial importância são as questões gerais que dizem respeito à visão holística do conflito. Quase metade dos judeus (43,3%) culpa apenas os árabes e os palestinos pela eclosão do conflito e sua continuação, e outros 46% culpam os dois lados. Além disso, cerca de 57% dos judeus acreditavam que Israel era sincero nos esforços para alcançar a paz, mas que os árabes não eram; 57,6% atribuíram a violência dos palestinos à sua natureza. Além disso, esses resultados mostram a falta de conhecimento de uma proporção significativa de judeus em relação a alguns eventos importantes que são baseados em dados concretos (NETS-ZEHNGUT; BAR-TAL, 2014). Como tal, 40,8% dos judeus acreditavam que os palestinos que se tornaram refugiados em 1948 deixaram suas casas devido ao medo e os apelos de seus líderes para deixar, sendo que uma alta porcentagem foram expulsos pelos judeus (MORRIS, 1987).

Com relação à proporção de território que os palestinos deveriam receber, em relação à sua representação na população, de acordo com a resolução 181 da ONU de 1947, apenas 23,8% dos judeus sabiam que os fatos eram incorretamente tendenciosos. Os palestinos, que constituíam cerca de 67% da população da época, deveriam obter 48% das terras (MORRIS, 1987). Da mesma forma, em resposta à pergunta: que proporção dos israelenses árabes (excluindo aqueles em Jerusalém Oriental) planejou ou participou de atividades terroristas contra Israel desde a Guerra da Independência até o presente? Apenas 17% sabiam que uma minoria insignificante participou da atividade terrorista e 37,4% disseram que ou todos, ou a maioria ou a metade, realizaram atividades terroristas. Finalmente, apenas 36,6% sabiam que os árabes constituíam maioria antes que os primeiros imigrantes judeus começassem a chegar ao

final do século XIX (NETS-ZEHNGUT; BAR-TAL, 2014). De acordo com o historiador Benny Morris (1987), eles constituíam na época cerca de 95% da população local.

A mesma tendência foi encontrada em relação à avaliação de vários eventos importantes durante o conflito. Os judeus em geral tendiam a julgar negativamente as intenções dos árabes e dos palestinos, mas viam favoravelmente as motivações dos judeus e suas ações. Por exemplo, a erupção do primeiro levante palestino (Intifada) de 1987 foi atribuída por 40,8% dos judeus principalmente ao ódio natural contra Israel e 32% ao ódio e outras razões; 58,4% atribuíram a violência entre os judeus e palestinos que ocorreu na Palestina a partir do final do século XIX até a erupção da Guerra da Independência, principalmente aos palestinos (NETS-ZEHNGUT; BAR-TAL, 2014).

Essas descobertas não são surpreendentes tendo em vista o conflito intratável de longa duração. Embora, ao longo dos anos de sua existência, o conflito tenha mudado de forma e intensidade, eventualmente, mesmo com as tentativas de resolvê-lo pacificamente, ele permaneceu continuamente violento. Além disso, sempre houve setores significativos da sociedade que se opuseram a quaisquer compromissos e apoiaram a ideologia do controle israelense de toda a terra com base em razões religiosas, nacionais, históricas e/ou de segurança.

Finalmente, devemos lembrar que essa é a natureza da memória coletiva em geral e especialmente durante um conflito intratável: ser seletivo e tendencioso, favorecer o próprio grupo e deslegitimar o rival (NETS-ZEHNGUT; BAR-TAL, 2014; BAR-TAL, 2013). Mas ainda encontramos uma proporção de membros da sociedade que tendem a ter uma visão mais complexa e ver mais ângulos em julgar eventos e em avaliações gerais dos árabes, e há também uma pequena minoria que tende a ver o conflito sob a perspectiva palestina.

Dito isso, como vimos na primeira parte do capítulo, em relação a vários outros tópicos, muitos israelenses judeus adotam narrativas moderadas sionistas ou mesmo críticas (25%), por exemplo, uma questão abordou a qualidade das relações entre os judeus e os palestinos na região nos anos que precederam a chegada dos colonos sionistas no final do século XIX. Os achados: 6,6% sustentavam uma narrativa sionista extrema (percebendo as relações entre os dois grupos como muito ruim), 16,8% mantinham a narrativa sionista moderada (percebendo as relações como bastante ruins), 31,2% mantinham a narrativa equilibrada (relações médias), 29,4% mantiveram a narrativa palestina moderada (relações razoavelmente boas) e 3,8% mantiveram a narrativa palestina extrema (boas relações) e 12,2% não responderam (NETS-ZEHNGUT; BAR-TAL, 2014).

Os achados deste estudo de Nets-Zehngut e Bar-Tal (2014) mostram que existe uma correlação entre a manutenção da memória coletiva hegemônica sionista e a orientação políti-

ca, significando que quanto mais uma pessoa se identifica com a orientação política da direita israelense, mais ela introjetou a memória coletiva sionista. Uma correlação ainda maior foi encontrada entre a escala da memória coletiva e a identificação com os judeus em Israel.

Também encontramos uma série de correlações que fornecem observações interessantes sobre aqueles que mantêm a memória coletiva sionista unilateral e simplista: uma correlação entre manter a narrativa sionista e o etnocentrismo; e “teoria da identidade”, que postula que as qualidades do grupo são fixas e imutáveis; conformismo; valor do tradicionalismo; e autoritarismo. Além disso, no que diz respeito ao *ethos* do conflito, quanto mais uma pessoa detém a memória coletiva sionista, mais ela justifica objetivos judaicos do conflito, quanto mais ela deslegitima os árabes e quanto mais ela se sente vítima coletiva no conflito. Da mesma forma, sente mais ódio, medo e raiva.

De especial interesse é a correlação entre manter a memória coletiva hegemônica sionista e o viés de confirmação. Quanto mais uma pessoa é influenciada pela memória coletiva sionista, mais se recusa a ser exposta a informações alternativas vindas dos palestinos ou externas. Finalmente, esse tipo de pessoa tende a se opor a compromissos e apoia o uso de meios militares contra os palestinos. Assim, podemos ver claramente um perfil de pessoas que detêm as narrativas hegemônicas da memória coletiva propagadas pelas autoridades israelenses. Tal pessoa parece ser conservadora e autoritária, com sentimentos negativos contra os palestinos e adesão ao *Ethos* do conflito (NETS-ZEHNGUT; BAR-TAL, 2014).

Nenhum desses achados é surpreendente porque conceitualmente, visões de mundo conservadoras como expressas nas características avaliadas estão relacionadas a sentimentos e estereótipos negativos do oponente, e visões protetoras em relação ao próprio grupo (JOST; GLASER; KRUGLANSKI; SULLOWAY, 2003). No caso de um conflito, os indivíduos conservadores tendem a apoiar visões mais radicais sobre o conflito. Em geral, como este estudo também mostra, quanto mais fechada uma pessoa está em relação à informação alternativa e propensa ao viés de confirmação, mais pontos de vista conservadores ela tem em relação ao conflito.

A análise final do estudo analisou o processo proposto de posicionamento da memória coletiva entre fatores antecedentes, fatores mediadores e seus resultados. Por meio da modelagem de equações estruturais, os achados no nível geral são consistentes com a cadeia causal hipotética (NETS-ZEHNGUT; BAR-TAL, 2014). No nível geral, o modelo indica que os fatores independentes das visões de mundo como antecedentes consistem em oito fatores sobre a vida (valores de conformismo, tradicionalismo e universalismo, juntamente com a teoria da entidade) e sobre o povo judeu (etnocentrismo, identidade, mentalidade de cerco e angústia),

além de sócio-demográficos, todos estão relacionados com o apoio de políticas propensas ou não a tratados de paz através de dois níveis de variáveis mediadoras. O primeiro nível inclui o repertório socio-psicológicos geral do conflito (*ethos*, memória coletiva e emoções), enquanto o segundo nível se refere à abertura à informação alternativa. Todos esses fatores, direta ou indiretamente, influenciam os fatores dependentes, como apoio a compromissos ou medidas militares.

Neste processo, de especial interesse é a constatação de que o repertório sócio-psicológico do conflito, em primeiro lugar, medeia a abertura à informação alternativa. Isso significa que o repúdio a informações alternativas surge como um fator crucial na manutenção de visões não comprometedoras dos membros da sociedade, ou seja, a indisposição de estar exposto a informações que possam contradizer as visões mantidas sobre o conflito fecha os membros da sociedade em seus pontos de vista e emoções que apoiam a continuação do conflito. Assumimos que esse repúdio ocorre devido ao congelamento da memória coletiva do conflito, como resultado da estrutura rígida e dos fatores motivacionais e emocionais. Sem a exposição à informação que refuta suas crenças mantidas, os seres humanos geralmente têm dificuldade em mudar seu repertório. Assim, muitas pessoas mergulham em seu pensamento auto-perpetuador e, sem exposição a novas informações, estão condenadas a aderir às mesmas ideias (BAR-TAL; HALPERIN, 2011).

Além disso, é importante notar que os dois temas-chave da memória coletiva e do *ethos* de conflito - deslegitimação e auto-vitimização coletiva - juntamente com as emoções negativas que foram as variáveis mediadoras, alimentaram diretamente o repúdio a informações alternativas. Indivíduos que possuem crenças sociais sobre a deslegitimação dos palestinos e visões coletivas de serem vítimas, e que experimentam sentimentos emocionais negativos de ódio, raiva, medo e desespero sobre o conflito e os palestinos tendem a serem menos dispostos a obter novas informações alternativas sobre o conflito israelo-palestino e os palestinos.

A deslegitimação como um tipo extremo de estereótipo negativo aumenta a diferença entre os grupos em conflito, homogeniza o grupo deslegitimado como uma entidade, automaticamente desperta fortes emoções negativas e fornece categorias duráveis rígidas e persistentes enquanto o conflito perdura, e muito provavelmente muito tempo depois (BAR-TAL; HAMMACK, 2012).

O sentimento de vitimização coletiva é uma parte fundamental da memória coletiva e é um tema importante no *Ethos* do conflito nas sociedades envolvidas em conflitos intratáveis. Baseia-se em danos contínuos ou mesmo em um grande evento traumático ao qual um grupo

foi submetido e, portanto, quanto mais a sociedade sofrer danos (especialmente perdas humanas) no conflito mais intenso e prevalente será o sentimento coletivo de ser a vítima (BAR-TAL *et. al.*, 2009). Ele posiciona os membros da sociedade judaico-israelense em um determinado estado mental e fornece uma autopercepção rígida e durável.

Olhando para os antecedentes da memória coletiva, descobrimos que ela é influenciada pelo etnocentrismo, identidade e mentalidade de cerco em oposição ao universalismo; quanto às suas consequências, essa memória influencia diretamente o *ethos* no apoio a compromissos e indiretamente (através da abertura a informações alternativas) o apoio a medidas militares e o uso da força (NETS-ZEHNGUT; BAR-TAL, 2014).

Existem muitos tipos de situações que podem trazer uma pessoa como um indivíduo ou como um membro de um coletivo para a sensação de ser uma vítima. A vitimização descreve um estado psicológico duradouro que envolve crenças, atitudes, emoções e tendências comportamentais. Isso resulta, por um lado, da experiência direta ou indireta de vitimização e, por outro, de sua manutenção no repertório pessoal. Em outras palavras, é um estado em que o dano sofrido e as consequências de longa data se tornam elementos da personalidade da vítima.

Do ponto de vista individual, alguns pesquisadores definem vitimização, concentrando-se nos eventos vivenciados. Por exemplo, Aquino e Byron (2002) referem-se à autopercepção individual de ter sido o alvo, momentaneamente ou ao longo do tempo, de ações prejudiciais que emanam de uma ou mais pessoas. No sentido mais geral, de acordo com os autores, a vítima é qualquer pessoa que sofra ferimentos, perdas ou infortúnios como resultado de algum evento ou série de eventos. Outros acadêmicos enfatizaram elementos da psicologia das vítimas que emergem como resultado do evento prejudicial (BARD; SANGREY, 1986). Eles apontam para o sentimento observado de desamparo e autopiedade, ineficácia, baixa autoestima, desesperança, culpa, perda de confiança, significado e privacidade, um senso ausente de responsabilidade, uma tendência a culpar, e um locus de controle externo estável (neste caso, a crença é que o incidente estava além do controle e escolha de uma pessoa, e é consistente com sentimentos "fora de controle"). Finalmente, de especial interesse é o achado que indica que as experiências de vitimização podem desencadear um padrão de comportamentos de retribuição e ciclos de violência (BIES; TRIPP; KRAMER, 1997).

Outra abordagem tomada delineia uma série de condições necessárias para o surgimento de um sentimento de vitimização. Sugere que os indivíduos se definem como vítimas se acreditarem que: (1) foram prejudicados; (2) eles não eram responsáveis pela ocorrência do ato prejudicial; (3) eles não puderam evitar o dano; (4) eles são moralmente corretos e sofrem

de injustiça cometida contra eles; e (5) merecem simpatia (BAR-TAL *et. al.*, 2009). A última condição acrescenta aspectos cruciais à definição. Aponta que a mera experiência do evento prejudicial não é suficiente para o surgimento do sentido de ser vítima. Para ter esse sentimento, há a necessidade de perceber o dano como indigno, injusto e imoral, ato que não poderia ser evitado pela vítima. A necessidade de obter empatia a partir disso.

Além das diferentes definições específicas, diversas elaborações da análise de vitimização também apareceram. Por exemplo, foi proposto que a ideia de vitimização assume que certos direitos individuais ou coletivos foram violados, ou direitos concretos, como o direito a abrigo e alimentação, ou direitos mais abstratos, como o direito à felicidade, espaço vital, determinação e livre expressão de identidade. Essa distinção leva a outra diferenciação que sugere que algumas vítimas sofrem uma violação tangível de direitos (território, propriedade, lesão física, assassinato), enquanto outras vítimas são afetadas por experiências intangíveis como danos de identidade, outros traumas psicológicos, perda de segurança, entre outros. Portanto, a vitimização não é apenas uma ocorrência objetiva, mas também é baseada em uma experiência subjetiva, pois algumas pessoas podem se definir como "vítimas" em circunstâncias que muitos outros considerariam como parte de sua vida cotidiana (STROBL, 2004).

Além disso, deve-se notar que os indivíduos podem sofrer danos, direta ou indiretamente. Ou seja, eles podem sofrer danos físicos ou psicológicos por si mesmos, ou estar relacionados a outros indivíduos vitimados e, portanto, sentirem uma vitimização indireta (AQUINO; BYRON, 2002). Assim, há uma suposição de que a abordagem mais prática para entender o sentido de ser vítima é se concentrar na percepção do indivíduo sobre sua experiência desagradável. Pode-se dizer que a vitimização é um estado psicológico de um indivíduo que se percebe como vítima e se sente vítima, ou está mantendo "crenças de vítima" (BAR-TAL *et. al.*, 2009).

No entanto, a questão que deve ser levantada é se o sentimento da vítima se baseia apenas na autopercepção. Estudiosos acrescentam outra perspectiva à análise: a visão do meio social. Há uma "construção social" do sentido de vitimização que define as características da "vítima", atribui-as às vítimas e ao seu meio social e legitima o rótulo (HOLSTEIN; MILLER, 1990). Uma vez que essa legitimação ocorre, os indivíduos frequentemente se esforçam para manter esse sentimento ao longo do tempo. Nesse sentido, vale ressaltar que a referência à vitimização como construção social permite a variação cultural na definição da vítima, segundo diferentes contextos sociopolíticos:

A vitimização ocorre dentro de um contexto de relacionamento e de um determinado ambiente ou cultura. Assim, o comportamento de ca-

da participante deve ser entendido dentro da estrutura do relacionamento e de seu contexto jurídico, econômico, político e social. (ZUR, 2005, p. 51, tradução nossa).

Portanto, o senso de vitimização tem três fundamentos. Primeiro, está enraizado na realização de um dano experimentado direta ou indiretamente. Segundo, a mera percepção pessoal não é suficiente. A "vítima" também é um rótulo social, em outras palavras, um resultado do reconhecimento social de um ato como dano ilegítimo. Terceiro, uma vez que os indivíduos se percebem como vítimas, eles frequentemente tentam manter esse status.

Assim, é possível ver a vitimização como um processo social dinâmico dividido em vários estágios sequenciais que resultam em dar a um determinado indivíduo ou grupo o status de vítima (STROBL, 2004). Por exemplo, de acordo com a abordagem de interação simbólica, indivíduos e coletivos passam a ser conhecidos como vítimas através do processo social. Este processo requer uma experiência de um ato prejudicial e, em seguida, de sofrimento, remoção da responsabilidade pelo sofrimento, atribuição de causas para o ato prejudicial e especificação de respostas e comportamentos esperados.

Viano (1989) sugeriu quatro etapas complementares em um processo de vitimização: (a) indivíduos experimentam danos, ferimentos ou sofrimentos causados por outra pessoa, pessoas ou por instituições; (b) alguns deles percebem esse mal como indigno e injusto, levando-os a se verem como uma vítima; (c) alguns daqueles que se percebem como vítimas tentam obter validação social persuadindo outros (familiares, amigos, autoridades, etc.) a reconhecer que o dano ocorreu e que eles são vítimas; (d) alguns dos que afirmam terem sido vitimados recebem a validação externa de sua reivindicação, tornando-se vítimas "oficiais" (como resultado, podem receber apoio ou compensação social ou institucional).

Da mesma forma, Strobl (2004) propôs cinco critérios mínimos necessários para se qualificar o status de vítima: (a) evento único identificável de dano; (b) sua avaliação negativa; (c) ser visto como um evento incontrolável; (d) sua atribuição a um agressor pessoal ou social; e (e) sua consideração como violação de uma norma socialmente compartilhada.

Com base nos esclarecimentos da definição, status e concepção da vítima, gostaríamos agora de voltar à análise do senso coletivo de vitimização, que é nosso interesse principal. As variáveis independentes deste trabalho tratam que, assim como os indivíduos experimentam um sentimento de vitimização por causa de experiências pessoais, coletivos também podem experimentar esse sentimento, e que nesse caso a sociedade judaica israelense estaria afetada por este sentimento graças à perseguição no séc. XX e os conflitos árabe-israelenses, refletindo o mesmo nas decisões políticas.

Os grupos podem sofrer vitimização coletiva que, similarmente à vitimização individual, não é baseada apenas em uma experiência objetiva, mas também na construção social da mesma. Isso significa que, no nível coletivo de vitimização, os membros de uma sociedade compartilham crenças sobre vitimização em grupo, ou seja, do grupo social ao qual pertencem. Compartilhar essas crenças reflete um sentimento de vitimização coletiva. Neste caso, o dano infligido deve ser percebido como direcionado intencionalmente para o grupo, ou para os membros do grupo por causa de sua participação no mesmo.

Os membros do grupo experimentam esse sentimento com base em sua identificação com o coletivo. Um ato realizado com a intenção de prejudicar tanto o grupo como um todo ou alguns de seus membros também afeta o pensamento e o sentimento de outros membros do grupo que não foram diretamente prejudicados (WOHL; BRANSCOMBE, 2008). Eles percebem esse mal como direcionado a eles por causa de sua identificação com as causas do grupo e suas preocupações sobre seu bem-estar.

Uma teoria social psicológica de auto-categorização, proposta por Turner (1999), é especialmente relevante na discussão da relação entre membros do grupo, pois a identidade social é composta pelas narrativas culturais de um povo. Finalmente, o sentido coletivo de vitimização torna-se um prisma através do qual a sociedade processa informações e toma decisões.

Um aspecto imperativo do sentimento coletivo de vitimização é que um coletivo pode experimentar esse sentido no presente como resultado de danos causados mesmo no passado distante, como observado por Staub e Bar-Tal (2003): “Grupos codificam experiências importantes, especialmente o sofrimento extensivo, em sua memória coletiva, que pode manter uma sensação de ferimento e injustiça passada através das gerações [...] (p. 722, tradução nossa). Essa codificação preenche várias funções, assim como Liu e Liu (2003) acreditam que as culturas moldam suas memórias coletivas de acordo com uma dívida histórica. Isso significa que elas preservam as narrativas que podem ser funcionais na vida do coletivo. De fato, a memória coletiva está entrincheirada no contexto sociopolítico-cultural particular que imprime seu significado. Por sua vez, Connerton (1989) apontou que a percepção do presente depende da concepção de uma sociedade sobre seu passado, estabelecendo uma relação de causa e consequência.

A preocupação duradoura com essas memórias, mesmo depois de seus efeitos terem cessado, pode ser explicada pelas funções que o coletivo dá ao sentimento de vitimização. Apesar das consequências discutidas de ser uma vítima, a posição da vítima também é muitas vezes poderosa porque é vista como moralmente superior, com direito a simpatia e considera-

ção e protegida de críticas (KANAN, 1999). Como resultado, um coletivo pode cultivar a imagem de ser uma vítima e incorporá-lo em sua cultura.

Os grupos mantêm um sentimento de vitimização coletiva como resultado de várias experiências traumáticas, como a ocupação colonial passada, extensos danos causados a eles, guerras infligidas ou exploração e discriminação prolongadas, ou de genocídio, muitos deles dentro da estrutura de violência e conflito.

Nesse sentido, Volkan (1997) argumenta que os grupos podem aderir a uma experiência particular de violência e perda coletiva que os sobreviventes são incapazes de lamentar e guardá-la em sua memória coletiva. Ele sugeriu que " [...] se circunstâncias históricas não permitirem que uma nova geração reverta sentimentos de impotência do passado, a representação mental da calamidade compartilhada ainda une os membros do grupo." (p.47, tradução nossa).

Mas em vez de aumentar a autoestima de um grupo, a imagem mental do evento liga as pessoas através de uma sensação contínua de impotência, como se os membros do grupo existissem sob uma grande égide de vítima. Essa experiência é considerada como um 'trauma escolhido' e leva ao enfoque coletivo nas experiências passadas de vitimização do grupo, a ponto de toda a identidade dos membros do grupo poder centralizar-se nela (KRYSTAL, 1968). É mantida na cultura e transmitida para as novas gerações. Exemplos de tais "traumas escolhidos" relevantes para o tema da pesquisa são: o Holocausto na Segunda Guerra Mundial, e a *Nakba* (tragédia) palestina ou o êxodo dos Palestinos a partir da guerra de 1948. Cada um desses eventos tem grande significado social, é mantido em mente, comemorado e usado para vários propósitos de muitas maneiras diferentes para fornecer uma lição importante para a respectiva sociedade, e às vezes é usado para justificar a violência contra outros grupos.

Pode-se supor que os grupos que se concentram em sua memória coletiva ao se tornarem vítimas e se veem como tais tendem a verem-se também como vítimas em novas situações em que são prejudicados. Essas sociedades são muito sensíveis a determinadas sugestões e condições e prontamente tendem a usar seu esquema inerente de vitimização para se aplicar à nova situação.

Gostaríamos de definir um senso de autopercepção de vitimização coletiva como uma mentalidade compartilhada pelos membros do grupo que resulta de um dano intencional percebido com consequências severas e duradouras infligidas a um coletivo por outro grupo ou grupos, um dano que é visto como não merecido, injusto e imoral, e que o grupo não foi capaz de prevenir (STAUB, 2011). Essa mentalidade surge como resultado da construção cognitiva da situação em que tal dano é infligido. O dano percebido pode ser feito no passado, mesmo

que seja razoavelmente recente, ou lembrado na memória coletiva como dano causado no passado distante. Pode ser em grande escala, como resultado de um evento único (como a perda de uma batalha ou guerra, genocídio ou limpeza étnica) ou de tratamento nocivo de longo prazo do grupo, como escravidão, exploração, discriminação ou ocupação.

Quando um coletivo desenvolve um senso de vitimização, ele consiste em crenças, atitudes, emoções e tendências comportamentais. As crenças, antes de tudo, concentram-se em vários tipos de danos, tais como perdas, destruições, sofrimentos, opressões, humilhações ou atrocidades consideradas descontroladas e inevitáveis, que são infligidas no grupo interno por outro grupo. Eles enfatizam que o dano é injusto; é visto como imoral porque, aos olhos dos membros do grupo, viola normas morais básicas e códigos que governam o comportamento humano. As crenças atribuem a responsabilidade pelo dano ao outro grupo. Eles se concentram nas tribulações do grupo interno e de seus membros; referem-se à duração e continuidade das experiências prejudiciais, às circunstâncias que as envolvem e os consequentes desdobramentos. As últimas crenças concentram-se no merecimento do pedido de desculpas, compensação ou punição do perpetrador, e o direito à empatia, apoio e ajuda da comunidade internacional (BAR-TAL *et. al.*, 2009).

Ainda de acordo com os autores (2009), as atitudes expressam sentimentos negativos em relação ao perpetrador e para aqueles que não reconhecem o status do grupo como sendo a vítima, enquanto sentimentos positivos são expressos para todos aqueles grupos que têm empatia, apoio e ajuda ao grupo. Emocionalmente, a sensação de vitimização é geralmente associada à raiva, medo e autopiedade. Finalmente, esse sentido leva a várias intenções comportamentais, como o desejo de evitar danos futuros e vingar os danos já causados. As crenças, atitudes, emoções e tendências comportamentais descritas podem se tornar uma parte muito dominante do repertório de um coletivo, assimilado em sua memória coletiva, onde é mantido, elaborado e ativado com frequência.

Aceitamos a opinião de que, como no caso individual, o sentido coletivo de vitimização se desenvolve progressivamente. Um ato ou atos realizados por outro grupo são apenas a primeira fase em seu desenvolvimento. Eventualmente, esses padrões de comportamento devem ser avaliados como prejudiciais. A avaliação pode ser feita imediatamente, após um evento, ou através de um processo mais longo de esclarecimento, como ocorre em situações de discriminação coletiva, opressão, maus tratos e exploração. Com base nessas descobertas, um coletivo se autodenomina uma vítima e tenta transmitir esse rótulo e a razão desse status aos membros do coletivo. Uma vez que o coletivo se vê como vítima, faz um esforço ativo

para persuadir outros grupos e toda a comunidade internacional de que tem esse status (BAR-TAL *et. al.*, 2009).

O sentimento de vitimização coletiva surge como um tema importante no *ethos* do conflito das sociedades envolvidas em conflitos intratáveis e é uma parte fundamental da memória coletiva do mesmo (BAR-TAL, 1998a). O *ethos* e a memória coletiva do conflito fazem parte da infraestrutura sócio-psicológica e fornecem os conteúdos para uma cultura de conflito que evolui para enfrentar os desafios do conflito. As crenças sociais compartilhadas do *Ethos* e da memória coletiva retratam o próprio grupo como a vítima do oponente. O foco dessas crenças está no dano injusto, nos atos malignos e nas atrocidades perpetradas pelo adversário. Essa visão é formada ao longo de um extenso período de violência como resultado dos sofrimentos e perdas da sociedade. "Os campos de extermínio dos conflitos étnicos nacionais, os túmulos dos mortos, são os blocos de construção dos quais as nações modernas são feitas, a partir das quais o tecido do sentimento nacional cresce." (ZERTAL, 2005, p. 7, tradução nossa).

Um sentimento de vitimização coletiva não está relacionado à força e poder dos coletivos envolvidos em conflitos intratáveis. Coletivos que são fortes e poderosos militarmente, politicamente e economicamente ainda se percebem como vítimas ou potenciais vítimas no conflito. O status de vítima atribuído não indica necessariamente fraqueza. Pelo contrário, ele fornece força vis-à-vis à comunidade internacional, que geralmente tende a apoiar o lado vitimado no conflito, e muitas vezes dá aos membros de um grupo vontade de se vingar e punir o adversário (BAR-TAL *et. al.*, 2009).

Isso aconteceu com os judeus israelenses no conflito com os árabes e, mais especificamente, com os palestinos. O sentimento de vitimização coletiva é resultado do contexto inimigo e do repertório sociopsicológico que o acompanha. A violência, as perdas e o sofrimento inevitável, juntamente com o seu enquadramento no *ethos* do conflito, levam à inevitável inferência de ser vítima do conflito.

A formação do senso de vitimização coletiva é baseada em crenças sobre a justiça dos objetivos de um grupo e na autoimagem positiva, enfatizando a maldade dos objetivos e características do oponente (WHITE, 1970). Em outras palavras, enfocando a injustiça, o dano, o mal e as atrocidades associadas ao adversário, enquanto enfatizam a própria sociedade como sendo justa, moral e humana, levam os membros da sociedade a se apresentarem como vítimas (VOLKAN, 1997). Crenças sobre vitimização implicam que o conflito foi imposto por um adversário que não apenas luta objetivos injustos, mas também usa meios violentos e imorais para alcançá-los. Eles fornecem o incentivo moral para buscar justiça e se opor ao oponente.

nente, bem como para mobilizar apoio moral, político e material da comunidade internacional. De fato, esses três temas do *ethos* do conflito, crenças sociais sobre a vitimização, justiça dos próprios objetivos e deslegitimação do rival, formam um sistema triangular que constitui as crenças centrais do conflito intratável (BAR-TAL, 2013). Os três temas alimentam e sustentam mutuamente, contribuindo para a continuação do conflito. Assim, o senso de vitimização coletiva muitas vezes leva a ciclos de violência por causa de atos preventivos e vingativos.

4 ANTECEDENTES DE INVASÃO ISRAELENSE AO LÍBANO

Nesta tese, examinamos a maneira como as narrativas que explicam e justificam a violência são empregadas em decisões políticas israelenses, com foco em uma análise de psicologia política sobre memória coletiva, buscando aplicar essa perspectiva teórica sobre narrativa e política ao cenário geopolítico israelense de tomada de decisão. Todavia, esta abordagem não é limitada à realidade israelense, apesar de ser o foco desta pesquisa. Outras sociedades experienciam estes fenômenos e possuem suas próprias memórias, e a comunidade palestina não é diferente.

O principal trabalho teórico e empírico com o qual estamos envolvidos em psicologia social e política e Relações Internacionais centra-se, assim, em perspectivas sociopsicológicas sobre conflitos intratáveis e na perspectiva retórica sobre categorização social. Nossa intenção é trazer o crescente comprometimento da psicologia política com uma abordagem epistemológica narrativa da mente e da política a uma análise sobre o processo decisório em política externa. Dessa maneira, buscamos produzir conhecimentos que possam revelar a utilidade de uma abordagem narrativa na psicologia política e informar práticas adotadas na tomada de decisão que fortaleçam essas narrativas.

Segundo Bar-Tal (2007b), as sociedades envolvidas em conflitos desenvolvem uma infraestrutura sociopsicológica marcada pela institucionalização e disseminação de crenças, atitudes, motivações e emoções da sociedade amplamente compartilhadas relacionadas ao conflito. As narrativas históricas construídas como parte da infraestrutura sociopsicológica são compostas de memórias coletivas que refletem quatro temas: justificativa, diferenciação positiva, deslegitimação e vitimização, como já abordado nos capítulos anteriores (BAR-TAL, 2007b).

O tema da justificativa refere-se ao conteúdo que explica a eclosão do conflito, geralmente colocando a culpa no grupo rival e no curso de desenvolvimento (BAR-TAL, 2007b). Esse tema também pode se referir ao conteúdo que fornece justificativa em antecipação ou em resposta direta a ameaças colocadas pela narrativa histórica rival (ROUHANA, 2004). O tema da diferenciação positiva se refere ao conteúdo que glorifica, elogia e apresenta uma imagem positiva geral do grupo. O tema da deslegitimação refere-se a crenças que categorizam grupos rivais em categorias sociais extremamente negativas, refletidas nas representações de membros de grupos rivais como imorais ou desumanos e seu comportamento como intransigente e irracional (BAR-TAL; HAMMACK, 2012; HAMMACK; PILECKI, 2012). Por fim, o tema da vitimização refere-se ao conteúdo que enfatiza atos do grupo rival contra o outro. Fazer

isso não apenas serve como uma justaposição na qual a justiça dos objetivos do grupo é contrastada com a suposta "maldade" do rival, mas também reforça a crença de que o conflito é imposto ao grupo (EIDELSON; EIDELSON, 2003).

Existe um corpo emergente de pesquisa que ilustra o papel específico que as crenças de vitimização desempenham na perpetuação do conflito entre grupos. De acordo com Noor *et. al.* (2012), os grupos muitas vezes desejam mostrar que sofreram mais nas mãos do grupo rival do que vice-versa. Esse processo, Noor *et. al.* (2012) cunham de vitimização competitiva entre grupos, e é marcada pela competição por um rótulo exclusivo de "vítima", como veremos ao longo deste capítulo, essa característica é presente entre israelenses e palestinos e na sua disputa de narrativas.

A título de exemplificação, no contexto do pós-conflito da Irlanda do Norte e no Chile, Noor, Brown, Gonzalez, Manzi e Lewis (2008) descobriram que a vitimização competitiva estava negativamente correlacionada com o perdão entre grupos. Além disso, usando uma amostra de católicos e protestantes na Irlanda do Norte, Noor, Brown e Prentice (2008) constataram que a vitimização competitiva estava relacionada à diminuição da confiança no grupo rival e à maior identificação dentro do próprio grupo, levando ao reforço da sua narrativa. Esses dois resultados, por sua vez, mostraram-se correlacionados negativamente com o perdão intergrupos e positivamente correlacionados com crenças legitimadoras em relação à violência contra o grupo rival (WOHL; BRANSCOMBE, 2008).

Assim, a pesquisa mostrou que a competição pela vitimização tem efeitos deletérios nas relações intergrupos, particularmente no que diz respeito à reconciliação em contextos pós-conflito. Embora as pesquisas que empregam uma estrutura teórica sociopsicológica tenham começado a florescer (HALPERIN; BAR-TAL; NETS-ZEHNGUT; DRORI, 2008; HALPERIN; CANETTI-NISIM; HIRSH-HOEFLER, 2009; HAMMACK; PILECKI; CASPI; STRAUSS, 2011), há uma escassez de pesquisas sobre narrativas históricas de conflitos intratáveis, como Israel-Palestina. Nosso estudo pretende abordar essa lacuna na literatura, principalmente brasileira, analisando estes elementos psicossociais no conflito. No caso do conflito Israel-Palestina, um conflito marcado por reivindicações nacionais mutuamente exclusivas, bem como por negação de identidade mútua (KELMAN, 1999; ROUHANA; BAR-TAL, 1998b) e deslegitimação (OREN; BAR-TAL, 2007), o histórico das narrativas representa uma plataforma sobre a qual a identidade nacional é encorajada e as identidades rivais são subjulgadas (BAR-TAL; SALOMON, 2006).

Neste capítulo buscaremos entender o contexto internacional da região antes da decisão de invasão israelense ao Líbano contra a Organização para Libertação da Palestina (OLP),

desde a Guerra Civil Libanesa e a influência dos atores internacionais, a formação da OLP e seu estabelecimento no Líbano, e a inserção regional de Israel à luz do final dos anos 1940 até início dos anos 1980.

4.1 As Causas da Guerra Civil Libanesa (1975-1994)

Nos anos 1980, de acordo com Kliot (1987), o Líbano não poderia ser considerado um Estado independente soberano nos moldes Westphalianos de Estado moderno, uma vez que seus controles governamentais não estavam na maior parte do território do Estado e de seu povo. Ou seja, o governo libanês da época não possuía o monopólio legítimo do uso da força em toda dimensão territorial e, por sua vez, populacional. O Líbano, que foi estabelecido como um Estado independente em 1946, era um quebra-cabeças de comunidades étnico-religiosas que compartilhavam uma longa história de conflitos contínuos.

Existiam várias comunidades cristãs no Líbano: os maronitas, que se consideravam os fundadores do Estado libanês e entraram em conflito no passado com a comunidade drusa e, durante a guerra civil de 1975-1976, com a maioria das comunidades muçulmanas; os católicos e armênios gregos libaneses que costumavam apoiar a posição maronita, mas os ortodoxos gregos, que estavam concentrados ao norte do Líbano, tinham opiniões pró-sírias e pan-árabes, que os isolava do resto dos cristãos (KLIOT, 1987).

Os muçulmanos estavam divididos em xiitas, sunitas e drusos. Desde a Guerra Civil, os xiitas lutaram contra os cristãos e tiveram um conflito contra o *establishment* sunita em relação à representação política de sua comunidade. A maioria sunita se uniu aos palestinos na década de 1970 e assumiram uma posição contra a supremacia política maronita no Líbano. Os drusos, liderados por Jumblatt, assumiram a posição de liderança no campo da esquerda muçulmana durante a Guerra Civil de 1975.

A ideia de Estado do Líbano foi moldada pela primeira vez pelos maronitas do Monte Líbano em meados do século XIX. Uma ideologia, "a ideologia da Montanha", pela primeira vez introduziu a ideia de uma "nação" no contexto libanês. Também enfatizou o conceito de pluralismo religioso para a "nação", com sunitas drusos e maronitas aliados na construção dessa nação. A contribuição da ocupação do litoral libanês para a ideia do Estado foi sua ênfase em uma sociedade pluralista, na qual todas as comunidades religiosas coexistiam, dentro de uma estrutura comum (KELIDAR, 1976).

Durante o período do mandato francês (1918-1946), a aliança entre muçulmanos e cristãos continuou, sempre que seus interesses coincidiam. O surgimento de uma classe média

próspera, composta por muçulmanos e cristãos, ajudou nesse processo de estabelecimento de um relacionamento mais próximo entre os grupos (OWEN, 1976). No entanto, lado a lado com esse fio de cooperação entre os muçulmanos sunitas e os cristãos maronitas, desenvolveram-se também animosidades. O senso maronita de nacionalidade separada foi refinado e atingiu seu auge nesse período.

Os maronitas desejavam que o Líbano fosse uma civilização clássica mediterrânea como a civilização fenícia, uma vez que parte destes se consideravam descendentes dos fenícios (SALIBI, 1976). O Líbano, para eles, foi helenizado e ocidentalizado, e mais importante, não era islâmico árabe (HOURANI, 1976). A Fenícia teria proporcionado, na visão destes, uma cultura pré-islâmica e não árabe; portanto, na visão deles, serviu como um modelo apropriado. Enquanto isso, os muçulmanos libaneses seguiram um caminho diferente na formação de sua identidade. Durante as primeiras décadas do século XX, os muçulmanos libaneses foram influenciados pelo movimento do pan-arabismo, e os muçulmanos sunitas, principalmente, sonharam com a Síria Unida e se viram em oposição aos maronitas que defendiam ativamente a expansão do território libanês de um *Petit Liban* para um *Grand Liban*¹⁵ (KLIOT, 1987).

Quando os franceses estabeleceram seu domínio sobre o Líbano, eles aceitaram as demandas maronitas e expandiram o território do Líbano para incluir a planície costeira, além do Monte Líbano, com as cidades de Trípoli, Beirute, Sidon e Tiro, e os Beqaa, que tinham laços tradicionais com a Síria (KHALAF, 1976). Quanto às outras comunidades que residiam no que seria o Líbano, os muçulmanos xiitas, os drusos, os ortodoxos gregos e os armênios se ressentiam da supremacia dos maronitas e da posição insignificante que lhes era concedida sob o sistema político emergente (KELIDAR, 1976).

De acordo com Kliot (1987), esse foi o pano de fundo para a política do Líbano, que evoluiu na década de 1920, como refletido na constituição de 1926. A constituição estabeleceu a natureza pluralista não-sectária do país e as orientações do Líbano para os mundos ocidental e islâmico. Mas os muçulmanos sunitas do Líbano se recusaram a participar das novas instituições que foram estabelecidas pela constituição. Uma mudança de atitude ocorreu entre os xiitas, que chegaram à conclusão de que sua situação seria melhor em uma entidade libanesa independente do que em qualquer "Grande Síria". Os drusos adotaram uma atitude pragmática e concordaram com qualquer acordo sob o qual seus interesses comunitários fossem garantidos.

¹⁵ Pequeno Líbano para Grande Líbano, do original em francês.

Assim, quando o Pacto Nacional ratificou a ideia de Estado do Líbano em 1943, muitas das comunidades religiosas o apoiaram. O Pacto Nacional, assinado pelo presidente maronita Bishara al-Khuri e pelo Primeiro-ministro sunita Riad al-Sulh, fez provisões para as várias comunidades do Líbano. O presidente deveria ser um cristão maronita, o Primeiro-ministro um muçulmano sunita, e a Câmara dos Deputados (o Parlamento) a ser eleito com base em seis cristãos para cada cinco assentos muçulmanos.

Também foi acordado que os cargos de comandante do exército e chefe do serviço secreto seriam ocupados por maronitas. O Pacto Nacional estipulava que os cristãos não deveriam buscar proteção ocidental e os muçulmanos não deveriam tentar fazer do Líbano parte de qualquer Estado islâmico árabe maior. O Líbano deve ter uma "face árabe", mantendo uma identidade separada e uma orientação ocidental (GORDON, 1980, p. 46, tradução nossa).

O Pacto Nacional e o acordo entre cristãos e muçulmanos foram reforçados na década de 1940, quando as duas comunidades combinaram forças para libertar o Líbano do domínio francês (HUDSON, 1968). Em 1946, a luta foi bem-sucedida e o Líbano começou sua história como um Estado independente. Assim, a ideia de Estado do Líbano era frágil desde o seu início e os libaneses não foram capazes de superar as divisões entre os que se identificavam com o mundo árabe e os que se identificavam com o ocidente até a guerra civil (SALEM, 1979)¹⁶. O Líbano foi estabelecido como um Estado antes da nação libanesa se desenvolver¹⁷. A lealdade dos libaneses sempre foi primeiro uma lealdade à família e à comunidade religiosa (KLIOT, 1987). Os libaneses não se definiam como libaneses, mas como armênios, sunitas, drusos ou maronitas.

Ao contrário de outros novos Estados, o Líbano não conseguiu desenvolver uma identidade comum como nação, até aquele momento. O sistema político liberal libanês funcionou enquanto não fosse seriamente desafiado por nenhuma ideologia ou agressão externa, como mostraram as guerras civis de 1958 e 1975.

Existem três componentes que compõem uma comunidade política: a capacidade de seus membros se comunicarem; maior lealdade às instituições políticas centrais do que a qualquer outra autoridade política, disposição para compartilhar uma cultura política comum e participar da divisão política do trabalho (HAAS, 1957). Cada comunidade política precisa de apoio para se sustentar. Pode perder seu apoio através de conflitos civis, através da emigração, de tendências separatistas, ou quando um sentimento de comunidade política deixa de emergir. A fraqueza da ideia do Estado libanês e a desintegração do povo libanês como comunidade sociocultural refletiram no sistema político. O cisma étnico-religioso impediu a evolução

¹⁶ Não corresponde a situação atual do Líbano.

¹⁷ Situação não exclusiva ao Estado libanês.

de uma cultura política comum, e a lealdade às instituições políticas centrais libanesas era fraca.

O confessionalismo era inerente a todas as instituições políticas libanesas, bem como à estrutura de poder, que provocou um colapso desse sistema na forma de conflito étnico-religioso. Como já foi dito, os assentos no Parlamento libanês eram atribuídos de acordo com a afiliação religiosa: seis assentos para os cristãos por cada cinco assentos para muçulmanos e drusos. Essa divisão foi baseada no censo populacional de 1932. Desde então, nenhum censo populacional tinha sido realizado, em um esforço para preservar o *status quo* entre as várias comunidades (KHALIDI, 1979).

No entanto, desde 1932, e especialmente nas décadas de 1970 e 1980, ocorreram grandes mudanças na população. Soffer (1986) analisa que a proporção de cristãos para muçulmanos mudou como resultado da emigração e das diferentes taxas de aumento de natalidade das várias comunidades.

Mas as mudanças populacionais não foram traduzidas em representação parlamentar. Em meados da década de 1940, os assentos parlamentares foram distribuídos entre as várias comunidades religiosas, mais ou menos, na proporção de suas respectivas populações. Houve uma pequena super-representação dos maronitas e drusos, e uma ligeira sub-representação dos armênios. Mas em 1982, a distorção na representação das várias comunidades era evidente. Os maronitas, que então constituíam apenas 22% da população, receberam 30,5% dos assentos parlamentares, havendo, também, um excesso de representação para todas as outras comunidades cristãs. Os muçulmanos estavam sub-representados: os sunitas, que compunham 26% da população, receberam apenas 20% dos assentos parlamentares e os xiitas, que constituíam 27,5%, receberam apenas 19,3% dos assentos (SOFFER, 1986).

De acordo com o tamanho real de sua população, os cristãos deveriam ter recebido apenas 38 assentos, mas receberam 53. Os muçulmanos deveriam ter recebido 61 assentos, mas receberam apenas 45. Deve-se notar que Soffer (1986) baseia suas estimativas populacionais nas taxas mais altas de aumento natural para muçulmanos em comparação com cristãos e na tendência dos maronitas e de outras comunidades em emigrar.

Além do viés sectário, o sistema parlamentar libanês tinha outras características que limitavam sua função integradora: os partidos que são grupos religiosos e os líderes que suprimem o movimento político horizontal, protegendo seus próprios interesses (VOCKE, 1976). As três comunidades mais homogêneas tinham à sua disposição três partidos fortes. Os maronitas tinham o Falange ou *Kataeib*, os drusos tinham o Partido Socialista Progressista (PSP) e os armênios tinham o *Tashnaq*. Na década de 1980 outro partido comunal se tornou

muito significativo na vida política libanesa: Amal, liderado no passado por Musa al-Sadr e na época por Nabih Birry, e conectado à comunidade muçulmana xiíta.

Os maronitas constituíam 80% do Falange, e os cristãos constituíam 90% dos membros do partido. Era provavelmente o partido mais sectário de todos (DEEB, 1980). O PSP liderado por Jumblatt recrutou 90% de seus membros do território druso hereditário no Shouf, e Amal recrutou a maioria de seus membros das classes sociais menos abastadas em Beirute e no sul do Líbano (KLIOT, 1987).

O terceiro tipo de partido era com afiliação externa. O mais importante deles era o Partido Socialista Nacionalista da Síria (PPS), que defendia a unificação do Líbano com a Síria. Tinha muitos apoiadores entre os ortodoxos gregos em Kurah, norte do Líbano. O partido Baath libanês era afiliado dos partidos sírio e iraquiano Baath e era influenciado por eles. Finalmente, existia um forte partido comunista com afiliações externas, alinhado à União Soviética (VOCKE, 1976).

Quase todos os partidos citados acima recrutaram milícias fortes que defenderam seus interesses durante a guerra civil e depois, quando o Líbano foi dividido em vários territórios ao longo de linhas comunais. Assim, os partidos libaneses sustentaram o cisma na sociedade de três maneiras: primeiro, devido à sua natureza sectária, eles agiram dentro de uma comunidade específica; segundo, a afiliação externa do PPS, Baath e Partido Comunista teve um efeito desintegrador na política libanesa; terceiro, a maioria dos partidos libaneses não eram organizações horizontais, mas verticais, que fomentavam o regionalismo e lealdade ao clã, exacerbando o cisma na sociedade libanesa (KLIOT, 1987).

Ainda de acordo com Kliot (1987), o poder no Líbano não estava necessariamente no Parlamento ou nos partidos, mas em cerca de 50 clãs proeminentes de clérigos, senhores semifeudais, chefes políticos e alguns banqueiros e empresários. Esses líderes tradicionais, especialmente os líderes muçulmanos, foram afetados pelo processo de radicalização e o panarabismo que penetrou no sistema político libanês na década de 1970 e se tornou muito poderoso. Os líderes sunitas, em especial, perderam apoio entre as massas muçulmanas e líderes tradicionais xiitas foram substituídos por líderes xiitas como Musa al-Sadr e Birry.

Desde o final da década de 1960, o distanciamento pessoal entre os líderes tradicionais aumentou, e houve um colapso total nas comunicações entre alguns deles. Política e violência sempre foram intimamente relacionadas no Líbano (HUDSON, 1968; KHALIDI, 1979; GORDON, 1980) e o assassinato de líderes políticos caracteriza a política libanesa desde a década de 1930. Alguns dos incidentes que refletem os violentos conflitos entre os líderes são: o caso do assassinato do primeiro-ministro Riyad al Sulh, em 1950, por um membro do

Partido Nacionalista da Síria em vingança pela execução de A. Sa'adeh, um dos líderes do partido; o líder druso Kamal Jumblatt, foi assassinado em 1977; Musa al-Sadr foi sequestrado e assassinado; e o assassinato de Bashir Gemayel em 1982.

Havia uma acentuada disparidade regional entre as regiões periféricas e a área central do desenvolvimento econômico e dos padrões de vida. Gordon (1980) analisou que as tendências citadas continuaram: em 1971 os xiitas no sul e no cinturão da pobreza de Beirute tinham taxas de mortalidade duas a três vezes maiores que a média nacional. Não apenas o nível geral dos serviços públicos no Líbano era muito baixo, mas sua distribuição era desigual, as regiões muçulmanas recebiam menos serviços e menos projetos de desenvolvimento. Durante o governo Chihab, no início dos anos 1960, o governo expandiu seu investimento na infraestrutura do sul, norte e Beqaa e trouxe serviços públicos como água, eletricidade, estradas e escolas para as áreas rurais (TOUBI, 1980). No entanto, essas regiões ainda eram classificadas abaixo do Monte Líbano (especialmente a província de Kisrewan) e as áreas ricas de Beirute.

A falta de empresas comerciais e industriais e a falta de serviços adequados explicam, pelo menos em parte, a enorme migração rural-urbana que ocorreu desde o final da década de 1960 até os anos 1980. A maioria dos migrantes era xiita do Sul e de Beqaa, e eles criaram grandes áreas de pobreza em Beirute e outras grandes cidades libanesas (KAMEL, 1976). Como resultado, começaram a surgir discrepâncias socioeconômicas entre várias regiões da mesma cidade.

O descontentamento entre as classes menos favorecidas foi revelado pela primeira vez na Guerra Civil da década de 1950. De acordo com Owen (1976), a classe urbana de muçulmanos, que se sentia discriminada, compunha a maior parte da oposição naquela guerra. Exceto por um curto período na década de 1960, o governo libanês não fez nenhum esforço para corrigir a disparidade regional. A primeira razão foi a fraqueza geral dos vários governos libaneses e sua incapacidade de cobrar imposto de renda dos mais ricos. Em 1975, o imposto de renda contribuiu com apenas 12% do orçamento do governo porque indivíduos e empresas elevaram a sonegação de impostos a um grande patamar. A sonegação de impostos era estimada em dois terços do total que deveria ser arrecadado (ISSAWI, 1966).

Os esforços para reconstruir a economia libanesa após a Guerra Civil de 1975-1976 foram prejudicados no início dos anos 1980 por uma deterioração adicional da situação de segurança interna e pela invasão israelense de 1982. A moeda libanesa, que manteve seu valor ao longo dos anos, deteriorou-se no início de 1985. O governo perdeu todas as suas fontes de renda: os impostos foram coletados pelas várias milícias em seus respectivos territórios, que também prestavam serviços públicos a seus cidadãos. O porto de Beirute foi operado entre

1976 e 1982 pelos cristãos e nenhuma das receitas chegou ao governo. Na ausência de um governo forte, na realidade de um território dividido entre várias entidades políticas, o mercado negro floresceu, especialmente o contrabando e o cultivo e processamento de haxixe. Em 1981, a receita anual dessa indústria ilegal atingiu cerca de 500 milhões de dólares e forneceu uma fonte eficaz de renda para todas as partes libanesas e não libanesas (KLIOT, 1987).

O colapso do Estado libanês pode ser explicado pela desintegração desse Estado desde o seu início. A ideia de Estado do Líbano, por mais frágil que fosse, fortaleceu as diferenças sectárias já existentes. A separação confessional penetrou em todas as esferas da vida no Líbano: as escolas, a mídia de massa, as associações profissionais e os movimentos juvenis. Os libaneses mantiveram sua identidade quanto membros de clãs e seitas e a lealdade ao Estado ficou em último lugar. Para servir ao *status quo* sectário, foram fundados o sistema parlamentar e o executivo sobre o sectarismo, um fato que os tornou fracos e sem opção de iniciar mudanças.

A fraqueza do Estado libanês e sua dependência econômica e política do mundo árabe tornaram o Líbano suscetível às pressões e intervenções árabes. O Líbano sofreu duas guerras civis, uma em 1958 e outra em 1975. Ambos os conflitos mostraram que o Líbano foi dividido dentro de linhas confessionais e as várias comunidades estavam acostumadas a se aliar a potências estrangeiras.

Na guerra de 1975, os palestinos que encontraram refúgio no Líbano participaram ativamente e estabeleceram um mini Estado quase soberano no sul do Líbano e em Beirute. Os palestinos usaram essa área para lançar ataques a Israel a partir de suas bases e o governo libanês não estava disposto ou era incapaz de impor sua soberania sobre o sul. Na próxima sessão deste capítulo entenderemos como a OLP se estabeleceu no sul do Líbano.

4.2 A formação da Organização para Libertação da Palestina (OLP)

A questão da Entidade Palestina, uma representação política do povo palestino, surgiu por iniciativa da República Árabe Unida (RAU) na 31ª sessão do Conselho da Liga Árabe (CLA) em 29 de março de 1959. A CLA decidiu então que uma cúpula árabe de alto nível lidaria com os estágios de desenvolvimento da questão palestina e a reorganização do povo palestino como povo unificado, e não como meros refugiados, e cuja voz seria ouvida na arena internacional através de representantes que seriam eleitos pelo povo palestino (SHE-MESH, 1984).

O objetivo por trás da criação desta entidade palestina era o estabelecimento de instituições políticas independentes que representassem os palestinos como um povo. Os egípcios, por motivos táticos, abstiveram-se, nesta fase, de falar sobre autodeterminação ou estabelecimento de um Estado palestino. A ênfase desde o início foi colocada na questão da representação. Não foi por acaso que a questão da Entidade Palestina surgiu precisamente através da iniciativa egípcia em um período decisivo do Oriente Médio em que o nacionalismo árabe estava em ascensão (HASHAD, 1965).

Os debates e discussões realizados e as decisões tomadas sobre esse assunto no período de 1959 a 1963 ocorreram em um cenário de desenvolvimentos e processos políticos conflitantes no mundo árabe. Por um lado, esse período representou o clímax da realização do sonho nacional árabe, o estabelecimento da República Árabe Unida (RAU) (fevereiro de 1958); por outro lado, representou o ponto mais baixo: a desintegração da RAU (setembro de 1961) produziu uma "crise sindical" que impedia a possibilidade de realizar esse sonho por muitos anos. Esses dois eventos históricos agravaram o conflito no mundo árabe entre o conceito de nacionalismo pan-árabe e o de regionalismo. Eles criaram uma polaridade no nacionalismo árabe entre a corrente "nacionalista revolucionária" liderada pelo então presidente egípcio Gamal Abdel Nasser e a corrente "moderada" que representava a unidade federal com base na preservação da independência e soberania dos Estados árabes então liderados por Abd al-Karim Qasim (HASHAD, 1965).

Entre esses dois extremos estavam Estados árabes, principalmente monárquicos, que se encontravam em uma situação ambivalente: por um lado, estavam envolvidos em uma luta para manter sua independência e desenvolver sua própria identidade nacional e, por outro, sentiam-se obrigados a se comprometer a fim de satisfazer seu desejo de convivência com esses dois fluxos. Esse período testemunhou os mais graves conflitos inter-árabes que o mundo árabe conheceu desde o estabelecimento da Liga em 1945.

No período houve conflitos armados entre os Estados árabes, com o envolvimento militar mais massivo que o mundo árabe conheceu naquele século, quando o número de egípcios que lutaram no Iêmen alcançou (em 1964) entre 60 e 70 mil. Nesse período, Nasser era o líder indiscutível do mundo árabe. A opinião pública fora da RAU estava entusiasmada em grande parte com Nasser e a união que ele simbolizava. Este estado de coisas não mudou mesmo depois da desintegração da RAU (NIDAL, 1971). O regime estável do Egito se viu diante de um mundo árabe instável. Os eventos políticos no mundo árabe e dentro dos próprios países, principalmente Iraque, Síria e Jordânia, centrado principalmente sobre, ou resultante de medi-

das e decisões de Nasser na arena árabe, mesmo durante o período de declínio de sua liderança após a desintegração da RAU.

Apesar da liderança e influência decisivas de Nasser no mundo árabe, ele falhou em seus esforços de implementação da sua política na região. Os golpes de estado no Iraque (fevereiro de 1963) e na Síria (março 1963) foram uma surpresa para os egípcios. Essas falhas levaram a mudanças na maneira de se pensar a política egípcia.

Aparentemente, a RAU acreditava que a prevenção da implementação deste projeto seria crucial para os interesses egípcios. A conclusão de um projeto desse tipo fortaleceria Israel e, conseqüentemente, representaria uma ameaça para o futuro da Questão Palestina. Como esse projeto deveria ser evitado tornou-se um problema inter-árabe, pois envolvia a possibilidade de complicações que poderiam levar a uma guerra com Israel (SHEMESH, 1984).

Em 1959, a ideia de uma entidade palestina do Egito apresentou à Jordânia um novo desafio que ameaçava sua existência e integralidade, tanto no futuro imediato quanto distante. Além dessa ameaça, havia outra mais concreta à existência do regime no esforço egípcio de derrubar o Rei Husayn. Assim, naquele período, o regime enfrentou dois desafios que se complementavam e se ajudavam. Portanto, a luta pela existência do Reino Hachemita se intensificou precisamente durante o período em que o regime estava tentando "jordanizar" a população palestina sob o domínio de Husayn. Nesse contexto, pode-se entender a oposição de Husayn ao plano de estabelecimento da Entidade Palestina em todos os seus componentes (HASHAD, 1965).

Deve-se ressaltar que somente em um estágio posterior, no final de 1962, e especialmente em 1963, começaram a surgir organizações palestinas secretas adicionais entre os centros populacionais palestinos no Líbano, Kuwait e, em menor grau, na Faixa de Gaza. Elas pediam o estabelecimento de instituições da Entidade Palestina, como um governo palestino e uma Assembleia Nacional. Eles também pediram o reconhecimento da Cisjordânia como parte da Palestina e o estabelecimento de um exército palestino. Um número dessas organizações mantinha contatos secretos com os habitantes da Cisjordânia e esta atividade não passou despercebida pelas autoridades de segurança da Jordânia. Naquele período, as organizações e instituições palestinas, em suas reuniões nos Estados árabes, exigiam que a questão da Entidade Palestina fosse elevada a uma posição de prioridade máxima (SHEMESH, 1984).

Apesar da atividade palestina descrita no parágrafo anterior, qualquer iniciativa ou atividade egípcia, reação do Iraque ou discussão entre árabes surgiu apenas de considerações egípcias e iraquianas e não foi resultado de pressão por parte de um movimento popular palestino. A reação da população palestina a tais pressões por parte dos países árabes durante os

anos de 1959 a 1962 foi a de simpatia ou atividade passiva frequentemente inspirada pelas autoridades, ao invés de um processo de baixo para cima, partindo da população palestina. Nos anos da união entre o Egito e a Síria, não havia sinais visíveis de que o problema da Entidade Palestina se tornasse o pivô da atividade de um movimento político palestino independente. Durante esse período, os intelectuais palestinos mostraram uma forte tendência à atividade no âmbito dos movimentos políticos pan-árabes e apoio ao slogan de Nasser: “unidade é o caminho para a libertação da Palestina” (NASSER, 1959, tradução nossa). Parece, portanto, que o Fatah¹⁸ também foi influenciado pela posição do Egito e do Iraque sobre esse assunto (NIDAL, 1971).

A primeira cúpula árabe realizada por iniciativa de Nasser no Cairo, de 13 a 17 de janeiro de 1964, decidiu que

[...] Ahmada l-Shuqayri, representante da Palestina na Liga Árabe, continuaria seus contatos com os Estados membros [na Liga Árabe] e com o povo palestino, a fim de estabelecer as bases apropriadas para a organização do povo palestino, [e] a fim de capacitá-lo a cumprir seu papel na libertação de sua terra natal e em sua autodeterminação [...] (LIGA ÁRABE, 1964a, tradução nossa).

Esta foi a primeira decisão tomada por unanimidade e ao mais alto nível da Liga Árabe sobre a Questão Palestina, desde a iniciativa do Egito sobre o assunto em março de 1959. Essa decisão transformou a Questão Palestina e o estabelecimento de instituições para representação palestina de um mero assunto a ser debatido em um fato. Pavimentou o caminho para que Shuqayrti fundasse a Organização para Libertação da Palestina (OLP) em maio de 1964, no final do primeiro Congresso Nacional da Palestina em Jerusalém Oriental.

A segunda cúpula árabe, realizada no Cairo, de 5 a 11 de setembro de 1964, “[...] acolheu o estabelecimento da OLP como base da Entidade Palestina e como pioneira na luta coletiva árabe pela libertação da Palestina [...]” (LIGA ÁRABE, 1964b, tradução nossa). Em suas decisões, a segunda cúpula evitou qualquer referência direta à questão da representatividade da OLP. No entanto, houve acordo sobre a formulação geral de que “ [...] a OLP representa a vontade do povo palestino em sua luta pela libertação de sua terra natal, Palestina [...]” (LIGA ÁRABE, 1964b, tradução nossa).

O particularismo palestino foi o produto do sentimento de que a Questão Palestina não era prioridade na agenda de ações dos países árabes e em nenhum lugar da agenda da comunidade internacional. O diagnóstico por ideólogos palestinos levou à criação da OLP. Quando os Estados árabes patrocinaram a criação da OLP em 1964, eles fizeram em reconhecimento

¹⁸Movimento de libertação nacional da Palestina, organização política e militar fundada em 1959, maior facção da OLP.

parcial desta identidade palestina. Os expoentes do novo ativismo palestino foram uma nova geração ressentida por 1948, exilados e se sentindo como indiferentes pelo Sistema Internacional. Seu objetivo não era estabelecer um Estado palestino na Cisjordânia, Jerusalém Oriental e na Faixa de Gaza, ainda nas mãos árabes, mas para reparar uma injustiça de 1948. A OLP não apresentava uma grave ameaça militar a Israel. Durante todo o período 1948-1967, a iniciativa militar contra árabes e palestinos permaneceu firmemente nas mãos de Israel. Isto é evidenciado pela absorção de Israel dos territórios hoje compreendidos como Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental (KHALIDI, 1985; KHALIDI, 2006).

O conflito árabe-israelense pode ser entendido como uma derivação da Questão Palestina. Todas as guerras árabe-israelenses de 1940 a 1970 foram derivadas da Questão Palestina (KHALIDI, 1985). Esse foi o caso das guerras de 1948, 1956 e 1967, a Guerra de Atrito de 1969-1970 e a Guerra de 1973. A Guerra Civil na Jordânia em 1970-1971 também foi derivada da Questão Palestina. Os palestinos na Jordânia eram quase refugiados das guerras de 1948 e 1967. Já os palestinos no Líbano eram na sua maioria refugiados de suas cidades e vilarejos do outro lado da fronteira, na Galileia (NAZAL, 1948).

O Líbano por muito tempo ocupou um lugar particularmente relevante na causa palestina. Um considerável número de palestinos reside lá até hoje, o país faz fronteira com Israel, e por mais ou menos 12 anos (de 1970 a 1982) funcionou como centro político e militar do movimento palestino (OLP). Fê-lo, em certo sentido, à maneira clássica dos santuários de guerrilhas externas: o Líbano fornecia abrigo, uma base logística e um ponto de partida para atividades militares. No Líbano, o movimento palestino cresceu excepcionalmente, livre para construir suas próprias instituições, para promover a sua própria identidade, e para escolher os seus próprios caminhos (BRYNEN, 1989).

No início, deve-se notar que o Líbano foi um duro teste para a OLP. Já na época do estabelecimento da organização palestina no Líbano, o país demonstrava sinais de que sofria de profunda crise social, econômica e de intrínsecas divisões políticas, como tratadas na sessão anterior. A presença armada palestina certamente exacerbou as contradições do sistema libanês, que explodiram na guerra civil em 1975 e que continuaram a dividir o país por muito mais tempo. Entretanto, é importante ressaltar que a presença palestina no Líbano não causou nenhum conflito político no país, afinal de contas, o Líbano tinha vivenciado uma guerra civil anterior, em 1958, sobre muitas das mesmas questões que permaneceram na guerra civil posterior. Certamente a OLP atraiu maiores níveis de intervenção israelense e árabe no Líbano, a consequência inevitável da importância regional e permeabilidade da Questão Palestina. O envolvimento externo em assuntos libaneses, muitas vezes a pedido dos libaneses, não era

novidade. Acima de tudo isso, a fraqueza do Líbano permitiu a Israel embarcar em uma série deliberada e constante de ataques maciços contra a OLP, intervenção projetada para desestabilizar a presença palestina no Líbano.

Toda essa situação de instabilidade entre os diversos grupos políticos dentro da sociedade libanesa tornava complicada a relação com os palestinos. Depois da Guerra dos Seis Dias, em 1967, a conjuntura da população palestina se agravou, sem um local para se refugiar os palestinos começaram a se espalhar pelos países árabes circundantes, como o Líbano, e tiveram que sobreviver a inúmeros infortúnios tentando ao mesmo tempo ganhar o apoio das massas não só de seu povo, mas também da população árabe (BRYNEN, 1989).

Entretanto, em 1969, os palestinos começaram a receber adeptos à sua causa, culminando no Acordo do Cairo¹⁹, graças às pressões externas do Egito (que ajudou nas negociações do tratado) e da Síria. O Acordo definiu o destino da OLP durante os treze anos subsequentes à sua ratificação.

Mesmo com a assinatura do acordo, a situação palestina no Líbano não era totalmente tranquila. A situação interna libanesa era a principal responsável pela instabilidade com os palestinos, nem todos os grupos eram a favor da presença deles no sul do país, e depois da perda de bases da OLP na Jordânia (1970-1971) a situação libanesa começou a se tornar ainda mais preocupante para os palestinos. A hostilidade girava em torno dos grupos cristãos e mulçumanos, sendo os primeiros os que mais se opunham à ocupação palestina, dessa forma a guerra civil libanesa ia ganhando contornos mais nítidos e a Questão Palestina começava a se tornar pivô do conflito. De 1973 a 1975, o cerco ia se formando. O exército libanês tentava expulsar os palestinos, até que estes, junto com alguns grupos mulçumanos, formaram uma resistência, forçando o Líbano a cumprir o Acordo do Cairo. Em 1975 a segunda guerra civil libanesa eclodiu, só que dessa vez ela seria mais sangrenta e duraria quinze anos. Durante a guerra a OLP precisava definir suas posições para se manter viva dentro do país, dessa forma uniu suas forças com os mulçumanos do partido Movimento Nacional Libanês (formando a Frente Libanesa) garantindo sua segurança até 1976. A partir de janeiro de 1976 a situação começou a piorar, ataques à Frente Libanesa (FL) tornaram-se constantes, até que a Síria entrou no conflito em favor da FL, mas por um lado a nova força tornou-se ruim para os palestinos que viam seus campos de refugiados ao leste de Beirute serem massacrados. Em setembro, os Acordos de Riad colocaram a guerra civil em suspensão (BRYNEN, 1989).

¹⁹O Acordo do Cairo de 1969 constituiu um tratado assinado entre o líder da OLP, Yasser Arafat, e o líder do exército libanês, Emilie Bustani. O acordo previa a autorização à instalação da sede da OLP no sul do Líbano.

A OLP e a maior parte da população palestina no Líbano saíram da guerra civil de certa forma intocados, apesar da sua posição militar precária. Em 1976-1977, por meio da diplomacia cuidadosa e o uso de contrapeso de aliados árabes externos, a organização resistiu a pressões da Síria para se retirar do Líbano. Em 1978, Israel realizou sua primeira invasão, e a OLP conseguiu resistir, mas seria totalmente desalojada no futuro. Dos anos 1970 ao início dos anos 1980, a estrutura administrativa da OLP teve uma expansão considerável, de tal forma que, em 1982, constituiu um para-Estado palestino no Líbano (BRYNEN, 1989).

O Líbano se tornou independente em 1943, e, diferentemente da maioria dos países, possui uma população altamente heterogênea, o que propiciou os conflitos internos em sua existência. A situação dos palestinos dentro do Líbano sempre foi problemática. Os autores, Abdulrahim e Khawaja (2010), citam exemplos de como se dá o *status* do palestino em países como Jordânia e Síria, nos quais o grupo possui direitos de cidadania, direito a propriedade e ao trabalho; já no Líbano certas políticas e fatores econômicos acabam por colocar o grupo numa posição difícil. Por exemplo, os palestinos não podem ter empresas fora dos campos de refugiados e não podem exercer cargos públicos. Classificados ainda como estrangeiros, mesmo as novas gerações tendo nascido em solo libanês, os palestinos não podem integrar certos sindicatos, como de medicina, direito e engenharia (ABDULRAHIM, KHAWAJA, 2010).

Mesmo os muçulmanos sendo mais predispostos a aceitar os palestinos no território libanês, com o crescimento dos assentamentos palestinos nos anos de 1960 ambos os grupos, cristãos e muçulmanos, se mostraram preocupados. Essa preocupação advinda dos desdobramentos que a ocupação poderia trazer, principalmente o aumento da atenção que traria para a região e qual o custo desse aumento. Mais fundamentalmente, no entanto, o aumento da resistência palestina se mostrava perigosa para o próprio sistema libanês. Por mais que a natureza "revolucionária" da OLP (e, mais especificamente, o Fatah) possa ter sido questionada por alguns, era claramente um elemento desestabilizador. É neste contexto que as tentativas por parte do Estado libanês (e mais tarde pela Falange, Forças Libanesas, e outros defensores automeados do *status quo*) de suprimir a OLP devem ser analisadas. Para garantir sua presença no Líbano, a OLP promoveu um conjunto de políticas apaziguadoras que consistiam no congelamento da atividade fronteiriça ao sul, além de tentar reeducar os guerrilheiros palestinos. Ao mesmo tempo, foi iniciado um diálogo com o partido Falange e líderes cristãos, em um esforço para aliviar as preocupações da direita cristã sobre a presença armada palestina. Em última análise, no entanto, tais políticas foram limitadas, apenas postergando o conflito que estaria por vir (BRYNEN, 1989).

O crescimento do movimento palestino (OLP) no Líbano na década de 1960 foi percebido pelos grupos que compunham a elite conservadora libanesa, composta majoritariamente por cristãos e muçulmanos. Como abordado anteriormente, o crescimento da Organização para Libertação da Palestina no sul do Líbano passou a atrair a atenção militar israelense para a região, o que causou um custo não só econômico como também social. O autor (1989) também ressalta outros aspectos que se tornaram relevantes para o agravamento da situação, como a formação de guerrilhas palestinas que abusavam do uso de armamentos e da violência em território libanês (BRYNEN, 1989).

Tal ênfase em uma estratégia de "defesa" manteve a permanência e status da OLP no Líbano por cerca de seis anos, de 1976 a 1982, e veio ao custo de mais ressentimento libanês. Ao remover um elemento do material de sua superioridade estratégica territorial, a posição armada da OLP no Líbano poderia ter se extinguido. E isso, claro, é precisamente o que aconteceu no verão de 1982.

4.3 Tensões prévias entre Israel e Palestina

Um elemento na formação de conflitos é o conhecimento subjetivo que as partes mantêm uma relação, mesmo que hostil. Esse conhecimento determina, em primeiro lugar, que a situação é caracterizada como um conflito e, segundo, como o conflito emergiu, afetivamente e comportamentalmente. Este subcapítulo analisa o conflito entre israelenses e palestinos da perspectiva de uma teoria epistemológica da psicologia social e política, marco teórico utilizado nesta tese (KLAR; BAR-TAL; KRUGLANSKI, 1988) que tratam do processo de aquisição de conhecimento. De acordo com essa perspectiva, o conflito é visto como parte de um esquema cognitivo específico, referindo-se à incompatibilidade de objetivos entre as partes envolvidas no conflito. Diz-se que uma situação de conflito ocorre quando pelo menos uma das partes "assina" o esquema de conflito. Assim, a retenção ou modificação do esquema pode determinar se o conflito é mantido ou resolvido.

Ao longo da presente pesquisa, o termo "esquema cognitivo" é utilizado para denotar uma rede semântica de significados (ou implicações) associados de uma crença central específica. No caso do esquema do conflito, essa crença tem a ver com a incompatibilidade dos objetivos entre as partes. Por exemplo, se o objetivo da Líbia é tornar-se o líder do mundo árabe, e o objetivo do Egito é o mesmo, então inferimos que existe uma incompatibilidade de objetivos entre esses dois países. Nesse caso, um esquema de conflito seria ativado. Esta análise sustenta que, sem a crença, em relação à incompatibilidade dos objetivos, uma situação pode

não ser considerada como um conflito. Uma abordagem teórica um tanto diferente considera os conflitos como decorrentes da incompatibilidade entre ações. No entanto, ações incompatíveis podem não ser necessariamente percebidas como conflitantes.

A intensidade e duração do conflito palestino-israelense, agravadas ainda mais pela percepção de vitimização histórica e justiça que israelenses e palestinos acreditam com grande paixão, criou um senso de hostilidade e desconfiança de ambos os lados. Um abismo intransponível separa as narrativas históricas árabe palestina e sionista. O sionismo, na perspectiva judaica amplamente difundida, é um projeto heróico de renascimento nacional, dignidade e respeito próprio restaurado. A libertação nacional judaica, o Estado e a soberania são os epítomos do desafio e da autodefesa contra o destino histórico do povo judeu. A fundação de Israel em 1948, nesta perspectiva, portanto, foi uma conquista da justiça histórica para o mais oprimido de todos os povos. De acordo com a narrativa sionista, o povo judeu, em sua maior vitória em 2000 anos, havia ressurgido das cinzas da destruição horrenda à vitória e independência política dentro de apenas três anos, tal qual descrito na narrativa israelense como a transição revolucionária “[...] da Shoah (holocausto) ao avivamento [...]” (em hebraico: *mi Shoah le tequma*) (SUSSER; ATLAS, 2017).

Ainda de acordo com os autores (2017), para os palestinos, o contrário é verdadeiro. As narrativas não apenas diferem, elas são absolutamente e irreconciliavelmente opostas uma da outra. O sionismo, no ponto de vista palestino, não se trata de legítima defesa ou justiça. É responsável pela agressão dos judeus ao povo palestino, construindo o primeiro assentamento judaico na Palestina, mais especialmente a partir da 1917, sob a Declaração de Balfour e o mandato britânico estabelecido após a Primeira Guerra Mundial, contra os desejos da população árabe local. A memória palestina da *Nakba* ou derrota catastrófica nas mãos dos israelenses em 1948, a perda de sua pátria, sua dispersão e o refúgio estão no cerne da identidade palestina e sua autopercepção da vitimização. Esta é a experiência coletiva palestina formativa e a própria essência do povo palestino. “As memórias compartilhadas do desenraizamento traumático de sua sociedade e as experiências de ser desapossado, deslocados e apátridas viriam a definir a palestinidadade.” (ibidem, p. 40, tradução nossa).

O palestino carrega dentro de si um profundo senso de injustiça histórica onde o povo palestino nasceu. Para os palestinos, portanto, a independência de Israel é o seu desastre “[...] *yawm istiqlaliquim yawm nakbatina [...]*” (REKHESS, 2002, p.26). Os palestinos desejam voltar e reverter as trágicas consequências da criação de Israel em 1948 e sua expansão em 1967.

Os israelenses, portanto, viveriam em um mundo de incerteza perpétua a respeito dos objetivos árabes de longo prazo. Os árabes pretendiam acabar com a ocupação israelense dos territórios na guerra de 1967, ou eles ainda aspiravam em acabar com Israel por completo? Os israelenses não têm certeza das intenções árabes e estão sempre preocupados ou até obcecados com segurança, postos de controle, muros, “cúpulas de ferro”, ocupação e até armas nucleares. Para os árabes, isso significa apenas mais tentativas hegemônicas e agressivas de Israel que provocam desconfiança árabe das intenções israelenses e desencorajam qualquer pensamento ou discussão de genuína reconciliação. Os palestinos argumentam que os requisitos de segurança israelenses na Cisjordânia fazem parte de uma mentalidade de ocupação dos israelenses, em vez de uma verdadeira necessidade defensiva (SUSSER; ATLAS, 2017). A relutância árabe de se normalizar com Israel, por sua vez, apenas serve para reforçar a insegurança israelense e, portanto, o ciclo vicioso de segurança/hegemonia é perpetuamente estabelecido.

No conflito com os Estados árabes, as principais questões referem-se às conquistas feitas por Israel em 1967. Com base na Resolução 242 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de novembro de 1967, os países árabes - Egito, Síria e Jordânia - tinham direito de recuperar seu território em troca da paz com Israel, ou seja, a fórmula "terra pela paz". De fato, Egito e Jordânia (depois que o reino jordaniano se separou da Cisjordânia em 1988) fizeram as pazes com Israel e receberam os territórios de volta, e Israel e Síria estiveram também muito perto de fazer o mesmo em meados dos anos 1990. Tanto na teoria como na prática, os países árabes que fazem fronteira com Israel, desde 1967, exigem de Israel as fronteiras de 1967, isto é, o fim da expansão territorial israelense em 1967 e não o fim da existência do Estado (KLAR; BAR-TAL; KRUGLANSKI, 1988).

De acordo com os autores (1988), a dimensão israelo-palestina do conflito é muito diferente. Aqui há claramente dois conjuntos de questões: o território de 1967, que inclui assuntos relacionados à ocupação israelense da Cisjordânia e Gaza, como assentamentos, fronteiras e Jerusalém. Depois, há o território de 1948, no qual existem duas questões críticas pelos palestinos em nome da justiça histórica, os quais vão além da ocupação de 1967. Além disso, essas questões estão relacionadas ao núcleo mais existencial de Israel, um Estado nacional do povo judeu. A primeira é a questão do retorno dos refugiados de 1948 e seus descendentes aos seus lares originais que estão agora situados no que se tornou Israel. A segunda é a rejeição de Israel como o Estado-nação do povo judeu, que muitos dos cidadãos palestinos ressentem fortemente como excludentes, negando-lhes total igualdade. Ambas as posições são vistas pela maioria dos judeus israelenses como planejadas para minar seu *ethos* nacional e seu direito

inerente à autodeterminação em um Estado próprio, a razão de ser de mais de um século de luta desde o início do sionismo no final do século XIX.

Do ponto de vista palestino, a Resolução 242 de novembro de 1967 foi inerentemente deficiente. Os palestinos e a Palestina não são mencionados no documento (ONU, 1967). A resolução foi concebida como base para as negociações entre Israel e os Estados árabes dos quais Israel havia ocupado territórios na guerra de junho daquele ano. Os palestinos ainda não seriam reconhecidos como atores autônomos no conflito. De fato, a resolução foi projetada para lidar com o conflito de 1967 entre Israel e os Estados árabes vizinhos, segundo o qual a dimensão palestina deveria ser tratada nas negociações de Israel com a Jordânia. A resolução 242 não era referente a 1948. Portanto, levou muitos anos para a OLP aceitar a resolução e nunca o fez de maneira completa e inequívoca. A resolução foi finalmente aceita pelo Conselho Nacional da Palestina, o Conselho da OLP quase parlamentar, somente em 1988, e mesmo assim a aceitação teve várias advertências e reservas.

Em tese, tanto os israelenses quanto os palestinos aceitam o princípio de dois Estados para dois povos. Na prática, no entanto, as respectivas posições que os atores realmente ocupam na solução de dois Estados são incompatíveis: suas percepções do conflito, a completa soberania do Estado vizinho, como suas respectivas concepções de Estado se projetam para o território do outro. Israel construiu e ainda constrói assentamentos nos territórios ocupados da Cisjordânia, projetando-se no território que seria do Estado Palestino; os palestinos lutam pelo retorno dos refugiados e seus descendentes a suas cidades originais, que hoje estão em território israelense.

A OLP aceitou a partilha e a ideia de dois Estados em 1988, em sua Declaração de Independência, mas essa aceitação foi bastante complicada. De acordo com a declaração, as partes concordam com a Resolução de 1947 “apesar da injustiça histórica” inerente a ela, resultou na dispersão do povo palestino e os privou de seu direito à autodeterminação, no entanto, deu legitimidade internacional para Palestina (OLP, 1988). É especialmente digno de nota que a Resolução de 1947 não satisfaz os direitos palestinos de autodeterminação, mas apenas à soberania e independência. A autodeterminação, na linguagem da OLP, é igualada unicamente com o Estado em toda a Palestina histórica e a partilha é descrita como uma negação da mesma, de acordo com o texto desta mesma declaração (OLP, 1988).

Dois Estados, portanto, como uma divisão pura e um ato claro de finalidade, não foi aceitável sem algum elemento de correção da injustiça histórica inerente a dividir-se, assim, a demanda contínua por alguma medida apropriada de retorno dos refugiados palestinos a Israel. O retorno palestino a Israel é para os israelenses um desafio da lógica básica de dois Esta-

dos. Não faz sentido para os israelenses a criação de um Estado palestino e, em seguida, os refugiados palestinos voltarem a Israel e não para a Palestina (KLAR; BAR-TAL; KRUGLANSKI, 1988).

Mas, como explicaria Mahmoud Abbas, no conflito de 1948 todos os refugiados originalmente vieram de lugares que se tornaram parte de Israel. Nenhum deles eram da Cisjordânia e Gaza. Não fazia sentido para eles falar de "retorno" onde eles já estavam ou para lugares de onde não tinham vindo originalmente.

4.3.1 A importância da confiança

A confiança social generalizada está no centro do conceito de capital social (FUKUYAMA, 1995; PUTNAM, 2000) que descreve o valor coletivo da rede humana, cooperação mútua e reciprocidade, através das quais um fluxo de valores geralmente valiosos é possível. Confiança generalizada é um tipo de confiança em larga escala, uma benevolência geral para com os outros e uma expectativa geral de que outros nos tratem da mesma maneira. Nesse sentido, a confiança funciona como "cola social" que mantém juntos os indivíduos, grupos, comunidades e sociedades variando em suas formas e formatos, dependendo do contexto social e hábitos culturais (SCHWEGLER; SMITH, 2012). Além disso, recentes estudos mostraram que duas formas de confiança - particularizadas e generalizadas – são altamente correlacionadas (FREITAG; TRAUNMÜLLER, 2009).

Quando o objeto de expectativas é um membro de um grupo externo em um contexto intergrupo sobre o qual se pode construir a confiança interétnica (GUNDELACH, 2013; VOICI, 2006), como apontado, a literatura contemporânea, especialmente em sociologia e ciência política, distingue entre confiança mais generalizada, que é "direcionada" a todos ou a "uma média" dos membros da sociedade. e uma forma mais específica de confiança que abrange aqueles que são diferentes de nós, por exemplo, em sua etnia, religião ou alguma outra característica, nos permitindo formar um senso de identidade comum (GUNDELACH, 2013; STURGIS; SMITH, 2010). A confiança é provavelmente o aspecto mais frágil das relações humanas; é difícil de desenvolver e fácil de perder e as dificuldades em estabelecer confiança foram bem documentadas.

O fato de existir um certo viés de negatividade a que estamos predispostos a reagir (BAUMEISTER; HASTINGS, 1997), ou seja, que é preciso muito menos para destruir a confiança do que para (re)construí-la (SLOVIC, 1993), nos faz ser intensamente desconfiados e cautelosos quando nossa confiança foi violada. Por exemplo, em ambientes de laboratório,

Rothbart e Park (1986) demonstraram que foram necessárias mais instâncias comportamentais para confirmar uma característica positiva como confiabilidade e muito menos para confirmar uma característica negativa. O oposto era verdadeiro para traços negativos; eram mais fáceis de adquirir e mais difíceis de perder. Essa espiral assimétrica na construção e destruição da confiança nos torna especialmente sensíveis aos atos de violação dela.

Conforme abordado pelos estudos de psicologia social, as pessoas estão mais dispostas a confiar no grupo do que membros do grupo externo, especialmente quando uma ameaça à identidade em grupo foi introduzida (VOCI, 2006). Hewstone *et. al.* (2008) argumentaram que ao mostrar confiança em grupos externos os membros do grupo em questão podem ser vistos de forma negativa, tendo colocado o grupo em risco, e isso é importante para aqueles que se identificam com seu grupo. Essa descoberta mostra que a identidade é um moderador importante neste contexto, mas também que a confiança para com aqueles de fora do grupo se torna um problema de segurança para o grupo, tornando-o mais vulnerável.

O conflito entre grupos é certamente a forma mais forte de ameaça de identidade que viola intensamente a confiança entre grupos com consequências a longo prazo. Além disso, o conflito entre grupos é uma forma definitiva de violação da confiança. O senso de grupo e sua vulnerabilidade tornam-se extremas e relações de confiança amigáveis mais difíceis de se alcançar.

Isto é especialmente verdadeiro se o conflito ocorrer dentro de uma comunidade na qual lados opostos viveram pacificamente e harmoniosamente antes do conflito. Como resultado do conflito, sua interdependência mútua anteriormente amigável tornou-se hostil; no entanto, sua interdependência na resolução do conflito permanece muito forte (KELMAN, 2007), apesar de diferentes interpretações do conflito e de talvez uma parcela desigual de culpa, ambas as partes são responsáveis pela melhoria de suas relações.

A identidade étnica provou ser um fator importante que influencia a confiança fora do grupo: quanto menor a identidade étnica, maior a confiança. Por exemplo, Voci (2006) analisa que essa identificação de grupo melhorou a confiança dos membros do grupo, mas também reduziu a confiança com aqueles de fora do grupo. Em um estudo de Hewstone *et. al.* (2014), menor identificação com os membros do grupo foi associada com maior confiança com indivíduos de fora do grupo. Os mesmos resultados foram obtidos em um estudo da Çelebi *et. al.* (2014), mostrando que mais identificação em grupo em relação a alunos turcos e curdos foram associadas a menor confiança com os membros de fora do grupo.

Em tempos de ameaça e de conflito, há casos em que uma ameaça ao grupo é percebida como uma ameaça ao bem-estar pessoal e ainda mais para aqueles que se identificam mui-

to com o seu grupo. A segunda razão para a importância da identidade do grupo para a dinâmica das relações intergrupos é o simbólico significado do grupo. Por causa de seu valor emocional, devastação de símbolos e ameaça a eles são facilmente percebidas como ameaças à existência do grupo. É por isso que os símbolos de identidade de grupo servem como eficazes mobilizadores para a sua defesa.

No contexto de conflitos, lesões e violência não são interpretadas apenas em um nível individual; pelo contrário, são percebidos como direcionados ao coletivo como um todo e contra a própria existência do grupo. Em tais circunstâncias, cada membro do grupo é percebido como um representante dele, então ele ou ela torna-se "nós", fazendo sentir as feridas e as dores coletivamente. Em outras palavras, como Teoria da Identidade Social elaborada por Tajfel e Turner (1986), mecanismos de identificação possibilitam a criação de uma identidade coletiva compartilhada, que por sua vez torna possível sentir os assuntos do grupo como "nossos", incluindo o sofrimento de outros, mesmo que não fossem feridos pessoalmente (BARTAL *et. al.*, 2009). Experiências recentes na pesquisa mental também mostraram que indivíduos que percebem seu grupo com altamente vitimizados, como no caso de Israel e Palestina, confiam mais nos membros do próprio grupo do que nos membros do grupo externo, reduzindo possibilidades de negociação e acordos de paz. Seguindo essa linha de pensamento, assumimos que a vitimização coletiva e relacionada ao conflito seriam fatores importantes na determinação da "quantidade de confiança" no grupo externo beligerante.

Há estudiosos sugerindo ou conceituando explicitamente a confiança como uma emoção (VOCI, 2006). Um papel central das emoções na manutenção e redução de conflitos já é há muito tempo enfatizado (HALPERIN *et. al.*, 2008). Por exemplo, a teoria das emoções intergrupos pressupõe que podemos sentir emoções não apenas quando avaliamos uma certa situação que nos afeta como indivíduos; nós também podemos sentir emoções quando nossa consciência social é ativada (quando uma identidade social é altamente saliente, por exemplo) e avaliamos que uma situação afeta nosso grupo. Em resumo, como resultado do fato de nos identificarmos com a variedade de grupos a que pertencemos, os temas importantes para o coletivo se tornam nossos, pessoais, e podem provocar emoções baseadas em grupos (HALPERIN *et. al.*, 2008).

Consideramos que os membros do grupo externo suscitam uma série de emoções específicas de contexto intergrupos (por exemplo, medo, raiva, ansiedade, etc.); no entanto, a confiança seria mais do que uma resposta emocional. Compreende-se, assim como as emoções, que a confiança teria uma avaliação de estímulo, mas essa avaliação ainda necessitaria de um processo cognitivo mais complexo, isto é, com base em experiências passadas com o

grupo externo, pessoais e coletivas, a situação atual entre os grupos, mas também expectativas e crenças sobre respostas fora do grupo que são possíveis ou prováveis de acontecer no futuro.

Consideramos a confiança uma estrutura mental complexa que inclui uma mistura de respostas cognitivas, afetivas (emocionais), motivacionais e comportamentais (SCHWEGLER; SMITH, 2012; THIELMANN; HILBIG, 2015) que é provocada na presença (real ou imaginária) de um grupo externo e se baseia em um julgamento de que o comportamento das partes pode ser previsto com um grau razoável de certeza. Desse modo, esperamos um certo tipo de comportamento do outro lado (por exemplo, eles nos enganarão como sempre fizeram) e ajustamos o comportamento de acordo (por exemplo, não queremos cooperar com eles). Nesse tipo de expectativa cognitiva, há uma série de respostas emocionais possíveis (medo, raiva, nojo, desprezo, etc, por exemplo), mas não devemos considerá-los iguais e intercambiáveis com confiança. Como DeSteno *et. al.* (2014) argumentam, nossas reações emocionais nem sempre derivam de um escrutínio racional, mas são reações automáticas que usamos somente depois de decidir se confiamos em alguém ou não. Portanto, em vez de considerar a confiança como (apenas) uma resposta emocional, acreditamos que é um padrão mais complexo de reações emocionais, expectativas e avaliações cognitivas relacionadas aos comportamentos futuros de outras pessoas. Nesta linha de pensamento, assumimos que outras respostas emocionais mais flagrantes, tanto positivas quanto negativas, seriam altamente preditivas para a confiança do grupo externo.

A confiança tem muitas definições e usos nas relações e conflitos internacionais, mas é basicamente a crença ou convicção de que os atores são sinceros, ou seja, que há credibilidade de que eles farão o que se comprometem a fazer, honrando seus acordos. Essa crença pode ser baseada em muitos elementos, acima de tudo, talvez, na percepção dos atores. Essa percepção em si pode ser influenciada por inteligência, história, experiências passadas, ideologia, noções preconcebidas e muito mais.

A ausência de confiança pode não ser necessariamente o mesmo que desconfiar, mas sim incerteza quanto ao comportamento futuro do outro, por exemplo, sua capacidade de implementar um acordo; a confiabilidade dos sucessores em futuras lideranças ou mudanças de regime. É difícil mensurar a confiança (ou desconfiança), mas o grau de risco ou ameaça percebida pode ser um bom indicador. No entanto, muitas vezes é preciso lidar não apenas com a confiança ou desconfiança de um líder ou tomador de decisão em relação ao opositor, mas também com a percepção da opinião pública, tanto a própria quanto a do grupo opositor (PUTNAM, 2000). E a ausência de confiança pode ser auto-perpetuadora ou uma "profecia auto-realizável", na medida em que pode influenciar as percepções do outro.

Todos esses aspectos de confiança podem ser encontrados nas negociações de Israel com seus adversários ao longo dos anos. De fato, embora não seja o único fator, o elemento da confiança, ou a falta de confiança ou a desconfiança real, desempenhou um papel central no que diz respeito a falhas e avanços nos esforços para acordos com a Jordânia, Egito, Síria e os palestinos desde 1967 (GOLAN, 2018). Este subcapítulo examinará dois casos com mais detalhes, Jordânia (1967-1968), Egito (1971, 1973, 1977-1979) e Síria (1974, 1993), com mais destaque nos períodos que antecederam 1982, devido ao recorte temporal desta tese, e analisará brevemente os esforços subsequentes.

As limitações temporais da tese impedem um exame do papel da confiança em todas as negociações desde 1967, mas uma convicção subjacente por quase todos os líderes israelenses foi, como afirmou Yitzhak Rabin: "[...] nenhum líder árabe jamais fará uma paz genuína conosco." (RABIN, 1996, p. 263, tradução nossa), que pode ser traduzido para "os árabes nunca aceitarão nossa legitimidade neste lugar". Rabin acreditava que isso poderia mudar, como veremos abaixo, mas também entendeu que essa convicção se tornara parte da identidade dos israelenses, seu senso de vitimização e isolamento, profundamente arraigado e internalizado ao longo dos anos, gerando qualquer coisa, menos confiança (ISRAEL, 1992), o que viria a ocasionar o fenômeno *groupthink* como argumentamos nos capítulos anteriores desta tese.

Essa atitude ficaria aparente nas primeiras discussões do governo e nas subsequentes negociações com o Rei Hussein da Jordânia nas semanas e meses após a guerra de 1967. As deliberações de 18 a 19 de junho de 1967 de todo o gabinete (com exceção de Abba Eban, que esteve em New York para as reuniões da ONU), sobre o futuro dos territórios recém-adquiridos foram postas na suposição, expressa por numerosos ministros do governo, de que uma “oferta de paz” israelense deveria ser formulada para as próximas sessões da ONU, apesar de ficar claro que os árabes não aceitariam nenhuma oferta. E, como esse era o caso, as demandas de Israel (por exemplo, desmilitarizações) não deveriam ser apresentadas como termos de acordos de paz. De acordo com documentos do Arquivo Nacional de Israel (GOLAN, 2016), o comentário do ministro Eliyahu Sasson de que o Rei Hussein parecia ter feito um discurso conciliatório foi rapidamente desconsiderado com a conclusão de que, mesmo que um acordo fosse feito, ele não duraria. Yigal Allon fez o comentário de que “[...] eles não deveriam considerar Hussein como certeza, pois eles [os jordanianos] poderiam ter um governante diferente, assinar um pacto com a União Soviética [...]” (ALON, 1989, p. 28, tradução nossa).

Nenhum acordo poderia ser confiável na visão do gabinete da época. Eshkol sustentou que a paz não seria suficiente, mesmo com um acordo de paz, afirmando que “[...] sabemos com quem estamos lidando [...]” (GOLAN, 2016, p. 83, tradução nossa), implicando que qualquer acordo seria quebrado pelos árabes. Mais concretamente, a confiança no Rei Hussein não foi incentivada quando, antes da guerra, a Jordânia violou o acordo de 1963 de não militarizar a Cisjordânia, tolerou as incursões do Fatah em território israelense e atacou Israel apesar do conflito, violando em junho de 1967, garantias acertadas para que Israel não atacasse a Jordânia. No entanto, tudo isso ocorreu em uma época em que havia apenas entendimentos e não um acordo formal de paz entre os dois Estados.

O resultado dessa desconfiança foi a decisão de 18 a 19 de junho de 1967 de que, independentemente do que seria feito no território da Cisjordânia (criação de uma entidade autônoma ou Estado limitado para os palestinos ou, em parte, para a Jordânia), o vale do Rio Jordão deveria estar sob a soberania de Israel e constituiria a fronteira oriental do país. Depois que a “opção jordaniana” foi adotada alguns meses depois, essa decisão permaneceu pelos vários motivos já declarados e com o argumento de que, se houvesse um acordo de paz, ainda haveria a necessidade de uma forte fronteira contra a invasão mesmo por um dos vizinhos da Jordânia (implicação de que o acordo não seria válido) (GOLAN, 2016).

Nas negociações israelense-jordanianas de 2 de julho de 1967 em London, iniciadas pelo Rei Hussein, essa decisão não foi revelada, mas ficou conhecida nos meses seguintes, principalmente entre os estadunidenses, e finalmente foi incorporada ao Plano Alon apresentado à Jordânia em 1968. Os estadunidenses estavam preocupados com o fato de que essa posição seria um rompimento de acordos com Hussein; de fato, tanto Dayan quanto Eban sabiam que seria esse o caso (GOLAN, 2016). Durante todo o período pós-1967, o Rei Hussein, direta e indiretamente se encontrava com os estadunidenses, e apresentou várias propostas para acomodar as preocupações de segurança israelenses. Por exemplo, em agosto de 1968, ele disse aos EUA que não colocaria o exército jordaniano na Cisjordânia se houvesse um acordo de paz, necessitando de não mais do que forças mínimas para preservar a ordem pública. Ele também estava disposto a considerar as “retificações” nas fronteiras (provavelmente na área de Latrun), embora não houvesse sinal de que ele concordaria com o controle militar ou a soberania israelense sobre o vale do Rio Jordão.

Do ponto de vista de Hussein, como expresso aos estadunidenses, um acordo de paz deveria eliminar qualquer necessidade de medidas de segurança (como desmilitarização) para tranquilizar Israel (EUA, 1967). Porém, não era assim que a liderança israelense enxergava a situação. Embora alguns poderiam estar convencidos de que a Jordânia de alguma forma, fi-

nalmente, aceitaria a demanda de Israel pelo Vale do Jordão, o governo estava disposto a renunciar à paz, caso não fosse esse o caso. Na época, a desconfiança exigia precauções nas medidas de segurança, até ao ponto de preferir essas medidas ao acordo de paz.

A segunda quebra de acordo com a Jordânia foi a decisão também adotada nas deliberações do governo de 18 a 19 de junho de 1967 de anexar Jerusalém Oriental. Essa decisão foi baseada em fatores históricos, emocionais e religiosos, embora também carregasse um elemento do fator de segurança/desconfiança. Isso pode ser visto na decisão de 25 de junho de 1967 de triplicar o tamanho de Jerusalém Oriental (GOLAN, 2016). O território adicional forneceu uma correção à posição precária da cidade que, antes da guerra, se projetara na Cisjordânia, cercada por três lados pelo inimigo, com a Legião da Jordânia posicionada nos muros entre Jerusalém Oriental e Ocidental. Além disso, as discussões sobre até que ponto expandir as fronteiras da cidade foram amplamente guiadas pela consideração de quanto da Cisjordânia poderia então ser anexada para que Israel se retirasse (PEDATZUR, 1996), novamente uma consideração de segurança na suposição de que não haveria paz ou que a paz não se sustentaria.

Uma ligação possivelmente mais importante entre a decisão de Jerusalém e a questão da desconfiança residia no fato de que Jerusalém - e particularmente o Monte do Templo - seria a personificação simbólica e física da legitimidade do Estado judeu nesse lugar. Esse sentimento foi vividamente expresso pelo comandante secular da unidade das Forças de Defesa de Israel (IDF) que invadiu o Monte do Templo, o general Motta Gur, disse a suas tropas: “Palavras intermináveis de desejo expressaram o profundo anseio por Jerusalém que bate no coração judaico. Vocês receberam o grande privilégio de completar o círculo, de retornar à nação sua capital e seu santo centro [...]” (GUR, 1967, tradução nossa).

Aparentemente, Israel de 1967 continuou a precisar não apenas das precauções de segurança, mas também da legitimidade ainda ilusória de sua presença. A soberania em toda uma Jerusalém muito expandida parecia, portanto, mais importante que a paz, uma paz que não poderia ser confiável, se obtida, em qualquer caso. Enquanto essa percepção foi difundida, pode-se argumentar que as decisões da reunião da Liga Árabe em Cartum em agosto de 1967 provaram que a desconfiança era totalmente justificada. A resolução da reunião terminou com uma promessa do que Israel costumava lembrar como "Os Três Nãos": sem reconhecimento, sem negociações, sem paz com Israel. No entanto, a desconfiança pode realmente ter levado a uma má interpretação das decisões de Cartum, reforçando a desconfiança que estava na base das posições de Israel. A resolução de Cartum foi aberta com um pedido de medidas diplomáticas, que são medidas políticas e não militares, e isso para o retorno dos territórios

perdidos em 1967; não pediu a libertação do território perdido na guerra de 1948-1949 e não exigiu a destruição do Estado de Israel. De fato, para os árabes, a resolução representou uma posição moderada resultante da pressão egípcia e jordaniana por negociações, ainda que indiretas, por um objetivo limitado: o retorno de seus territórios. Por causa dessa posição liderada pelo Egito, a liderança síria recusou-se a participar e os representantes da OLP partiram em protesto, recusando-se a assinar a resolução (SELA, 1998).

O Rei Hussein considerava a posição árabe moderada e procurava prosseguir com seus esforços por um acordo com Israel, já aceito pelo Egito. E para promover essa tendência, cerca de três meses depois, o Egito e a Jordânia concordaram com a Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU, que tinha a mesma demanda territorial limitada e incluía o direito de todos os Estados da região "[...] de viver em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas [...]" (ONU, 1967, tradução nossa). No entanto, a paz prometida nesta resolução, como a proposta pelo Rei Hussein, era menos confiável do que a "segurança" preferida das terras que Israel insistia em manter. Exemplos semelhantes de desconfiança, e, portanto, demandas de "segurança", precedendo a paz podem ser encontrados nas reações israelenses às propostas de paz egípcias em 1971 e 1973 antes da guerra (GOLAN, 2016).

Golda Meir (1975, tradução nossa) escreveu mais tarde: "Os líderes árabes fingem que seu objetivo real se limita a alcançar as linhas de 4 de junho de 1967, mas sabemos o verdadeiro objetivo: a total subjugação do Estado de Israel". E

[...] nunca duvidei por um instante que o verdadeiro objetivo dos Estados árabes sempre tenha sido, e ainda é, a destruição total do Estado de Israel [ou isso] [...] mesmo se tivéssemos recuado muito além das linhas de 1967 para algum enclave em miniatura, eles ainda teriam tentado erradicar isso e a nós. (MEIR, 1975, tradução nossa).

Até Rabin era cético em relação à proposta de Sadat de 1973 chamando-a de “[...] a proposta egípcia mais difícil que já tivemos [...]” (RABIN, 1996, p. 263, tradução nossa). O motivo, segundo Rabin, era que a proposta incluía uma cláusula que pedia o retorno dos refugiados palestinos, uma exigência muitas vezes interpretada pelos israelenses como uma intenção de afetar o balanço demográfico de Israel, que então superavam em número os judeus, e efetivamente colocaria em xeque o que deveria ser “o Estado dos judeus”.

Pode-se argumentar, como fez o conselheiro de Golda Meir, Mordecai Gazit, que as propostas de Sadat de 1971 não eram realmente ofertas de paz (GAZIT, 1997). Foi a desconfiança subjacente que levou à rejeição, ditando, antes, a retenção dos principais ativos de segurança em vez de optar pela paz. Como Israel Galili, principal assessor de Meir, afirmou:

Todo esse sistema [de ameaças de guerra egípcias] é o resultado do fato de não estarmos prontos para retornar à antiga fronteira [1967]. Aparentemente, se você entender o que Hafiz [Ismail] havia dito [...] o ponto de partida é que eles estão prontos para a paz e um sistema de acordos e garantias internacionais etc. - tudo isso com a condição de que retornemos totalmente à antiga fronteira (BATOV *apud* BAR-JOSEPH, 2006, p. 553, tradução nossa).

Essas considerações de segurança permaneceram, mesmo após a Guerra do Yom Kipur, como o Primeiro-ministro Rabin explicou aos estadunidenses durante as negociações de 1974 para um acordo provisório com o Egito. Foi quando Rabin fez o comentário: "Nenhum governante árabe está preparado para fazer a verdadeira paz e normalização das relações com Israel". (RABIN, 1996, p. 263, tradução nossa). Por esse motivo, "Israel não podia", disse ele, "[...] voltar às linhas de 4 de junho de 1967 [...]", que faz fronteira com o que ele caracterizou como "a causa" da guerra de 1967, acrescentando: "Nós precisamos de fronteiras defensáveis e não são iguais às linhas de 4 de junho." (ibid.).

Como ele explicou ao presidente dos Estados Unidos, Gerald Ford,

[...] quando falamos de paz, quero dizer com isso nossa existência como um Estado judeu, com limites que podemos defender [...] os árabes enfatizam a retirada total de Israel até as fronteiras de junho de 1967 que consideramos praticamente indefensáveis. (ISRAEL, 1975a, tradução nossa).

A paz que viria com essa retirada foi ignorada, ou considerada como não confiável, ou seja, que "fronteiras defensáveis" desse tipo, passagens relativamente distantes ou terrenos específicos podem não ser necessários. Antes, era preferível que Israel estivesse preparado para a próxima guerra, por assim dizer, do que arriscar (confiar) em um acordo de paz. No entanto, após a "reavaliação" declarada pelos EUA nessas negociações, Rabin mudou sua posição em relação à retirada de Israel para uma linha atrás dos passes, alterando seu conceito do que poderia ser defensável (GOLAN, 2016). A segurança, que é a presença militar contínua, mesmo que limitada a uma área menor, ainda prevalecia sobre a paz que poderia vir com retirada total.

No entanto, ao contrário de seus antecessores, Rabin permitiu que houvesse mudanças no futuro. Ele falou de acordos e estágios parciais "[...] que garantirão uma redução da atividade militar e criarão condições para testar as intenções de cada país árabe, para ver se ele busca ou não a paz [...]" (ISRAEL, 1975, tradução nossa). Ele disse ao Presidente Ford que "[...] existe um acúmulo de suspeita que deve ser esclarecida no caminho para a paz." (ISRAEL, 1975, tradução nossa). Sua referência também foi a necessidade de mudança nas atitudes israelenses, a uma de confiança, que poderia somente ser realizada se "[...] o ato de reti-

rada marcar o verdadeiro começo do progresso em direção à paz por atos e palavras que demonstrem a intenção da paz [...]” (ISRAEL, 1975, tradução nossa).

Foi Sadat quem entendeu e lidou diretamente com a questão da confiança, com sua visita a Jerusalém em novembro de 1977. Referindo-se à importância dos aspectos psicológicos do conflito e expressamente relacionados à história e aos medos de Israel - incluindo a contribuição da hostilidade árabe a esses medos, Sadat repetidamente disse que não havia mais guerra.

No entanto, há ainda outra barreira: esta barreira constitui uma barreira psicológica entre nós, uma barreira de suspeita. Uma barreira de rejeição. A barreira do medo. Uma barreira de alucinações em torno de qualquer ação, ação e decisão. Uma barreira de interpretação cautelosa e errônea de todos e cada evento ou declaração. É essa barreira psicológica que eu descrevi na declaração oficial como constituindo 70 por cento de todo este problema [do conflito]. (SADAT, 1977, tradução nossa).

Embora a visita em si e as declarações públicas tenham sido projetadas para convencer o público israelense de sua sinceridade, ele foi ainda mais explícito em seus comentários à Knesset (parlamento) israelense. Ainda que ele tenha repetido as demandas habituais pela retirada israelense de todos os territórios ocupados em 1967, incluindo Jerusalém Oriental e a necessidade de criar um Estado palestino, Sadat atendeu a necessidade mais visceral de Israel de reconhecimento árabe da legitimidade do Estado como parte da região. Ele defendeu várias vezes “[...] um Israel que vive na região com seus vizinhos árabes em segurança e proteção [...]”, acrescentando: “Com toda sinceridade, digo-lhe que o recebemos entre nós com total segurança.”. Ainda acrescentou: “Sim, hoje eu lhe digo, e declaro ao mundo inteiro que aceitamos viver com você em paz permanente, baseada na justiça.”. E: “À medida que realmente e verdadeiramente buscamos a paz, realmente e verdadeiramente recebemos você para viver entre nós em paz e segurança.” (SADAT, 1977, tradução nossa).

Em grande parte, os esforços de Sadat diminuíram a desconfiança pública; a oposição à devolução do Sinai caiu de 39% em 1976 para apenas 16% entre novembro e dezembro de 1977 (ARIAN, 1995). Um ano depois, cerca de 75% da população apoiava os Acordos de Camp David com a devolução de todo o Sinai (GOLAN, 2016). A própria guerra do Yom Kippur teve seus efeitos, é claro, juntamente com o declínio da confiança pública do governo produzido pela guerra, levando à renúncia de Golda Meir em 1974 e eventual substituição dos governos trabalhistas de esquerda pela direita representada pelo partido Likud de Menachem Begin em 1977, mas a visita teve uma importância significativa no que tange a confiança (GUTTMAN, 1978).

Embora a confiança tenha desempenhado um papel na opinião pública israelense, ela pode não ter sido suficiente para a liderança tomadora de decisão. A questão permanece: foi a criação de confiança pela visita de Sadat (ou o colapso da desconfiança), a chave para o avanço alcançado com o Egito? Citando um ditado popular, Begin explicou imediatamente após a visita que, embora considerasse Sadat sincero, “[...] devemos respeitar as pessoas, mas não confiar muito nelas.” (ISRAEL, 1977, tradução nossa).

De fato, essa foi sua atitude durante as negociações subsequentes nas quais exigiu não apenas a desmilitarização da Península do Sinai, mas também outras medidas de segurança. Por fim, mesmo após o acordo para evacuar completamente o Sinai e outras concessões, a desconfiança persistente ficou evidente na insistência de Begin em cartas destinadas ao Presidente estadunidense, Jimmy Carter, sobre certas questões, oposição à inclusão de partes da resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU no texto dos Acordos de Camp David e insistência sobre como o artigo VI do acordo de paz finalizaria na frase “[...] em caso de conflito entre as obrigações das partes sob o presente Tratado e qualquer outra obrigação, as obrigações sob este Tratado serão vinculantes e implementadas.” (ISRAEL, 1979, tradução nossa).

E, lembrando Yigal Alon no passado, mesmo o Ministro da Defesa Ezer Weizman, participante e partidário entusiasmado das negociações de paz com Sadat, disse ao líder egípcio: “Você realmente imagina que por causa de [sua visita] podemos depositar toda a nossa confiança em suas mãos? Hoje você é presidente, amanhã não. A existência de Israel não pode depender de você.” (GOLAN, 2016, p.138, tradução nossa). No entanto, Israel renunciou a todas as preocupações de segurança anteriores que haviam bloqueado um acordo na época de Golda Meir. Limitações no número de policiais egípcios no Sinai, juntamente com uma força internacional de manutenção da paz autorizada por Israel e pelo Egito, foram consideradas suficientes. Presumivelmente, o ex-general Weizman e outros estavam dispostos a confiar na força de dissuasão militar de Israel no lugar da confiança. Para Begin, no entanto, a desconfiança era a segunda causa do maior risco que ele percebia e que havia servido como sua principal motivação para a paz com o Egito (GOLAN, 2016).

Esse "risco" foi definido mais pela ideologia do que confiar nos egípcios ou não; estava ligada à possibilidade de perder partes de *Eretz Yisrael* (Terra de Israel) agora em poder do Estado de Israel: a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Ao assumir o cargo de Primeiro-ministro, Begin havia buscado uma reunião com Sadat, não apenas preocupado com a possibilidade de uma guerra futura, mas também preocupado com as pressões vindas do novo presidente estadunidense, Jimmy Carter (GOLAN, 2016). Carter não estava apenas tentando organizar uma

retomada da Conferência de Genebra, projetada para forjar uma paz abrangente, isto é, um acordo sobre todas as frentes, mas o novo presidente dos EUA também começou a falar sobre vários grupos palestinos violentos. No entanto, o fato de a Síria observar e renovar regularmente o acordo de retirada de 1974 das colinas de Golã indicava um certo grau de credibilidade. Além disso, Rabin comentou que, no caso da Síria, diferente dos palestinos, havia pelo menos um discurso claro, isto é, um líder capaz de tomar decisões difíceis (MAOZ, 1995). Ele chegou ao ponto de dizer aos estadunidenses que respeitava Hafez al-Assad como alguém fiel à sua palavra (ROSS, 2004).

Além disso, os especialistas israelenses agora consideravam que Assad era genuíno em suas proclamações de intenções pacíficas (MAOZ, 1995). No entanto, Rabin era extremamente cético em relação à Síria, e esse ceticismo se tornou mais forte, pois Assad resistiu às sugestões israelenses (e estadunidenses) de medidas de construção de confiança ou a uma reunião de cúpula sírio-israelense. Da mesma forma que as demandas israelenses anteriores em relação aos jordanianos ou egípcios, Rabin buscou medidas de segurança que minimizassem uma ameaça futura da Síria. Assad, como outros líderes árabes antes dele, perguntou por que essas demandas seriam necessárias em tempos de paz (SEALE, 2000). Mas, na verdade, era a desconfiança da visão de Assad sobre a natureza da paz que mais preocupava Rabin, e ele insistia repetidamente em obter garantias sobre o que chamou de natureza da paz, dizendo que "[...] a profundidade da retirada seria igual à profundidade da paz [...]" (*apud* RABINOVICH, 1998, p. 108, tradução nossa).

Mais concretamente, e de acordo com seu ceticismo em confiar nos árabes, Rabin buscou um longo período de testes. Nomeadamente, um período de estágios, no máximo cinco anos, de retiradas em fases a serem acompanhadas por etapas diplomáticas. Acima de tudo, sua desconfiança foi evidenciada por sua recusa em esclarecer diretamente o compromisso de Israel, ou seja, até que ponto Israel se retiraria no final. E isso, por sua vez, alimentou a desconfiança de Assad em Rabin, principalmente depois que os estadunidenses levaram Assad a acreditar que havia um compromisso israelense de recuar para a linha de 4 de junho de 1967 (GOLAN, 2016).

De fato, a desconfiança mútua levou a más interpretações que apenas fortaleceram o ceticismo de ambos os lados. Um dos mais importantes girou em torno da reunião de janeiro de 1994 entre Bill Clinton e Assad, em Genebra, durante a qual Assad havia fornecido, em uma declaração escrita conjunta com Clinton, o compromisso de “[...] relações normais e pacíficas [...]”, como parte de uma “[...] escolha estratégica [...]” para a paz com Israel (ROSS, 2004, p.139, tradução nossa). Na entrevista coletiva de encerramento do encontro entre Clin-

ton e Assad, o presidente dos EUA disse que Assad havia declarado "[...] claramente que é hora de encerrar o conflito com Israel, fazer as pazes com Israel, que a paz deve levar a relações normais e pacíficas." (EUA, 1994, tradução nossa).

Assad foi então perguntado:

Você está declarando claramente hoje que, em troca da retirada total de Israel das Colinas de Golã, a Síria estaria preparada para estabelecer relações diplomáticas normais com Israel, incluindo fronteiras abertas, incluindo turismo, o mesmo tipo de tratado de paz que Israel estabeleceu com o Egito? (EUA, 1994, tradução nossa).

Assad respondeu com o comentário: “Eu e o presidente Clinton concordamos completamente sobre essas questões, os requisitos da paz. Nós responderemos a esses requisitos.” (EUA, 1994, tradução nossa). Os estadunidenses ficaram entusiasmados com a reunião, principalmente por causa do compromisso por escrito de Assad de manter relações normais e pacíficas com Israel (INDYK, 2009; ROSS, 2004). No entanto, Rabin tinha uma interpretação bem diferente.

Rabin anunciou sua intenção em realizar um referendo sobre qualquer acordo com a Síria e foi visto pelos sírios como um obstáculo adicional criado por Israel (SEALE, 2000). É difícil saber se foi a desconfiança de Rabin, suas hesitações, cautelas e até más interpretações, que impediram o acordo; muitos outros fatores, incluindo a opinião pública e dos políticos na Knesset, tiveram um papel importante. Além disso, Assad não era um interlocutor fácil, ele próprio foi o grande responsável por interromper as negociações no verão de 1995 sobre uma questão processual. É fato, no entanto, que a desconfiança de Rabin aumentou, em vez de diminuir, ao longo dos meses de negociações e, embora ele não tenha abandonado o esforço antes de seu assassinato, há poucos sinais de que ele acreditasse que Assad estivesse disposto a fazer o tipo de paz que Israel exigia. Também é impossível saber se Rabin teria permitido que essas demandas impedissem um acordo, afinal.

Os sucessores de Rabin, Peres e mais tarde Barak, pareciam mais preocupados com a opinião pública e com os opositores políticos domésticos do que com a questão da confiança. Peres buscou uma cúpula ou medidas de construção de confiança principalmente para acalmar o público israelense, relacionado à confiança apenas no sentido de que a população era especialmente cética em relação às intenções da Síria e geralmente se opunha a renunciar às Colinas de Golã (GOLAN, 2016).

O que procuramos analisar neste capítulo foi o histórico das relações de Israel com a região e ponderar sobre os aspectos de ordem psicológica que possivelmente afetaram episódios importantes da história do país e a tomada de decisão de seus líderes. Para analisarmos o

processo decisório da Operação Paz para Galileia, projetada e executada por Israel em 1982, é necessário compreender todo o quadro que se desenhava desde 1947, as narrativas israelense e palestina, os discursos de decisores tanto da esquerda quanto da direita e as barreiras de ordem psicossociais que foram determinantes para o processo decisório. No próximo capítulo nos aprofundaremos no episódio em questão, a partir da análise documental do período.

5 A OPERAÇÃO PAZ PARA A GALILEIA (1982)

Neste capítulo aprofundaremos na análise do conflito em questão a partir da teoria do fenômeno *groupthink* e dos documentos oficiais do Estado de Israel. Conflitos de menor escala, como a invasão israelense ao Líbano, se diferenciam dos estudos de conflitos maiores de acordo com as seguintes características: envolvem acentuada assimetria militar, um dos lados aplica a tática da guerra de guerrilha e o outro que usa forças terrestres para a guerra de contra-insurgência (COHEN, 1984). Guerras pequenas são importantes porque seu estudo pode produzir uma nova visão sobre as Relações Internacionais, ainda mais atrelado ao arcabouço teórico que propomos nesta tese. Acima de tudo, o legado das pequenas guerras pode ter um efeito duradouro em assuntos que dizem respeito à intervenção militar.

Na história não é novidade os casos de pequenas comunidades que decidiram desafiar grandes potências, apesar da inferioridade militar. No entanto, em muitos desses casos, o lado militarmente mais fraco perdeu, às vezes, a ponto de não conseguir se recuperar (MEROM, 2003). No século XX, e particularmente após 1945, os oprimidos se saíram bem em pequenas guerras (STRANG, 1991). De fato, eles tiveram sucesso contra a Grã-Bretanha (na Palestina), a França (na Argélia), os Estados Unidos (no Vietnã) e Israel (no Líbano), apesar da inferioridade no campo de batalha (MEROM, 2003). Esses sucessos parecem ainda mais espetaculares e intrigantes, pois os protagonistas estavam entre os Estados mais experientes, bem-sucedidos e resistentes por terem travado guerras convencionais nos tempos modernos.

Em 6 de junho de 1982, as forças de defesa (IDF) de Israel cruzaram a fronteira norte do país e invadiram o Líbano. A Operação “Paz para a Galileia” foi anunciada ao público como uma operação limitada de 48 horas para remover as bases da Organização para Libertação da Palestina (OLP). Quatro meses depois, no entanto, os soldados israelenses ainda estavam no Líbano (SCHULZE, 1998a). O objetivo central da operação era destruir a infraestrutura militar e política da OLP, porém os objetivos foram estendidos, abarcando o enfrentamento da Síria e o envolvimento na guerra civil libanesa, auxiliando os maronitas²⁰, supondo que estes assinariam um tratado de paz com Israel. Conseqüentemente, as tropas israelenses avançaram além de Beirute, envolvendo palestinos, muçulmanos libaneses e sírios em batalha. No entanto, a consecução de seus objetivos permaneceu ilusória quando Israel se envolveu na guerra civil em curso no Líbano e permaneceu em solo libanês por anos. O que deveria ter sido uma

²⁰ Comunidade cristã libanesa

operação breve, com uma rápida vitória, acabou sendo a pior guerra de Israel em sua curta história (MEROM, 2003).

A explicação convencional de porque Israel havia entrado na guerra se concentra nas ambições pessoais do então Ministro da Defesa de Israel, Ariel Sharon. No livro de Zeev Schiff e Ehud Ya'ari (1984), por exemplo, os autores descrevem Sharon como “[...] executor cínico e obstinado que considerava as IDF sua ferramenta pessoal para obter realizações abrangentes, e não necessariamente defensivas, e um ministro preparado para o interesse nacional em sua luta pelo poder.” (p.39, tradução nossa).

O argumento apresentado por Schiff e Ya'ari (1984) é que até Sharon assumir seu cargo em 1981 uma operação militar em larga escala não era uma opção de fato para os tomadores de decisão; conseqüentemente, a invasão israelense do Líbano em 1982 teria sido sua responsabilidade. Então, um indivíduo, o ministro da Defesa Ariel Sharon, seria o único responsável em decidir e conduzir um grande empreendimento militar, não tendo encontrado oposição efetiva de seus colegas do governo até que o país estivesse envolvido no conflito (TINDALE *et. al.*, 1999).

Esta pesquisa não procura questionar a afirmação de que Sharon teve um papel crucial na decisão de Israel de ir à guerra. No entanto, buscamos oferecer uma explicação diferente do processo de tomada de decisão de Israel antes e durante a invasão do Líbano. Essa explicação enfatiza o papel desempenhado pela dinâmica do grupo em oposição à ambição pessoal. O argumento apresentado aqui é que a elite israelense responsável pela Guerra do Líbano, o primeiro-ministro Menachem Begin, o ministro da Defesa Ariel Sharon, o ministro das Relações Exteriores Itzhak Shamir, o chefe de gabinete Rafael Eitan, e membros do Mossad, teriam experienciado o fenômeno *groupthink*. Conseqüentemente, a decisão de invadir o Líbano em 1982 teria sido resultado da pressão pela coesão do grupo, imagens estereotipadas, viés seletivo e pensamento positivo. A operação “Paz para a Galileia” deve, portanto, ser adicionada à lista de resultados adversos de política externa causada pela dinâmica de grupo.

As três razões mais importantes que determinaram a decisão de Israel envolverem suas convenções básicas de segurança nacional, a percepção de que o futuro confronto com a OLP no Líbano era inevitável e a composição pessoal do pináculo do estabelecimento de defesa durante o segundo governo do partido Likud (GABRIEL, 1984). Por outro lado, a alternativa política ao uso do poder militar, negociações com a OLP sobre a resolução do conflito entre israelenses e palestinos, foi rejeitada a priori pelo governo de direita de Israel, pelo seu principal partido de oposição, o partido trabalhista e pela maioria dos líderes das várias facções da OLP. As duas principais alternativas estratégicas a uma profunda invasão, à continuação do

cessar-fogo no teatro de operações e à política de manutenção que combinava retaliações e operações limitadas, foram pouco exploradas ou vistas como insuficientes pela liderança central do estabelecimento de defesa israelense (MEROM, 2003).

Ainda de acordo com o autor (2003), o esforço de guerra de Israel no Líbano não foi um único evento. Em vez disso, Israel realizou três guerras no Líbano, em duas fases. Na primeira fase, travou duas guerras de aquisição territorial: uma contra a OLP e outra contra os sírios. Na segunda fase, Israel esteve envolvido em uma prolongada guerra de guerrilha contra vários grupos no Líbano. Na primeira fase da guerra, a IDF conseguiu alcançar os objetivos territoriais que o governo israelense pretendia realizar. Em um tempo relativamente curto, as forças israelenses, constituídas por cerca de 80 mil soldados, organizadas em seis a sete divisões com forte poder blindado e protegidas pela Força Aérea Israelense (FAI), obrigaram os sírios e a OLP a recuar (KHALIDI, 1987).

Os sírios tiveram que recuar na parte sudeste do Líbano e em Beirute. Seu sistema de defesa aérea no Líbano foi praticamente eliminado. Eles perderam cerca de um quarto de seus jatos de combate de primeira linha e muitos de seus melhores pilotos. Um número considerável de seus veículos blindados também foi destruído. A OLP sofreu mais perdas (KHALIDI, 1987). A OLP foi obrigada a escolher entre o menor dos dois males: extinção ou rendição. Por ter escolhido o último, tiveram que aceitar, como Abu Lyyad, o vice de Arafat, prontamente definiu, "os termos de rendição". De fato, Issam Sirtawi, outro membro importante da OLP, resumiu a guerra dizendo: "O Líbano era um desastre [...] Se Beirute foi uma vitória tão grande, tudo o que precisamos é de uma série de vitórias e realizaremos nossa próxima reunião do Conselho Nacional em Fiji." (*apud* YANIV, 1987, p. 168, tradução nossa).

Além disso, as realizações iniciais de Israel foram obtidas a um custo razoável. Richard Gabriel (1984) avalia a proporção de baixas entre os adversários na primeira fase da guerra da seguinte forma: a OLP perdeu 12% de suas forças comprometidas com a guerra, os sírios 2,5% e Israel 0,5%. A taxa de mortalidade é avaliada por Gabriel (1984) como sendo uma fatalidade israelense a cada 6,5 fatalidades na OLP e uma fatalidade israelense a cada 4 fatalidades na Síria. De fato, as perdas, assim como os resultados territoriais, indicavam a magnitude do sucesso inicial do exército israelense.

A guerra no Líbano, no entanto, não terminou depois que sua fase dinâmica encerrou, porque a liderança israelense não pretendeu se limitar ao seu único objetivo declarado de recuar a artilharia da OLP a quarenta quilômetros da fronteira com Israel (ISRAEL, 1982a). Pelo contrário, a guerra continuou de uma maneira diferente, pois Israel pretendia alcançar quatro objetivos adicionais. Primeiro: Israel queria que a Síria retirasse suas forças do Líbano e

diminuísse sua influência política. Segundo: os israelenses queriam reestruturar o equilíbrio de poder doméstico libanês e consolidar o jovem aliado cristão maronita, Bashir Gemayel, como presidente do Líbano. Terceiro: eles queriam assinar um acordo de paz com o Líbano. Por fim, eles pensaram que as demandas nacionais palestinas nos territórios seriam reduzidas como um subproduto da vitória no Líbano, e em particular da desestruturação da OLP, também esperando que a Jordânia se aproximasse do Estado palestino (FELDMAN; RECHNITZ-KIJNER, 1984).

Em todos os quatro aspectos, Israel não atingiu os objetivos esperados (KHALIDI, 1987; MEROM, 2003; SCHULZE, 1998a; LAFFIN, 1985). Os sírios não desistiram de controlar o Líbano, mas retornaram a Beirute após o revés inicial, apenas para se tornarem novamente os intermediários no Líbano. Em 14 de setembro de 1982, um agente libanês assassinou Bashir Gemayel, e com ele as perspectivas de um forte regime cristão no Líbano. Pelo contrário, a guerra contribuiu para o declínio do poder cristão no país, aumentando em vez disso o poder dos fundamentalistas xiitas que seriam menos favoráveis a um acordo de paz com Israel, na visão dos tomadores de decisão. Em maio de 1983, Israel assinou um acordo com o Líbano, mas o documento estava muito longe de um acordo de paz (ISRAEL, 1983a). Finalmente, os palestinos nos territórios ocupados passaram a protestar de forma mais incisiva, e parece que a postura de dissuasão israelense (não apenas em relação aos palestinos) se deteriorou como resultado da guerra. Assim, apesar de sua superioridade militar indiscutível, e um grau relativamente alto de autonomia internacional, Israel não alcançou nenhum de seus objetivos políticos no Líbano, além da expulsão da OLP (OYE *et. al.*, 1987).

Na próxima sessão aprofundaremos um pouco mais sobre a relação de Israel com os maronitas libaneses e a importância da visão positiva dos tomadores de decisão israelenses sobre eles.

5.1 A criação de uma aliança: Israel e Maronitas

A aliança israelense-maronita foi divulgada em 1981 e 1982. O compromisso de Israel tornou-se completo e sua política externa intervencionista culminou em junho de 1982 com a invasão do Líbano. A implementação deste plano foi o resultado de uma combinação de fatores: primeiro, a liderança de tomada de decisões de Israel havia perdido forças de restrição; assim, o governo havia decidido mudar para o intervencionismo. Em segundo lugar, a aliança se baseava nas duas personalidades ambiciosas muito semelhantes de Bashir Gemayel e Ariel Sharon, que acreditavam que o poder militar igualava o poder político, que a partir da inter-

venção militar poderiam atingir seus objetivos (SCHULZE, 1998b). E terceiro, os palestinos e os sírios eram vistos como suficientemente ameaçadores para justificar uma ação militar aos olhos da opinião pública israelense. A ação militar que eles imaginavam, no entanto, era de uma escala completamente diferente (OYE *et. al.*, 1987).

Com as negociações concluídas com sucesso, os tomadores de decisão israelenses estavam livres para mudar seu foco para o vizinho do norte de Israel, o Líbano. No primeiro governo Moshe Dayan, Ezer Weizmann e Yigal Yadin, agiram como uma força restritiva, alertando o Primeiro-ministro Menachem Begin e o Chefe de Estado-Maior Rafael Eitan contra uma invasão e um envolvimento nas questões políticas internas no Líbano, como demonstram relatórios de inteligência do Ministério da Defesa da época (ISRAEL, 1980).

O novo Ministro das Relações Exteriores, Yitzhak Shamir, e o novo Ministro da Defesa Ariel Sharon, no entanto, tiveram o efeito oposto no Gabinete. O sistema delicadamente elaborado de freios e contrapesos obtido em um grau ou outro em todos os governos israelenses anteriores estava conspicuamente ausente neste (OLMERT *apud* SCHULZE, 1998b). A política após as alterações no gabinete do governo de Begin em 1981 provou que havia uma mudança definitiva em Israel. Alguns analistas atribuem essa mudança à nomeação de Ariel Sharon como Ministro da Defesa e tendem a responsabilizá-lo pela invasão de Israel ao Líbano (PELEG, 1987; SELIKTAR, 1986).

O que buscamos argumentar é que, embora Ariel Sharon possa ter sido o mentor da operação “Paz para a Galileia”, ele não poderia ter prosseguido com seus planos sem o apoio da elite política e militar tomadora de decisão. De fato, suas opiniões sobre o Líbano coincidiram muito com as de Eitan e Begin. Begin estava considerando uma guerra contra a OLP bem antes de Sharon entrar no Ministério da Defesa e ele estava pensando em mais do que apenas “libertar” a Galileia do pavor dos ataques da OLP. Bem antes da guerra, ele foi ouvido prometendo que chegaria o dia em que ordenaria que as IDF fossem “até o bunker de Arafat”, se referindo à sede da OLP em Beirute (ISRAEL, 1982b).

O chefe do Estado-Maior, Rafael Eitan, havia planejado enviar as tropas da IDF para a área controlada pelos maronitas do Líbano para atacar a OLP (SCHIFF; YA’RI, 1985). O Primeiro-ministro Begin tinha uma visão abrangente da realidade que não se interessava com detalhes (SOFER, 1989). Em vez disso, essa visão alterou o contexto e os eventos. Ele havia recebido muitas vezes dados demográficos e políticos sobre os maronitas e o Líbano pela inteligência militar, mas estes não lhe causaram uma mudança de opinião ou estratégia (ISRAEL, 1982a). Da mesma forma, foi afirmado que Begin não tinha nenhuma compreensão do Líbano (OLMERT *apud* SCHULZE, 1998b).

A partir de tal posição, ele liderou a formulação de políticas, concentrando-se em dois pontos: os maronitas e a OLP, o aliado e o inimigo. Begin considerou os maronitas uma minoria perseguida a ponto de se tornarem vítimas de genocídio. Ele acreditava que era dever de Israel salvar os cristãos. Além disso, ele queria mostrar ao mundo que, embora a maioria dos outros países cristãos não ajudassem os maronitas, os judeus eram diferentes e fariam, pensando, inclusive, em uma visão favorável dos países cristãos em relação a Israel (OLMERT *apud* SCHULZE, 1998b).

A base para essa linha de raciocínio era sua incapacidade de separar o presente do passado: Begin fez uma comparação entre o destino dos cristãos sob o domínio muçulmano e os 2000 anos de perseguição dos judeus na diáspora. Este era o seu conceito de história: perseguição, assassinatos e todo tipo de crueldade, comparando com a situação dos maronitas (SOFER, 1988). Ele acreditava que os maronitas eram os justos, as vítimas do ódio e, portanto, acreditava que era dever do Estado de Israel os ajudar, reforçando o nosso argumento da moralidade do grupo. A visão de que a causa israelense de ir a guerra era moralmente superior à do inimigo. Além disso, ele até viu os maronitas como análogos aos tchecos na Conferência de Munique, quando foram vendidos no rio pela Inglaterra e pela França. Ele disse que nunca faria algo assim com seus aliados. Essa foi uma lição que ele aprendeu com o Holocausto: se você não enfrentar os agressores quando for forte, terá que combatê-los quando eles forem mais fortes (ISRAEL, 1982b).

Suas decisões sobre os maronitas refletiram muito sua percepção deles como povo e comunidade. Antes de tudo, Menachem Begin os via como fenícios e não árabes (SCHULZE, 1998a). Alega-se que essa percepção se baseou em sua visão geral do Oriente Médio dentro da estrutura do pensamento periférico. Ele acreditava que Israel tinha um interesse real em encontrar amigos e aliados entre as minorias não-árabes da região.

Ele foi ideologicamente influenciado pelo movimento revisionista do Sionismo e pelo ex-membro da Knesset, Eli Jabotinsky, que havia sido um grande amigo dos maronitas e um proponente da aliança com eles (SCHULZE, 1998b). Além disso, Begin foi influenciado pelo Mossad, que também acreditava em tal aliança (ISRAEL, 1982c). Sua aceitação desta visão foi atribuída à avaliação do Mossad que se encaixa nos conceitos ideológicos de Begin. Além disso, foi explicado pelo histórico de Begin de ter sido o comandante da organização paramilitar Irgun. Ele estava envolvido no tipo de atividade dos agentes do Mossad e, portanto, estava aberto ao seu modo de pensar (SOFER, 1988).

Begin considerou a OLP o inimigo final. Sua posição sobre questões estratégicas foi derivada de sua convicção de que Israel tinha uma possibilidade histórica quase permanente

de ações ofensivas ou contra-ofensivas constantes e bem-sucedidas, em vez de retaliações limitadas, reforçando novamente os pontos do fenômeno *groupthink*, como o elemento de invulnerabilidade. Desde a década de 1950, ele se opôs a situações intermediárias, como assentamentos internacionais parciais que não culminaram em um tratado de paz nem acabaram com a ameaça árabe (SOFER, 1988).

Assim, ele apresentou a guerra por opção como sua doutrina de segurança. Interessante, nesse contexto, é a visão de Begin sobre o Oriente Médio. Ele via a região como uma arena em que havia uma luta entre nações muçulmanas e não muçulmanas. Ele também acreditava que a intervenção e o expansionismo soviético eram um perigo real e uma parte da vida cotidiana (SCHULZE, 1998b).

Nesse sentido, sua visão era crucial para os melhores interesses do ocidente em geral e dos Estados Unidos em particular. É claro que ele via Israel como um país ocidental, acreditando que Israel deveria ser o entreposto do ocidente no Oriente Médio. O secretário do gabinete, Arye Ne'or, em entrevista à autora (1998b), relembra Begin descrevendo Israel da seguinte forma: “Israel não é apenas o Oriente Médio. Também somos um país mediterrâneo e o Mediterrâneo combina Europa, Ásia e África. Somos uma ponte sobre o Mediterrâneo com o mundo ocidental.” (pp 115-116, tradução nossa). O Líbano, com os maronitas como fenícios, era semelhante.

Ariel Sharon abordou a segurança de Israel em termos da *realpolitik*. Ele foi oficial de carreira durante a maior parte de sua vida. Seu comando de operação durante a campanha do Sinai, entre outros, lhe valeu a reputação de um herói. No entanto, seu comando da Unidade 101 também o retratava como propenso a “fazer justiça com suas próprias mãos”, muitas vezes desrespeitando a hierarquia. Begin considerou que ele como o oficial duro que era, seria um símbolo de coragem e energia, a realização do judeu emancipado. Até Rabin o via como um homem de ação competente quando lhe pediu para se tornar seu consultor de segurança nacional (BENZIMAN, 1987).

Sharon via Israel sob constante ameaça de seus vizinhos árabes, cujo único objetivo era a completa destruição do país, sendo que a única forma de os combater era pela força. Nisso, sua opinião coincidia com a do chefe de gabinete, Rafael Eitan, que costumava afirmar que “[...] o único árabe bom é um árabe morto [...]” (CAIRO INSTITUTE FOR HUMAN RIGHTS STUDIES, 2002, tradução nossa). Em 1977, depois de percorrer a fronteira norte e visitar o major Saad Haddad, ele declarou que a guerra do Líbano era a guerra de Israel. Considerou a posição de Ministro da Defesa como a mais importante do governo, pois lhe deu a oportunidade de definir o futuro do país (BENZIMAN, 1987). A atitude de Sharon em relação

aos maronitas era diferente da de Begin. Longe de sentir qualquer obrigação moral de proteger os maronitas (SCHULZE, 1998b), seu foco estava nos palestinos e na possibilidade de transferí-los para a Jordânia, essencialmente para estabelecer um Estado palestino a leste do rio Jordão. Ao fazer isso, ele acreditava que Israel poderia finalmente anexar a Cisjordânia e ele, Sharon, seria capaz de exercer controle sobre Israel, Líbano, Jordânia e Palestina. Então, para ele, a aliança com os maronitas era um instrumento para alcançar outro objetivo (BENZIMAN, 1987).

Além disso, Sharon via o Líbano como uma maneira de enfrentar a Síria. Os sírios da época, no auge da guerra Irã-Iraque, estavam isolados e, novamente reforçando um dos elementos do fenômeno *groupthink*, o sentimento de invulnerabilidade, invencibilidade, havia uma sensação de que Israel poderia enfrentar os sírios e vencer (SCHULZE, 1998b).

O terceiro tomador de decisão foi o chefe de gabinete Rafael Eitan. Suas ideias incorporaram algumas das visões de Sharon e algumas das de Begin. Como Sharon, ele não passou muito tempo definindo os maronitas em termos históricos ou étnicos. A OLP era o maior inimigo de Israel e deveria ser destruída por meios militares. Ele não acreditava no cessar-fogo, que considerava apenas uma desculpa para a OLP se rearmar (EITAN *apud* SCHULZE, 1998b). O Líbano também era visto de maneira semelhante dentro da elite tomadora de decisões, com os maronitas no centro das políticas intervencionistas de Israel. Isso pode ser visto nos eventos que cercam a Crise dos Mísseis de Zahle na primavera de 1981. A tentativa da Frente Libanesa de estender seu controle a Zahle foi interpretada como uma ameaça para a Síria. O conflito entre as duas forças começou no inverno de 1981 sobre a área ao redor do Monte Saanine. Na primavera, uma unidade da Falange entrou em Zahle e conseguiu prender uma unidade síria, resultando em bombardeios sírios na área (SCHIFF; YA'RI, 1985).

O Primeiro-ministro, Menachem Begin, viu a crise como um "desafio moral" e, assim, enviou a Força Aérea de Israel para pôr um fim ao bombardeio. Em uma hora, dois helicópteros sírios foram abatidos e Israel entrou em confronto direto com a Síria. A Síria então instalou mísseis terra-ar em Zahle, ameaçando o espaço aéreo de Israel. A crise, no final, foi neutralizada apenas pela mediação dos Estados Unidos.

A reação dos tomadores de decisão israelenses à crise destaca sua posição sobre os maronitas. Ninguém, como sugerido anteriormente, assumiu que Bashir havia buscado confronto com os sírios para atrair Israel, pois estariam convencidos de que apenas uma intervenção direta ajudaria os maronitas a se libertarem da Síria (KIMCHE, 1991). Documentos ofici-

ais do governo israelense, referentes à Comissão Kahan²¹, revelam que Bashir Gemayel se encontrou com Ariel Sharon (ISRAEL, 1983b).

De fato, Begin nem sequer considerou a guerra com a Síria, enquanto Sharon acreditava que atacar a Síria tinha sido sua própria ideia (KIMCHE, 1991). Ainda não está claro até que ponto Eitan estava envolvido nos planos sírios de Sharon. Durante uma entrevista à rádio israelense, o Primeiro-ministro Begin apresentou a crise de Zahle em termos muito simplistas: “Esses helicópteros vêm de Damasco, depois pousam em algum lugar, depois sobem para a montanha e tentam matar todos os cristãos de lá e somem [...]” (BEGIN, 1981, tradução nossa).

Sharon justificou a ação de Israel porque:

[...] o Líbano, em grande parte, foi efetivamente anexado pela Síria; o mundo permanece silencioso diante do massacre dos cristãos libaneses pelos muçulmanos; e grande parte do país é mantido pelos terroristas que o converteram no centro mundial de terrorismo operado pelos soviéticos [...] (BENZIMAN, 1987, p.230, tradução nossa).

O ministro das Relações Exteriores, Yitzhak Shamir, durante o envio de mísseis sírios, respondeu a uma pergunta da imprensa se os cristãos libaneses tinham levado os israelenses ao confronto com a Síria, que este era “[...] um olhar superficial da situação no Líbano [...]” (SHAMIR, 1981, tradução nossa).

Com essas opiniões compartilhadas entre os tomadores de decisão, havia a grande possibilidade de que não haveria forte oposição quando o plano de invasão fosse de fato cogitado, e relembrando o fenômeno *groupthink*, podemos observar mais elementos presentes: alta coesão e *mindguards*. As objeções ao plano foram descartadas, inclusive porque alguns tomadores de decisão dos EUA acreditavam que a ação israelense no Líbano também era de seu interesse, afinal, Sharon deixou claro o vínculo soviético com os sírios e libaneses muçulmanos (SCHIFF; YA’RI, 1985). Novamente, como aponta nossa hipótese inicial, a invasão israelense de 1982 não foi de responsabilidade de uma única pessoa implementando seu plano de poder individual, mas uma elite tomadora de decisão de política externa coletivamente inclinada ao intervencionismo.

Em janeiro de 1982, quando Ariel Sharon fez uma visita secreta a Beirute para discutir os planos de invasão com Bashir Gemayel (ISRAEL, 1982d), ele deixou Beirute acreditando que a Falange cuidaria da captura e controle de Beirute Ocidental (KIMCHE, 1991). No entanto, em 4 de junho de 1982, quando Bashir Gemayel recebeu a notícia de que a operação

²¹ Comissão criada pelo governo israelense para investigar os acontecimentos do Massacre de Sabra e Chatila durante a invasão israelense ao Líbano.

deveria começar, ele foi convidado a deixar seus homens abrirem fogo ao longo da Linha Verde e permitir que as equipes de combate israelenses chegassem a Jounieh, ele recusou os dois pedidos. Deveria ter sido um sinal claro de inação futura. Em 11 de junho, depois que um oficial da Falange se juntou aos paraquedistas israelenses que se deslocavam em direção a Beirute, Sharon encontrou Bashir Gemayel para determinar com precisão onde as duas forças se uniriam (SCHIFF; YA'RI, 1985).

Até aquele momento, Sharon julgara desnecessário que a IDF ocupasse a cidade também. Isso seria deixado para a Falange com o apoio aéreo e de artilharia da IDF. Mas quando as forças se uniram em Ba'abda, Bashir deixou claro para Sharon que ele não via a situação dessa maneira (SCHULZE, 1998b). A inação da Falange que se destaca no contexto de batalhas intensas foi explicada da seguinte forma: primeiro; eles não lutariam contra seus colegas muçulmanos, pois eles são parceiros no país. Em segundo lugar: para que se tornasse presidente, Gamayel precisava de mais apoio na região, incluindo dos países árabes que são majoritários. Apesar desta breve visão da realidade política libanesa, as tropas israelenses se uniram à Falange em Beirute em 13 de junho de 1982 (ISRAEL, 1982c).

No dia seguinte, Sharon e Bashir Gemayel se encontraram em Jounieh. Este último afirmou que estava disposto a ajudar as IDF antes de entrar em combate. Efetivamente, isso significava reforço da Linha Verde e garantia de que nenhum combatente da OLP escapasse para Trípoli (SOFER, 1989). Qualquer que fosse o entendimento entre Sharon e Bashir Gemayel, o líder das Forças Libanesas não tinha intenção de invadir Beirute, e a atividade militar de suas forças permaneceram recuadas (RABINOVICH, 1985). Ele pregou tolerância e cooperação com os inimigos muçulmanos, incluindo os palestinos, porque estava focado na presidência e para isso ele precisava de todo o apoio libanês, reforçando a ideia de que era necessária a unificação do Líbano para que a guerra terminasse e o Estado libanês se fortalecesse, o que aconteceu posteriormente. (SCHIFF; YA'RI, 1985).

Os muçulmanos estavam apoiando Bashir, apesar de ele ser o líder dos cristãos. Ele mudou de discurso incluindo mais os muçulmanos, focando em ser o líder dos libaneses, e não somente dos maronitas. Tais declarações encontraram pouco entendimento entre os soldados israelenses que foram ao Líbano ajudar os maronitas a recuperar seu domínio político. Do ponto de vista do governo israelense, as Forças Libanesas deveriam ajudar a libertar seu país e pavimentar seu próprio caminho para o poder. Do ponto de vista de Bashir, no entanto, se Israel quisesse se tornar um líder regional e promover mudanças políticas por meio de uma campanha militar, deveria pagar o preço que a captura de Beirute pudesse causar (SCHULZE, 1998b).

De fato, fontes da Falange declararam publicamente que o problema palestino era "um problema israelense" desde que Israel criou a situação dos refugiados em primeiro lugar com a criação do Estado de Israel e a *Nakba* em 1948 (SCHULZE, 1998b). Bashir Gemayel, então candidato à presidência, foi convidado a ir a Jerusalém. Essa visita, de várias maneiras, marcou o ponto de virada nas relações entre Israel e os maronitas. Por um lado, Bashir declarou: "Não tenho medo de lutar. Mas, nesse caso, você me encontrará à frente de um pequeno Estado cristão dentro de um Líbano dividido, sob constante ameaça de seus vizinhos." (SCHIFF; YA'RI, 1985, p. 200, tradução nossa).

Por outro lado, ele disse: "Quero vir a Jerusalém como presidente do Líbano e assinar um tratado de paz com Israel." (SHIPLER, 1982, tradução nossa). E exatamente por esse motivo, ele não pôde unir forças com Israel em Beirute (KIMCHE, 1991). Ao mesmo tempo, ele também pediu um tratado de defesa e garantias claras de Israel enquanto prosseguia com sua candidatura, abstendo-se de qualquer envolvimento. Embora sua posição, do ponto de vista maronita, fosse apenas lógica e não tivesse mudado, os israelenses sentiram que ele estava recuando do que havia sido acertado anteriormente. De fato, ao ouvir isso, especialistas do Ministério da Defesa de Israel aconselharam a interrupção do apoio a Bashir Gemayel e, em vez disso, pediram uma extensão do mandato do Presidente Elias Sarkis ou uma busca por um candidato comprometido com a paz (SCHIFF; YA'RI, 1985).

No entanto, Ariel Sharon desconsiderou esse conselho e passou a fazer de Bashir o governante de fato do Líbano. Uma vez que Bashir estivesse firmemente estabelecido como presidente, Sharon criaria as condições para diminuir sua resistência à assinatura de um tratado de paz com Israel (BENZIMAN, 1987).

A mudança de Bashir Gemayel no discurso político foi retribuída quando ele venceu as eleições. Publicamente, ele era quase hostil a Israel, dizendo que não poderia fazer as pazes sem o consentimento de todos os libaneses. Em 30 de agosto, Sharon e Begin decidiram que era hora de Bashir, agora presidente eleito, cumprir os acordos entendidos por Israel como feitos anteriormente. Ele foi levado de avião a Nahariya para encontrar o Primeiro-ministro Begin. Begin imediatamente pressionou por um relacionamento aberto e pleno que levaria a um tratado de paz, enquanto Bashir Gemayel queria manter sua aliança com os israelenses em uma base informal e prática (RABINOVICH, 1985). Begin não entendeu que enquanto o presidente do Líbano fosse cristão, o Primeiro-ministro seria muçulmano, como abordado no capítulo anterior²². Ele achava que tudo estava pronto para a paz com o Líbano porque havia

²² Ver subseção 4.1: As causas da guerra civil libanesa (1975 – 1994).

sido alcançado um acordo com os maronitas e o presidente era maronita, contudo Bashir recusou, dizendo a Begin para esperar até que ele realmente assumisse o cargo e tivesse melhores possibilidades (SCHULZE, 1998b).

Bashir Gemayel declarou que um tratado de paz apressado não era justificado e Begin deu um ultimato até o final daquele ano (SCHIFF; YA'RI, 1985). Então, Begin sugeriu que o major Haddad fosse nomeado comandante do sul do Líbano, o que Bashir rejeitou porque Haddad ainda enfrentava acusações de traição. Quando Begin, então, manifestou que Israel estava pensando em manter a zona de segurança no sul do Líbano, Bashir se opôs, alegando que era uma violação da soberania libanesa e as tropas israelenses deveriam se retirar para a fronteira internacionalmente reconhecida (BLACK; MORRIS, 1994). A reunião foi marcada por discordâncias e, no final, o Primeiro-ministro Begin não ficou satisfeito com a oposição de Bashir. Em troca, Bashir reclamou que Begin o tratara “[...] como uma criança, dizendo-lhe o que fazer.” (BLACK; MORRIS, 1994, p.382, tradução nossa).

Assim, mais uma vez, a confiabilidade da Falange foi questionada, nos círculos de segurança de Israel o debate era de até que ponto deveriam apoiar Bashir e se não seria melhor apenas se concentrar no sul do Líbano. Alguns oficiais do comando do norte até propuseram a retirada porque Israel estava se envolvendo demais (SCHIFF; YA'RI, 1985). O mais franco entre os oficiais foi o coronel Eli Geva, que sustentou que o custo em relação à vida humana seria muito alto e que os ganhos políticos seriam insignificantes. Não se poderia impor o domínio cristão ao Líbano apenas ocupando Beirute, seria necessário garantir a supremacia cristã sobre Trípoli e Zahle também. Além disso, Bashir Gemayel poderia ser assassinado como Sadat, ex-presidente egípcio (BENZIMAN, 1987; SCHULZE, 1998b).

O único resultado da invasão de Israel seria um envolvimento excessivo nas questões de política interna do Líbano e seus objetivos não seriam alcançados (SCHULZE, 1998a). Em agosto, Bashir começou a intervir nos planos de Israel quando deu ordens, não autorizadas por Israel, para limpar o campo de refugiados de Miyeh-Miyeh de todos os palestinos. Durante esta ação, a Falange cometeu muitos excessos contra civis e enfrentaram os drusos nas montanhas Shouf (BLACK; MORRIS, 1994).

Nesse ponto, ocorreu uma ligeira mudança na política israelense. Israel reduziu sua dependência de Bashir e mudou-se para uma maior proteção de seus próprios interesses. O resultado foi o envio das forças de Haddad até o norte de Zahrani (SCHIFF; YA'RI, 1985). No entanto, a intenção geral ainda era transferir todo o Líbano para Bashir Gemayel e sua visão para um novo Estado libanês que seria pró-Israel na região. Essa visão, que ele transmitiu na Voz do Líbano em 18 de junho de 1982, era um “[...] novo Líbano construído sobre bases

completamente diferentes de hegemonia, vituperações, indiferença e irresponsabilidade sobre as quais o Líbano foi construído desde 1943 [...]” (BLACK; MORRIS, 1994, p.383, tradução nossa).

De fato, sua visão era da hegemonia cristã baseada na tradição histórica e aliança com Israel. O “velho e fraco” Líbano deveria ser substituído por um “novo e forte” liderado por uma comunidade maronita unida. Mantendo a visão de Bashir de um Grande Líbano cristão e a visão de Sharon de um Líbano em paz com Israel, os dois líderes se reuniram em 12 de setembro de 1982 para prosseguir com o próximo passo no plano. Eles discutiram a destruição da OLP e dos campos de refugiados palestinos, porém Bashir Gemayel foi assassinado em 14 de setembro de 1982 mudando o cenário para Israel e trazendo consequências que seriam previsíveis caso o processo decisório no Gabinete do Primeiro-ministro Menachem Begin não estivesse condicionados pelos elementos do fenômeno *groupthink*, que teriam comprometido a tomada de decisão política.

5.2 O processo de tomada de decisão israelense sobre a operação “Paz para a Galileia”

Nesta sessão do capítulo discutiremos cada elemento do fenômeno *groupthink*, e as indicações de que estes poderiam estar presentes no processo decisório do gabinete do Primeiro-ministro Menachem Begin sobre a operação “Paz para a Galileia” que estamos abordando nesta tese. Os oito elementos essenciais identificados por Janis (1982) para a ocorrência do fenômeno *groupthink*, como abordados em capítulos anteriores, são: (a) Invulnerabilidade; b) Racionalização; c) Moralidade, d) Estereótipos; e) Pressão; f) Autocensura; g) Unanimidade e h) Mindguards.

A tomada de decisão em situações de crise é particularmente propensa a sub ou superestimar inadequadamente os riscos. Um fator que influencia a propensão para decisões de alto risco é o processo de planejamento. As políticas são frequentemente precedidas por um extenso planejamento, que envolve uma ampla estrutura orientadora para decisões individuais, com base em premissas, crenças, diretrizes de ação e expectativas. Essa estrutura elimina a incerteza e, ao mesmo tempo, introduz seus próprios vieses (VERTZBERGER, 1998).

O plano de Sharon subjacente à invasão do Líbano é um exemplo de reinterpretação da realidade. Sharon previa uma guerra cujo objetivo principal era o estabelecimento de "uma nova ordem" no Líbano e no Oriente Médio (SCHIFF; YA'RI, 1985). Esse "grande plano" envolvia invadir o Líbano para eliminar toda a presença e influência palestina, enfrentar as tropas sírias, instalar um regime cristão amigável à Israel e que estaria propenso à paz, destru-

iria o nacionalismo palestino na Cisjordânia e na Faixa de Gaza e libertaria Israel de traumas nacionais passados, como a Guerra de Yom Kippur de 1973 (PELEG, 1987). Esse plano serviu de estrutura, fornecendo aos tomadores de decisão um senso de confiança em seu sucesso, o que, por sua vez, reduziu sua sensibilidade aos riscos ou, de acordo com Yaacov Vertzberger (1998), o plano atuou absorvendo o risco.

Enquanto Sharon, Eitan e, até certo ponto, Begin projetaram o ambiente do plano, os membros do Gabinete, que não haviam sido totalmente informados, foram levados a tomar decisões mais arriscadas passo a passo, como estender a invasão além dos 40 quilômetros aprovados (ISRAEL, 1982a). Na estrutura desse comprometimento fragmentário, os riscos geralmente não são considerados de maneira abrangente, mas tendem a ser ignorados ou, na melhor das hipóteses, semi-incorporados (VERTZBERGER, 1998). Isso leva os tomadores de decisão a não perceberem o risco abrangente, por um lado, enquanto fornece a ilusão de controle, por outro. Decisões como envolver tropas sírias ou entrar a oeste de Beirute pareciam ser menos arriscadas.

O aumento do risco por parte dos grupos também pode ser explicado pela tendência dos indivíduos em transferir a responsabilidade para o grupo (JANIS, 1982; HART, 1991). Isso é agravado pelo fenômeno de que posições de risco costumam ser mais fáceis de defender, uma vez que os que tomam riscos tendem a ser personalidades mais persuasivas (MARQUIS, 1962). As personalidades persuasivas, por sua vez, aumentam a propensão a assumir riscos, uma vez que os grupos geralmente contam com fortes personalidades de liderança, neste caso Sharon (SCHULZE, 1998a).

Importante ressaltar também que o histórico de vitórias militares de Israel, com destaque para a Guerra dos Seis Dias (1967), reforçou a imagem de invulnerabilidade do país no âmbito militar e o discurso do pequeno país judeu que venceu grandes potências árabes, pequeno Davi contra o grande Golias. A combinação de planejamento, tomada de decisão, dependência de fortes personalidades de liderança e a tendência de transferir a responsabilidade individual para o grupo influenciaram o processo de tomada de decisão em favor de opções de alto risco. Como resultado, a “lógica” do “grande plano” foi capaz de resistir às críticas, bem como criar a percepção de que os planos de contingência eram desnecessários (SCHULZE, 1998a).

A superestimação do grupo, como outro elemento do fenômeno *groupthink*, baseia-se em dois aspectos: a ilusão de invulnerabilidade e a crença na moralidade inerente ao grupo (JANIS, 1982). A percepção de invulnerabilidade no caso israelense foi baseada na crença dos

tomadores de decisão de que a força militar poderia obter com sucesso ganhos políticos de longo prazo, e de que os maronitas, cuja cooperação teria sido construída, eram confiáveis.

A confiança na força militar como mecanismo de política externa remonta ao primeiro Primeiro-ministro e ministro da Defesa de Israel, David Ben-Gurion. Ele estava convencido de que os árabes responderiam apenas à força, e que a Guerra de 1948 havia mostrado que a ação militar de alguns meses havia alcançado mais do que a diplomacia das décadas anteriores. Essa visão foi institucionalizada durante a primeira presidência de Ben-Gurion e fortemente apoiada por seus sucessores como um meio de lidar com Estados vizinhos na ausência de relações interestatais diretas (SCHULZE, 1998a).

No final da década de 1970 e no início da década de 1980, essa mesma visão foi a base para as políticas de fato consumadas do Primeiro-ministro Menachem Begin, Ministro da Defesa Ariel Sharon e Chefe do Estado-Maior Rafael Eitan (PELEG, 1987). Por conseguinte, Sharon estava convencido de que os ganhos militares durante a operação “Paz para a Galileia” teriam resultados políticos abrangentes.

O processo de tomada de decisão de Israel sobre a operação “Paz para a Galileia” se deu em torno de vários fatores: informações limitadas, aconselhamento especializado inadequado, falta de avaliação de alternativas e nenhuma definição clara de objetivos. As discussões dentro da elite foram limitadas a poucos cursos de ação alternativos (ISRAEL, 1982b). O grupo não reexaminou o curso de ação preferido pela maioria e os negligenciados, inicialmente avaliados como insatisfatórios. Poucas tentativas foram feitas para obter informações de especialistas capazes de fornecer bons aconselhamentos. De fato, a discussão foi limitada porque a decisão de iniciar uma operação em terra já havia sido tomada em 1981, assim, o debate girou em torno da profundidade da incursão (SCHULZE, 1998a).

A crença na confiabilidade maronita, a moralidade inerente à guerra e a força militar iludiam os vários tomadores de decisão da vulnerabilidade de Israel. Os maronitas eram considerados confiáveis porque passaram a ser vistos como aliados “naturais”, com base na premissa de que “o inimigo do meu inimigo é meu amigo” (SCHIFF; YA’RI, 1985). As relações israelo-maronitas, no entanto, tinham mais a ver com conveniência do que com amizade, um fato que muitas vezes era desconsiderado pelos tomadores de decisão israelenses, muitos dos quais consideravam a existência do próprio relacionamento como prova da confiabilidade maronita (ISRAEL, 1982c; GOLAN, 2018). Essa visão foi apoiada pelo Mossad, responsável por estabelecer essas relações (BLACK; MORRIS, 1994).

Assim, quando a invasão foi implementada, foi uma surpresa quando os maronitas se recusaram a cooperar e as forças israelenses ficaram imersas na guerra civil do Líbano, resul-

tando em uma grande perda de vidas israelenses. A ilusão de invulnerabilidade piorou a situação de Israel no Líbano, na medida em que a Guerra do Líbano teve um impacto psicológico na nação israelense difícil de mensurar (SCHULZE, 1998a).

Ainda, grupos de tomada de decisão envolvidos em cenários de conflito ou guerra tendem a desenvolver visões estereotipadas dos opositores como fracos, inferiores, desumanos, mantendo sua auto-imagem como superior (JANIS, 1982). Os estereótipos, por sua vez, levam a visões preconceituosas que podem influenciar o processo de tomada de decisões. De acordo com Barry E. Collins e Harold Guetzkow (1966), assim como na sociedade em geral, os tomadores de decisão do alto escalão também possuem preferências pessoais, afinidades maiores com certos membros do gabinete do que com outros, e tem a tendência de se aproximarem e concordarem mais com aqueles que têm afinidades. A existência de tais sistemas e a exclusividade de grupos de poder tornam quase impossível contestar suposições aceitas. Isso é observado por uma análise da visão estereotipada da Organização de Libertação da Palestina (OLP) como o principal grupo externo e da orientação ideológica reforçada entre si pelos principais tomadores de decisão do gabinete israelense à época Begin, Sharon, Eitan e Shamir (GOLAN, 2018).

O estereótipo da OLP entre os tomadores de decisão foi quase universalmente compartilhado. A OLP era vista apenas como uma organização terrorista que queria destruir o Estado de Israel. Foi desumanizada e, ao mesmo tempo, percebida como militarmente incompetente. A atitude de Eitan em relação à OLP exemplifica esse estereótipo terrorista. As ações dele e de Israel são retratadas como moralmente superiores, enquanto a OLP é equiparada ao terrorismo e diretamente responsabilizada pela invasão de Israel ao Líbano (EITAN, 1991).

Eitan escreve:

Ao contrário do que alguns acadêmicos afirmam, a tentativa de assassinato de Argov não foi usada como desculpa para iniciar a guerra. De fato, nossa resposta não foi projetada para servir como o golpe inicial. Bombardeamos as bases terroristas porque o governo achou que era hora de explicar à OLP que sua interpretação do acordo de cessar-fogo era inaceitável e que todos esses atos deveriam ser considerados violações do acordo. O que provocou a guerra foi a resposta severa ao ataque, durante o qual os terroristas bombardearam o norte de Israel com grande intensidade (EITAN, 1991, p.256, tradução nossa).

Por conseguinte, Sharon viu a OLP de maneira semelhante. Ele também acreditava que a OLP era o principal obstáculo às relações de Israel com os árabes na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. A expulsão da OLP do Líbano foi, portanto, remover o “[...] efeito sinistro da

OLP com seus assassinatos e ameaças generalizadas [...]” (SHARON, 1989, p. 494, tradução nossa).

Enquanto Eitan e Sharon recorreram à desumanização e ao exagero da ameaça à segurança, Begin demonizou a OLP. Ele via a OLP como “[...] assassina de mulheres e crianças [...]” (HIRSCHLER; ECKMAN, 1979, p. 15, tradução nossa). Em uma visita a New York em 1976, Begin descreveu a OLP da seguinte maneira:

O que eles - a chamada OLP - fazem? Eles fazem da população civil o alvo de seus ataques sangrentos contra homens, mulheres e crianças. Eles nunca se arrependem ou lamentam quando ‘conseguem’ matar um homem judeu inocente, uma mulher ou criança. Pelo contrário, eles se alegram com isso. E essa é a diferença entre combatentes e assassinos (BEGIN *apud* BER-COWITZ, 1977, tradução nossa).

De fato, ele considerava a OLP e sua liderança como não menos que os sucessores de Hitler e dos nazistas. Da mesma forma, ele equiparou o objetivo da OLP à “Solução Final” de Hitler e ao Pacto da OLP com *Mein Kampf* (HIRSCHLER; ECKMAN, 1979; PERLMUTTER, 2001). As contínuas referências de Begin à Segunda Guerra Mundial levaram a afirmações de que o motivo subjacente à política e hostilidade do Líbano em relação à OLP era mais "mítico" do que militar. Assim, Begin apoiou a invasão de 1982 porque “[...] ele interpretou os bombardeios da OLP [do norte de Israel] como um sinal de que os judeus ainda estavam ameaçados pelo Holocausto.” (ROWLAND, 1985, p. 206, tradução nossa).

Prosseguindo na análise, os estereótipos são compartilhados e alimentados diretamente em um processo de racionalização coletiva. De fato, Begin, Sharon, Shamir e Eitan operavam dentro de um sistema ideológico fechado que os fazia desconsiderar o conselho da maioria dos especialistas. Sem avaliar a realidade política do Líbano, eles decidiram garantir que o país se tornasse um Estado independente que viveria em paz com Israel (SCHIFF; YA’RI, 1985). Sharon explicou aos assessores que, em sua opinião, uma operação bem-sucedida no Líbano garantiria a superioridade israelense nos próximos anos, alterando a configuração de forças da região (HIRSCHLER; ECKMAN, 1979).

Ainda de acordo com os autores (1979), Begin também tinha uma visão abrangente da realidade e não se preocupava com detalhes; em vez disso, essa visão alterou o contexto e os eventos. Seu secretário de gabinete, Arye Na'or, lembra que Begin havia recebido muitas vezes dados demográficos e políticos sobre os maronitas e o Líbano pela inteligência militar, porém não foram de fato considerados. Da mesma forma, como abordamos na sessão anterior, foi afirmado que Begin não tinha nenhuma compreensão da situação interna do Líbano (SCHULZE, 1998b).

A imagem do Líbano perante os outros tomadores de decisão era muito semelhante. Os maronitas eram vistos como aliados e estavam no centro das políticas intervencionistas de Israel. Sharon, por sua vez, baseou sua avaliação em seu relacionamento pessoal com Bashir Gemayel, e qualquer pessoa que apontasse as falhas de Gemayel era rebatida com argumentos sobre a maturidade do líder maronita. Em janeiro de 1982, muito antes de Sharon apresentar seus planos ao Gabinete, ele se encontrou com Gemayel e discutiu a ideia de vincular a busca de Gemayel à presidência com uma operação israelense em larga escala (SHARON, 1989; GOLAN, 2018).

Eitan compartilhava das percepções de Sharon sobre Gemayel. Bashir Gemayel o visitou um mês depois, em fevereiro de 1982, e Eitan retribuiu a visita em março, tendo já preparado uma invasão a longo prazo e, de fato, o anúncio de que a operação “Paz para a Galileia” duraria apenas 48 horas foi feito por razões políticas (EITAN, 1993). Assim, Israel se comprometeu em “devolver” o Líbano, a segunda democracia no Oriente Médio, para os fenícios.

Os erros de cálculo, resultantes do conjunto de tais opiniões críticas, são refletidos nos eventos que cercam a Crise dos Mísseis de Zahle de 1981. Nenhum dos principais tomadores de decisão acreditava que Gemayel havia deliberadamente procurado o confronto com os sírios para atrair Israel. Ninguém considerou a possibilidade de alguns maronitas estarem convencidos de que apenas a intervenção direta de Israel os ajudaria a se libertar da Síria (KIMCHE, 1991).

Yuen Foong Khong (1992), em seu livro *Analogies at War*, coloca a questão de onde os formuladores de políticas obtêm suas lições históricas. A resposta são guerras, revoluções e outros eventos políticos cruciais vivenciados direta ou indiretamente pelos tomadores de decisão. Particularmente o impacto de eventos importantes, como a guerra ou revoluções mais recentes. Os principais eventos que moldaram a elite israelense de tomada de decisões em 1982, refletida em estereótipos e racionalização coletiva, foram o Holocausto para Begin, a Guerra da Independência de 1948 para Eitan e o conflito árabe-israelense como um todo para Sharon. Isso deixa uma experiência histórica para discussão: seis décadas de relações secretas com os maronitas libaneses. Juntas, essas experiências passadas foram transformadas em formas de processamento de informações, através das quais as informações recebidas foram filtradas ou codificadas (KAHNEMAN; TVERSKY, 2000).

Além disso, a memória coletiva das relações israelo-maronitas e um padrão estabelecido do pensamento israelense no Líbano deram aos tomadores de decisão confiança e garantia de que não havia consequências negativas (SCHULZE, 1998b). Os judeus sionistas nunca tiveram relações oficiais com o Líbano, desde a década de 1920, no entanto, os sionistas e,

posteriormente, israelenses, mantiveram contatos não oficiais com representantes da comunidade maronita libanesa (MORRIS, 1984; GOLAN, 2018). Esses contatos, que foram iniciados por alguns maronitas que buscavam uma aliança minoritária contra a “ameaça” do islã, desenvolveram um relacionamento informal durante nas décadas de 1930 e 1940. As manifestações dessa relação foram o rascunho do Tratado de 1936 (ISRAEL, 1936), a submissão maronita à Comissão Anglo-Americana de Inquérito de 1946, o tratado secreto de 1946 entre a Igreja Maronita e o *Yishuv*²³, entre outros. Esse contato seletivo com as opiniões maronitas constituiu a base da experiência histórica de Israel e da percepção de que os maronitas eram amigáveis e confiáveis e que seu domínio político garantiria que o Líbano não seria um Estado hostil à Israel caso os maronitas estivessem no poder (SCHULZE, 1998a).

Processos de tomada de decisão em política externa resultantes de pensamento de grupo não são incomuns, como argumentamos no começo desta pesquisa. O fenômeno do pensamento de grupo na política externa é o resultado de membros de uma elite de tomada de decisão que pressiona pela unanimidade, que anula sua motivação para avaliar realisticamente cursos de ação alternativos (JANIS, 1982). O objetivo informal, no entanto, era pressionar pela unanimidade. Isso levou a uma avaliação limitada da situação e a uma estratégia arriscada sobre a invasão militar. Em outras palavras, o objetivo formal de elaborar planos operacionais realistas estava subordinado ao objetivo informal de alcançar o consenso e harmonia dentro do grupo de tomada de decisão.

Os planos militares favorecidos pelos principais tomadores de decisão tornaram-se bastante óbvios. As informações em apoio a esses planos podiam ser divulgadas abertamente, e os apoiadores passaram a fazer parte do grupo interno. As opiniões divergentes foram mantidas em silêncio, isso ocorreu especialmente depois que as tentativas de dissidência de Saguy, Drori e Zippori e levaram à sua marginalização (SCHULZE, 1998a). Em resumo, as críticas à visão favorecida levariam à exclusão do grupo interno e, portanto, à remoção destes do processo de tomada de decisão. A pressão em direção à uniformidade de opinião e o medo de ser excluído subverteram o objetivo fundamental das reuniões do grupo. Em vez de produzir um amplo fórum para explorar todas as possibilidades, o grupo rapidamente passou a reforçar o plano favorecido. Na realidade, quanto mais unido o grupo se tornava, maior o risco de que visões independentes fossem substituídas por pensamentos de grupo (*groupthink*). Isso, por sua vez, provavelmente resultaria em ações imbuídas de um caráter emocional inerente dos

²³ Termo em hebraico que se refere às primeiras comunidades judaicas na Palestina do Mandato Britânico, antes da fundação do Estado de Israel

seres humanos, de forma a reforçar os estereótipos desumanizantes dirigidos contra grupos externos (JANIS, 1982). Os massacres de Sabra e Shatilla se enquadram nesta categoria.

A tendência de busca por concorrência que se desenvolveu no início do processo de tomada de decisão interferiu no pensamento crítico. As objeções e os desafios ao “grande plano” foram ignorados e os planos de contingência não foram seriamente considerados. Consequentemente, os tomadores de decisão estavam mal preparados quando a operação começou a sair do planejado, a partir da primeira semana em diante (OREN, 2017; GOLAN, 2018). A operação “Paz para a Galileia” não atingiu seus objetivos amplos porque Sharon, seguindo suas ambições pessoais, havia se superado; ao contrário, frustrou os objetivos porque a dinâmica do pensamento de grupo forneceu aos tomadores de decisão uma ilusão de invulnerabilidade. Isso os levou a ignorar os riscos, o reforço de concepções estereotipadas da OLP, os maronitas e o Líbano, e a avaliação inadequada dos dados de inteligência, combinados com racionalizações compartilhadas.

A decisão de lançar uma invasão israelense total ao Líbano em 1982 foi baseada em percepções errôneas reforçadas entre si, julgamentos enviesados e pensamento positivo de um grupo de tomadores de decisão que, como indivíduos agindo de forma solitária, não teriam assumido os mesmos riscos.

5.3 Consequências da operação “Paz para a Galileia”

A invasão israelense ao Líbano gerou custos altos para a sociedade e o governo israelense, especialmente para Menachem Begin, que teve seu gabinete e parlamento dissolvidos em 1984, um ano antes do prazo determinado. Em setembro de 1984, Shimon Peres assumiu o cargo de Primeiro-ministro de Israel após uma eleição que não produziu uma vitória clara nem para o Partido Trabalhista, nem para a coalizão do Likud. Ele fez uma campanha com a promessa de retirar os soldados israelenses do Líbano o mais rápido possível, uma política que refletia a opinião pública, que não podia mais tolerar o preço que as tropas estavam pagando (PELEG, 1987).

Não foi possível simplesmente ordenar a retirada das tropas, pois os desligamentos costumam ser perigosos; e, além da necessidade de elaborar uma política de segurança futura e prática, Israel tinha a responsabilidade de manter a paz em áreas sob seu controle. Oficiais do exército alertaram que, quando a IDF saísse, seria criado um vácuo perigoso, os refugiados palestinos se tornariam vítimas dos esquadrões xiitas, e as aldeias cristãs no sul do Líbano também estariam vulneráveis à hostilidade (LAFFIN, 1985).

Embora esteja claro que, à medida que a guerra no Líbano progredia, e particularmente na Batalha de Beirute, o movimento anti-guerra ganhou espaço numericamente e estabeleceu um controle firme sobre a agenda, também podemos analisar que os objetivos imediatos dos protestos foram apenas parcialmente alcançados. Sharon foi deposto, a postura militar israelense tornou-se defensiva e as demandas políticas de Israel encolheram, mas Israel não recuou imediatamente, nem a maioria dos israelenses mudou de perspectiva sobre a necessidade da guerra, nem exigiu o fim da guerra (MEROM, 2003). No entanto, o protesto contra a guerra estava na raiz da mudança de percepção israelense sobre o conflito que no início tinha sido amplamente legitimado pela memória coletiva, tratada nos capítulos iniciais desta pesquisa.

Os protestos realizados por civis israelenses influenciaram nas decisões operacionais, minaram o consenso que o Estado lutava para manter, ajudaram a dissolver o gabinete de Begin, propiciaram a exclusão de Sharon da tomada de decisão e, finalmente, forçaram os estabelecimentos políticos e militares a procurar maneiras de se retirar do Líbano enquanto todos os objetivos políticos ambiciosos do governo, exceto a destruição da OLP, foram abandonados.

É mais fácil defender o impacto geral e cumulativo dos protestos contra a guerra do que demonstrar em casos particulares como as forças sociais forçaram o Estado a mudar suas decisões. No entanto, a capacidade da agenda antiguerra e de seus propagadores de obrigar o Estado ou seus órgãos a tomarem decisões indesejadas ainda pode ser demonstrada em pelo menos três instâncias: o caso da "brigada que não foi mobilizada", o caso da criação da Comissão de Inquérito Kahan e o caso do repórter de TV Dan Smamma.

Primeiramente, Sharon e Eitan hesitaram em mobilizar a brigada de paraquedistas de reserva porque tinham sérias preocupações com a possível "[...] influência negativa da brigada [...] sobre outras unidades [...]" (NAOR, 1983, p. 133-134, tradução nossa). Mas essa inclinação para aumentar o nível de brutalidade, devido à preocupação com o efeito político da mobilização, exposição à guerra e possíveis vítimas, apenas minou ainda mais a legitimidade da guerra. Em suma, é claro, como foi corroborado por Sharon, o cisma durante a guerra foi profundo o suficiente para afetar a conduta e as perspectivas da guerra.

O segundo caso diz respeito à obrigação do governo de nomear uma comissão de inquérito para investigar a conduta de certas figuras políticas na condução da operação. Como já observado, a divulgação do massacre de Sabra e Chatila levou a imprensa e membros das diferentes elites sociais de Israel a exigir a nomeação de uma comissão de inquérito judicial. Até o presidente de Israel, Itzhak Navon, que tradicionalmente mantinha-se neutro às controvérsias (por causa da natureza de sua posição como Chefe de Estado), imediatamente pediu

essa decisão. Begin, no entanto, que foi intimidado pelas possíveis consequências políticas do cumprimento das crescentes pressões, decidiu rejeitar todas as demandas. Seu julgamento provou ser um erro de cálculo sério, pois apenas agravou o nível de frustração e contribuiu para uma avalanche de protestos (MEROM, 2003).

Em 24 de setembro, o ex-juiz da Suprema Corte, Haim Cohen, particularmente exigente com suas palavras, escreveu para Begin uma carta pública perguntando se Israel era "[...] governado por cortinas ou se o governo era surdo [...]", acrescentando ameaçadoramente: "Se o governo quiser que esse Estado continue funcionando como um Estado legal, é seu simples e imediato dever estabelecer uma comissão de inquérito." (MEROM, 2003, p. 221, tradução nossa). Em seguida, seguiu-se uma série de demissões políticas e institucionais. O ministro Berman renunciou, explicando que estava decepcionado com a guerra e o modo como estava sendo conduzida, e em particular com a recusa do governo em nomear uma comissão judicial de inquérito.

A avaliação de Berman foi divulgada pela imprensa, e sua demissão foi seguida pela demissão do professor M. Milson, chefe da administração civil nos territórios ocupados, que era o único acadêmico na época disposto a servir nessa posição do governo de direita do Likud. Em seguida vieram as indicações de um colapso no exército, as demandas do brigadeiro-general Amram Mitzna e do coronel Yoram Yair para demitir Sharon como Ministro da Defesa. Enquanto isso, algumas das mais importantes associações profissionais israelenses se uniram à convocação para o estabelecimento de uma comissão de inquérito judicial, e o movimento "Paz Agora" uniu forças com a esquerda sionista dos partidos de oposição ao Likud, a fim de orquestrar manifestações de larga escala. Finalmente, os ministros do Partido Nacional Religioso (PNR), um dos membros minoritários da coalizão governamental, apoiaram a demanda por uma investigação (SCHIFF; YA'RI, 1985). Esses eventos, que levaram à criação da Comissão de Inquérito e à demissão de Sharon do Ministério da Defesa foram cruciais para o fim dos elementos que propiciaram a ocorrência do fenômeno *groupthink*, como a pressão para coesão e a ilusão de invulnerabilidade (JANIS, 1982)

O caso da Comissão de Inquérito Kahan é significativo por dois motivos: primeiro, há indicativos de que a nomeação da comissão de inquérito foi em grande parte resultado da pressão da sociedade. Afinal, Begin rejeitou categoricamente o pedido de uma comissão de inquérito e teve que reverter sua decisão após um curto e intenso período de pressão social exercida sobre o governo. De fato, tanto Sharon quanto Eitan concluíram que a comissão surgiu a partir da pressão pública (SHARON, 1989). Segundo, o ato de convencer o governo também foi uma ação que demonstrou o fim dos elementos causadores do *groupthink*, pois a

ideia de que o próprio sistema judicial poderia investigar a responsabilidade do governo pelas consequências morais da conduta internacional é um elemento que quebra a coesão do grupo, a partir da ação de um grupo externo que tem poder de coerção no processo decisório.

O terceiro caso diz respeito às relações entre o estabelecimento de defesa e a mídia. A mídia tinha uma posição favorável tanto em relação ao exército quanto ao Estado, no que tange às questões de segurança, até a guerra do Líbano. A mudança na atitude da mídia durante a guerra limitou-se principalmente a ataques à elite política, sua política de guerra e a nova identidade trazida ao Estado israelense e a seus cidadãos. O exército como instituição não foi apenas criticado por si só, mas era criticado como um meio de atacar o sistema político e o gabinete do Primeiro-ministro. Mas o exército e seus oficiais não poderiam ter saído de uma guerra controversa sem críticas e, de qualquer forma, os oficiais se identificam com o Estado, não só por servirem a ele, mas também pela militarização do Estado de Israel. Além disso, a tensão entre o *establishment* da defesa e a mídia já estava crescendo antes da guerra como resultado da atitude fundamental de Sharon e Eitan em relação a este último (MEROM, 2003).

Quando se descobriu que a guerra não seria curta nem frugal em termos de baixas, a mídia seguiu seu próprio caminho, e o atrito entre ela e o Estado aumentou progressivamente. A profundidade da frustração no comando do exército tornou-se evidente na entrevista de setembro de 1982 que o Estado-Maior concedeu a *Yediot Aharonot*. Mas a situação atingiu proporções críticas apenas no final de dezembro, quando o exército decidiu confrontar Dan Smamma, correspondente da TV estatal israelense. Smamma foi escolhido para uma reportagem em que um grupo de soldados foi filmado cantando um verso macabro de uma canção popular infantil: "Para Sharon, lutaremos a guerra, não nos esperem mais em casa." (MEROM, 2003, p. 213, tradução nossa).

Além disso, no início da guerra, o censor militar já havia rejeitado um dos relatórios de Smamma que cobria um debate, dentro de uma unidade de paraquedistas, sobre a possibilidade de atacar Beirute. Com o prolongamento da guerra, as autoridades da IDF decidiram que um oficial de sua unidade de porta-vozes escoltaria todos os repórteres de TV. Smamma foi instruído a não perguntar aos soldados sobre seus sentimentos e entrevistar apenas oficiais. Além disso, as entrevistas exigiam aviso prévio e não podiam ocorrer antes que o representante do porta-voz tivesse informado o oficial escolhido para ser entrevistado (SHARON, 1989).

Na época do incidente de Smamma, jornalistas e editores já haviam manifestado seu descontentamento coletivo com o desrespeito do Estado, e particularmente de Sharon, pela liberdade de imprensa. Em tal ambiente, a decisão dos militares sobre Smamma levou as relações já tensas entre a imprensa e o Estado ao ponto de embate. O diretor politicamente caute-

loso da TV israelense, Tuvia Sa'ar, e o diretor da Autoridade de Radiodifusão de Israel, Yossef Lapid, nomeado pelo Likud, estavam a favor de Smamma.

No entanto, até a saída de Sharon e Eitan do cargo, em fevereiro e abril de 1983, as relações prejudicadas entre Estado e imprensa foram restauradas. Os sucessores de Sharon e Eitan, Moshe Arens e o tenente-general Moshe Levi, foram mais cautelosos em suas relações com a imprensa. Abandonaram a abordagem de confronto de seus antecessores, relaxaram as regras que regiam a cobertura dos militares e reconstruíram, até certo ponto, as relações prejudicadas do *establishment* militar com a mídia (MEROM, 2003).

No que diz respeito ao impacto geral do protesto contra a guerra, é claro que este reduziu a liberdade de ação de Israel, contribuiu para a erosão da coesão e do sentimento de invulnerabilidade dentro do governo e forçou a Begin, Sharon e o alto escalão do gabinete a recuar de suas intenções iniciais. O massacre de Sabra e Chatila também influenciou na percepção dos israelenses sobre os palestinos, levando a uma leve mitigação dos estereótipos negativos e ao questionamento da moralidade israelense em relação ao conflito.

Em sua autobiografia, Sharon argumentou que "[...] em meados de julho [1982] a pressão nacional e internacional estava aumentando de maneira ameaçadora [...]" (SHARON, 1989, p. 415, tradução nossa). Seu colega na Unidade de Segurança Nacional, major-general Tamir, acrescentou que "[...] a partir de julho de 1987 era difícil convencer o governo de Israel a conceder autorização para a operação da IDF na área urbana de Beirute, por causa [da] população israelense [...]" (TAMIR, 1988, p. 167, tradução nossa). Além disso, Sharon também sugeriu que Begin estava suficientemente desgastado pela política, consequência do impasse em Beirute em que ele achou necessário dizer ao governo que

[...] se continuarmos nos portões de Beirute como estamos fazendo agora, poderemos causar um desastre a nós mesmos [...] estamos chegando a um ponto que pode levar a uma crise nacional. Nosso povo não tolerará semanas e meses de mobilização desnecessária do exército, com serviço prolongado, em que estamos sendo baleados e nossos meninos estão sendo feridos. (SHARON, 1989, p. 486, tradução nossa).

Se Begin realmente disse essas palavras não poderemos saber, o fato é que foi exatamente isso que aconteceu com Israel no Líbano. De fato, no início de julho de 1982, Begin, sentindo os riscos políticos da crescente onda de protestos, acrescentou o pequeno partido *Telem* à coalizão. E em setembro, pouco antes do massacre de Sabra e Chatila, Begin tentou, mas falhou, antecipar as eleições gerais.

Quanto a Sharon, ele acreditava que seus colegas ministros o abandonaram quando "[...] a guerra não era mais popular [...]" e quando "[...] os ataques da mídia se tornaram sel-

vagens e as manifestações estavam agitando as ruas [...]" (SHARON, 1989, p.486, tradução nossa). No entanto, o que nossa análise indica, confirmando nossa hipótese de que o fenômeno *groupthink* teria ocorrido no Gabinete do Primeiro-ministro Menachem Begin à época, é que o fenômeno aconteceu enquanto os elementos como sentimentos de invulnerabilidade, moralidade excessiva do grupo em relação aos opositores, a busca pela coesão e o medo de ser excluído do processo caso apresentasse argumentos contrários ao plano escolhido, estavam presentes. Quando esses elementos foram perdendo força conforme a operação militar ia avançando em território libanês e a opinião pública israelense passava a deslegitimar a invasão, o fenômeno deixou de existir no gabinete e as falhas do processo decisório passaram a ser observadas, levando a dissidências políticas e altas críticas da população e de atores políticos.

O cronograma específico do curso da influência da sociedade sobre o Estado e os resultados da guerra são curtos e razoavelmente claros. Em um mês, uma forte base de coalizão anti-guerra foi formada. Entre o final de junho e setembro de 1982, a coalizão anti-guerra ampliou sua base popular e consolidou seu poder. Os sentimentos anti-guerra espalharam-se na consciência da classe média e estudada, e os manifestantes conseguiram transformar o custo da guerra, suas consequências morais e a legitimidade do processo de tomada de decisão antes e durante a guerra em itens importantes no cenário nacional (ORGEL, 1982). O público em geral não se reuniu ao lado dos manifestantes anti-guerra, mas a agenda estava cada vez mais sob seu controle, e o apoio espontâneo à guerra estava prestes a cair drasticamente.

Em 14 de setembro de 1982, Bashir Gemayel foi assassinado. Como resultado, Israel perdeu o controle sobre os eventos no Líbano. Após três meses e meio da invasão, a coalizão anti-guerra, explorando o descuido dos militares e de Sharon, conseguiu aproveitar o momento e transformar o massacre em Sabra e Chatila em um meio político de destruir o poder político de Sharon. O discurso de Begin de que os soldados israelenses não sabiam sobre a possibilidade do massacre e que os maronitas teriam agido à revelia da IDF foi prontamente exposto pelo que era, um esforço para minimizar as críticas, evitar assumir a responsabilidade pelo massacre e capitalizar politicamente na sensação de medo e indignação geral dos israelenses. Enquanto isso, uma série de "deserções", dissensões e saída de funcionários do governo e agentes do Estado prejudicaram ainda mais a autonomia do Estado (MEROM, 2003).

Depois de oito meses após o início da guerra, Sharon foi forçado a sair do Ministério da Defesa. Em um ano, a elite política de Israel quase admitiu que havia atingido o fim de sua capacidade política de perseguir seus ambiciosos objetivos de guerra no Líbano. Em meados de maio de 1983, Shamir, Ministro das Relações Exteriores, declarou que "[...] a IDF concluiu uma operação gloriosa em Beirute [e, portanto, devem voltar para casa] [...]" (OREN,

2014, tradução nossa). No final de maio, o controlador estatal de Israel, Itzhak Tunik, juntou-se às críticas, dizendo que "[...] nem em nossos piores sonhos, não imaginávamos que o que aconteceu jamais aconteceria [...]" (OREN, 2014, tradução nossa).

Imediatamente depois, Begin confessou na Knesset que "[...] este era um momento difícil para a nação [...]" (ISRAEL, 1982d, tradução nossa). Em meados de junho, cerca de um ano após a guerra, Sharon revelou em uma entrevista que não havia avaliado corretamente o nível de consenso nacional e o poder de permanência do governo (GOLAN, 2018). Quando julho de 1983 chegou ao fim, a depressão de Begin era de conhecimento geral, e havia rumores de que ele estava prestes a renunciar. Em agosto, Begin anunciou sua renúncia e retirou-se da vida política para o isolamento. Em novembro de 1983, Shamir, o novo Primeiro-ministro, decidiu visitar as forças da IDF no Líbano. Ele foi criticado com tanta veemência pelos soldados de reserva durante essa visita que, ao retornar, declarou imediatamente que Israel estava chegando perto de encerrar a operação no Líbano e que reduziria o número de soldados no país (GOLAN, 2018).

Israel decidiu finalmente se retirar apenas dois anos e meio após o início da guerra do Líbano, e levou mais seis meses para recuar os soldados da IDF à linha de implantação anterior a junho de 1982. No entanto, em um estágio muito inicial, após o tumulto em Israel e a demissão de Sharon do Ministério da Defesa, qualquer observador, seja libanês, xiita, sírio ou outro, não poderia deixar de analisar que Israel estava se esgotando e que sua saída do Líbano era apenas uma questão de tempo. Os eventos e declarações do verão de 1983 apenas consolidaram essas conclusões. Conseqüentemente, se apenas por considerações da política doméstica israelense, o incentivo dos inimigos de Israel no Líbano para testar suas forças se tornou frequente. Esses desenvolvimentos e o tumulto dentro de Israel convenceram o exército, bem antes do governo, de que seria melhor sair do Líbano (MEROM, 2003).

Assim que a guerra ficou estagnada e o apoio doméstico em Israel diminuiu, oficiais graduados da IDF incentivaram os oficiais de reserva sob seu comando a defenderem a permanência no Líbano, enquanto instruíam os soldados a considerar seu objetivo militar no território como "permanecer vivo". Em resumo, após o primeiro ano de guerra, a permanência de Israel no Líbano constituiu nada mais que uma batalha prolongada da retaguarda, um esforço, motivado por considerações partidárias expeditas e percepções equivocadas da segurança nacional e do processo decisório que conduziu a operação (YANIV, 1987).

A invasão israelense ao Líbano não só levou conseqüências políticas internas para Israel, a guerra civil libanesa e o envolvimento de potências externas como Israel propriamente dito, mas também a Síria e os Estados Unidos acabaram por agravar a situação de segurança

regional. Em 1985, em resposta ao envolvimento israelense na guerra civil libanesa, um grupo paramilitar, que futuramente se tornaria também um partido político no Líbano, foi fundado: o Hezbollah. O grupo será percebido por Israel como uma grande ameaça na região e seria enfrentado militarmente na Segunda Guerra do Líbano em 2006. Até hoje o Hezbollah atua no Oriente Médio e tensiona as relações com Israel, reforçando a importância de se estudar a operação “Paz para a Galileia” e suas implicações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta tese foi compreender o processo decisório israelense na invasão do Líbano por Israel em 1982, na operação militar cunhada “Paz para a Galileia”, uma vez que os objetivos traçados para a invasão não foram totalmente alcançados apesar da conhecida capacidade militar israelense e o sucesso em empreitadas anteriores, como as guerras de 1967 e 1973. Nossa hipótese recaía na estrutura e condução do processo decisório que teria levado a falhas na operação militar, o alto escalão da tomada de decisão israelense, representado pelo Gabinete do Primeiro-ministro Menachem Begin teria experienciado o fenômeno *groupthink* e este teria ocorrido, de acordo com a hipótese secundária, pelo histórico de perseguição do povo judeu no séc. XX e os conflitos árabe-israelenses após a criação do Estado de Israel que teriam fomentado uma memória coletiva de vitimização e alta moralidade na causa israelense no conflito, além de outros elementos que possibilitaram que o *groupthink* ocorresse.

Como abordado desde a introdução e no quarto capítulo, a tomada de decisão israelense anterior à guerra de 1982 objetivava conduzir uma operação terrestre em larga escala. O objetivo informal, entretanto, era pressionar pela unanimidade. Isso levou a uma avaliação irreal da situação e a uma estratégia arriscada para a guerra. Em outras palavras, a meta formal de traçar planos operacionais estava subordinada à meta informal de alcançar consenso e harmonia dentro do grupo de tomada de decisão.

O plano militar preferido pelos principais tomadores de decisão tornou-se bastante óbvio, expandindo o objetivo inicial de forma a abarcar alvos mais arrojados. As informações em apoio a esse plano podiam ser divulgadas abertamente e os apoiadores, assim, se tornavam parte do grupo interno. As opiniões divergentes foram repudiadas e silenciadas, isso se tornou mais claro depois de tentativas de dissidências. Em suma, a crítica da visão favorecida levaria à exclusão do grupo interno e, portanto, ao afastamento do processo de tomada de decisão.

A pressão pela uniformidade de opiniões e o medo de ser excluído subverteram o propósito fundamental das reuniões do gabinete. Ao invés de produzir um amplo fórum para explorar todas as opções possíveis, incluindo uma via diplomática, o grupo rapidamente escolheu o plano favorecido e em todo o processo trabalhou para fortalecê-lo. Na verdade, quanto mais os tomadores de decisão defendiam a abordagem escolhida, maior o perigo de que pontos de vista independentes fossem substituídos pelo pensamento de grupo. O massacre de Sabra e Chatila se enquadra nessa categoria, por exemplo, e serviu para minimizar os elementos que propiciaram o fenômeno *groupthink*, levando ao fim do mesmo, à queda do governo e a

responsabilização maior de Ariel Sharon, de fato um dos responsáveis, porém não o único, uma vez que agiu com total aprovação do restante da elite tomadora de decisão.

A tendência de busca de concordância que se desenvolveu desde o início dentro do grupo interferiu no pensamento crítico. Objeções e desafios ao plano de uma intervenção militar mais ampla foram ignorados e os planos de contingência não foram considerados seriamente. Consequentemente, os tomadores de decisão estavam mal preparados quando a operação começou a desandar. A operação “Paz para a Galileia” não falhou porque Ariel Sharon, ao seguir suas ambições pessoais, teria exagerado; antes, falhou porque a dinâmica do pensamento de grupo forneceu aos tomadores de decisão a ilusão de invulnerabilidade. Isso levou a ignorar os riscos, ao reforço de concepções estereotipadas da OLP, aos maronitas e ao Líbano e a dados de inteligência avaliados inadequadamente, combinados com racionalizações compartilhadas. Os tomadores de decisão israelenses viam Israel, por um lado, como um Estado sitiado cercado por países árabes hostis e, por outro lado, viam Israel como uma força militarmente forte no Oriente Médio, por conta do histórico de vitórias militares das décadas anteriores. Além, claro, do histórico de vitimização, por conta da perseguição dos judeus no séc. XX e a narrativa de “pequeno Davi contra o grande Golias”.

Como abordado no primeiro e segundo capítulos, Israel não apenas teve que preservar sua própria identidade e narrativa e o futuro como a imagem de uma nação isolada sugeriria, mas também assumiu o papel voluntário de proteger outras minorias do Oriente Médio. A força de Israel, beirando quase o status de potência regional, permitiria ao país cumprir seu papel de protetor. No entanto, essa superioridade militar também levou a uma crença na invencibilidade (SCHULZE, 1998b; BAR-TAL, 1998a).

Essas autopercepções desempenharam um papel vital na tomada de decisão israelense. Ainda assim, cada tomador de decisão focou em diferentes facetas da imagem de Israel como base para sua decisão individual. Isso pode ser visto observando as duas visões mais proeminentes e, de certo modo, as mais extremas. A decisão do Primeiro-ministro Begin de entrar em plena aliança com os maronitas foi fortemente influenciada por sua visão "moral" de Israel.

Israel estava isolado, mas os maronitas também estavam, era dessa forma que os tomadores de decisão do alto escalão governamental percebiam os grupos. Israel, sendo a parte mais forte e tendo uma história de perseguição e genocídio, tinha a obrigação de prevenir uma repetição dessa história em relação aos maronitas. Na verdade, Israel provaria sua superioridade moral ao salvar os maronitas enquanto todas as outras nações ocidentais fechavam os olhos. Israel, como uma nação superior moralmente, restauraria o Líbano ao seu legítimo sta-

tus de cristão. A decisão do Ministro da Defesa, Ariel Sharon, de entrar em plena aliança com os maronitas, foi baseada em uma parte diferente da autopercepção israelense. Ele se concentrou na força e invencibilidade de Israel. Israel seria autossuficiente e teria o poder de mudar pela força uma situação que não seria favorável a si. Israel, como parceiro mais forte, criaria um Líbano cristão, que por sua vez serviria de trampolim para recriar um Oriente Médio favorável a Israel. As IDF serviriam de veículo para essa transformação, contando com seus soldados heroicos e poder militar puro (SCHULZE, 1998a).

Outros envolvidos no processo de tomada de decisão ficaram entre essas duas visões, geralmente combinando-as. Todos, entretanto, estavam convencidos, ou haviam se convencido, de que a operação de 1982 era viável e a aliança segura por causa da autopercebida força israelense.

A ideia israelense do Líbano foi central em seis décadas de tomada de decisão com relação ao seu vizinho do norte. Tal qual apresentado no terceiro capítulo, a partir da década de 1920, o Líbano nunca foi visto como hostil ou inimigo. Na verdade, o sentimento subjacente em relação ao Líbano era que ele era amigo de Israel, às vezes mais e às vezes menos. Durante a época do *Yishuv*, muitos libaneses negociaram abertamente com Israel. Acordos foram feitos e muitos libaneses apoiaram a criação de um Estado judeu. Essa experiência dos libaneses, mas principalmente do apoio maronita, deu crédito à imagem de um “Líbano amigo” que prevaleceu até a década de 1980.

O Líbano era visto como um Estado muito semelhante a Israel por parte dos israelenses. A visão mais romântica do departamento político do *Yishuv* era que o Líbano era um país mediterrâneo que, como o *Yishuv* e mais tarde Israel, ligava o Oriente ao Ocidente. Tinha o melhor dos dois mundos: iluminação e educação ocidentais, língua francesa, cristianismo, herança fenícia e culinária do Oriente Médio. O Líbano continuou a ser visto como um Estado que não era árabe e muçulmano, com uma antiga herança fenícia, mesmo após a criação de Israel.

Na verdade, as semelhanças entre os dois Estados tornaram-se ainda mais fortes. Como Israel, o Líbano estava cercado por um mundo árabe muçulmano hostil. Ainda como Israel, havia uma grande diáspora no Ocidente com a qual se podia contar para obter apoio moral. No entanto, o Líbano era visto como mais fraco do que Israel, tanto em seus pilares de sustentação do Estado quanto militarmente.

Como tal, o Líbano tornou-se o centro de muitas tentativas israelenses de encontrar aliados, mas também se tornou claro que havia limites para a amizade libanesa com Israel. Isso se reflete na percepção generalizada de que o Líbano seria o segundo Estado a assinar a

paz com Israel. Assim que outro Estado árabe deu o primeiro passo, o Líbano poderia segui-lo.

Como argumentado no quarto capítulo desta tese, a maioria dos tomadores de decisão israelenses via o Líbano como predominantemente cristão e não árabe. A comunidade muçulmana no Líbano era considerada pelos israelenses como marginal, impotente e politicamente atrasada, assim como sua contraparte em Israel. Tanto seria verdade que as únicas forças consideradas como ameaças para Israel no Líbano eram estrangeiras: a OLP e a Síria. Assim, expulsar ambos do Líbano significava remover o único fator muçulmano "eficaz". O Líbano se tornaria automaticamente puramente cristão novamente.

A falha em considerar os muçulmanos tornou-se aparente durante a invasão do Líbano em 1982, quando não havia uma política em relação à população xiita no sul. Israel ignorou o fator muçulmano e se viu envolvido em batalhas não planejadas em Beirute Ocidental e uma população cada vez mais hostil no sul do Líbano. A ideia de restaurar o Líbano ao seu lugar de direito de país cristão em aliança com Israel foi frustrada. A Operação "Paz para a Galileia" falhou em parte porque foi baseada na imagem do Líbano que se revelou falsa, uma imagem que, em certo sentido, era um reflexo de uma imagem de Israel ou uma projeção de Israel sobre o Líbano.

Os maronitas eram considerados não apenas a facção dominante dentro da comunidade cristã libanesa, mas também a maioria da população libanesa. Eles eram vistos como um povo coeso e homogêneo representado pela Igreja Maronita, os *Kataib* e, mais tarde, as Forças Libanesas sob Bashir Gemayel. O nacionalismo maronita tinha muitas semelhanças com o nacionalismo judeu. Ela se baseava na preservação de uma identidade étnica e religiosa em uma região diferente dessa identidade. Isso, em certo sentido, se tornou a base para a aliança entre as duas comunidades. Na verdade, os maronitas e os sionistas, durante as décadas de 1930 e 1940, buscaram ativamente aliados que enfrentaram hostilidade semelhante à maioria muçulmana. Os sionistas e depois os israelenses viam a comunidade maronita sendo muito parecida com o *Yishuv*. Eles os viam como essencialmente ocidentais no Oriente Médio, como herdeiros da antiga e original civilização daquela região, como uma minoria étnica e nacional com aspirações por um Estado próprio.

Uma percepção igualmente importante que apoiou a decisão israelense no final da década de 1970 de estabelecer relações mais estreitas com os maronitas foi que os maronitas não eram considerados árabes. Portanto, de acordo com esse raciocínio, Israel formou uma aliança com um grupo nacional vizinho, não árabe e não muçulmano, que teve uma história e experiência de diáspora semelhantes. Além disso, a visão israelense predominante era que os maro-

nititas queriam uma aliança com Israel, pois Israel seria capaz de ajudá-los a realizar as aspirações nacionalistas maronitas. Assim, os maronitas foram vistos como dispostos a assumir um papel ativo para ajudar Israel a realizar essas aspirações. Foi esta percepção, além das promessas de Bashir Gemayel, que a cooperação maronita se tornaria possível desde que o presidente fosse cristão é refletido em muitos dos discursos de Gemayel.

Em 1969, a Frente Nacional Libanesa pediu abertamente a implementação do direito à autodeterminação dos cristãos libaneses. Em 1978, o porta-voz das Forças Libanesas, Naoum Farah, afirmou que pela primeira vez desde o século XIV a resistência cristã tinha um exército regular unificado próprio para preservar os direitos básicos do povo cristão (SCHULZE, 1998a). Mais tarde na década de 1980, aderindo à imagem de um Líbano cristão e sob dominação maronita, o nacionalismo étnico cristão foi promovido e protegido pelas ordens do Monge Maronita, a Liga Maronita, os Guardiões dos Cedros, os *Kataib* e os Liberais que compunham as Forças Libanesas. As manifestações práticas da unificação das forças nacionalistas cristãs sob a bandeira maronita foram a criação de um mini-Estado cristão com seu próprio exército, televisão e estações de rádio, um serviço regular de barco de Jounieh a Chipre e uma administração civil. O que fica claro em todas essas ações é que os maronitas se percebiam como cristãos, libaneses não árabes, de ascendência fenícia superior, com orientação ocidental. Além disso, eles se sentiram perseguidos e ameaçados como minoria no Oriente Médio. Eles viam o Líbano como o único refúgio para os cristãos orientais das tentativas muçulmanas de subjugar e dispersá-los.

A decisão árabe de não aceitar a partilha da Palestina em 1947 ou o estabelecimento do Estado de Israel em 1948 colocou a segurança no topo da agenda de tomada de decisões. Enquanto durante o período *Yishuv* o executivo da Agência Judaica ainda tentava influenciar as posições dos países árabes, acreditando que ainda era possível evitar a guerra, o novo Estado judeu se viu em uma situação de "guerra adormecida" após 1948. Assim, a segurança nacional não era apenas central para política de defesa, mas também para a política externa.

Com a ênfase na segurança, não é difícil ver por que o *establishment* da defesa tende a dominar a tomada de decisões de política externa. Na verdade, era geralmente aceito pelo público israelense e pelos políticos igualmente que o sistema de defesa deveria assumir um papel tão ativo. Ben Gurion, o primeiro Primeiro-ministro e Ministro da Defesa de Israel, estabeleceu ele mesmo as bases para tal estrutura de tomada de decisão, resumindo em suas palavras que o papel do Ministério das Relações Exteriores não era fazer política externa, mas explicar a política externa para o resto do mundo. Essa atitude foi amplamente difundida na elite

de tomada de decisões e ainda apoiada pela crença de que a guerra de 1948 provou que a força militar era mais eficaz do que a diplomacia.

Assim, o que surgiu com a criação do Estado de Israel, foi a aliança do Primeiro-ministro com o Ministério da Defesa, o Mossad e outros serviços de inteligência contra o Ministério das Relações Exteriores. Foi dito que o desequilíbrio de poder entre os dois grupos era tão grande que era quase uma conclusão que, entre os dois, o sistema de defesa sairia por cima. Os sucessores de Ben Gurion não alteraram esse desequilíbrio na tomada de decisões. Na verdade, a lacuna entre o Ministério das Relações Exteriores e as instituições responsáveis pela defesa parecia aumentar continuamente com o desenvolvimento profissional dos serviços de segurança, a expansão das forças armadas no decorrer das guerras árabe-israelenses de 1956, 1967 e 1973, e como resultado das próprias guerras. A segurança estava no topo da agenda e, sob o pretexto de segurança nacional, o estabelecimento de defesa estava intervindo no domínio civil da formulação de política externa.

A política externa de Israel em relação ao Líbano e sua política em relação aos maronitas são um exemplo disso. A pressão por uma aliança mais forte e os planos para refazer o Líbano em um Estado cristão na maioria dos casos vieram do estabelecimento de defesa. Em 1958, às vésperas da primeira guerra civil libanesa, Israel decidiu fornecer armas aos *Kataib* para que os maronitas pudessem defender seu domínio político. Após a guerra, o interesse israelense e maronita em uma aliança direta perdeu a prioridade. No entanto, os emissários ainda se encontravam e discutiam a situação do Levante. Além disso, o Mossad envolveu-se na manutenção dos contatos existentes e no estabelecimento de novos para fins de coleta de informações. Assim, quando surgiu a necessidade de uma aliança mais forte em 1975, foi o Mossad e a inteligência militar que foram encarregados da aliança. Na verdade, o exército estava em contato diário com os cristãos no sul do Líbano. Finalmente, em 1982, o Ministro da Defesa Ariel Sharon e seu chefe de gabinete Rafael Eitan planejaram a invasão para resolver todos os problemas de política externa de Israel no Oriente Médio. O Ministério das Relações Exteriores foi quase sempre excluído da tomada de decisões e, muitas vezes, nem mesmo informado sobre as decisões tomadas.

Assim, reforçamos a importância da análise de elementos de ordem psicológica social e política para a compreensão de eventos internacionais, além do método tradicional das teorias clássicas de Relações Internacionais, como realismo e liberalismo, que têm como foco aspectos exclusivamente materiais e mensuráveis. A decisão malfadada de lançar uma invasão israelense total ao Líbano em 1982 foi baseada na percepção equivocada mutuamente refor-

çada, julgamento limitado e pensamento positivo de um grupo de tomadores de decisão que sozinhos não teriam corrido os mesmos riscos.

REFERÊNCIAS

- ABDULRAHIM, S; KHAWAJA, M. The Cost of Being Palestinian in Lebanon. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 37, n.1, p.151-166, 2010.
- ADORNO, W.; FRENKEL-BRUNSWIK, E.; LEVINSON, D. J.; SANFORD, R. N. **The authoritarian personality**. New York: Harper & Row, 1950.
- ALLISON, Graham; ZELIKOW, Philip. **Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis**. New York: Pearson, 1971.
- ALLISON, Graham; ZELIKOW, Philip. **Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis**. 2. ed. New York: Pearson, 1999.
- ALON, Y. **In search of peace**. Tel Aviv: Hakibbutz Hameuchad, 1989.
- ALTEMEYER, B. **Right-wing authoritarianism**. Winnipeg: University of Manitoba Press, 1981.
- ANTONOVSKY, Aaron. **Unraveling the Mystery of Health: How People Manage Stress and Stay Well**. San Francisco: Jossey-Bass, 1987.
- ARIAN, A. **Security threatened: Surveying Israeli opinion on peace and war**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- ARVIV ABROMOVICH, R. **Societal beliefs about Israeli–Arab Palestinian conflict transmitted in national ceremonies 1948–2006** (Tese de doutorado). Tel Aviv University, Tel Aviv, Israel, 2011.
- AQUINO, Karl; BYRON, Kristin. Dominating Interpersonal Behavior and Perceived Victimization in Groups: Evidence for a Curvilinear Relationship. **Journal of Management**, v.28, n.1. p.69-87, 2002.
- AVINERI, Shlomo. **The Making Of Modern Zionism: The Intellectual Origins Of The Jewish State**. New York: Basic Books, 1981.
- AXELROD, Robert. **Structure of Decision: The Cognitive Maps of Political Elites**. Princeton: Princeton Legacy Library, 1976.
- AYRES, R. William. Separation or Inclusion? Testing Hypotheses on the End of Ethnic Conflict. **International Journal of Peace Studies**, v.5, n.1, p.1-25, 2000.
- AZAR, Edward E; JUREIDINI, Paul; MCLAURIN, Ronald. Protracted Social Conflict: Theory and Practice in the Middle East. **Journal of Palestine Studies**, v.8, n.1, p. 41-60, 1978.
- BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S.. Two Faces of Power. **The American Political Science Review**, v. 56, n. 4, p.947-952, 1970.
- BARD, M; SANGREY, D. **The Crime Victims Book**. 2ed. Citadel Press, 1986.

BARGH, J. A.; CHEN, M.; BURROWS, L. Automaticity of social behavior: Direct effects of trait construct and stereotype activation on action. **Journal of Personality and Social Psychology**, v.71, n.1, p.230–244, 1996.

BARON, J. Nonconsequentialist decisions. **Behavioral and Brain Sciences**, v.17, n.1, p.1–42, 1994.

BARON, J. SPRANCA, M. MINSK, E. Omission and commission in judgment and choice. **Journal of Experimental Social Psychology**, v.27, n.1, p.76–105, 1991.

BARON, J.; HERSHEY, J.C. Outcome bias in decision evaluation. **Journal of Personality and Social Psychology**, v.54, n.1, p.569–579, 1988.

BARNES, James H.. Cognitive biases and their impact on strategic planning. **Strategic Management Journal**, [s.l.], v. 5, n. 2, p.129-137, 1984.

BAR-JOSEPH, U. Last chance to avoid war: Sadat's peace initiative of 1973 and its failure. **Journal of Contemporary History**, v. 41, n.3, p.545–556, 2006.

BAR-SIMAN-TOV, Y.; *et. al.* The Israeli–Palestinian violent confrontation: An Israeli perspective. In BAR-SIMAN-TOV, Y. (Org.), **The Israeli–Palestinian conflict: From conflict resolution to conflict management**. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2007.

BAR-TAL, D. Delegitimization: The extreme case of stereotyping and prejudice. In BAR-TAL, D., GRAUMANN, C. F., KRUGLANSKI, A. W., STROEBE, W. (Org.), **Stereotyping and prejudice: Changing conceptions**. New York: Springer-Verlag, 1989.

BAR-TAL, D. Causes and consequences of delegitimization: Models of conflict and ethnocentrism. **Journal of Social Issues**, v.46, n.1, p.65–81, 1990.

BAR-TAL, Daniel. Societal beliefs in times of intractable conflict: The Israeli case. **International Journal of Conflict Management**, v.9, n.1, p.22-50, 1998a.

BAR-TAL, Daniel. The rocky road towards peace: Societal beliefs functional to intractable conflict in Israeli school textbooks. **Journal of Peace Research**, v.35, n.1, p.723-742, 1998b.

BAR-TAL, Daniel. **Shared beliefs in a society: Social psychological analysis**. Thousand Oaks: Sage, 2000.

BAR-TAL, Daniel. Why does fear override hope in societies engulfed by intractable conflict, as it does in the Israeli society? **Political Psychology**, v.22, n.1, p.601–627, 2001.

BAR-TAL, Daniel. Sociopsychological foundations of intractable conflicts. **American Behavioral Scientist**, v.50, n.1, p.1430–1453, 2007a.

BAR-TAL, Daniel. **Living with the conflict: Socio-psychological analysis of the Israeli-Jewish society**. Jerusalem: Carmel, 2007b.

BAR-TAL, Daniel. Introduction: Conflicts and social psychology. In BAR-TAL, D. (Org.), **Intergroup conflicts and their resolution: Social psychological perspective**. New York: Psychology Press, 2011.

BAR-TAL, Daniel. **Intractable Conflicts: Socio-psychological Foundations and Dynamics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

BAR-TAL, D.; ANTEBI, D. Siege mentality in Israel. **International Journal of Intercultural Relations**, v.16, n.1, p.251-275, 1992.

BAR-TAL, Daniel; HALPERIN, Eran. Socio-psychological Barriers to Conflict Resolution. In BAR-TAL, D. (Org.) **Intergroup Conflicts and their Resolution**. New York: Psychology, 2011.

BAR-TAL, Daniel; HALPERIN, Erin; RIVERA, Joseph de. Collective Emotions in Conflict Situations: Societal Implications. **Journal of Social Issues**, v.63, n.2, p. 441-460, 2007.

BAR-TAL, Daniel; HALPERIN, Eran; PORAT, Roni; NETS-ZEHNGUT, Rafi. Why Society Members Tend to Support the Continuation of Intractable Conflicts and Resist Peaceful Resolution. **Social Psychology Of Social Problems**, p. 254-279, 2013.

BAR-TAL, D.; HAMMACK, P. Conflict, delegitimization and violence. In TROOP, Linda (Org.), **Oxford Handbook of Intergroup Conflict**. New York: Oxford University Press, 2012.

BAR-TAL, Daniel.; JACOBSON, D. (Eds.). **Security concerns: Insights from the Israeli experience**. Stanford: JAI Press, 1998.

BAR-TAL, D.; *et. al.* A. The influence of the ethos of conflict on the Israeli Jews' interpretation of Jewish- Palestinian encounters. **Journal of Conflict Resolution**, v.53, n.1, p.94-118, 2009.

BAR-TAL, D.; STAUB, E. (Eds.) **Patriotism in the lives of individuals and nations**. New York: Nelson-Hall, 1997.

BAR-TAL, D.; TEICHMAN, Y. **Stereotypes and prejudice in conflict: Representations of Arabs in Israeli Jewish society**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BAR-TAL, D; SALOMON, G. Israeli-Jewish narratives of the Israeli-Palestinian conflict: Evolution, contents, functions and consequences. In ROTBERG, R. (Org.), **Israeli and Palestinian Narratives of Conflict: History's double helix**. Bloomington: Indiana University Press, 2006.

BARTLETT, F.C. **Remembering: A Study in Experimental and Social Psychology**. Cambridge University Press, 1932.

BARZILAI, Gad. **Wars, internal conflicts, and political order: a jewish democracy in the Middle East**. New York: State University of New York, 1996.

BAUMEISTER, R. F.; HASTINGS, S.. Distortions of collective memory: How groups flatter and deceive themselves. In PENNEBAKER, J. W.; PAEZ, D.; RIMÉ, B. Rimé (Eds.), **Collective memory of political events: Social psychological perspectives**. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 1997.

BEGIN, Menachem. **Interview with Prime Minister Begin on Israel Radio**. 1981. Disponível em <
<https://mfa.gov.il/MFA/ForeignPolicy/MFADocuments/Yearbook5/Pages/9%20Interview%20with%20Prime%20Minister%20Begin%20on%20Israel%20Ra.aspx>> Acesso em 04 jul. 2020.

BENZIMAN, Uzi. **Sharon: An Israeli Caesar**. London: Robson Books, 1987.

BERCOWITZ, William. **Dialogue: Rabbi William Berkowitz and Prime Minister Menachem Begin**. New York: Institute of Adult Jewish Studies of Congregation B'nai Jeshurun, 1977.

BIES, R.J.; TRIPP, T.M.; KRAMER, R.M. At the breaking point: Cognitive and social dynamics of revenge in organizations, in GIANLONE, R., GREENBERG, J. (Org), **Antisocial Behavior in Organizations**. Sage: Thousand Oaks, 1997.

BIZUMIC, B. *et. al.* The role of the group in individual functioning: Social identification and the psychological wellbeing of staff and students. **Applied Psychology: An International Review**, v.58, n.1, p.171-192, 2009.

BLACK, Ian; MORRIS, Benny. **Israel's Secret Wars: A History of Israel's Intelligence Services**. London: Grove Press, 1991.

BLEICH, Avraham, GELKOPF, Marc; SOLOMON, Zahava. 2003. Exposure to Terrorism, Stress Related Mental Health Symptoms, and Coping Behaviors among a Nationally Representative Sample in Israel. **Journal of the American Medical Association**, v.290, n.1, p.612-20, 2003.

BONANNO, George A.; JOST, John T. 2006. Conservative Shift among High-exposure Survivors of the September 11th Terrorist Attacks. **Basic and Applied Social Psychology**, v.28, n.1, p.311-23, 2006.

BORGIDA, E.; NISBETT, R. E. The differential impact of abstract vs. concrete information on decisions. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 7, n.3, p. 258–271, 1977.

BOURDIEU, P. **The logic of practice**. Stanford: Stanford University Press, 1990.

BRECHER, Michael. **The Foreign Policy System of Israel: Setting, Images, Process**. New Haven: Yale University Press, 1972.

BRYNEN, R. PLO Policy in Lebanon. **Journal of Palestine Studies**, v. 18, n.2, 1989.

BROCKNER, Joel; RUBIN, Jeffrey Z. **Entrapment in Escalating Conflicts: A Social Psychological Analysis**. New York: Springer, 1985.

BURTON, John W. **Conflict: Human Needs Theory**. New York: St. Martin's Press, 1990.

BURTON, J. **Conflict resolution: it's language and processes**. London: The Scarecrow Press Inc, 1996.

CAIRO INSTITUTE FOR HUMAN RIGHTS STUDIES. **Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and all forms of discrimination**. 2002. Disponível em <
<https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-183803/>> Acesso em 03 jul. 2020.

CALANDRIN, Karina Stange. Porque o medo importa: uma análise do papel do medo hobbesiano na política de defesa israelense. **Conjuntura Global**, v.5, n.3, 2016.

CANETTI-NISIM, Daphna, *et. al.* A New Stress-based Model of Political Extremism: Personal Exposure to Terrorism, Psychological Distress and Exclusionist Political Attitudes. **Journal of Conflict Resolution**, v.63, n.1. p.363-89, 2009.

CANETTI-NISIM, Daphna; ARIELY, Gal; HALPERIN, Eran. Life, Pocketbook, or Culture: The Role of Perceived Security Threats in Promoting Exclusionist Political Attitudes towards Minorities in Israel. **Political Research Quarterly**, v.61, n.1, p.90-103, 2008.

CANETTI-NISIM, Daphna, PEDAHZUR, Ami. Contributory Factors to Political Xenophobia in a Multi-cultural Society: The Case of Israel. **International Journal of Intercultural Relations**, v.27, n.1, p.307-33, 2003.

CAPLAN, N. **The Israeli–Palestine conflict: Contested history**. Malden: Wiley-Blackwell, 2009.

CARTWRIGHT, D. The Nature of Group Cohesiveness. In CARTWRIGHT, D; ZANDER, A. (orgs.) **Group Dynamics: Research and Theory**. (3^a ed.). New York: Harper and Row, 1968.

CEHAJIC', S.; BROWN R. Not in my name: A social psychological study of antecedents and consequences of acknowledgment of ingroup atrocities. **Genocide Studies and Prevention**, v.3, n.2, p.195–211, 2008.

CHODOFF, Elliot P.. Ideology and Primary Groups. **Armed Forces & Society**, v.9, n.4, p.569-593, 1983.

COBB, Roger W.; ELDER, Charles, D. **Participation in American politics: the dynamics of agenda-building**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1975.

COHEN-CHEN, S.; HALPERIN, E.; CRISP, R.; GROSS, J. Hope in the Middle East: Malleability beliefs, hope, and the willingness to compromise for peace. **Social Psychological and Personality Science**, v.5, n.1, p.67-75, 2013.

COHEN, Eliot. Constraints on America's Conduct of Small Wars. **International Security**, v.9, n.2, 1984.

COLEMAN, Peter T. Characteristics of Protracted, Intractable Conflict: Towards the Development of a Meta-framework—I. Peace and Conflict: **Journal of Peace Psychology**, v.9, n.1, p.1-37, 2003.

COLLINS, Barry E.; GUETZKOW, Harold. **A Social Psychology of Group Processes for Decision-Making**. New York: John Wiley & Sons Inc, 1966.

COOMBS, C.H. The structure of conflict. **American Psychologist**, v.42, n.1, p.355–363, 1987.

COOMBS, C.H.; DAWES, R.M.; TVERSKY, A. **Mathematical Psychology**. An Elementary Introduction. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1970.

CONNERTON, P. **How Societies Remember**. Cambridge University Press: New York, 1989.

COTTAM, Martha L.. **Foreign policy decision making: the influence of cognition**. Wiley, 1986.

ÇELEBI, Elif; *et. al.* Out-group trust and conflict understandings: the perspective of turks and kurds in turkey. **International Journal Of Intercultural Relations**, v. 40, n.1, p. 64-75, 2014.

DAS, T. K., TENG, Bing-Sheng. Managing Risks in Strategic Alliances. **The Academy of Management Executive** (1993-2005), v. 13, n. 4, p. 50-62, 1999.

DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies**. London: Planeta Vivo, 2009.

DAVIS, Christopher G.; NOLEN-HOEKSEMA, Susan; LARSON, Judith. Making Sense of Loss and Benefitting from the Experience: Two Construals of Meaning. **Journal of Personality and Social Psychology**, v.75, n.1, p.561-74, 1998.

DAWES, R.M.; FAUST, D.; MEEHL, P.E. Clinical vs. actuarial judgment. **Science**, v.243, n.1, p.1668–1674, 1989.

DEEB, M. **The Lebanese Civil War**. New York: Praeger, 1980.

DE JONG, Joop, **Trauma, War, and Violence: Public Mental Health in Socio-cultural Context**. New York: Kluwer Academic Publishers, 2002.

DESTENO, David; *et. al.*. Gratitude. **Psychological Science**, v. 25, n. 6, p. 1262-1267, 2014.

DIAMOND, Larry. Thinking about Hybrid Regimes. **Journal of Democracy**, v.13, n.1, p.21-35, 2002.

DOIG, Jameson; HARGROVE, Erwin C. **Leadership and Innovation: A Biographic Perspective on Entrepreneurship and Government**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987.

DOMB, Risa. The Arab in Fact and Fiction as Reflected in the Works of Moshe Smilansky (1874-1953). **Jewish Quarterly**, v. 29, n. 4, p. 3-7, 1982

DOWTY, A. **Israel/Palestine**. Cambridge: Polity Press, 2005.

DROR, Yehezkel. The Barriers Facing Policy Science. **American Behavioral Scientist**, v. 7, n. 5, p.3-7, jan. 1964.

DRUCKER, R. **Harakiri**. Tel Aviv: Yedioth Ahronoth Books and Chemed Books, 2002.

DURKHEIM, E. **The elementary forms of religious life**. New York: Free Press, 1954.

DWECK, Carol S. **Self-Theories: Their Role in Motivation, Personality, and Development**, 199.

DWECK, C. S.; EHRLINGER, J. Implicit theories and conflict resolution. In DEUTSCH, M.; COLEMAN, P. T.; MARCUS, E. C. (Orgs.), **The handbook of conflict resolution: Theory and practice** (2ed.). San Francisco: Jossey-Bass, 2006.

EAGLETON, T. **Ideology: An introduction**. London: Verso, 1991.

EAVEY, Cheryl L; MILLER, Gary J. Bureaucratic Agenda Control: Imposition or Bargaining. **American Political Science Review**, v.78, n.1, p.719-733, 1984.

ECHABE, A. E.; CASTRO, J. L. G. Images of immigrants: A study on the xenophobia and permeability of intergroup boundaries. **European Journal of Social Psychology**, v.26, n.1, p.341–352, 1996.

ECHEBARRIA-ECHABE, Agustin; FERNANDEZ-GUEDE, Emilia. Effects of Terrorism on Attitudes and Ideological Orientation. **European Journal of Social Psychology**, v.36, n.1, p.259-65, 2006.

EIDELSON, R.J., EIDELSON, J.I. Dangerous Ideas. **American Psychologist**, v. 58, n. 3, p. 183–192, 2003.

EDEN, C; SPENDER, J.C. **Managerial and Organizational Cognition**. London: Sage, 1998.

EDWARDS, Dorothy *et. al.* The relation of neuropsychological test performance to performance of functional tasks in dementia of the Alzheimer type. **Archives Of Clinical Neuropsychology**, v. 11, n. 1, p.69-75, 1996.

EITAN, Rafael. **A Soldier's Story: The Life and Times of an Israeli War Hero**. New York: Sure Sellers Inc, 1991.

ELIZUR, Y.; YISHAY-KRIEN, N. Participation in atrocities among Israeli soldiers during the First Intifada: A qualitative analysis. **Journal of Peace Research**, v.46, n.1. p.251–267, 2009.

ENDERLIN, C. **Shattered dreams: The failure of the peace process in the Middle East, 1995–2002**. New York: Other Press, 2003.

ESSER, J. K.; LINDOERFER, J. S. Groupthink and the space shuttle Challenger accident: Toward a quantitative case analysis. **Journal of Behavioral Decision Making**, v.2, n.1, p.167-177, 1989.

ESSES, Victoria M.; *et. al.* The Immigration Dilemma: The Role of Perceived Group Competition, Ethnic Prejudice, and National Identity. **Journal of Social Issues**, v.57, n.1, p.389-412, 2001.

ETHEREDGE, Lloyd S. **Can Governments Learn?** American Foreign Policy and Central American Revolutions. London: Pergamon Press, 1985.

ETZIONI, A. **Organizações complexas:** um estudo das organizações em face dos problemas sociais. São Paulo: Atlas, 1967.

EUA. FRUS XIX, Doc. 331, **Memorandum of Conversation** (between King Hussein and President Johnson), 28 June 1967.

EUA. Presidência. William J. Clinton. **The President's News Conference with President Hafez al-Asad of Syria in Geneva**, Janeiro, 1994.

FARNHAM, B. Political cognition and decision making. **Political Psychology**, v.11, n.1, p.83-112, 1990.

FELDMAN, Shai, RECHNITZ-KIJNER, Heda. **Deception, Consensus, and War:** Israel in Lebanon. Tel Aviv: Tel Aviv University, 1984.

FINKELSTEIN, Sydney. GM and the great automation solution. **Business Strategy Review**, v. 14, n. 3, p. 18-24, 2003.

FISCHHOFF, B. The real world: What good is it? **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, v.65, n.1, p.232-248, 1996.

FISKE, Susan T.. Controlling other people: The impact of power on stereotyping. **American Psychologist**, v. 48, n. 6, p.621-628, 1993.

FISKE, Susan T., GILBERT, Daniel T; GARDNER, Lindzey. **Handbook of Social Psychology**. New York: John Wiley and Sons, 2010.

FRANCISCO, Ronald A. Coercion and Protest: An Empirical Test in Two Democratic States. **American Journal of Political Science**, v.40, n.1, p.1179-204, 1996.

FREITAG, M., TRAUNMÜLLER, R. Spheres of trust: An empirical analysis of the foundations of particularised and generalised trust. **European Journal of Political Research**, v.48, n.6, p.782-803, 2009.

FRISCH, D.; CLEMEN, R.T. Beyond expected utility: Rethinking behavioral decision research. **Psychological Bulletin**, v.116, n.1, p.46-54, 1994.

FRISCH, D.; JONES, S.K. Assessing the accuracy of decisions. **Theory and Psychology**, v.3, n.1, p.115-135, 1993.

FUKUYAMA, F. **Trust:** The social virtues and the creation of prosperity. New York: The Free Press, 1995.

GABRIEL, Richard A. **Operation Peace for Galilee**. New York: Hill and Wang, 1984.

GALEA, Sandro; *et. al.* Psychological Squeal of the September 11 Terrorist Attacks in New York City. **New England Journal of Medicine**, v.346, n.1, p.982-87, 2002.

GALLAGHER, Elizabeth; HAMBER, Brandon; JOY, Elaine. Perspectives and Possibilities: Mental Health in Post-agreement Northern Ireland. *Shared Space: A Research Journal on Peace, Conflict and Community Relations in Northern Ireland*, v.13, n.1, p.63-78, 2012.

GAYER, C. **Gendered intractability**: National identity constructions and gender in the Israeli-Palestinian conflict. Baden-Baden: Nomos, 2012.

GAZIT, M. Egypt and Israel: Was there a peace opportunity missed in 1971? **Journal of contemporary history**, v. 32, n.1., p. 97–115, 1997.

GEORGE, A.,; GEORGE, J. **Woodrow Wilson and Colonel House**: A Personality Study. New York: Dover, 1956.

GINGES, J.; ATRAN, S. **War as a moral imperative** (Not just practical policy by other means). *Proceedings of the Royal Society: Biological Sciences*, 2011.

GOERTZ, Gary; DIEHL, Paul F.. Enduring Rivalries: Theoretical Constructs and Empirical Patterns. **International Studies Quarterly**, v. 37, n.1, p.147–171, 1993.

GOLAN, Galia. Trust and Mistrust in Israeli Peace-Making. In ALON, Ilai; BAR-TAL, Daniel. **The Role of Trust in Conflict Resolution**: The Israeli-Palestinian Case and Beyond. Tel Aviv: Tel Aviv University Press, 2016.

GOLAN, Shimon. **Sheleg in Lebanon**: Decision-Making in the Supreme Command During the Peace for the Galilee War. Tel Aviv: Modan, 2018.

GOLEMBIEWSKI, Robert T.. The Non-Attitude Hypothesis and Types of Change. **Gpsa Journal: The Georgia Political Science Association**, [s.l.], v. 6, n. 2, p.103-111, 12 nov. 2008.

GORDON, Carol; ARIAN, Asher. 2001. Threat and Decision Making. **Journal of Conflict Resolution**, v.45, n.1, p.196-215, 2001.

GORDON, David. *Lebanon the Fragmented Nation*. London: Croom Helm and the Hoover Institution Press, 1980.

GRAF, Wilfred; KRAMER, Gudrun; NICOLESCOU, Augustin. Complexity Thinking as a Meta-framework for Conflict Transformation. In Search of a Paradigm and a Methodology for a Transformative Culture of Peace. In RATIKOVII, Victorija (Org.) **Yearbook Peace Culture**, p.58-81. Klagenfurt: Drava Verlag, 2010.

GREENBERG, Jeff, PYSZCZYNSKI, Tom; SOLOMON, Sheldon. The Causes and Consequences of the Need for Self-esteem: A Terror Management Theory. In BAUMEISTER, Roy F. (Org.) **Public Self and Private Self**, p.189-212. New York: Springer Verlag, 1986.

- GREENBERG, Jeff.; SOLOMON, Sheldon; ARNDT, Jamie. A Basic but Uniquely Human Motivation: Terror Management. In SHAH, James Y.; GARDNER, Wendi L. **Handbook of Motivation Science**, p.114-34. New York: Guilford Press, 2008.
- GRIFFEL, A.; EISIKOVITS, A.; FISHMAN, G.; GRINSTEIN-WEISS, M. **Israeli youth survey 1997**: Patterns of help-seeking in times of distress. Haifa: Haifa University, 1997.
- GRINKER, R. R.; SPIEGEL, J. P. **Men under Stress**. Philadelphia: Blakiston Company, 1945.
- GUNDELACH, Birte. In Diversity We Trust: the positive effect of ethnic diversity on out-group trust. **Political Behavior**, v. 36, n. 1, p. 125-142, 2013
- GUR, Mordechai. **1967**: Reunification of Jerusalem. Disponível em <<http://www.sixdaywar.org/content/ReunificationJerusalem.asp>> Acesso em 22 mai. 2020.
- GUTTMAN, L. **The Israeli public, peace and territory**: The impact of the Sadat initiative. Jerusalem: Jerusalem Institute for Federal Studies, 1978.
- HALPERIN, Morton H.. **Bureaucratic Politics and Foreign Policy**. Washington: The Brookings Institution, 1974.
- HALPERIN, E.; *et. al.* Emotions in conflict: Correlates of fear and hope in the Israeli–Jewish society. **Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology**, v.14, n.1, p.1–26, 2008.
- HALPERIN, E.; BAR-TAL, D. Socio-psychological barriers to peace making: An empirical examination within the Israeli Jewish society. **Journal of Peace Research**, v.48, n.1, p.637-657, 2011.
- HALPERIN, Eran; BAR-TAL, Daniel; NETS-ZEHNGUT, Rafi; DRORI, Erga. Emotions in conflict: Correlates of fear and hope in the Israeli-Jewish society. **Peace And Conflict: Journal of Peace Psychology**, v. 14, n. 3, p. 233-258, 2008.
- HALPERIN, Eran; CANETTI-NISIM, Daphna; HIRSCH-HOEFLER, Sivan. The Central Role of Group-Based Hatred as an Emotional Antecedent of Political Intolerance: Evidence from Israel. **Political Psychology**, v. 30, n. 1, p. 93-123, 2009.
- HAMAS promete vingança pela morte de palestinos. **BBC**, 2001. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2001/011214_hamascs.shtml> Acesso em 13 set. 2018.
- HAMMACK, Phillip L.; PILECKI, Andrew. Narrative as a Root Metaphor for Political Psychology. **Political Psychology**, v. 33, n. 1, p. 75-103, 2012.
- HAMILTON, D. L.; SHERMAN, S. J.; RUVOLO, C. M. Stereotype-based expectancies: Effects on information processing and social behavior. **Journal of Social Issues**, v.46, n.2, p.35–60, 1990.
- HARDMAN, David; MACCHI, Laura. **Thinking**: Psychological Perspectives on Reasoning, Judgment and Decision Making. Hoboken: Wiley, 2010.

HARKABI, Yehoshafat. **Arab strategies and Israel's response**. New York: Free Press, 1977.

HART, Paul. Irving L. Janis' Victims of Groupthink. *Political Psychology*, v. 12, n. 2, p. 247-278, 1991.

HASHAD, Adli. **Sha'b Filastin fi Tariq al-Awda**. Cairo, 1964.

HASLAM, N. Dehumanization: An integrative review. **Personality and Social Psychology Review**. v.10, n.1, p. 252–264, 2006.

HAAS, E.B. **The Unity of Europe**. Stanford: Stanford University Press, 1957.

HEATH, C.; TVERSKY, A. Preference and belief: Ambiguity and competence in choice under uncertainty. **Journal of Risk Uncertainty**, v. 4, n.1, p. 5–28, 1991.

HERMANN, Margaret G.. Explaining Foreign Policy Behavior Using the Personal Characteristics of Political Leaders. **International Studies Quarterly**, v. 24, n. 1, p.7-46, 1980.

HERSHEY, J.C.; BARON, J. Judgment by outcomes: When is it justified? **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, v.53, n.1, p.89–93, 1992.

HEWSTONE, Miles, *et. al.* Intergroup contact and intergroup conflict. **Peace And Conflict: Journal of Peace Psychology**, v. 20, n. 1, p. 39-53, 2014.

HIROKAWA, R. Y.; GOURAN, D. S.; MARTZ, A. E.. Understanding the sources of faulty group decision making: a lesson from the Challenger disaster. **Small Group Behavior**, v.19, n.1, p.411-433, 1988.

HIRSCHBERGER, Gilad; PYSZCZYNSKI, Tom. An Existential Perspective on Ethnopolitical Violence. In SHAVER, Phillip R.; MIKULINCER, Mario (Org.) **Understanding and Reducing Aggression, Violence, and their Consequences**, p.297-314. Washington: American Psychological Association, 2009.

HIRSCHLER, Gertrude; ECKMAN, Lester S. **Menachem Begin: From Freedom Fighter to Statesman**. New York: Shengold Publishers, 1979.

HOBFOLL, Steven E., CANETTI-NISIM, Daphna; JOHNSON, Robert J. 2006. Exposure to Terrorism, Stress-related Mental Health Symptoms, and Defensive Coping among Jews and Arabs in Israel. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v.74, n.1, p.207-18, 2006.

HODGKINSON, Gerard P. Re-aligning the Stakeholders in Management Research: Lessons from Industrial, Work and Organizational Psychology. **British Journal Of Management**. v. 12, n. 1, p.41-48, 2001.

HODGKINSON, Gerard P.; SPARROW, P. R. **The Competent Organizational**. Buckingham: Open University Press, 2002.

HODGKINSON, Gerard P.; MAULE, John A. Further reflections on the elimination of framing bias in strategic decision making. **Strategic Management Journal**, v.23, n.11, p.1069-1076, 2002.

HODGKINSON, Gerard P. *et. al.* Breaking the frame: an analysis of strategic cognition and decision making under uncertainty. **Strategic Management Journal**, v. 20, n. 10, p.977-985, 1999.

HODGKINSON, Gerard P.; MAULE, A. John; BOWN, Nicola J.. Causal Cognitive Mapping in the Organizational Strategy Field: a comparison of alternative elicitation procedures. **Organizational Research Methods**, v. 7, n. 1, p. 3-26, 2005.

HOFMAN, J. E.. The meaning of being a Jew in Israel: An analysis of ethnic identity. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 15, n. 1. p. 196-202, 1970.

HOFSTEDE, G. **Culture's Consequences: International differences in work related values.** Beverly Hills: Sage, 1980.

HOLSTEIN, J.A.; MILLER, G. Rethinking victimization: An interactional approach to victimology. **Symbolic Interaction**, v.13, n.1, p. 103–122, 1990.

HOLSTI, K.J.. **International Politics: A Framework of Analysis.** 3. ed. Englewood Cliffs: Prentice-hall, 1977.

HOLT, R. R.; SILVERSTEIN, B. On the psychology of enemy images: Introduction and overview. **Journal of Social Issues**, v.45, n.1, p.1–11, 1989.

HOROWITZ, D. Israeli perception of national security (1948-1972). In NEUBERGER, B. (Org.), **Diplomacy and confrontation: Selected issues in Israel's foreign relations, 1948-1978** (p. 104-148). Tel Aviv: Everyman's University, 1984.

HOROWITZ, D.; LISSAK, M.. **Origins of the Israeli Polity: Palestine under the Mandate.** Chicago: University of Chicago Press, 1978.

HOURANI, G. F. Islamic and Non-Islamic Origins of Mu'tazilite Ethical Rationalism. **International Journal of Middle East Studies**, v. 7, n.59, 1976.

HUDDY, Leonie, *et. al.*. The Consequences of Terrorism: Disentangling the Effects of Personal and National Threat. **Political Psychology**, v.23, n.1, p.485-509, 2002.

HUDDY, Leonie, *et. al.* Threat, Anxiety and Support of Anti-terrorism Policies. *American Journal of Political Science*, v.49, n.1, p.593-608, 2005.

HUDSON, Michael C. **The Precarious Republic: Political Modernization in Lebanon.** New York: Landon House, 1968.

HUDSON, Valerie M.. **Foreign Policy Analysis: classic and contemporary theory.** 2. ed. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2014.

HUFF, Anne Sigismund; JENKINS, Mark. **Mapping Strategic Knowledge**. London: Sage, 2002.

ISRAEL. Central Zionist Archive. **Rascunho do Pacto submetido em 23 de dezembro de 1936** [Z4/1702b]. 1936

ISRAEL. Ministério das Relações Exteriores. **Rabin Speeches, Volume 3: 1974-1977**. 1975.

ISRAEL. Arquivo nacional de Israel (ISA), a-4270/1, **Meeting of the Government**; 24 Novembro 1977.

ISRAEL. Ministério das Relações Exteriores. **Israel-Egypt Peace Treaty**, 26 March 1979.

ISRAEL. Gabinete do Primeiro Ministro. **Líbano – Sul do Líbano** [pasta de documentos]. 1980.

ISRAEL. Gabinete do Primeiro Ministro. **Paz da Galileia 1982** [pasta de documentos]. 1982a. Documentos de reuniões sobre a "Operação Paz para a Galileia", realizadas entre 06 de junho e 08 de outubro de 1982. Disponível em: <<https://www.archives.gov.il/en/archives/#/Archive/0b07170680035627/File/0b07170681019d53>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

ISRAEL. Gabinete do Primeiro Ministro. **Líbano + região do sul do Líbano, informações** [pasta de documentos]. 1982b. Documentos de reuniões sobre a "Operação Paz para a Galileia".

ISRAEL. Gabinete do Primeiro Ministro. **Líbano + região do sul do Líbano, informações** [pasta de documentos]. 1982c. Documentos de reuniões sobre a "Operação Paz para a Galileia".

ISRAEL. Knesset. **Address in the Knesset by Prime Minister Begin- 29 June 1982**. 1982d. Transcrição do discurso do Primeiro-ministro Menachem Begin.

ISRAEL. Gabinete do Primeiro Ministro. **Relações Israel-Líbano: Acordo de Paz**. 1983a. Acordo de Paz entre Israel e Líbano, assinado em 17 de maio de 1983. Disponível em: <<https://www.jewishvirtuallibrary.org/israel-lebanon-peace-agreement-may-1983>> Acesso em: 03 jul. 2020.

ISRAEL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório oficial da Comissão Kahan**. 1983b. Disponível em: <<https://www.jewishvirtuallibrary.org/the-kahan-commission-of-inquiry>> Acesso em: 03 jul. 2020.

ISRAEL. Knesset. **Knesset speech, 13 July 1992, Ministry of Foreign Affairs (MFA), Historical Documents, 1992–1994**. Transcrição do discurso do Primeiro-ministro Yitzhak Rabin.

ISRAEL destrói prédios em ataques na Faixa de Gaza. **BBC**, 2001. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2001/011216_israelrg.shtm> Acesso em 13 set. 2018.

INDYK, M. **Innocent abroad**. New York: Simon and Schuster, 2009.

INGLEHART, R. **Modernization and post modernization**: Cultural, economic and political change in societies. Princeton: Princeton University Press, 1997.

ISSAWI, C. **Economic Development and Political Liberalism in Lebanon**. New York: Wiley, 1966.

IYENGAR, Shanto, OTTATI, Victor. Cognitive perspective in political psychology. In WYER, R.; SRULL, T. (Orgs.). **Handbook of Social Cognition**. New York: Lawrence Erlbaum, 1994.

JACOBSON, Dan; BAR-TAL, Daniel. Structure of Security Beliefs among Israeli Students. **Political Psychology**, v.16, n.1, p.567-90, 1995.

JACKSON, James S.; *et. al.* Contemporary Immigration Policy Orientation among Dominant-group-members in Western Europe. **Journal of Social Issues**, v.57, n.1, p.431-456, 2001.

JANIS, Irving L. **Morale attitudes and social behavior of American soldiers in post-war Berlin**. Unpublished memorandum for the European Theater of Operations, Information and Education Division, Research Branch, 1945.

JANIS, Irving L. Morale attitudes of combat flying personnel in the Air Corps. In STOUFFER, S. (Ed.), **The American Soldier II: Combat and its Aftermath**. Princeton: Princeton University Press, 1949.

JANIS, Irving L. **Psychological Stress**. New York: John Wiley, 1958

JANIS, Irving L. Psychological effects of warnings. In CHAPMAN D.; BAKER, G. (Eds.) **Man and Society in Disaster**. New York: Basic Books, 1962.

JANIS, Irving L. **Stress and Frustration**. New York: Harcourt, Brace and Jovanevich, 1971.

JANIS, Irving L. **Groupthink: Psychological Studies of Policy Decisions and Fiascoes**. Second Edition. New York: Houghton Mifflin. 1982.

JANIS, Irving L. **Crucial decisions: Leadership in policymaking and crisis management**. New York: Free Press, 1989.

JANIS, Irving L.; MANN, L. **Decision Making: A Psychological Analysis of Conflict, Choice, and Commitment**. New York: Free Press. 1977.

JANOFF-BULMAN, Ronnie. **Shattered Assumptions: Towards a New Psychology of Trauma**. New York: Free Press, 1992.

JARYMOWICZ, M.; BAR-TAL, D. The dominance of fear over hope in the life of individuals and collectives. **European Journal of Social Psychology**, v.36, n.1, p.367-392, 2006.

JERVIS, Robert. **Perception and Misperception in International Politics**. Princeton: Princeton University Press, 1976.

JERVIS, R. Political Decision-Making: Recent Contributions. **Political Psychology**, v.2, n.1, p.86-101, 1980.

JERVIS, R. The drunkard's search. In IYENGAR, S.; MCGUIRE, W. J. (Org.) Duke studies in political psychology. **Explorations in political psychology**. p. 338–360. Duke University Press, 1993.

JOHNSON-LAIRD, P. N. **Mental models**: Toward a cognitive science of language, inference and consciousness. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

JONES, S.K.; YURAK, T.J.; FRISCH, D. The effect of outcome information on the evaluation and recall of individuals' own decisions. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, v.71, n.1, p.95–120, 1997.

JOST, J. T. The end of the end of ideology. **American Psychologist**, v.61, n.1, p.651–670, 2006.

JOST, J. T., FEDERICO, C. M.; NAPIER, J. L. Political ideology: Its structure, functions and elective affinities. **Annual Review of Psychology**, v.60, n.1, p.307–337, 2009.

JOST, J. T.; GLASER, J.; KRUGLANSKI, A. W.; SULLOWAY, F. J. Political conservatism as motivated social cognition. **Psychological Bulletin**, v.129, n.1, p.339–375, 2003.

JUGERT, P.; DUCKITT, J. A motivational model of authoritarianism: Integrative personal and situational determinants. **Political Psychology**, v.30, n.5, p.693–719, 2009.

KAHNEMAN, Daniel; SLOVIC, Paul; TVERSKY, Amos. **Judgment Under Uncertainty: Heuristics and Biases**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Choices, values, and frames. **American Psychologist**, v. 39, n. 4, p.341-350, 1984.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos (Orgs.) **Choices, values, and frames**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

KHALAF, N. Country size and economic instability. **Journal of Development Studies**, v. 12, n. 4, 1976.

KHALIDI, R. **Under siege**: P.L.O. decision-making during the 1982 war. Columbia University Press, 1987.

KHALIDI, R. **Iron Cage**: The Story of the Palestinian Struggle for Statehood. Beacon Press, 2006.

KHALIDI, W. **Conflict and Violence in Lebanon**. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

KHALIDI, W. **Before Their Diaspora**: A Photographic History Of The Palestinians 1876-1948. Inst for Palestine Studies, 1985.

- KHONG, Yuen Foong. **Analogies at War: Korea, Munich, Dien Bien Phu, and the Vietnam Decisions of 1965**. Princeton: Princeton University Press, 1992.
- KALYVAS, Stathis N. **The Logic of Violence in Civil War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- KAMEL, M. **Lebanon Explodes**. MERIP, 1976.
- KANAN, M. On victim and victimhood: The Iraqi case. **Current History**, v. 98, n.1, 1999.
- KEENEY, R.L.; RAIFFA, H. **Decisions with Multiple Objectives: Preferences and Value Tradeoffs**. New York: Wiley. 1976.
- KEREN, G. Perspectives of behavioral decision making: Some critical notes. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, v.65, n.1, p.169–178, 1996.
- KELIDAR, A. R. Religion and State in Syria. **Asian Affairs**, v. 61, n.1, 1976.
- KELMAN, H. C. Interactive problem solving as a metaphor for international conflict resolution: Lessons for the policy process. *Peace And Conflict: Journal of Peace Psychology*, v. 5, n. 3, p. 201-218, 1999.
- KELMAN, H. C. Social-psychological dimensions of international conflict. In ZARTMAN, I. W. (Org.). **Peacemaking in international conflict: Methods and techniques**. Washington: United States Institute of Peace, 2007.
- KIMCHE, David. **The Last Option**. London: Weidenfeld & Nicolson, 1991.
- KIMMERLING, Baruch. State Building, State Autonomy and the Identity of Society: the case of the israeli state. **Journal Of Historical Sociology**, v. 6, n. 4, p. 396-429, 1993.
- KIMHI, Shaul; SHAMAI, Michal. Are Women at Higher Risk than Men? Gender Differences among Teenagers and Adults in their Response to Threat of War and Terror. **Women and Health**, v.43, n.1, p.1-19, 2006.
- KINDER, D.R.; WEISS, J.A. In lieu of rationality: Psychological perspectives on foreign policy decision making. **Journal of Conflict Resolution**, v.22, n.1, p.707-736, 1978.
- KINGDON, John W. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. Boston: Little, Brown, 1984.
- KLAR, Yechiel; BAR-TAL, Daniel; KRUGLANSKI, Arie W.. Conflict as a Cognitive Schema: toward a social cognitive analysis of conflict and conflict termination. **The Social Psychology Of Intergroup Conflict**, [S.L.], p. 73-85, 1988.
- KLIOT, N. The collapse of the Lebanese state. **Middle Eastern Studies**, n.23, v.1, p. 54-74, 1987.
- KOHN, M.; SCHOOLER, C. **Work and personality: An inquiry into the impact of social stratification**. Norwood: Ablex, 1983.

KOSTERMAN, R., FESHBACH, S. Towards a measure of patriotic and nationalistic attitudes. **Political Psychology**, v.10, n.1, p.257–274, 1989.

KOWERT, Paul. **Groupthink or Deadlock: when do leaders learn from their advisors?**. New York: State University Of New York Press, 2002.

KRIESBERG, Louis. Intractable Conflicts. **Peace Review**, v.5, n.1, p.417-21, 1993.

KRIESBERG, Louis. **Constructive conflicts: From escalation to resolution**. 3ed. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2007.

KRUGLANSKI, A. W. **The psychology of closed mindedness**. New York: Psychology Press, 2004.

KRUGLANSKI, Arie W.; WEBSTER, Donna M.. Motivated closing of the mind. **Psychological Review**, v. 103, n. 2, p.263-283, 1996.

KRYSTAL, H. **Massive Psychic Trauma**. International Universities Press: New York, 1968.

KUBOVICH, Yaniv; KHOURY, Jack. Israel May Evacuate Border Towns as Gaza Conflict Escalates, Senior Officer Says. **Haaretz**. 2018. Disponível em <<https://www.haaretz.com/israel-news/senior-officer-israel-nears-gaza-op-border-towns-may-be-evacuated-1.6362875>> Acesso em 13 set. 2018.

KUNDA, Z. The case for motivated reasoning. **Psychological Bulletin**, v.108, n.3, p. 480–498, 1990.

KURZWEIL, Ray. **Singularity Is Near**. London: Penguin Books, 2005.

KURZWEIL, Ray. **How to Create a Mind**. London: Penguin Books, 2013.

KUTZ, Ilan; DEKEL, Rachel. Follow-up of Victims of One Terrorist Attack in Israel: ASD, PTSD and the Perceived Threat of Iraqi Missile Attacks. **Personality and Individual Differences**, v.40, n.1, p.1579-89, 2006.

LAFFIN, John. **The War of Desperation: Lebanon 1982-85**. London: Osprey Publishing, 1985.

LANDAU, J. J.. **Israel and the Arabs**. Jerusalem: Israel Communication, 1971.

LAVI, Iris; CANETTI, Daphna; SHARVIT, Keren, BAR-TAL; Daniel; HOBFOLL, Steven. Forthcoming. Protracted by Ethos in a Protracted Conflict? A Comparative Study among Israelis and Palestinians in the West Bank, Gaza, and East Jerusalem. **Journal of Conflict Resolution**, 2012.

LAZARUS, R. S. **Emotion and adaptation**. New York: Oxford University Press, 1991.

LEITENBERG, Milton. **Death in Wars and Conflict between 1945-2000**. Baltimore: Cornell University Peace Studies Program, 2006.

LERNER, J.S.; TETLOCK, P.E. Accounting for the effects of accountability. **Psychological Review**, v.125, n.1, p.255–275, 1999.

LERNER, J. S.; *et. al.* Effects of fear and anger on perceived risks of terrorism: A national field experiment. **Psychological Science**, v.14, n.1, p.144–150, 2003.

LERNER, J. S.; KELTNER, D. Beyond valence: Toward a model of emotion-specific influences on judgment and choice. **Cognition and Emotion**, v.14, n.1, p. 473–493, 2001.

LEYENS, J. P., *et. al.* Psychological essentialism and the differential attribution of uniquely human emotions to ingroups and outgroups. **European Journal of Social Psychology**, v.31, n.1, p.395–411, 2001.

LIEBMAN, Charles S.; DON-YEHIYA, Eliezer. **Civil Religion in Israel: Traditional Judaism and Political Culture in the Jewish State**. Berkeley: University of California Press, 1983.

LIGA ÁRABE. 1st Arab League Summit in Alexandria. 1964a. Disponível em < <http://www.icwa.org/wp-content/uploads/2015/09/AWH-7.pdf>> Acesso em 28 mar. 2020.

LIGA ÁRABE. 2nd Arab League Summit in Alexandria - Approves Establishment of PLO. 1964b. Disponível em < https://ecf.org.il/media_items/511> Acesso em 28 mar. 2020.

LINDBLOM, Charles E. Still Muddling, Not Yet Through. **Public Administration Review**, v.39, n.6, p. 517-526, 1979.

LINSTONE, Harold A.. **Multiple Perspectives for Decision Making: Bridging the Gap between Analysis and Action**. North Holland, 1984.

LIFSHITZ, Yaacov. Security and the National Economy. In **Security Concerns: Insights from the Israeli Experience**, edited by Daniel Bar-Tal, Dan Jacobson, and Aaron S. Klieman, p. 311-28. Stanford: JAI Press, 1998.

LIPSHITZ, R. Either a medal or a corporal: The effects of success and failure on the evaluation of decision making and decision makers. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, v.44, n.1, p.380–395, 1989.

LIPSHITZ, R. Judgment by outcomes: Why is it interesting? A reply to Hershey and Baron: Judgment by outcomes: When is it justified? **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, v.62, n.1, p.123–126, 1995.

LISSAK, M. Paradoxes of Israeli Civil-Military Relations. In LISSAK, M (Org.) **Israeli Society and its Defense Establishment: The social and Political Impact of a Protracted Violent Conflict**, p. 1-12. London: Frank Cass and Company, 1984.

LIU, J.H.; LIU, S.H. The role of the social psychologist in the benevolent authority and plurality of powers systems of historical affordance for authority, in K.S. Yang, K.K. Hwang, P.B. Pedersen and I. Daibo (eds), **Progress in Asian social psychology: Conceptual and empirical contributions**, Praeger: Westport, 2003.

LONGLEY, J.; PRUITT, D. G. Groupthink: A critique of Janis' theory. In WHEELER, L. (Org.), **Review of personality and social psychology** (p. 507-513). Newbury Park: Sage, 1980.

LONGO, Matthew; CANETTI, Daphna; HITE-RUBIN, Nancy. Checkpoint Effect: Evidence from a Natural Experiment on Travel Restrictions in the West Bank.. **American Journal of Political Science**, v.58, n.1, p.6-23, 2004.

LOTT, Albert J.; LOTT, Bernice E.. Group cohesiveness as interpersonal attraction: A review of relationships with antecedent and consequent variables.. **Psychological Bulletin**, [s.l.], v. 64, n. 4, p.259-309, 1965.

LUCE, R.D.; RAIFFA, H. **Games and Decisions**. New York: Wiley, 1957.

LUSTICK, Ian S.. Israeli Politics and American Foreign Policy. **Foreign Affairs**, v. 61, n. 2, p. 379-399, 1982.

MACK, J., E. The psychodynamics of victimization among national groups in conflict. In VOLKAN, V. D.; JULIUS, D. A.; MONTVILLE, J. V. (Eds.), **The psychodynamics of international relationships**. Lexington: Lexington Books, 1990.

MACRAE, C. N.; MILNE, A. B.; BODENHAUSEN, G. V. Stereotypes as energy-saving devices: A peek inside the cognitive toolbox. **Journal of Personality and Social Psychology**, v.66, n.1, p.37-47, 1994.

MAGWAZA, A. S. Assumptive World of Traumatized South African Adults. **Journal of Social Psychology**, v.139, n.6, p.22-30, 1999.

MAOZ, Ifat; MCCAULEY, Clark. Psychological Correlates of Support for Compromise: A Polling Study of Jewish-Israeli Attitudes towards Solutions to the Israeli-Palestinian Conflict. **Political Psychology**, v.26, n.1, p.791-807, 2005.

MAOZ, Ifat.; MCCAULEY, Clark. Threat, dehumanization, and support for retaliatory aggressive policies in asymmetric conflict. **Journal of Conflict Resolution**, v.52, n.1, p.93-116, 2008.

MAOZ, M. **Syria and Israel**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

MASLOW, A. H. **Motivation and personality**. 2ed. New York: Harper & Row, 1970.

MAULE, A. John; HOCKEY, G. Robert J.. **State, Stress, and Time Pressure**. Time Pressure And Stress In Human Judgment And Decision Making, [s.l.], p.83-101, 1993.

MAULE, A. John; EDLAND, A. C. The effects of time pressure on judgment and decision making. In RAYNARD, W. R. Crozier; SWENSON, O. (Org.), **Decision Making: Cognitive Models and Explanation**. London: Routledge, 1997.

MAULE, A. John; HODGKINSON, Gerard P.; BOWN, Nicola J.. Cognitive Mapping of Causal Reasoning in Strategic Decision Making. **Thinking: Psychological Perspectives on Reasoning, Judgment and Decision Making**, [s.l.], p.251-272, 28 jan. 2005.

MAULE, A. J., *et. al.* Effects of time-pressure on decision-making under uncertainty: Changes in affective state and information processing strategy. **Acta Psychologica**, v.104, n.1, p.283–301, 2000.

MCCULLY, A. History teaching, conflict and the legacy of the past. **Education, Citizenship and Social Justice**, v.7, n.2, p.145-159, 2012.

MCDERMOTT, Rose. **Political psychology in international relations**. Ann Arbor: The University Of Michigan Press, 2004.

MCFAUL, Michael A. The Fourth Wave of Democracy and Dictatorship: Noncooperative Transitions in the Postcommunist World. **World Politics**, v.54, n.1, p.212-44, 2002.

MEDJEDOVIC, J.; PETROVIC, B. **Personality traits, basic social attitudes and ethos of conflict as predictors of party affiliation in Serbia**, 2011.

MEIR, G. **My life**. New York: Putnam and Sons, 1975.

MEROM, Gil. **How democracies lose small wars: state, society, and the failures of France in Algeria, Israel in Lebanon, and the United States in Vietnam**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MILGRAM, Norman A., **Stress and Coping in Time of War: Generalizations from the Israeli Experience**. New York: Brunner/Mazel, 1986.

MITZEN, Jennifer. Ontological Security in World Politics: State Identity and the Security Dilemma. *European Journal of International Relations*, v.12, n.3, p.41-70, 2006.

MARQUIS, D.G. Individual Responsibility and Group Decision Involving Risk. **Industrial Management Review**, 1962.

MORRIS, B. Israel and the Lebanese Phalange: The Birth of a Relationship 1948–1951. **Studies in Zionism**, v.5, n.1, 1984.

MORRIS, B. **Righteous victims: A history of the Zionist–Arab conflict 1881–2001**. New York: Vintage Books, 2001.

MORRIS, B. **The Birth of the Palestinian Refugee Problem, 1947–1949**. New York: Cambridge University Press, 1987.

MUMMENDEY, A.; KLINK, A.; BROWN, R. Nationalism and patriotism: National identification and outgroup rejection. **British Journal of Social Psychology**, v.40, n.1, p.159–172, 2001.

NAOR, Arye. **Cabinet at War**. Tel Aviv: Lahav, 1986.

NASSER, Gamal Abdel. **The statement given by President Gamal Abdel Nasser to Al Ahram on the issue initiated by Israel on maritime activity in the Suez Canal (the Danish ship Inge Toft incident)**. 1959. Disponível em: <<http://nasser.bibalex.org/Speeches/list.aspx?search=false&lang=en&page=155#Gallery>>

Acesso em: 28 mar. 2020.

NAZAL, Nafez. **The palestine exodus from Galilee**. Beirute: Instituto de Estudos Palestinos, 1948

NETS-ZEHNGUT, R. Origins of the Palestinian refugee problem: Changes in the historical memory of Israelis/Jews 1949-2004. **Journal of Peace Research**, v.48, n.1, p.235-248, 2011.

NETS-ZEHNGUT, R. Internal and external collective memories: Israel and the 1948 Palestinian exodus. **International Journal of Conflict and Violence**, v.6, n.1, p.126-140, 2012.

NETS-ZEHNGUT, R. The history of the Israeli-Palestinian conflict – Comparing Israeli documented sources to Palestinian oral ones. **Megamot**, v.49, n.1, p.3-27, 2013.

NETS-ZEHNGUT, R. The Israeli and Palestinian collective memories of their conflict: Comparing their characteristics, determinants and implications. **Brown Journal of World Affairs**, v.20, n.2, p.103-121, 2014.

NETS-ZEHNGUT, R. The role of direct-experience people in promoting transitional justice: The Israeli case. In BIRD, E.; OTTANELLI, F. (Eds.), **The performance of memory as transitional justice**. Cambridge: Intersentia, 2015.

NETS-ZEHNGUT, R. The Israeli collective memory of the conflict: Its characteristics and its relation to the conflict. In SHARVIT, K.; HALPERIN, E. (Orgs.), **The Israeli-Palestinian conflict: A social psychology perspective – Celebrating the legacy of Daniel Bar-Tal** (Vol. II), p. 49-60. New York: Springer, 2016.

NETS-ZEHNGUT, R.; BAR-TAL, D. Transformation of the official memory of conflicts: A tentative model. **International Journal of Politics, Culture and Society**, v.27, n.1, p.67-91, 2014.

NETS-ZEHNGUT, R.; PLISKIN, R; BAR-TAL, D. Self-censorship in conflicts: Israel and the 1948 Palestinian exodus. **Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology**, v.21, n.3, 2015.

NIDAL, Hizb al-Ba'th. **Bayanat Qiyadatihi al-Qawmiyya 1963-1966**. Beirut, 1971.

NOOR, Masi; SHNABEL, Nurit; HALABI, Samer; NADLER, Arie. When Suffering Begets Suffering. **Personality And Social Psychology Review**, [s.l.], v. 16, n. 4, p. 351-374, 2012.

NOOR, Masi; BROWN, Rupert; GONZALEZ, Roberto; MANZI, Jorge; LEWIS, Christopher Alan. On Positive Psychological Outcomes: what helps groups with a history of conflict to forgive and reconcile with each other? **Personality And Social Psychology Bulletin**, [s.l.], v. 34, n. 6, p. 819-832, 2008.

NOOR, Masi; BROWN, Rupert; PRENTICE, Garry. Prospects for Intergroup Reconciliation: Social-Psychological Predictors of Intergroup Forgiveness and Reparation in Northern Ireland and Chile. **The Social Psychology Of Intergroup Reconciliation**, [s.l.], p. 97-114, 2008.

NUTT, John G. *et. al.* Epidemiology of focal and generalized dystonia in Rochester, Minnesota. **Movement Disorders**. v. 3, n. 3, p.188-194, 1988.

OFER, D. History, memory and identity: Perceptions of the Holocaust in Israel. In REBHUN, Uzi; WAXMAN, Chaim I. (Orgs.) **Jews in Israel: Contemporary social and cultural patters**. Waltham: Brandeis University Press, 2003.

OLP. **Palestinian Declaration of Independence and Acceptance of Res. 242 and 338 (1988)**. Disponível em < <https://ecf.org.il/issues/issue/12>> Acesso em 05 mar. 2020.

OLSON, Mancur. **The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

ONU. **Security Council Resolution 242 of 22 November 1967**. Disponível em < <https://unispal.un.org/unispal.nsf/0/7D35E1F729DF491C85256EE700686136>> Acesso em 05 mar. 2020.

OPOTOW, S. Moral exclusion and moral inclusion: Intergroup conflict, justice, and peace. In TROPP, L. R. (Ed.), **Oxford handbook of intergroup conflict**. New York: Oxford University Press, 1990.

OREN, Amir. Revealed: The Deceptions by Begin, Sharon and Eitan Behind the First Lebanon War. **Haaretz**. Tel Aviv, 2014.

OREN, Amir. With Ariel Sharon Gone, Israel Reveals the Truth About the 1982 Lebanon War. **Haaretz**. Tel Aviv, set. 2017.

OREN, N. **The Israeli ethos of the Arab–Israeli conflict 1967–2000: The effects of major events** (Tese de Doutorado). Tel Aviv University, Tel Aviv, Israel, 2005.

OREN, N. **The Israeli ethos of conflict 1967– 2005**. Fairfax, VA: Institute for Conflict Analysis and Resolution, George Mason University, 2009.

OREN, N.; NETS-ZEHNGUT, R.; BAR-TAL, D. Construction of the Israeli-Jewish conflict-supportive narrative and the struggle over its dominance. **Political Psychology**, v.36, n.2, p.215-230, 2014.

OREN, Neta; BAR-TAL, Daniel. The detrimental dynamics of delegitimization in intractable conflicts: The Israeli–Palestinian case. **International Journal Of Intercultural Relations**, v. 31, n. 1, p. 111-126, 2007.

ORGEL, Hugh. 100,000 Demonstrate in Tel Aviv Against War in Lebanon. **Jewish Telegraphic Agency**. New York, jul. 1982.

OSTROM, Elinor. A Behavioral Approach to the Rational Choice Theory of Collective Action. **American Political Science Review**, v.92, n.1, p.1-22, 1998.

OWEN, R. **Islam and Capitalism: A critique of Rodinson**. Journal of Interdisciplinary History, 1976.

OYE, Kenneth A. *et. al.* **Eagle Resurgent?** Boston: Little Brown, 1987.

PARSONS, T. **The social system.** London: Routledge, 1951.

PEARLMUTTER, Amos. **Military and Politics in Israel, 1948-1967.** London: Frank Cass, 1969.

PEDATZUR, R. **Embarrassing victory:** The Eshklol government policy in the territories after the six day war. Ramat Efal: Yad Tabenkin, 1996.

PELEG, Ilan. **Begin's Foreign Policy, 1977–1983: Israel's Move to the Right.** New York: Praeger, 1987.

PELEG, I. The peace process and Israel's political Kulturkampf. In PELEG, Ilan (ed.). **The Middle East peace process: Interdisciplinary perspectives.** Albany: SUNY Press, 1998.

PERES, Y. Religious adherence and political attitude. In DESHEN, Shlomo; LIEBMAN, Charles, SHOKEID, Moshe (Eds.). **Israeli Judaism.** New Brunswick: Transaction, 1995.

PODEH, E. **The Arab–Israeli conflict in Israeli history textbooks, 1948–2000.** Westport: Bergin & Garvey, 2002.

POLIAKOV, L. **The history of Anti-Semitism (Vols 1–2).** London: Routledge and Kegan Paul, 1974.

PORAC, Joseph F., THOMAS, Howard. Taxonomic Mental Models in Competitor Definition. **The Academy of Management Review**, v. 15, n. 2, 1990, p. 224–240.

PORAC, Y. **The evolution of Arabic/Palestinian National Movement.** Tel Aviv: Am Oved, 1976.

PUTNAM, R. D. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community.** New York: Simon & Schuster, 2000.

QUILLIAN, Lincoln. Prejudice as a Response to Perceived Group Threat: Population Composition and Anti-immigrant and Racial Prejudice in Europe. **American Sociological Review**, v.60, n.1, p.586-611, 1995.

RABIN, Yitzhak. **The Rabin Memoirs.** Berkeley: University of California Press, 1996.

RABINOVICH, Itamar. **The War for Lebanon 1970–1985.** New York: Cornell University Press, 1985.

RABINOVICH, I. **The brink of peace:** The Israeli-Syrian negotiations. Princeton: Princeton University Press, 1998.

RAM, U., The Future of the Past in Israel: A Sociology of Knowledge Approach. In MORRIS, B., (Org.) **Making Israel.** Ann Arbor: University of Michigan Press, 2007, p. 202–230.

- REGER, Rhonda K.; PALMER, Timothy B.. Managerial Categorization of Competitors: Using Old Maps to Navigate New Environments. **Organization Science**, [s.l.], v. 7, n. 1, p.22-39, 1996.
- REKHESS, Eli. The Arabs of Israel After Oslo: localization of the national struggle. **Israel Studies**, v. 7, n. 3, p. 1-44, 2002.
- RIEBER, R. W. (Ed.). **The psychology of war and peace: The image of the enemy**. New York: Plenum Press, 1991.
- RIEDER, Heide; ELBERT, Thomas. Rwanda—Lasting Imprints of a Genocide: Trauma, Mental Health and Psychosocial Conditions in Survivors, Former Prisoners and their Children. **Conflict and Health**, v.7, n.1, p.1-13, 2013.
- RIEK, Blake M.; MANIA, Eric W.; GAERTNER, Samuel L. Intergroup Threat and Outgroup Attitudes: A Meta-analytic Review. **Personality and Social Psychology Review**, v.10, n.1, p.336-53, 2006.
- ROCCAS, S.; KLAR, Y; LIVIATAN, I. The paradox of group-based guilt: Models of national identification, conflict vehemence and reactions to the ingroup's moral violations. **Journal of personality and social psychology**. v.91, n.1, p.968-711, 2006.
- ROTHBART, Myron; PARK, Bernadette. On the confirmability and disconfirmability of trait concepts. **Journal Of Personality And Social Psychology**, v. 50, n. 1, p. 131-142, 1986.
- ROSENTHAL, Uriel; HART, Paul't; KOUZMIN, Alexander. THE BUREAU-POLITICS OF CRISIS MANAGEMENT. **Public Administration**, v. 69, n. 2, p.211-233, 1991.
- ROSS, D. **The missing peace**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2004.
- ROSS, Lee; STILINGER, Constance. Barriers to Conflict Resolution. **Negotiation Journal**, v. 7, n. 4, p. 389-404, 1991.
- ROUHANA, Nadim N.. Group identity and power asymmetry in reconciliation processes: the israeli-palestinian case: The Israeli-Palestinian case. Peace And Conflict: **Journal of Peace Psychology**, v. 10, n. 1, p. 33-52, 2004.
- ROUHANA, N.; BAR-TAL, D. Psychological dynamics of intractable conflicts: The Israeli–Palestinian case. **American Psychologist**, v.53, n.1, p.761–770, 1998.
- ROWLAND, Robert C. **The Rhetoric of Menachem Begin: The Myth of Redemption through Return**. London: University Press Of America, 1985.
- SADAT, Anwar Al. **Egypt-Israel Relations: Address by Egyptian President Anwar Sadat to the Knesset. 1977**. Disponível em: <https://www.jewishvirtuallibrary.org/address-by-egyptian-president-anwar-sadat-to-the-knesset>. Acesso em: 10 out. 2020.
- SAGIV, L.; SCHWARTZ, S. Value priorities and readiness for out-group social contact. **Journal of Personality and Social Psychology**, v.69, n.3, p. 437–448, 1995.

- SALEM, Elie. Lebanon's Political Maze. **Middle East Journal**, v.33, n.1, 1979.
- SALIBI, Kamal. **Crossroads do Civil War: Lebanon, 1958-1976**. London: Ithaca Press, 1976.
- SANDE, G. N., *et. al.* Value-guided attributions: Maintaining the moral self-image and the diabolical enemy-image. **Journal of Social Issues**, v.45, n.2, p.91-118, 1989.
- SAVAGE, L.J. **The Foundations of Statistics**. New York: John Wiley, 1954.
- SCHIFF, Zeev, YAARI, Ehud. **Israel's War in Lebanon**. New York: Simon and Schuster, 1984.
- SCHLESINGER, Phillip. Media, the Political Order and National Identity. **Media, Culture, and Society**. v.13. n.1. p.297-308, 1991.
- SCHOEMAKER, P.J.H. The expected utility model: Its variants, purposes, evidence, and limitations. **Journal of Economic Literature**, v.20, n.1, p.529-563, 1982.
- SCHORI, N.; KLAR, Y.; ROCCAS, S. **In every generation, they rise up against us to annihilate us'**: Perpetual in group victimhood orientation (PIVO) and behavior in a current intergroup conflict. Paper presented at the 32nd annual meeting of the International Society for Political Psychology, Dublin, Ireland, 2009.
- SCHUSTER, Mark A.; *et. al.* A National Survey of Stress Reactions after the September 11, 2001 Terrorist Attacks. **New England Journal of Medicine**, v.345, n.15, p.7-12, 2001.
- SCHULTZ-HARDT, S.; *et. al.* Biases information search in group decision making. **Journal of Personality and Social Psychology**, v.78, n.1, p.655-669, 2000.
- SCHULZE, Kirsten. **Israel's Covert Diplomacy in Lebanon**. London: Macmillian Press Ltd, 1998a.
- SCHULZE, Kirsten E. Israeli Crisis Decision-Making in the Lebanon War: Group Madness or Individual Ambition? **Israel Studies**, v.3. n. 2, 1998b.
- SCHWEGLER, Ulrike; SMITH, L. Ripley. Ethno-political Conflict in Kosovo: cultivating trust in Serbian-albanian post-conflict peace building. In LANDIS, Dan; ALBERT, Rosite D. (Org.). **Handbook Of Ethnic Conflict**. New York: Springer, 2011.
- SCHWENK, Charles R.. Cognitive simplification processes in strategic decision-making. **Strategic Management Journal**, v. 5, n. 2, p.111-128, abr. 1984. Wiley.
- SCHWENK, Charles R.. Management illusions and biases: Their impact on strategic decisions. **Long Range Planning**, v. 18, n. 5, p.74-80, out. 1985. Elsevier BV.
- SCHWENK, Charles R.. Strategic Decision Making. **Journal Of Management**. v. 21, n. 3, p.471-493, jun. 1995. SAGE Publications.

SCHWENK, Charles R.. THE COGNITIVE PERSPECTIVE ON STRATEGIC DECISION MAKING. **Journal Of Management Studies**, v. 25, n. 1, p.41-55, jan. 1988. Wiley.

SEARS, David O. College sophomores in the laboratory: Influences of a narrow data base on social psychology's view of human nature. **Journal Of Personality And Social Psychology**, v. 51, n. 3, p.515-530, 1986. American Psychological Association (APA).

SEALE, P. The Israel-Syrian negotiations: Who is telling the truth? **Journal of Palestine Studies**, v. 29, n.2, 2000.

SELA, A. **The decline of the Arab-Israeli conflict**. Albany: SUNY University Press, 1998.

SELIKTAR, Ofira. **New Zionism and the Foreign Policy System of Israel**. London: Croom Helm, 1986.

SIMON, H. The structure of ill-structured problems. **Artificial Intelligence**, v.4, n.1, p.181–201. 1973.

SHALEV, Arie Y.; FREEDMAN, Sara. PTSD Following Terrorist Attacks: A Prospective Evaluation. **American Journal of Psychiatry**, v.162, n.11, p.88-91, 2005.

SHAMIR, Yitzhak. **Interview with Foreign Minister Shamir in Maariv**. 1981. Disponível em <
<https://mfa.gov.il/MFA/ForeignPolicy/MFADocuments/Yearbook5/Pages/15%20Interview%20with%20Foreign%20Minister%20Shamir%20in%20Maari.aspx>> Acesso em: 04 jul. 2020.

SHARON, Ariel. **Warrior: The Autobiography of Ariel Sharon**. New York: Touchstone, 1989.

SHARVIT, Keren. **Activation of the ethos of conflict while coping with stress resulting from intractable conflict**. Tese de Doutorado. Tel Aviv University, Tel Aviv, 2008.

SHAW, Marvin E.. **Group dynamics: the psychology of small group behavior**. New York: Mcgraw-hill, 1981.

SHEMESH, Moshe. The Founding of the PLO 1964. **Middle Eastern Studies**, v. 20, n. 4, p. 105-41, 1984.

SHILS, E. Ideology: The concept and function of ideology. In SILL, E. D. (Org.). **International Encyclopedia of the Social Sciences** (Vol. 7). New York: Macmillan & Free Press, 1968.

SHILS, Edward A.; JANOWITZ, Morris. Cohesion and Disintegration in the Wehrmacht in World War II. **Public Opinion Quarterly**, v. 12, n. 2, p.280-315, 1948.

SHIPLER, David K.. ISRAELIS PRESSING FOR PEACE TREATY WITH THE LEBANESE. **The New York Times**. New York, set. 1982.

SHOBAT. E. **Israeli cinema: East/west and the politics of representation**. Austin: University of Texas Press, 1989.

- SKITKA, Linda J., *et. al.* Confrontational and Preventative Policy Responses to Terrorism: Anger Wants a Fight and Fear Wants “Them” to Go Away. **Basic and Applied Social Psychology**, v.28, n.3, p.75-84, 2006.
- SKITKA, Linda J., BAUMAN, Christopher W., MULLEN, Elizabeth. Political Tolerance and Coming to Psychological Closure Following September 11, 2001: An Integrative Approach. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v.30, n.7, p.43-56, 2004.
- SLOVIC, Paul. Perceived Risk, Trust, and Democracy. **Risk Analysis**, v. 13, n. 6, p. 675-682, 1993.
- SOFER, Sasson. **Begin: An Anatomy of Leadership**. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- SOFFER, A. Lebanon: Where Demography is the Core of Politics and Life. **Middle Eastern Studies**, v.22, n.2, p.197–205, 1986.
- SOLOMON, Zahava; LEVI, Tamar. Israeli Youth in the Second Intifada: PTSD and Future Orientation. **Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry**, v.44, n.1, p.67-75, 2005.
- SOLOMON, Zahava; IANCU, Iulian; TYANO, Samuel. World Assumptions Following Disaster. **Journal of Applied Social Psychology**, v.27, n.17, p. 85-98, 1997.
- SOMERVILLE, J. Patriotism and war. **Ethics**, v. 91, n.1, p. 568–578, 1981.
- STANGOR, C.; MCMILLAN, D. Memory for expectancy-congruent and expectancy incongruent information: A review of the social and developmental literatures. **Psychological Bulletin**, v.111, n.1, p.42–61, 1992.
- STAUB, Ervin. The origins and prevention of genocide, mass killing and other collective violence. **Peace and Conflict**, v.5, n.1, p.303–336, 1999.
- STAUB, Ervin. **Overcoming Evil: Genocide, Violent Conflict, and Terrorism**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2011.
- STAUB, E., BAR-TAL, D. Genocide, mass killing and intractable conflict: Roots, evolution, prevention and reconciliation. In SEARS, D. O.; HUDDY, L.; JERVIS, R. (Orgs.) **Oxford handbook of political psychology** (p. 710–751). Oxford University Press, 2003.
- STAW, B. M. The escalation of commitment: An update and appraisal. In SHAPIRA, Z. (Ed.), **Cambridge series on judgment and decision making**. Organizational decision making (p. 191-215). New York: Cambridge University Press, 1997.
- STEINBRUNER, J. D. **The Cybernetic Theory of Decision**. Princeton: Princeton University Press, 1974.
- STEPHAN, Walter G., RENFRO, C. Lausanne; DAVIS, Mark D. The Role of Threat in Intergroup Relations. In WAGNER, Ulrich; TROPP, Linda R; FINCHILESCU, Gillian; TREDOUX, Colin (Org.), **Improving Intergroup Relations**. Oxford: Blackwell, 2008.

STOUFFER, Samuel A. *et. al.* **The American Soldier: Adjustment to Army Life.** Vol. 1. Princeton: Princeton University Press, 1949.

STRANG, David. Global Patterns of Decolonization, 1500-1987. **International Studies Quarterly**, v.35, n.1, 1991.

STROBL, R. Constructing the victim: Theoretical reflections and empirical examples, International. **Review of Victimology**, v.11, n.1., 2004.

STRUCH, N.; SCHWARTZ, S. H. Intergroup aggression: Its predictors and distinctness from in-group bias. **Journal of Personality and Social Psychology**, v.56, n.1, p.364–373, 1989.

STURGIS, P.; SMITH, P.. Assessing the Validity of Generalized Trust Questions: what kind of trust are we measuring?. **International Journal Of Public Opinion Research**, v. 22, n. 1, p. 74-92, 2010.

SULLIVAN, John L.; PIERESON, James E.; MARCUS, George E. **Political Tolerance and American Democracy.** Chicago: University Chicago Press, 1982.

SUSSER, Asher; ATLAS, Duygu. **The Emergence of the Modern Middle East.** Tel Aviv: Tel Aviv University Press, 2017.

SVENSON, Ola. **Process descriptions of decision making.** *Organizational Behavior And Human Performance*, v. 23, n. 1, p. 86-112, fev. 1999.

SWISHER, C. E. **The truth about Camp David:** The untold story about the collapse of the Middle East peace process. New York: Nation Books, 2004.

TABER, C. S. Information processing and public opinion. In SEARS, D. O., HUDDY, L., JERVIS, R. (Orgs.), **Oxford handbook of political psychology.** Oxford: Oxford University Press, 2003.

TAJFEL, H.; TURNER, J. C. The social identity theory of intergroup behaviour. In WORCHEL, S.; WILLIAM, G. A. (Orgs.). **Psychology of intergroup relations** (p. 7-24). Chicago: Nelson-Hall Publishers, 1986.

TAMIR, Avraham. **A Soldier in Search of Peace.** Tel Aviv: Edanim, 1988.

TASA, Kevin; WHYTE, Glen. Collective efficacy and vigilant problem solving in group decision making: a non-linear model. **Organizational Behavior And Human Decision Processes**, v. 96, n. 2, p. 119-129, 2005.

TAYLOR, Shelley E. Adjustment to Threatening Events: A Theory of Cognitive Adaptation. **American Psychologist**, v.38, n.11, p.61-73, 1983.

TETLOCK, P.E. An alternative metaphor in the study of judgment and choice: people as politicians. **Theory and Psychology**, v.1, n.1, p. 451–475, 1991.

TINDALE, R. S *et. al.* Theory and research on small groups. **Group Dynamics: Theory, Research, and Practic**, v.3, n.4, p.313–316, 1999.

- THIELMANN, Isabel; HILBIG, Benjamin E.. Trust: an integrative review from a person situation perspective. **Review Of General Psychology**, v. 19, n. 3, p. 249-277, 2015.
- THORISDOTTIR, H.; JOST, J. T. Motivated closed-mindedness mediates the effect of threat on political conservatism. **Political Psychology**, v.32, n.1, p.785–811, 2011.
- TOLMAN, E.C. **Purposive behavior in animals and men**. 2. ed. New York: Appleton Century Croft, 1932.
- TOUBI, J. Social Dynamics in War Torn Lebanon. **The Jerusalem Quarterly**. p. 96–7, 1980.
- TULLOCK, Gordon. The Paradox of Revolution. **Public Choice**, v.11, n.1, p.89-99, 1971.
- TURNER, J.C. Some current issues in research on social identity and self-categorization theories, In ELLEMERS, N.; SPEARS, R.; DOSJE, B. (Org.), **Social Identity: Context, Commitment, Content**. Blackwell: Oxford, 1999.
- UNGSON, G. R. & BRAUNSTEIN, D. N. **Decision Making: An Interdisciplinary Inquiry**. Boston: Kent, 1982.
- URIAN, D. **The Arab in the Israeli drama and theatre**. Amsterdam, the Netherlands: Harwood, 1997.
- VAN DIJK, T. A. **Ideology: A multidisciplinary study**. London, England: Sage, 1998.
- VERTZBERGER, Yaacov Y.I. Making and Taking Risky Decisions. **Cooperation and Conflict**, v.33, n.1, 1998.
- VIANO, E.C. Victimology today: Major issues in research and public policy, In VIANO, E.C. (Org.), **Crime and its victims: International research and public policy issues**, Hemisphere: New York, 1989.
- VITAL, David. **Zionism: The Formative Years**. New York: Clarendon Press of Oxford University Press, 1982.
- VOCI, Alberto. The link between identification and in-group favouritism: effects of threat to social identity and trust-related emotions. **British Journal Of Social Psychology**, v. 45, n. 2, p. 265-284, 2006.
- VOCKE, H. **The Lebanese War**. London: C. Hurst, 1976.
- VON HIPPEL, W.; SEKAQUAPTEWA, D.; VERGAS, P. On the role of encoding processes in stereotype maintenance. In ZANNA, M. (Org.), **Advances in experiential social psychology**, v.27, n.2, p.177-253, 1995.
- VOLKAN, V. **Blood lines: From ethnic pride to ethnic terrorism**. New York: Farrar, Straus & Giroux, 1997.
- VOLLHARDT, J. The role of victim beliefs in the Israeli–Palestinian conflict: Risk or potential for peace? Peace and Conflict: **Journal of Peace Psychology**, v.15, n.2, p.135–159, 2009.

- WASSERSTEIN, B. **Israelis and Palestinians: Why do they fight? Can they stop?** New Haven: Yale University Press, 2003.
- WEBER, M. The three types of legitimate rule. **Berkeley Publications in Society and Institutions**, v.4, n.1, p.1–11, 1958.
- WELCH, M. G. **Holding Time**. New York: Fireside, 1989.
- WHITE, R.K. **Nobody Wanted War: Misperception in Vietnam and Other Wars**. Garden City: Anchor Books, 1970.
- WILDER, D.A. Perceiving persons as a group: Categorization and intergroup relations, In HAMILTON, D.L. (Ed.). **Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1981.
- WOHL, Michael J. A.; BRANSCOMBE, Nyla R.. Remembering historical victimization: collective guilt for current ingroup transgressions. **Journal Of Personality And Social Psychology**, v. 94, n. 6, p. 988-1006, 2008.
- WOHL, M.; GIGUÈRE, B.; BRANSCOMBE, N.; MCVICAR, N. Collective guilt: Emotional reactions when one's group as done wrong or been wrong. **European Review of Social Psychology**, v.17, n.1, p.1-37, 2011.
- WOOD, Elizabeth J. **Insurgent Collective Action and Civil War in El Salvador**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- YANIV, Avner. **Dilemmas of Security: Politics, Strategy, and the Israeli invasion of Lebanon**. New York: Oxford University Press, 1987.
- ZARTMAN, I. William. **Ripe for Resolution**. New York: Oxford University Press, 1989.
- ZARTMAN, I. William, TOUVAL, Saadia. International Mediation: Conflict Resolution and Power Politics. **Journal of Social Issues**, v.41, n1, p.27-45, 1985.
- ZERTAL, I. **Israel's Holocaust and the politics of nationhood**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- ZUR, O. The psychology of victimhood, in WRIGHT, R.H., CUMMINGS, N.A. (Eds.), **Destructive Trends in Mental Health**. Routledge: New York, 2005.